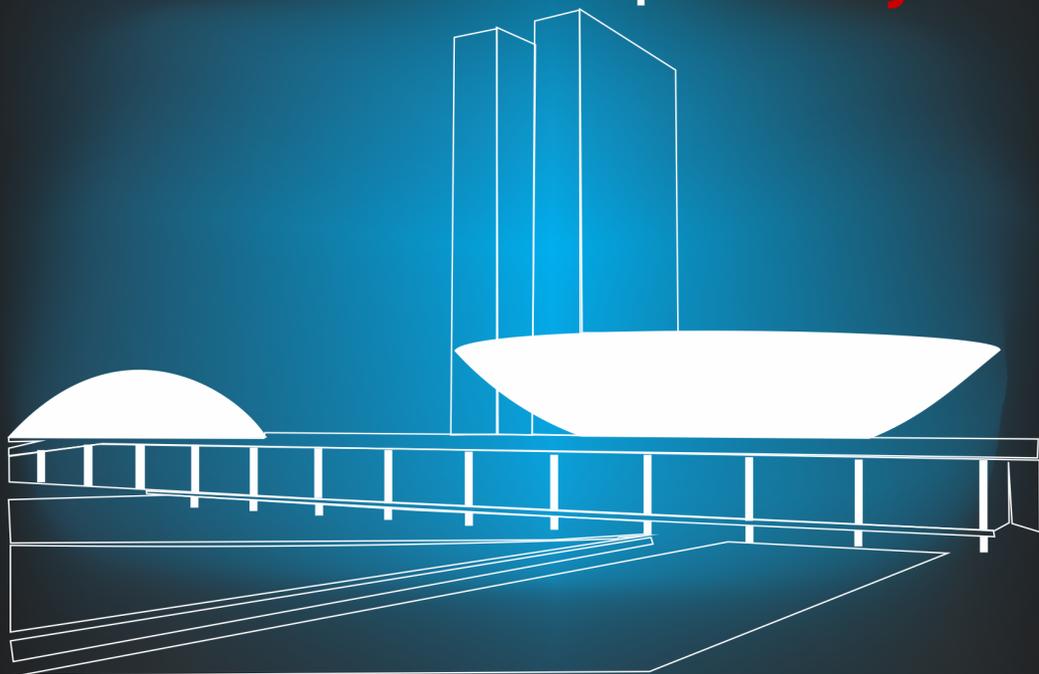


Neuma Augusta Dantas e Silva

○ JORNALISMO POLÍTICO SOB ○ ASPECTO ÉTICO

O Escândalo dos Atos Secretos do Senado
nas revistas **Carta Capital** e **veja**



Editora UFRB

O JORNALISMO POLÍTICO
SOB O ASPECTO ÉTICO:
O Escândalo dos Atos Secretos do
Senado nas revistas *Carta*
Capital e Veja.

REITOR

Silvio Luiz Oliveira Soglia

VICE-REITORA

Georgina Gonçalves



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Cristina Silva Valentim

Ana Cristina Fermino Soares

Ana Georgina Peixoto Rocha

Jeane Saskya Campos Tavares

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

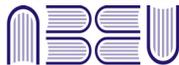
Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

SUPLENTE

Ana Cristina Vello Loyola Dantas

Geovana da Paz Monteiro

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Neuma Augusta Dantas e Silva

**O JORNALISMO POLÍTICO
SOB O ASPECTO ÉTICO:
O Escândalo dos Atos Secretos do
Senado nas revistas *Carta
Capital e Veja.***



Editora UFRB

Cruz das Almas - Bahia / 2018

Copyright©2018 Neuma Augusta Dantas e Silva.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão, normatização técnica:

Neuma Augusta Dantas e Silva.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme

decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

S586j Silva, Neuma Augusta dantas e

O jornalismo político sob o aspecto ético: o escândalo dos atos secretos do Senado nas Revistas Carta capital e Veja/ Neuma Augusta Dantas e Silva - Cruz das Almas/BA.:UFRB, 2018.

296p.

ISBN 978-85-5971-056-4

1. Jornalismo 2. Reportagens investigativas 3. Repórteres 4. Escândalo político - Brasil I. Título

CDD 070.443



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA

Tel.: (75) 3621-7672

gabi.editora@ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

www.facebook.com/editoraufrb

A meus pais, Vivaldo Rodrigues da Silva (*in memoriam*) e Raquel
Dantas Silva.

Aos meus sobrinhos Ticiano, Ana Júlia, Tiago e João Miguel que
têm um mundo para conquistar.

Agradecimentos

A Deus, o “divino mestre”, sem Ele eu não chegaria até aqui.

A minha família, meu esteio, por compreender minhas ausências.

Aos professores Gilberto Wildberger de Almeida, orientador desta pesquisa, personalidade incentivadora e solidária, agradeço pelas lições inteligentes e por transmitir tranquilidade, sempre; Othon Jambeiro, líder do grupo de estudos, pelos valiosos ensinamentos; Edson Dalmonte, coordenador do Programa, por ter me acolhido como “assistente” na disciplina Comunicação e Ética; Rogério Christofolletti, pelo exemplo dedicado ao estudo da ética jornalística.

Ao Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes), pelas enriquecedoras trocas de conhecimento e sugestões para melhoria desta obra.

Ao Programa de Pós-Graduação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, pela confiança depositada.

Vocês, e muitos outros que contribuiram para a concretização de um sonho.

Muito obrigada!

A ética é, efetivamente, uma segunda natureza. A primeira nos é dada com todas as suas chaves e possibilidades; a segunda é de nossa autoria, ninguém a impõe a nós, ninguém nos substitui nessa tarefa; tem como matéria-prima a primeira natureza com suas possibilidades. Ao convertê-las em algo real é como se nascêssemos de novo. A ética é uma forma de renascer, mas não de qualquer maneira, mas sim, de encontrar a excelência para a qual todo homem nasce. É a razão de ser das utopias.

Javier Darío Restrepo (2007)

Podemos dizer que o jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia, e que o seu objetivo final não é fazer notícias ou reputações, ou manchetes, mas simplesmente fazer a democracia funcionar.

Jay Rosen (2000)

Sumário

Apresentação	11
Capítulo 1	21
ORIGENS, ESCÂNDALO E PRINCÍPIOS ÉTICOS	21
Procedência histórica	22
Origens socioculturais	33
Ética católica e protestante	36
O jeitinho brasileiro e a burocracia	41
Democracia, ética e opinião pública.....	47
O escândalo político	55
Ética como morada do jornalismo.....	61
Capítulo 2	75
DEONTOLOGIA E O CONTEXTO POLÍTICO	75
Deontologia: tratado dos deveres jornalísticos	76
Formação ética nos cursos universitários de jornalismo.....	95
Os postulados da doutrina estratégica profissional	114
Teorias do jornalismo e o Conselho de Comunicação	127

O jornalismo de revista e o panorama impressos	149
O contexto político do escândalo.....	146
Capítulo 3	149
CAMINHOS METODOLÓGICOS	149
Análise temática das coberturas	157
Capítulo 4	213
CATEGORIAS E ATRIBUTOS NAS REVISTAS SEMANAIS...	213
A polarização das críticas.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	269

Apresentação

A preocupação com a ética sempre esteve presente no pensamento humano, confunde-se, pois, com sua própria história. Os filósofos gregos, os pensadores cristãos, modernos e os contemporâneos estudaram, falaram, ensinaram ou escreveram, e ainda o fazem, a respeito do tema.

Desde Aristóteles, as teorias éticas procuram definir o que é bom, explicar o que os humanos devem fazer. Assim, o ético transforma-se num “legislador do comportamento moral” (VÁZQUEZ, 2008, p. 20). A função da ética, como teoria que é fundamentada, segundo o autor, é a investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento moral dos homens, tomando-a como objeto de reflexão.

Graças aos incontáveis debates sobre o assunto, a última década do século passado foi considerada a década da ética, principalmente pelos profissionais ligados aos meios de comunicação de massa. Nos últimos quinze anos, sobretudo, os jornalistas buscaram descobrir a verdade, denunciar o lado opaco, a corrupção política, econômica; os desvios financeiros e os escândalos envolvendo os agentes públicos (MATTOS, 2009, p. 245-246).

Acolhendo uma curiosidade jornalística e científica sobre o tratamento ético dado às coberturas políticas pelos profissionais da mídia, notadamente em períodos de “escândalos”¹, escolheu-se

1 - O escândalo, aqui, atende à conceituação usada por Thompson (2002), que alude às ações transgressoras tornadas conhecidas e reprovadas. Trata-se, em particular, do “escândalo político midiático”, uma forma localizada que cresceu

objetivar neste livro a percepção e compreensão do modo como o jornalismo e os jornalistas brasileiros narraram, descreveram e interpretaram, sob o aspecto ético, os eventos políticos que compuseram o “escândalo do Senado”, em 2009, retratado na plataforma impressa das revistas *Carta Capital* e *Veja*.

Faz-se necessário dissertar, de início, um pouco sobre o uso das denominações - ética e moral - que ainda hoje são empregadas muitas vezes como sinônimos. Etimologicamente, ética (*ethike*), a partir de Aristóteles, qualifica um tipo de saber. O termo grego *ethike*, segundo Vaz (1999), vem do grego *ethos*, com duas grafias distintas (*ethos* e *éthos*) para explicar o mesmo sentido: “modo de ser”, “caráter”, “uso” ou “forma de conduzir-se”. *Ethos*(*eta* inicial) significa os usos e costumes de um grupo. *Éthos*(com *épsilon*) pode ser entendido como a constância do comportamento, “a realidade histórico-social dos costumes” (VAZ, 1999, p. 13).

Prevaleceu o significado original do grego que denota a moradia, a morada habitual de alguém ou abrigo dos animais, que passou a designar a maneira de ser habitual, o caráter, a disposição da alma. Praticamente com o mesmo significado, em latim, “costume” corresponde a *mos*, *mores*, *moralis* originando a palavra moral e que corresponde ao grego *ethos*. Tanto para *ethos* ou *mos*, (caráter e costume) designam o mesmo objeto – costume – seja social ou hábito individual legitimado pela sociedade (VAZ, 1999, p. 13-14).

Em verdade, na contemporaneidade, as palavras são usadas indiscriminadamente, mas elas têm definições diferentes.

Moral conjunto de regras de conduta, ou hábitos julgados válidos para uma sociedade num determinado momento histórico. **Ética** é o produto do acordo entre a consciência e os

junto aos meios de comunicação, o qual será explicado ao longo do Primeiro Capítulo.

preceitos morais consagrados. **Moral** se associa a regras que nos são impostas de fora para dentro, valores que aceitamos por terem sido padronizados pela sociedade a que pertencemos. Ao contrário, **ética** significa reflexão sobre esses valores o que nos leva à possibilidade de estabelecermos juízos e opções pessoais. Percorre, portanto, um caminho inverso, ou seja, de dentro para fora. Se a **moral** apresenta valores acabados, a **ética** convive com uma permanente elaboração subjetiva (SIQUEIRA; EISELE, 2000 apud GARCIA, 2008, p. 27, grifos do autor).

A ética influencia a moral no estudo do comportamento humano. O direito à informação e à liberdade de expressão, preceitos constitucionais, “são princípios éticos que devem nortear todas as leis reguladoras dos costumes na informação” (CHAPARRO, 2007, p. 36). Conforme o autor, a moral individual está aí representada, no caso dos jornalistas, exemplificada pelo Código de Ética, mais que um código moral comportamental do que de ética.

Através dos meios de comunicação, a população brasileira tem tomado conhecimento de desvios éticos, descomposturas ou improbidades políticas e administrativas na vida pública. O desvelamento de transgressões ocorridas no proscênio do Congresso Nacional, graças às ações vigilantes dos *media*, tem ocupado as páginas, telas ou microfones do jornalismo político brasileiro, transformando tais explosões em escândalos nacionais.

Procurando expandir a discussão a respeito das estórias ou reportagens sobre o “escândalo do Senado”, organizamos o livro em quatro capítulos. O primeiro é responsável pela fundamentação teórica. Os outros quatro compreendem: o contexto político do “escândalo”; uma panorâmica do jornalismo de revista a o histórico dos veículos impressos; os caminhos metodológicos, a organização

de critérios e categorias de análise; a apreciação das reportagens e seus conteúdos do ponto de vista ético; a discussão e apresentação dos resultados da observação das temáticas, dos seus atributos e da polarização nas publicações impressas *Carta Capital* e *Veja*. A análise do objeto de estudo (matérias das revistas *Veja* e da *Carta Capital*) é feita a partir do aporte teórico e metodológico aqui proposto.

O primeiro capítulo, *Origens, Escândalo e Postulados Éticos Jornalísticos*, propaga a fundamentação teórica. Inicialmente, mergulha nas origens do país chamado “Brasil” para explicar nossas raízes históricas, socioculturais, religiosas e antropológicas, anunciando o “jeitinho brasileiro”. A indicação é contextualizar historicamente o país, no que se refere ao nascedouro das nossas noções éticas. Este introito é ancorado principalmente nos teóricos Faoro (1958), Fernandes (1976/1978) e Holanda (2001). Concomitantemente, apresentamos um conciso histórico do surgimento e desenvolvimento da imprensa e do jornalismo através de autores como Melo (1971/2003), Quintero (1996) e Molina (2008).

Das origens socioculturais descrevemos a identidade brasileira formadora de um sistema ético que comporta os dois universos – ou éticas: “pessoal” e “impessoal”² (“pessoa/indivíduo”); essa parte dialoga, principalmente, com os antropólogos DaMatta

2 -Roberto DaMatta (1983) e Livia Barbosa (1992) inspiraram-se no antropólogo francês Louis Dumont para discorrerem sobre as diferenças entre as éticas: “pessoal” e “impessoal, entre “pessoa” e “indivíduo”. No primeiro universo, cf. DaMatta (1983, p.180), encontramos “os medalhões e figurões”, os líderes, pessoas cujos pedidos não podem ser recusados. Atua aqui o “jeitinho brasileiro”; forma que facilita e ajuda a burlar a lei, avessa às formalidades do Estado. No segundo, a vida pública distingue-se da vida privada, o ambiente é composto de leis que atingem, burocraticamente, a todos. Mas no Brasil, a impessoalidade “aplica-se a quem está isolado e diante da sociedade sem mediações pessoais, a lei!”(DaMatta, 1983, p.184) O tema é desenvolvido no Primeiro Capítulo, mais detalhadamente nos itens “Origens Socioculturais” e “O Jeitinho Brasileiro e a Burocracia”.

(1983, 1984, 1992) e Barbosa (1992). A herança religiosa também contribui para a sedimentação da ética de um povo, aqui contamos com Weber (2004, 2008) e Huberman (1981) para explicar o tema.

Ainda neste primeiro capítulo, discutimos a plausibilidade ética no jornalismo, o idealismo, possibilidades e interferências para sua efetivação, apresentados por Bucci (2000) e Restrepo (2007). Raciocinamos em função da democracia, terreno próprio à ética, contando com os filósofos Aristóteles (2009), Rousseau (2006) e Habermas (1997, 2003), presentes para argumentar sobre a política, o ideal da participação e consenso no bem comum. Apresentamos, através de Thompson (2002) e Rosa (2003), uma das bases deste livro, o escândalo político. As crises governamentais saem do ambiente interno do Congresso Nacional, pelas mãos da mídia, para ganhar os lares e as ruas com a posição de “escândalo midiático”, mais que isso, com características de um espetáculo.

Há um diálogo entre Bucci (2000) e Chaparro (2007) sobre a responsabilidade ética devida aos jornalistas e a necessidade de discuti-la entre as empresas, os leitores e a própria sociedade. O tema de uma ética específica para o jornalismo é polemizada por Abramo (1988), Karam (2004), Gentile (2001) e Mattos (2009).

O segundo capítulo, em *Deontologia*, e *Contexto Político do escândalo*, o referencial teórico trata do princípio da deontologia e a formação ética dos jornalistas nos cursos universitários; ataques e defesas ao exercício jornalístico promovido por instituições. Há também uma apreciação sobre a história dos cursos universitários e dos códigos éticos de jornalismo. Discutem esses itens os autores: Christofoletti (2008, 2010, 2011), Meditsch (2002), Martino (2006), Mattos (2001), Moura (2002) e Melo (1991), entre outros.

Os dois postulados da doutrina estratégica profissional, a verdade/veracidade e a objetividade no jornalismo merecem cada, uma sessão por razões óbvias de importância dada pelo arcabouço

deontológico do campo e pelas audiências. Visto que os temas provocam contendas, proporcionamos um painel de conceitos, argumentos, crenças, possibilidades e intervenientes, através das contribuições conceituais de Rosen (2000), Hackett (1993), Molotch e Lester (1974), Gomes (1993), Restrepo (2007), Tuchman (1993) e Guerra (1998).

A partir das ponderações de White (1993), Breed (1993), Hall e colaboradores (1993), Schlesinger (1993), Traquina (2005), Dines (2008), Chaparro (2007) e Serra (2007), a respeito da dinâmica do processo de produção das notícias, abordamos aspectos das seguintes teorias do jornalismo: da Ação Política, Organizacional, *Gatekeeper* e a Construcionista, com o fito de apreender as ingerências por que passa o trabalho dos *media* nas redações. Igualmente, incluímos considerações sobre a atuação do Conselho de Comunicação Social que, em tese, acolhe funções valiosas, a exemplo de tratar da liberdade de manifestação do pensamento. As teorias, os conselhos e as fronteiras apreciadas pela Economia Política da Comunicação ora facilitam, ora dificultam o cumprimento de postulados éticos jornalísticos pelos profissionais.

O texto da fundamentação teórica centra sua importância na discussão dos temas que investigam as origens construtoras das noções éticas brasileiras; no processo de formação dos jornalistas; na valorização da ética no exercício do jornalismo; o debate a respeito de valores consagrados do jornalismo e as interferências que dificultam o cumprimento dos preceitos da área pelos profissionais.

Sobre a contextualização do tema deste livro, minudenciamos a ambientação política, onde, quando e como ocorreu o “escândalo político midiático”. Oferece também; algumas considerações sobre o jornalismo de revista com suas características especiais.

Mostramos um panorama dos títulos impressos *Carta Capital* e *Veja* as qualificações e história inerentes às duas plataformas impressas: as questões ideológicas, as políticas editoriais, a posição de cada no mercado brasileiro de revistas e o perfil dos leitores das revistas semanais.

A proposta do terceiro capítulo, *Caminhos metodológicos e as estórias “escandalosas”* é expor os escolhas metodológicas da obra. Foram escolhidas as categorias de análise a partir dos enquadramentos mais enfatizados na leitura temática das reportagens sobre as questões éticas, nas publicações pesquisadas em relação ao “escândalo do Senado ou “escândalo dos atos secretos”³. Para facilitar o caminho de chegada ao objetivo geral, optou-se por formar as categorias como questões nucleares; investigam o julgamento dos desvios éticos de agentes envolvidos (itens das descomposturas e das demonstrações do descontrole nos gastos); as causas (itens gerais e específicos); consequências e as contribuições apresentadas pelos jornalistas, agentes políticos, especialistas e leitores para diminuir o impacto da crise.

O paradigma do Enquadramento (*Frame Analysis*), a técnica qualitativa da Análise de Conteúdo são teorizadas, nesta obra, a partir dos pesquisadores Entman, Hackett (1993), Gross e Brewer (2007), Porto (2004), Maia (2009), Creswell (2010), Bauer e Gaskell (2008), Herscovitz (2005), pois se constituem ferramentas metodológicas utilizadas na indagação para consecução dos objetivos.

Para ajudar na medição de conceitos na Análise de Conteúdo faz-se necessário estabelecer atributos do que

3 -O escândalo dos “atos secretos” ou “atos sigilosos” formou o “escândalo do Senado” em 2009. Assim foi denominado por tratar-se da descoberta de atos públicos irregulares colocados em boletins suplementares do Senado, publicados até um ano depois, com data retroativa. Tal dinâmica é explicada em detalhes no item “O contexto político do escândalo”, a partir da p.119.

queremos aferir. Escolhemos medir o conteúdo crítico dedicado aos *frames* pelos atributos, favorável/desfavorável, concernente aos partidos, à cultura política, aos senadores, aos ex-diretores, ao senador José Sarney e ao presidente Lula no âmbito das categorias. Procedeu-se também, a uma comparação das narrativas sobre os acontecimentos – analisando a polarização referente à acusação ou atenuação aos mesmos envolvidos pelos equívocos cometidos – publicados pelos jornalistas das revistas *Carta Capital* e *Veja*.

Ainda neste capítulo, as estórias “escandalosas” congregam a análise propriamente dita das narrativas. De um total de 62 reportagens escritas pelos jornalistas das revistas estudadas, escritas em 170 páginas de 48 edições fez-se um recorte escolhendo 26 exemplares, 12 da *Carta Capital* e 14 da *Veja*. Estudamos os editoriais, reportagens e colunas mais significativas em termos de cobrança ética e produtivas em termos de julgamento em cada semana das publicações. A análise é qualificada de rico teor, visto o misto de denúncias de corrupção, apropriação indevida de recursos financeiros da União, nepotismo, abuso de poder e outros desvios éticos, espelhos das práticas patrimonialistas, fisiologistas e clientelistas exercitados no Congresso Nacional.

Averiguamos a construção textual das reportagens e a forma como o jornalismo político narrou eticamente os acontecimentos que construíram a crise política do Senado da República em 2009. A finalidade é explanar o ambiente do jornalismo político, pormenorizar o conteúdo das informações veiculadas e cogitar a maneira como esses eventos noticiosos carregam as marcas da ética impregnadas na forma em que os jornalistas descreveram e interpretaram o “escândalo”.

A submersão às reportagens das revistas estudadas permite conhecer os meandros da cena política narrados, do ponto de vista ético, pelos repórteres e perceber a maneira como os *media* julgam a improbidade político-administrativa praticada às escondidas.

Podemos acessar os verdadeiros motivos da deflagração da crise e os interesses que regem as alianças negociadas entre os partidos e agentes do legislativo. As razões respondem pela reputação abalada de destacadas instituições no âmbito político, geradoras do descrédito e insegurança estabelecidos em meio à população brasileira.

No quarto capítulo, *Discussão das categorias e atributos nas revistas semanais*, procedemos, após o exame das coberturas, à discussão e apresentação dos resultados do que foi observado das categorias ou temáticas mais criticadas: julgamento dos desvios éticos, causas e consequências do “escândalo” e as contribuições propostas para minimizar os problemas enquadrados pelos veículos impressos.

Da observação dos enquadramentos construídos nas matérias são apresentados resultados que demonstram peso total adotado pelos repórteres ao julgamento das irregularidades cometidas pelos agentes políticos. A descompostura e o descontrole nos gastos públicos receberam juízos de valor negativos em todos os textos elaborados nas duas revistas pesquisadas.

As constatações, fruto da análise empírica, refletem responsabilidades arrojadas em maior frequência ao presidente do Senado, o senador José Sarney; ao então presidente Luis Inácio Lula da Silva, pela participação ativa no jogo político; também aos partidos políticos mais competitivos, PT, PMDB e PSDB, aos maus hábitos éticos dos senadores, e à cultura patrimonialista brasileira.

Da discussão do exame das narrativas “escandalosas” depreende-se também muita atenção das editorias políticas das revistas semanais a enquadramentos moralistas voltados à luta e ao abuso de poder, aos interesses particulares priorizados nas atitudes dos legisladores, secundando, em consequência, o trabalho pelo bem-comum. De forma ampla, os resultados exibem *frames* avaliativos de ações e

declarações dos atores políticos de maneira recriminatória, à base da indignação.

Empreendemos também neste capítulo a apreciação sobre os atributos (favoráveis ou não), a polarização das críticas narradas pelos títulos editoriais e o nível de atenuação ou acusação imposto pelos jornalistas aos envolvidos.

As análises, discussões e resultados dos conteúdos dos enquadramentos construídos pelos jornalistas das revistas vão subsidiar a compreensão sobre a maneira como os jornalistas narraram, descreveram e interpretaram, do ponto de vista ético, o “escândalo do Senado”. Surge daí, seguramente, as contribuições deste livro.

Entre as colaborações reveladas aponta-se a escolha do próprio tema da ética no campo jornalístico, não inédito, porém pouco estudado e essencial às práticas profissionais nas redações. A busca do entendimento da visão ética do jornalismo, direcionado à interpretação das ocorrências políticas, concede uma opção valiosa de pesquisas para estudantes e professores de Comunicação, História, Ciências Políticas e outras áreas afins.

Ademais, a escolha de estudar a interseção entre jornalismo, ética e política reforça os pilares dos estudos de comunicação e política e do amadurecimento das jovens práticas democráticas no Brasil. Averiguar os escândalos políticos sob o signo da ética satisfaz não só a curiosidade científica do campo jornalístico e dos cidadãos eleitores ou não, como também atende aos próprios preceitos deontológicos de informar à sociedade o que ocorre no reino dos “incomuns”.

Capítulo 1

ORIGENS, ESCÂNDALO E POSTULADOS ÉTICOS

O primeiro capítulo trata das raízes que perfilarão a formação do Brasil e, conseqüentemente, as noções de eticidade, as relações entre democracia e ética, opinião pública, características sobre o “escândalo” político e as opiniões sobre uma ética específica no campo jornalístico.

A parte inicial procura esboçar as origens históricas, socioculturais, antropológicas e religiosas das noções éticas nacionais. Esta exposição panorâmica, que na realidade descreve as próprias raízes do Brasil, contribui para revelar a ascendência patrimonialista na nossa história política. Todo esse caminho seminal introduz, concomitantemente, o surgimento e a evolução da comunicação e do jornalismo forjada por uma necessidade social e capitalista no mundo.

Há uma comparação da conduta nacional de caráter pessoal e cordial, reproduzida nas classes políticas dominantes, com a prática impessoal americana e europeia, caracterizada pelo aspecto institucional e autônomo. É destacado também o papel da religião na economia e formação ética. O desenvolvimento do capitalismo está ligado à vigência da ética protestante; com a ética não aconteceu o mesmo.

Procedência histórica

O surgimento de vilas ou povoações e a ascensão da burguesia na Europa, entre outros fatores, provocaram a mudança do organograma político em tempos feudais, os ricos de mercadorias e terras tornaram-se, então, mais poderosos que o Rei. O estabelecimento do mercado alterava as cidades, apagaram-se “[...] as diferenças e acepções pessoais, enfraqueceu as cadeias de lealdade, para impessoalizar a produção” (FAORO, 1958, p. 8-9).

Na obra *Os donos do Poder*, Faoro⁴(1958) observa fatores como a longa permanência do estamento burocrático, característica do patrimonialismo em Portugal; demonstra como esse poder concentrado no Estado transforma-o no dominador socioeconômico, político e cultural do povo. A alternativa à postura sufocante seria o desenvolvimento de um capitalismo industrial, o nascimento de uma sociedade mais livre. Mas isso não ocorreu.

O jurista descreve como a presença marcante desse poder patrimonialista português determinou a forma pela qual a Península Ibérica acessou a Idade Moderna e a natural supremacia de suas bases estamentais no processo de colonização do Brasil.

Faoro (1958) qualifica o sistema patrimonial como centralista voltado ao poder pessoal e situado como uma rede patriarcal de relações, a ponto de os funcionários serem considerados uma extensão da casa do soberano, daí, a confusão entre o público/privado e a estrutura política, cuja base é a burocracia nas origens do estado brasileiro. Ele mostra como o sistema foi essencial para a paralisia do *Estado barroco*.⁵

A dominação portuguesa, por conseguinte, era no início, tradicionalmente patrimonialista; além de governar o patrimônio

4- O advogado gaúcho Raymundo Faoro aposentou-se como procurador e morreu em 2003 aos 78 anos. Colaborava com a imprensa escrevendo ensaios de Direito e Ciências Humanas.

5- Entende-se o Estado barroco como Estado sob o domínio do Rei.

público como o tesouro pessoal, o príncipe dominava o comércio. Quando as cidades ascenderam, essa tradição impediu o fluxo comercial da maior parcela do poder político. Como consequência, o capitalismo “fez-se apêndice do Estado” (FAORO, 1958, p. 12).

O regime ocorreu em terras portuguesas em duas etapas: na primeira, o patriarcalismo, a nação era administrada como a casa do senhor, a ação do mercado era limitada e usava-se pouco o dinheiro nessa fase agrária. O quadro administrativo é montado na segunda etapa, quando se desenvolve a economia monetária e se instala o patrimonialismo estamental.⁶ Esta fase caracterizou-se pelo desvirtuamento da plena atuação capital, vingando o capitalismo político que se expandiu entre monopólios, venda de cargos, em privilégios etc. “O comércio e a indústria reduzem-se a alimentar as necessidades do Estado” (FAORO, 1958, p. 12).

Nesses idos da Idade Média⁷, a informação transitava verbalmente através do canto, poesia e jograis, visto que mesmo nas castas dominantes poucos eram alfabetizados. Afirma Rizzini (1977), que tal forma de comunicação era o prenúncio do periodismo; até o século XI existia essa maneira embrionária de comunicação em movimento que difundia a notícia, a música e a literatura, em forma de sátira, pela boca dos trovadores entre castelos e vilas. Eram repassadas as versões dos fatos pelos jograis, o efeito dos acontecimentos, a opinião dos “mercadores de novidades políticas”, que em um determinado momento assumiu as paixões e ideias, a tal ponto de intervirem ativamente nas questões públicas, atacando os poderes estabelecidos. Era a gazeta viva, lida

6- O estamento, conforme Faoro (1958), se forma para assessorar o poder mantido nas mãos do senhor, por isso se origina de cima. Para Weber(1921), citado pelo autor, as classes não conhecem a valorização pela “acepção das pessoas”, enquanto o estamento estrutura-se pela noção de honra, pela pretensão de privilégios positivos e negativos na *estimação* social (p.24). Estamentos são grupos de status.

7- A Era Medieval foi o período entre 476 e 1453d.C. O feudalismo era o sistema político, social e econômico característico dessa fase da história ocidental.

diariamente de forma humorística, “eles assoalhavam as notícias, comentavam-nas febrilmente e agitavam os povos” (GAUTIER, 1894/1895 apud RIZZINI, 1977, p. 15).

Os portugueses cantavam as cantigas mordazes de escárnio e maldizer, desbocadas espécimes orais de pasquins que criticavam o poder vigente comandado pelo patrimonialismo. Para libertar-se dessa ordem, que continuou na época moderna sob a Dinastia de Avis,⁸ Portugal precisava criar um mercado livre, tornando-se centro de procura e oferta de bens e trabalho (FAORO, 1958, p. 26). A condição não se realizou, ao contrário, as classes portuguesas limitaram-se ao estamento governamental, bloqueando as possibilidades econômicas e atraindo remanescentes feudais para servir ao príncipe.

O patrimonialismo-estamental consolidou-se e assumiu traços burocráticos, vencendo o patriarcalismo original diferente de países, a exemplo da Inglaterra, onde “prevaleceu o feudalismo em transação com a burguesia mais industrial que comercial”, lugar em que o centralismo e a burocracia não se impuseram, e assim, a livre iniciativa constituiu uma economia de mercado. Em Portugal, a economia era regulada pelo Rei, o comércio fortalecido, mas impedor da empresa racional, suporte onde assentaria a industrialização difundida na Europa, no século XV, com exceção da Península Ibérica (FAORO, 1958, p. 27).

Na contextualização de Faoro (1958), o singular da história da Península Ibérica foi o congelamento no Estado barroco, por cinco séculos, sem evoluir para o capitalismo industrial. O autor cita como causas da imobilidade da região, a incapacidade de desenvolver a indústria,⁹ o mau aproveitamento das colônias e os gastos excessivos da corte viciada nos lucros fáceis. Eis o Estado do Rei,

8- A Dinastia de Avis, ou Dinastia Joanina reinou em Portugal entre 1385 e 1581-1582. Iniciou-se quando o Mestre da Ordem de Avis, D. João, filho natural de el-rei D. Pedro I, foi aclamado Rei nas Cortes de Coimbra.

9- Não se desconhece o destaque da indústria naval alimentada pelo ‘espírito de aventura’ do povo ibérico.

O patrimonialismo – com a sua criatura, o estamento burocrático – continha, no próprio seio, o germe do suicídio econômico. Desenvolvera uma concepção de vida avessa ao trabalho produtivo e à rotina, comprazendo-se, exclusivamente, no amor aos postos e empregos públicos (FAORO, 1958, p. 41).

Faoro (1958) considera que tais fatores históricos concorreram para a inexistência da revolução burguesa na Península Ibérica, gerando a frustração da economia racional, uma tradição, o “pecado original” da formação portuguesa que influencia o Brasil ainda hoje.

As práticas jornalísticas vão sendo forjadas ao longo dessa história. O fim das trevas medievais aponta para uma mudança da informação oral para a escrita com o advento da imprensa na Europa.¹⁰ Nesse período, a Igreja detinha o conhecimento, mas, aos poucos, interessados e comerciantes medievais procuravam dedicar-se ao estudo da escrita para aperfeiçoar seus negócios. Surgem as primeiras universidades no século XII, onde se multiplicavam os copistas e calígrafos,¹¹ um ambiente novo que vai transformar as feições econômicas e socioculturais. Aproxima-se o Renascimento italiano, e com ele os livros, o comércio editorial e o desenvolvimento da literatura e das ciências. Nesse contexto aparece a tipografia reconhecida como uma necessidade social (MELO, 2003).

A imprensa periódica insinua-se, no século XV, com as primeiras folhas volantes vendidas nas feiras e mercados na Europa; tais canais de comunicação subsistiram até o século XVII. Somente um século depois, conforme Melo (2003), surge o principal veículo do jornalismo - o jornal. Aliás, no entendimento

10- Já existente no Oriente desde o século VIII, mas considera-se que só na Europa desenvolveu-se uma literatura impressa.

11 - Especialistas na preparação de textos para uso universitário.

de Melo, o nascimento do Jornalismo como forma coletiva retardou graças ao regime de controle a que foi submetido nos séculos XVI e XVII. As primeiras publicações foram vinculadas a iniciativas governamentais, sob censura prévia, logo, não sendo de informação popular.

A Inglaterra foi a primeira a abolir a censura, além disso, o país tem papel preponderante no desenvolvimento da imprensa. O primeiro jornal inglês impresso diariamente, em 1702, foi o *Dayly Courant*, mas o grande exemplo percorrido por Molina (2008, p. 350) foi o *The Guardian*, fundado em 1821, “[...] não para ganhar dinheiro, mas para defender os valores liberais”. O jornal de Manchester foi fundado, segundo o autor, com o objetivo de influir no governo, no sentido mais amplo. Molina apresenta as raízes do jornalismo inglês através do *The Guardian*, quando descreve que sua aproximação com o Partido Liberal seria por analogia às finalidades de reforma política e social.

Em relação aos princípios éticos, o periódico inglês mantinha avaliações, por exemplo, a respeito de manobras militares em guerras, mesmo que fossem contra a maioria pública. Às vezes perdia leitores com essas decisões, porém se firmou, para Molina, como principal influenciador de opiniões da esquerda intelectual e [...] consolidou seu prestígio como “um jornal que arriscava a sobrevivência para manter os princípios” (MOLINA, 2008, p. 358).

Na Inglaterra existia liberdade de imprensa desde 1695, porém a consolidação só vem com a Revolução Francesa, no final do século XVIII. A partir daí houve um considerável desenvolvimento, a imprensa passou a produzir em massa com o aumento das tiragens de livros, revistas e jornais diários, já no século XIX (MELO, 2003).

O material impresso servia, além da Igreja, às universidades e às atividades da nascente burguesia comercial e industrial. Todavia,

relembrando, a Revolução Burguesa não vingou em Portugal, muito menos no Brasil, isso aconteceu ao menos nos moldes europeus. Em nossas terras, houve uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, apropriadamente descrita por Florestan Fernandes (1976). O referido autor a apresenta como um processo de feições próprias, com suas particularidades e especificidades históricas e sociais; entre os brasileiros, a sociedade de classes passou a moldar as relações socioeconômicas, mas ainda perduravam as antigas ideias de honra, poder e prestígio dominante. Gradativamente, os moldes agrários e escravagistas vão cedendo espaço aos valores e comportamentos burgueses, ao longo de todo o século XIX, consolidado no século XX.

São múltiplos os motivos elencados pelo autor mencionado para explicar o porquê da inexistência de transformações estruturais no país. Cita-se, por exemplo, que o arremedo de Revolução Burguesa não se deu de forma abrupta com o *status quo*, como foi o caso da Revolução Francesa. Para Fernandes (1976), não houve embate entre a burguesia e a aristocracia porque a maior parte dos burgueses era de origem rural. Havia, na realidade, uma associação, uma assimilação de características e interesses com a oligarquia,

Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana (FERNANDES, 1976, p. 205).

Não somente o mandonismo, mas um elenco de deformidades do sistema social e político faziam e fazem parte da natureza burguesa brasileira. O patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo povoavam e ainda povoam as relações políticas

entre o poder local e o Estado nacional. Portanto, compromissos recíprocos escusos, barganhas, personalização do poder, concessão de benefícios públicos, vantagens fiscais e isenções etc., em troca de apoio político são práticas que ainda acontecem, algumas em menor escala, sobretudo, visando interesses eleitoreiros, em todas as regiões do país nas áreas rurais e urbanas (CARVALHO, 1998).

A burguesia brasileira não se constituiu inicialmente como uma força política revolucionária. Para Fernandes (1978), ela não se dispôs a defender a sociedade das forças que estavam no poder. Ao contrário, seu interesse era tirar vantagens das adversidades sociais do país. E mais, havia acordos entre as elites para manter essa condição autocrática, o que inviabilizava a mudança em Estado democrático e nacional como era divulgado pela ideologia burguesa.

Para Fernandes (1976), o poder burguês surge com uma recomposição de forças entre o fim do Império e o início da República que marca a entrada da modernidade no país quando separa a “era senhorial” – ou o antigo regime – e a “era burguesa” – ou a sociedade de classes.

Uma das principais consequências da colonização do Brasil por Portugal é a constatação de que o Estado brasileiro não é moderno. De acordo com “a nossa maneira de ver as coisas”, dizendo de outra forma, conforme nossa ética, o Brasil pré-moderno ou pré-capitalista, na compreensão de Fernandes (1978), mantinha a velha estrutura social que adaptou e combinou o estamentalismo das sociedades ibéricas e a escravidão.

A implantação da imprensa é uma dessas marcas do retardamento da era moderna no país. Ela chega, oficialmente, só com a Corte Portuguesa ao Brasil em 1808. Distante do México, por exemplo, que teve a primeira tipografia do continente americano,¹² sendo o pioneiro no ofício jornalístico com a publicação de gazetas, no princípio do século XVII. Na sequência, vem a Guatemala, o

12- Entre as datas prováveis de 1536-1539, cf. Quintero (1996).

Peru, Cuba, Santo Domingo, Colômbia, todos do século XVIII para o XIX. No Brasil, os portugueses tinham interesses em impedir que as “[...] críticas ao domínio da metrópole se propagassem pelas folhas impressas” (QUINTERO, 1996, p. 539).

Destaca-se o jornal *Correio Brasiliense*,¹³ produzido clandestinamente pelo jornalista gaúcho Hipólito José da Costa, em Londres, combatente do governo, cuja iniciativa é considerada o início do jornalismo brasileiro em 1808. No mesmo ano, é fundada a Imprensa Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, um periódico que servia à Corte. Antes disso, eram proibidas a circulação e a impressão de qualquer tipo de jornal ou livro porque Portugal temia a assimilação, pelos brasileiros, das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade que circulavam pela Europa. Na Bahia, o primeiro jornal, *A Idade d’Ouro do Brazil*, foi montado, em 1811, por portugueses; conforme Aloysio de Carvalho (2005) era um órgão oficial, sustentador das ideias da ordem, por conseguinte, contra a luta pela independência brasileira.

O fato de o Brasil ter entrado no século XIX sem tipografia, sem jornais e sem universidades permite constatar sua modernidade tardia. Esse atraso educativo legou a população ao analfabetismo que impedia a constituição de um público leitor. Também a predominância da família patriarcal concorreu – no entendimento de Buarque de Holanda (2001) –, para a fragilidade na formação e evolução da sociedade e no desenvolvimento da iniciativa pessoal e a concorrência entre os cidadãos.

Daí a dificuldade dos atores políticos e homens públicos, em geral, compreenderem a distinção entre o que é privado e o que é público. Reportando-se a Max Weber (2004), para quem o

13- Lançado em junho de 1808, três meses antes da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Diante da contestação de historiadores, mudou-se o Dia da Imprensa, de 10 de setembro, data em que começou a circular *A Gazeta do Rio de Janeiro*, para 1º de junho, data de nascimento do *Correio Brasiliense*, em Londres. Lei n. 9.8831 de 1999 (ANJ, 2008).

funcionário “patrimonial” pensa a gestão política como um assunto de interesse particular; seus benefícios são entendidos como direitos pessoais, diferente do Estado burocrático, que assegura garantias jurídicas ao cidadão.

O tema da sociedade individualista e suas características impessoais, teorizado por Weber, é interpretado por Reinhard Bendix (1986) que destaca, entre os atributos da burocracia na modernidade, a impessoalidade administrativa. Para o filósofo alemão, as decisões de uma autoridade devem ser calculadas mecanicamente, adequadas ao capitalismo e burocraticamente despersonalizadas; os sentimentos pessoais devem ser excluídos da execução de tarefas oficiais (BENDIX, 1986).

O ideal de impessoalidade professa que a cultura moderna requer “[...] o especialista emocionalmente distante e, portanto, rigorosamente ‘profissional’” (WEBER apud BENDIX, 1986, p. 329-330). Em vez daquele antigo dirigente que se deixava levar por sentimentos pessoais como favor, graça ou gratidão, a administração ou governo deve ser conduzida por normas impessoais (BENDIX, 1986, p. 330).

A impessoalidade não é um estilo presente na ordem jurídica e social brasileira. Há também rigidez na burocracia nacional: o Estado se faz presente em vários procedimentos, criando uma situação paradoxal de uma sociedade com setores, ao mesmo tempo, modernizados e individualistas. Isso não quer dizer que o Brasil deva tomar a ordem impessoal como modelo a ser seguido, nem que o estilo brasileiro seja menor, inferior, atrasado ou subserviente, frente a nações de ética essencialmente voltada à pessoalidade. O país tem outra ética, é diferente, trata-se, pois, de particularidades, não de deficiência nos costumes.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, procura compreender e explicar o Brasil e o brasileiro, a estrutura social, política e o modo de ser, abordando nossas características

como consequências dos traços do passado. Como Fernandes (1976), começa pelas origens ibéricas, consideradas geradoras da debilidade organizacional trazida ao Brasil. Descreve os ibéricos como aventureiros, de pouca disposição para o trabalho braçal e apreciadores da ética do “ganhar dinheiro fácil”.

Em nosso país, a família patriarcal confunde-se com o Estado. O historiador explica que os dois são inteiramente diferentes, um comportamento pessoal ou familiar não pode funcionar numa burocracia democrática porque um é individual e o outro é coletivo. Mas aqui, ao contrário, o Estado ampliou-se para a família. Os exemplos vão desde a inibição de responsabilidades, a aversão ao ritualismo social e a cordialidade opostos ao pensamento racional; o antiparticularismo e capacidade própria, inerentes à prática burocrática, impessoal e objetiva, cujas peculiaridades que distinguem o Estado burocrático estão ausentes no dia a dia dos brasileiros (HOLANDA, 2001).

Enquanto inexistente ou existe levemente a característica racional entre nós, tal marca foi transportada naturalmente para os Estados Unidos pelos colonizadores ingleses ou outros imigrantes europeus. Em meados do século XIX, o sistema de comunicações norte-americano era altamente desenvolvido com facilitadores como: os “caminhos de ferro”, máquinas de tipografia a vapor, o telégrafo, a instalação de cabo transatlântico, falta de limitação legal e elevado índice de alfabetização.

Segundo Quintero (1996), os Estados Unidos também foram os pioneiros no ensino universitário do Jornalismo em 1912. Desde o início, o sistema influenciou o jornalismo europeu por seu modelo de liberdade de expressão; um jornalismo de massas, barato, cujos conteúdos estavam mais perto dos pequenos interesses e da vida quotidiana do leitor que dos grandes fatos; eis a fórmula genuinamente americana (QUINTERO, 1996).

Ainda conforme o autor espanhol, em 1800, já eram publicados 24 diários na América. Oito anos após, é que a imprensa chega à terras brasileiras. Tanta pujança e nomes emblemáticos influenciariam também nosso futuro jornalismo. Destacam-se as novas iniciativas, como campanhas junto ao governo federal para realizar melhorias nas comunicações;¹⁴ a criação das agências noticiosas de caráter cooperativo¹⁵ e posturas éticas, a exemplo do pensamento de Joseph Pulitzer¹⁶, a defender que o jornal não era o órgão do republicanismo, mas o órgão da verdade (QUINTERO, 1996, p. 486). Seu estilo mostrava uma posição progressista em termos sociais, Pulitzer implantou, em 1883, no *The World*, campanhas a favor dos imigrantes, dos pobres e das classes trabalhadoras.

Sobressai-se nas redações americanas as inovações como: o uso das cores, do *lead*, notícias voltadas à vida dos cidadãos, edições vespertinas e dominicais, páginas dedicadas às minorias, às mulheres, aos desportistas, aos jovens; o surgimento do *New Journalism*¹⁷ etc. Tudo isso influenciou o jornalismo ocidental, e claro, o ofício brasileiro.

Mas há controvérsias quanto às semelhanças entre as duas linhas de comunicação. Mário Rosa (2003) interpreta que a

14- Horace Greeley, o fundador do New York Tribune.

15- Associated Press, de New York, em 1848.

16- Pulitzer criou o prêmio que leva seu nome, em 1917; o prêmio é concedido pela Universidade de Columbia (New York) a pessoas que realizam trabalhos de excelência na área de Jornalismo, Literatura e Música. Os ganhadores são escolhidos anualmente e divididos em 21 categorias. O vencedor na categoria Serviço Público de Jornalismo ganha uma medalha de ouro; o prêmio de Serviço Público é sempre dado a um jornal. São elegíveis pelo prêmio de jornalismo, apenas matérias e fotografias publicadas por jornais nos Estados Unidos (PRÊMIO PULITZER, 2012).

17- O *New Journalism* combinava a narrativa literária e a jornalística, surgida na década de 1960.

mídia brasileira percebe-se um modelo adaptado da americana, englobando jornais, televisão e revistas semanais inspiradas na *Time* e *Newsweek*.

Os princípios do jornalismo americano, suas normas de condutas e seus valores inspiraram e inspiram ainda, desde a faculdade, turmas e mais turmas de futuros profissionais da imprensa, no Brasil. Faz parte da “modernidade” a imprensa brasileira se julga uma versão tropicalizada do jornalismo em inglês (ROSA, 2003, p. 476).

O jornalista, no entanto, apresenta diferenças quanto à cobertura de escândalos políticos que muito diferenciam as duas mídias, diferenças essas que trazem uma marca nacional, historicamente dada, que nega essa impressão de semelhanças. A forma como os jornalistas brasileiros reportam o Estado, seus agentes e o mundo dos negócios são diversos da americana, segundo Rosa.

Origens socioculturais

Nas pesquisas das origens socioculturais, outros autores debruçaram-se sobre o estudo das características do Estado ou racionalismo burguês, ausentes ou parcialmente ausentes na cultura da *terra brasilis*, apresentando circunstâncias históricas que justificam o distanciamento e a influência de outros traços nos exercícios sociais e políticos da vida do povo brasileiro.

A dialética entre “indivíduo” e “pessoa”, por exemplo, faz parte desses traços diferenciados entre os países anglo-saxões que passaram pela reforma burguesa e outros, como Portugal e Brasil, que ficaram presos ao patrimonialismo de estamento burocrático.

A distinção entre ambos é uma forma de agir e idealizar o espaço social (DaMATTA, 1983). A noção de “indivíduo” foi desenvolvida no Ocidente, enquanto a “pessoa” domina as sociedades tradicionais, holísticas ou hierarquizadas.

A obra do antropólogo francês Louis Dumont inspira os pesquisadores brasileiros, Roberto DaMatta e Livia Barbosa. Na análise do mestre francês, citado por Barbosa (1992), o ambiente da sociedade moderna ou do “indivíduo” é composto de leis e decretos universalizantes e impessoais, que buscam a igualdade através de sua aplicação e operação prática. Vive no universo da liberdade, caracteriza-se, pois, pelo aspecto jurídico e institucional. Os indivíduos deslocam-se em domínios autônomos, demarcados e sem interferência do outro; há distinção clara entre a vida pública e privada. Aqui, a sociedade é um meio e a vida de cada um é o fim.

Nas coletividades tradicionais, o princípio básico é a hierarquia, a diferença e a complementariedade são fundamentais, os seres são socialmente determinados; a sociedade, ao contrário, é o fim e a vida de cada um é o meio (DUMONT, 1983 apud BARBOSA, 1992).

Os dois tipos de sociedades geram as distinções entre “indivíduo” e “pessoa”. De um lado, a lei universal é enfática, o sujeito dominante é o “indivíduo” cuja base é igualitária e liberal; do outro, a noção de “pessoa” pode ser entendida como uma “vertente coletiva da individualidade ou uma máscara que transforma o indivíduo, família, clube ou associação, em ser social” (DaMATTA, 1983, p.173). O contato com a totalidade é feito através da mediação entre clãs, linhagens, famílias, parentelas etc. A visão brasileira é reafirmada pelo estudioso que percebe o “indivíduo” como aquele “sem nome nem face” e a “pessoa” como “gente” ou “entidade moral dotada de rosto e vontade” (DaMATTA, 1984, p. 29-30).

Na análise do antropólogo, o Brasil é um sistema que comporta os dois lados, é um país híbrido, onde podem conviver as duas éticas. Coexiste, dialeticamente, um universo hierarquizado formado de um pequeno número de pessoas, comandando o destino de uma multidão que deve obedecer à lei (DaMATTA, 1983). Prevalece, no entanto, o tom pessoal quando o brasileiro, por exemplo, no uso do termo indivíduo, o traduz como aquele incapaz de dividir-se, de ligar-se à sociedade,

Individualizar significa, antes de tudo, desvincular-se dos segmentos tradicionais como a casa, a família, o eixo das relações pessoais como meio de ligação com a totalidade. Trata-se de buscar uma ligação direta com o Estado, por meio de associações voluntárias como o sindicato, o partido político e os órgãos de representação de classe. Mas para tanto é preciso abrir mão dos direitos substantivamente dados pelo sangue, pela filiação, pelo casamento, pela amizade e pelo compadrio (DaMATTA, 1983, p. 180).

O pesquisador dos dilemas e contradições nacionais estuda a identidade social desse povo, das experiências históricas e costumes próprios que classifica o brasileiro como um ser diferente, por exemplo, do americano; um ser e um país de cultura ou ideologia singular. Há dois modos de criar a identidade brasileira, um deles trata de dados relativos à economia, educação ou política, números e critérios “objetivos”, que classificam o Brasil nos termos da modernidade estabelecida pela Europa e Estados Unidos (DaMATTA, 1984).

O Brasil é uma sociedade *sui generis*. A visão de DaMatta apresenta múltiplos eixos ideológicos – a “hierarquia” e o “individualismo” – convivendo sem hegemonia e competição de qualquer um dos dois. As duas éticas são complementares, diverso

dos Estados Unidos, onde impera uma única ética – a individualista; no Brasil convivemos com duas, apresentando um universo social complexo e fascinante (BARBOSA, 1992).

Barbosa (1992) compartilha da compreensão histórica dos desencontros da modernidade: “hierarquia” e “individualismo”. O Brasil cultiva práticas sociais, econômicas e políticas conflitantes com nossas representações igualitárias; descendemos de uma sociedade bastante hierarquizada e herdamos um sistema legal português que pode ter gerado o chamado *formalismo social brasileiro*, o grande descompasso entre a norma e a prática social no país. O conflito ora cogitado, também é debatido por Eugênio Bucci (2000, p. 205), em relação aos códigos de ética e a prática diária no âmbito jornalístico.

As citadas práticas sociais específicas brasileiras, que aparecem neste texto, são exercitadas por um povo que não sofreu, simultaneamente, as mudanças impostas pelo capitalismo e as reformas religiosas que criaram novos parâmetros éticos oriundos, por exemplo, do protestantismo na Idade Moderna, cujos preceitos incluem a impessoalidade no sistema jurídico. Em oposição, o Estado português alcança o reflexo da ética católica e das relações pessoais na vida pública.

Ética católica e protestante

Faoro (1958) destaca o papel do catolicismo na economia. Sua visão é de que o “espírito capitalista” não combina com o catolicismo, ou seja, a prosperidade terrena não é bem vista pela religião que promete ao crente um mundo melhor na eternidade porque não conhece o esforço do trabalho e da poupança. Daí a valorização do pobre e a interdição da usura, permitida apenas aos judeus.

A reverência prolongada a superiores ou a aversão aos rituais institucionais, características do povo brasileiro, são também refletidas no comportamento religioso. A ética católica se expressa, emotivamente, no tratamento íntimo aos santos, por exemplo, a Santa Terezinha e o Menino Jesus, resultado de um culto de caráter íntimo, amável e fraterno (HOLANDA, 2001). Esse proceder, que vem da Península Ibérica, traduz bem o espírito brasileiro mais afeito à intimidade, até com Deus, tratado como um amigo familiar, próximo; o oposto da divindade palaciana ou de um senhor feudal.

Max Weber (1864-1920) observa que preceitos religiosos e suas derivadas ideias éticas do dever foram, no passado, influências formativas de mais significado da conduta racional prática na formação do capitalismo ocidental. Certas ideias religiosas afetam o desenvolvimento de um espírito econômico, e mais, a ética religiosa pode ser a viga mestra da cultura de um povo, de um país, influenciando fortemente em sua conduta.

Weber (2004) subordina o desenvolvimento do capitalismo à vigência da ética protestante. O autor esclarece o papel das forças religiosas no desenvolvimento da teia de nossa cultura secular moderna, na complexa interação dos inúmeros e diversos fatores históricos. Expondo melhor, ele busca investigar se, e em que pontos, podem-se considerar algumas correlações entre crenças religiosas e práticas éticas.

Há razões esclarecedoras do domínio de protestantes nas posições de comando no mundo capitalista. Entre os católicos, além de a população formada ser em percentual menor, a preferência dos cursos recai sobre a aprendizagem humanística. Ao contrário, entre os protestantes, nota-se uma maior preparação nos estudos técnicos, ocupações comerciais e industriais, que pode explicar o maior engajamento nas empresas capitalistas, comparado aos católicos (WEBER, 2004, p. 39).

Para justificar as posições diferentes entre as práticas religiosas, Weber (2004) cita um “escritor contemporâneo” que defende que o católico é mais quieto, tem menor impulso aquisitivo; prefere a vida o mais segura possível – mesmo tendo menores rendimentos –, a uma vida mais excitante e cheia de riscos, ainda que essa possa lhe propiciar a oportunidade de ganhar honrarias e riquezas.

Esse pensamento se coaduna com a interpretação pecaminosa da usura no catolicismo, componente permitido em outras religiões. Trata-se antes de uma ética peculiar do que de um meio de fazer a vida, embora seja um dever do indivíduo aumentar seu capital. Conforme Weber, não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de “um *ethos*” (WEBER, 2004, p. 48).

O tema da interdição dos juros ou lucros representava um perigo de conflito com a doutrina católica, ou seja, uma ameaça à salvação. Interessa relembrar que essa era a religião dominante em Portugal, e por consequência imposta, eticamente, mais tarde, ao Brasil. O medo de perder o lugar ao céu, “à direita do Pai”, levava os ricos, quando morriam, a transferir altas somas de dinheiro às instituições religiosas “como dívida de consciência” (WEBER, 2004, p. 63).

Essa questão da proibição dos juros, na Idade Média, também é relatada por Leo Huberman (1981). A Igreja Católica considerava tal ganho como usura, portanto, pecado, punindo com “a danação eterna” para quem desobedecesse. De acordo com o autor, a Igreja ensinava que o lucro do bolso representava “a ruína da alma”, o bem-estar espiritual é que estava em primeiro lugar (HUBERMAN, 1981, p. 47).

As reformas da Igreja vêm mudar essa ética em terras europeias e americanas, mas não na Península Ibérica. O capitalismo na Europa Ocidental e América do Norte espalha a ambição de ganhar mais e mais dinheiro; adquirir bens supera o atendimento

das necessidades básicas e tal inversão expressa um princípio capitalista e um sentimento ligado a certas ideias religiosas.

Segundo Weber (2004), Martinho Lutero (1483-1546) traz, como novo conteúdo, a valorização do cumprimento do dever nos afazeres seculares do dia a dia. O sacerdote agostiniano, precursor da Reforma Protestante, interpretava o trabalho como uma expressão externa do amor fraternal (WEBER, 2004).

Alguns argumentos da ética protestante concebidos pelos reformadores são destacados como fatores essenciais para o desenvolvimento do capitalismo ou do próprio racionalismo. A Reforma Protestante ou Calvinista,¹⁸ através de João Calvino (1509-1564), elaborou a tese da “predestinação fatalista”,¹⁹ que determinava a fórmula da salvação expressa pela soma da fé, leitura da bíblia e obras.

A riqueza, pois, é um sinal da salvação, sinal da predestinação. Calvino considerava que o enriquecimento do clero não impedia sua eficiência, e, até permitia que se aplicassem seus recursos a juros (WEBER, 2004, p118). A religião beneficiou a burguesia, que nessa época estava em plena expansão econômica, passando a ser a principal representante da ética calvinista. A fé de Calvino transforma-se na religião do capitalismo, pois “santificou o lucro”.

Richard Baxter é um autor da ética puritana, escolhido por Weber, para descrever como era vista a riqueza pelo ascetismo²⁰ protestante. Havia uma objeção ao rico enquanto gozava da

18- A Reforma Calvinista surgiu na Suíça em 1536. Sob esta fé foram desenvolvidas “as grandes contendas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países mais desenvolvidos – Holanda, Inglaterra e França”(WEBER, 2004, p. 78). João Calvino foi um dos seus idealizadores, era teólogo e membro da Igreja Católica.

19- Conforme o Capítulo III do Decreto Eterno de Deus, n. 3, “Por decreto de Deus, por manifestação de Sua glória, alguns homens e anjos são predestinados à vida eterna, e outros são fadados à morte eterna” (WEBER, 2004, p. 79).

20- Ascese (disciplina, exercício que leva à realização da virtude, à plenitude da vida moral); ascético (contemplativo místico).

riqueza com o subsequente ócio; a perda de tempo, sim, era tida como o maior dos pecados. O sacerdote autor cita o mandamento de Deus a Adão, “com o suor de tua fronte” e a afirmação de São Paulo, “aquele que não trabalha não pode comer” (BAXTER apud Weber, 2004, p. 209). O trabalho era considerado a própria finalidade da vida. A preguiça ou indolência eram pecados mortais.

Enquanto isso, a ética católica tomista medieval, seguida pelos portugueses, pregava que o trabalho era necessário apenas para a manutenção do indivíduo e da comunidade. Em oposição, os protestantes, na letra de Baxter, expressavam que mesmo o rico não deve comer sem trabalhar. Os preceitos éticos protestantes incentivavam, através de seus teólogos moralistas, a aquisição capitalista aos seus seguidores, “querer ser pobre é o mesmo que querer ser doente” (WEBER, 2004, p. 122).

A desonestidade, a avareza compulsiva e as tentações eram condenadas por essa específica ética em consideração à riqueza privada. Todavia, como fruto do trabalho e adquirida por meios lícitos, era uma benção de Deus. Dizendo melhor, a iniciativa empreendedora, própria do mundo racional, a liberdade e apoio na busca da riqueza e seu uso para suprir as necessidades do indivíduo e da comunidade, representam o núcleo ético da burguesia protestante. Os trabalhadores fizeram do labor uma ética de cunho social.

Como escreveu Weber (2004), a ética e as ideias religiosas afetam a economia e podem ser o sustentáculo de uma cultura, de um país. De igual forma, a herança política e social herdada, também imprime suas marcas na conduta do povo o influenciando. Esse espólio é espontaneamente refletido nas práticas cotidianas, no decorrer dos tempos, até chegar à contemporaneidade.

O jeitinho brasileiro e a burocracia

Surgido na segunda metade do século XVIII, o termo "burocracia" foi empregado, no princípio, apenas para designar a estrutura administrativa do Estado, formada pelos funcionários públicos. No século XX, após a criação da União Soviética, define-se como uma crítica à rigidez do aparelho estatal e aos partidos políticos que sufocavam a democracia de base. Nas últimas décadas, adquiriu um sentido negativo usado como propagação de normas e regulamentos facilitadores da ineficiência de empresas públicas e privadas. Max Weber, citado por Renato Cancian (2007), concede novo significado à acepção burocrática analisando-a, além de uma forma organizacional administrativa avançada, com base no método racional e científico, também uma forma de dominação legítima (CANCIAN, 2007).

Reinhard Bendix (1986) traça um “perfil intelectual” de Weber detalhando os aspectos da burocracia, seu papel essencial, consequências e atributos no Estado Moderno, especialmente na área governamental. No domínio da lei prevalecem as organizações burocráticas governadas por regras administrativas que estabelecem a delimitação do trabalho em termos de critérios impessoais, ou seja, é inadmissível a interferência das emoções no desempenho dos funcionários.

Outros princípios dizem respeito à separação entre os negócios/renda oficiais e os privados, ou seja, os ocupantes dos cargos não podem se apropriar dos recursos públicos (WEBER apud BENDIX, 1986, p. 327). Uma comparação é estabelecida entre o sistema burocrático impessoal e o sistema de administração no regime patrimonial, de feições pessoais.

Na dominação legal, o cargo de funcionário burocrático é caracterizado por atributos como a designação e colocação a

partir das qualificações técnicas, da competência e meritocracia. Destaca-se “a calculabilidade das decisões” realizadas de maneira mais completa quanto mais a burocracia se “despersonalizar”, isto é, quanto mais completamente ela conseguir a exclusão do amor, ódio, e todo sentimento puramente pessoal, [...] da execução de tarefas oficiais (WEBER apud BENDIX, 1986, p. 329-330). Em outras palavras, a burocracia torna todos iguais, todos um número de processo.

O “ideal da impessoalidade administrativa” distingue-se pela separação entre os negócios e a família, entre o cargo público e seu ocupante. A autoridade é exercida de acordo com regras e todas as pessoas sujeitas a essa autoridade são juridicamente iguais.

A burocracia se desenvolveu com o apoio dos movimentos democráticos que reivindicavam igualdade perante a lei e garantias legais contra a arbitrariedade nas decisões judiciais e administrativas. Como oposição ao sistema vigente de privilégios e poderes arbitrários, essas reivindicações favoreciam claramente um exercício impessoal da autoridade regida por normas e a contratação de funcionários de todos os estratos sociais, com base unicamente em qualificações técnicas. Ao satisfazerem essas exigências, as organizações burocráticas tiveram um efeito nivelador; as pessoas sujeitas à lei e os funcionários que exerciam a autoridade sob a lei tornaram-se formalmente iguais (BENDIX, 1986, p. 336).

Vista dessa forma, a burocracia tem o papel, assim como as normas de procedimento, de impedir os deslizes, de tornar as coisas justas, o que faz lembrar o pensador americano John Rawls, que se dedica ao tema da justiça como equidade (*justice as fairness*), uma teoria deontológica de gênero ético-político,

aplicada às instituições sociais e à distribuição dos bens materiais (RAWLS, 1993, § 2:8 apud PEGORARO, 2008, p. 125).

Raws(1993) explicita o recurso do “véu da ignorância” para aplicação da justiça igualitária. Assim haveria descarte do conhecimento a respeito da condição social; as ações públicas julgadas pela ignorância de detalhes que diferenciam os participantes. Analisar-se-iam o fato e o ser sem interferência dos afetos. Essa seria a sociedade ideal e justa, semelhante à igualdade proposta pela burocracia dentro de um estado moderno e competitivo.

Nesse ambiente de formalismo burocrático surgem as manifestações do “jeitinho brasileiro”, reconhecido nacionalmente, segundo os informantes da pesquisa de Lívia Barbosa (1992), realizada em capitais brasileiras entre 1984 e 1986. Mas o que seria o jeitinho tão conhecido neste país? A autora explica as razões do uso do jeito como forma de sobrevivência ao sistema,

Enquanto a máquina burocrática é teoricamente racional, impessoal, anônima e faz uso de categorias intelectuais, o jeito lança mão de categorias emocionais. Com os sentimentos, estabelece um espaço pessoal no domínio do impessoal. E sua estratégia depende de fatos opostos ao da burocracia como: simpatia, maneira de falar etc. (BARBOSA, 1992, p. 37).

O jeitinho se constitui num modo obrigatório de resolver aquelas situações nas quais uma pessoa se depara com um “não pode”, de uma lei ou autoridade. Conforme Roberto DaMatta (1992), Barbosa detecta o centro do “jeitinho” na nossa notória dificuldade de lidar com um princípio burguês fundamental, qual seja: a igualdade de todos perante as normas, base da isonomia jurídico-política descoberta e instituída pela mentalidade revolucionária no Ocidente europeu.

No Brasil, constata DaMatta (1992), o indivíduo é o sujeito normativo das situações, ou seja, aqui, é muito mais importante conhecer a pessoa implicada, do que a lei que governa uma dada situação (DaMATTA, 1992). Roberto Campos considera o “jeitinho brasileiro” não como “uma instituição legal nem ilegal, é simplesmente *paralegal*” (CAMPOS, 1966 apud BARBOSA, 1992, p. 14).

Para os entrevistados da pesquisa de Barbosa (1992), os sinônimos mais comuns do jeitinho são: *quebra-galho, malandragem, jogo de cintura, ginga* etc.; é usado por toda a sociedade, do “contínuo ao presidente” ou do “faxineiro ao empresário”, portanto, há um uso universal da “instituição”. Quem não pratica ou é contra, usa argumentos de cunho ético e moral.

Barbosa (1992) esclarece que a burocracia é o domínio, em geral, “do dar um jeito”, conforme os informantes. A técnica do “jeitinho” é apelar para as justificativas pessoais, para os bons sentimentos e a boa vontade do interlocutor. No universo anglo-saxão, por exemplo, é o oposto, um problema de pressa para conseguir alguma coisa está na esfera privada do cidadão, o outro não tem responsabilidade nenhuma em resolvê-lo.

Já no Brasil, a ênfase é colocada nas relações pessoais, as regras impessoais são difíceis de serem estabelecidas, pois, para a autora, todos querem ser pessoas e não indivíduos (BARBOSA, 1992, p. 43). A antropóloga também entende que o sistema burocrático brasileiro é rígido, ineficiente e intransigente; para ela, os próprios executores do sistema regulam as questões com base na vontade pessoal em lugar do “bom senso” ou dos direitos do cidadão.

Analisadas as modalidades da fala sobre o tema, o discurso positivo salienta o “jeito” como parte do nosso caráter e resume o lado cordial, simpático, alegre e esperto do brasileiro. Além disso, os entrevistados o consideram um elemento que humaniza as relações num mundo rígido, impessoal e frio. Nesse sentido, o “jeitinho” funciona como uma “cidadania invertida”, baseado na

necessidade de quem precisa e na compreensão de quem manipula a situação, e não nos direitos e deveres do indivíduo (BARBOSA, 1992, p. 51). A linguagem negativa, por sua vez, prega mudanças de ordem política, social e legal.

A cordialidade brasileira é assunto expandido por Sérgio Buarque de Holanda (2001), igualmente a outras características da cultura nacional, entendidas como matrizes de uma ética peculiar brasileira. O homem cordial preza as relações de simpatia, é adverso às relações abstratas, às hierarquias ou formalidades típicas e necessárias ao Estado e sociedades modernas. Ademais, tende a reduzir toda e qualquer relação a um padrão pessoal e afetivo, é delicado no trato e hospitaleiro; sofre da dificuldade, herdada do meio rural, de separar o público do privado (HOLANDA, 2001).

O “jeitinho” pode servir para amenizar a exigência da presença do indivíduo. Seu discurso erudito/teórico critica as instituições sociais, a realidade econômica e avalia o conceito do Brasil como nação. Existe também um discurso de denúncia da nossa situação política, da corrupção e impunidade dos homens públicos, ambos sem credibilidade. Os respondentes das entrevistas de Barbosa (1992, p. 60), avaliam que nos países de colonização anglo-saxã, as regras são percebidas com maior proximidade da prática social e o povo mais disciplinado e ordeiro, enquanto que aqui “[...] nada funciona, as coisas não são sérias”.

O brasileiro na pele de sofrido e trabalhador é percebido, publicamente, na fala de teor liberal; privadamente, é visto como *mal-educado*, *picareta*, *pouco sério* etc. Todos procuram tirar vantagem de tudo “a começar pelo próprio Estado brasileiro que, na pessoa de seus governantes, oferece o pior exemplo que qualquer sociedade poderia ter” (BARBOSA, 1992, p. 61-62). Essa avaliação encontra eco nos juízos de valor moral, na conduta ética do brasileiro sintetizada na *Lei de Gérson* interpretada como procedimento desonesto, egoísta, impunitivo, a face do “querer se dar bem,” independente dos limites sociais e reconhecimento dos direitos alheios.

Na apreciação da linguagem teórica ou erudita, observa-se a contradição daquele que desrespeita as regras, mas se expressa como distanciado de tais práticas sociais. Fala-se aqui, muitas vezes, como um cidadão americano perplexo diante das atitudes de um brasileiro, tais como o comportamento no trânsito ou o uso de influências, prestígio e relações pessoais, quando surge a ocasião (BARBOSA, 1992).

Seguindo o raciocínio desse complexo de terceira pessoa, Renato Janine Ribeiro (2002) reforça a questão quando admite que haja uma forte tendência entre nós de pensar que apenas o político não é ético. Afirma que muitos que discutem ética no país ficam só na indignação, não definem uma alternativa viável. Ele percebe que de um lado, o discurso professado se apresenta como um discurso altamente ético e moralizante, mas, de outro lado, a prática – de todos nós, não só dos políticos – “é um Deus nos acuda”. Esse quadro é particularmente agudo na política (RIBEIRO, 2002). Para o professor de Filosofia e Ética, a maioria daqueles que discute ética, no Brasil, exalta a reclamação, a crítica, porém é necessário ir além dessa indignação fácil. É preciso estabelecer quais são os valores que as pessoas estão prontas a assumir; as escolhas pessoais, em termos éticos, não podem ser dispensadas, advoga.

Duas dessas opções éticas são bastante conhecidas no país: “você sabe com quem está falando?”²¹ e o “jeitinho brasileiro”.²² Barbosa (1992) compara as características das duas éticas atuantes no Brasil, avaliando que ambas expressam um modelo de relações subjacentes à nossa sociedade e uma maneira de transformar indivíduos em pessoas.

A primeira demonstra a vertente brasileira hierárquica e autoritária, estabelecendo uma relação negativa. A segunda demonstra o lado cordial, faz uso da barganha e da argumentação;

21 - Estudado por Roberto DaMatta.

22 - Objeto da tese de doutorado de Livia Barbosa, defendida em 1986, que teve como orientador Roberto DaMatta.

aglutina e estabelece uma relação positiva, e geralmente usa argumentos individualistas. As características dos dramas expostos, para a antropóloga, configuram aspectos nacionais singulares e expressões das vertentes ideológicas – o *individualismo* e a *hierarquia*, conformados como as duas éticas centrais do nosso sistema sociopolítico.

Discutir o princípio burocrático é algo extremamente necessário no estudo da ética. A ideia da burocracia, como ideia de um estado moderno, quer tornar público e transparente o que antes era privado. O ambiente impessoal difere do ambiente onde vigora o “jeitinho”, prática interpretada, por conseguinte, como uma disfunção ou a sustentação de um conceito não moderno que o brasileiro ainda conserva.

O jornalismo usa estratégias burocráticas nas suas rotinas produtivas na tentativa de criar procedimentos com base em regras, a exemplo de ouvir fontes divergentes, de utilizar aspas, ancorar no real; trata-se de uma ação procedimental para preservar essa ideia de transparência, de objetividade e tratamento indistinto.

O que Renato Janine argumenta sobre a dissonância entre o discurso e a prática ética no Brasil, assim como escolha de valores a assumir, envolve naturalmente o jornalismo, que como diria Chaparro (2007), como espaço público de embates discursivos e linguagem confiável de relatos, cumpre papel cada vez mais importante nos processos da construção democrática.

Democracia, ética e opinião pública

O respeito à liberdade de imprensa, de expressão, respeito à alteridade, à verdade; a autonomia e a transparência das ações governamentais fazem parte do contexto democrático e jornalístico. Com a prerrogativa que a mídia tem de fiscalizar as atividades do poder governamental e seus representantes,

os jornalistas podem apontar e responsabilizá-los pelos desvios, cumprindo os princípios éticos, se auxiliadas por outras instâncias que compõem o aparelho do Estado, partidos de oposição, conselhos de ética, comissões parlamentares de inquérito, Ministério Público, Defensoria Pública, o Poder Judiciário, a Polícia Federal, tribunais de contas e as corregedorias (SILVA, 2008).

Apesar da vantagem da imprensa de vigiar o poder, a missão não é franqueada a todos os profissionais. Medina (1988) defende alguns traços fundamentais para o perfil de um produtor de informação na democracia, entre eles a ética profissional, capacidades técnicas para investigar a realidade presente e imediata, capacidade de relação com a realidade social, capacidade técnica e artística no domínio da linguagem, acúmulo de informações e vivências a serviço do enriquecimento profissional.

O produtor de informações, como qualquer cidadão ator político, também está submetido ao pensamento aristotélico de que a ética está subordinada à política, o bem individual condicionado ao bem geral. Aristóteles pensava a política em duas esferas: a ética como ação individual; a política, uma ação em sociedade. Para o filósofo, assegurar o bem de uma nação ou estado é uma realização maior que cuidar do indivíduo. Seu pensar aponta que o bem absoluto é autossuficiente:

Por autossuficiente não entendemos aquilo que é suficiente para um homem isolado, para alguém que vive uma vida solitária, mas também aos pais, os filhos, a esposa e em geral para os seus amigos e concidadãos, já que o homem é um animal político (ARISTOTELES, 2007, p. 26).²³

Centralizar a questão da política e da ética no bem comum também foi a ideia de Jean-Jacques Rousseau (2006), quando

23- Complemento da referência: 1097b-10.

explicou a democracia no seu *Contrato Social*, escrito em 1757, ainda atual. Alerta sobre o perigo da influência dos interesses privados nos negócios públicos, pondera que é um mal menor o abuso das leis pelo governo do que a corrupção do legislador, resultado infalível dos alvos particulares.

Adepto da democracia direta, Rousseau (2006, p. 67) não acreditava na verdadeira democracia. Afirma que nunca existiu e talvez nunca existirá. “É contra a ordem natural que um grande número governe e seja o pequeno governado”. Pensa dessa maneira visto a reunião de condições,²⁴ instituídas por ele mesmo, para concretizar tal governo, principalmente pela dificuldade de agrupá-las. Em suma, para o suíço, o sonho democrático passa longe da imperfeição humana, disse ele que se houvesse “um povo de deuses”, seria governado democraticamente, mas aos homens não convém tão perfeito governo (ROUSSEAU, 2006, p. 68).

Na democracia direta o termo democracia significa o poder (*krátos*) do povo (*démos*), porque o povo decide suas próprias questões. Hoje, o poder é dado aos representantes *do démos*, na chamada democracia representativa. *Démosé* um radical grego entendido como “comunidade dos cidadãos”. Conforme descrição de Bobbio (2000a), a democracia como poder dos mais, dos muitos, do povo, da massa, dos pobres, dos ricos é definida de várias maneiras. O ponto nuclear, no entanto, é a igualdade de natureza baseada na ética cristã que dita serem todos filhos de Deus; trata-se da *isogonía*, que considera todos os indivíduos dignos de governar, portanto, o fundamento ideal da democracia.

A ideia da irmandade humana leva à corrente ética do Consequencialismo e sua versão mais familiar, o Utilitarismo.

24- São elas: um Estado bem pequeno onde seja fácil reunir o povo e que todos se conheçam; grande simplicidade dos costumes; muita igualdade nas classes e nas fortunas e pouco ou nenhum luxo (ROUSSEAU, 2006, p. 67).

Fundado por Jeremy Bentham (1748-1832), a doutrina prega que uma ação só pode ser julgada boa ou má se forem consideradas suas consequências, boas ou más, para a felicidade de todos os envolvidos.

Há um traço prescritivista no utilitarismo no sentido que pede uma universalização da máxima individual. Para Bentham, a ação moralmente justificada é aquela cujas consequências devem produzir a maior felicidade para o maior número de indivíduos (BENTHAM apud CANTO-SPERBER, 2003, p. 738). Ou seja, quer atingir metas, reduzir danos, quer um benefício imediato e causar felicidade, mas não inclui todos. Bentham estabeleceu a distinção entre “o princípio da felicidade maior” para uma maioria como o único fim universalmente desejável e “a felicidade de cada homem” que é seu único fim verdadeiro (*atual*) (CANTO-SPERBER, 2003, p. 740).

Immanuel Kant, quem primeiro defendeu a ética deontológica, afirma que o bom é expresso na boa vontade, assim a felicidade não será plena se não corrigida pela boa vontade. O princípio kantiano põe de lado o que é contrário ou conforme o dever. Quando se age apenas por dever, não por inclinação ou medo, sua máxima²⁵ tem um conteúdo ou tem autêntico valor moral. Ao contrário do utilitarismo, aqui as regras morais são válidas pelo seu caráter universal sem admitir exceções. Kant expressa através do seu imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2008, p. 62). O que transforma, portanto, uma lei em lei moral é o desejo que ela se torne universal, que seja boa para todos, não para a maioria.

O deontologismo processual ou moderado é representado por nomes como John Rawls e Jürgen Habermas, cujas teses contrariam o utilitarismo. A Teoria da Justiça moderna de Rawls

25- Máxima é o princípio subjetivo do querer; o princípio objetivo é a lei prática.

traz os princípios da igualdade e da desigualdade. O primeiro defende os direitos humanos de participação política, de opinião, de consciência, religião etc.; o segundo refere-se à distribuição de bens, à repartição dos encargos públicos, dos deveres e vantagens sociais. As desigualdades são aceitas desde que beneficiem os mais desfavorecidos socialmente ou que tenham iguais oportunidades de acesso aos cargos públicos. Os critérios de ingresso são os da aptidão, formação e competência comprovadas por concurso público (RAWLS apud PEGORARO, 2008, p. 126).

A ideia de consenso também foi contemplada por Habermas (2003) apresentando o Princípio de Universalização (U) como regra de argumentação moral. Afirma que as normas somente serão válidas enquanto aceitas por todos os concernidos. Defende um princípio que força “cada um”, a adotar, na ponderação dos interesses, a perspectiva de “todos os outros”. Prenuncia que,

Toda norma válida deve satisfazer a condição que as consequências e efeitos colaterais, que (previsivelmente) resultarem para a satisfação dos interesses de *cada* um dos indivíduos do fato de ser ela *universalmente* seguida, possam ser aceitos por *todos* os concernidos (e preferidos a todas as consequências das possibilidades alternativas e conhecidas de regagem) (HABERMAS, 2003, p. 86, grifos do autor).

O filósofo introduz, através da ética do Discurso (D), o princípio validador das normas: “São válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais”²⁶ (HABERMAS 1997, p. 142). Admite em particular, que a validade de uma regra

26- E explica que por “normas de ação” entendem-se expectativas de comportamento generalizadas temporal, social e objetivamente. Por “atingido” é todo aquele cujos interesses serão afetados pelas prováveis consequências provocadas pela regulamentação de uma prática geral através de normas. “Discurso racional” envolve movimento livre de temas, contribuições e

existe apenas, quando todos os participantes do discurso prático chegam a um acordo, portanto, a elaboração dos princípios morais, no entender de Canto-Sperber (2003), é o resultado de um processo de discussão.

Habermas entende a formação da opinião pública pela comunicação crítica enquanto condição para a opinião rigorosamente pública, o que só se dá com a participação de pessoas privadas nos processos formais de comunicação (HABERMAS, 2003, p. 287). Ou seja, para ser admitida como pública são necessárias vozes de diferentes públicos ou não concentrará “o juízo de valor formulado pelo povo” a respeito de um determinado fato (MELO, 1971, p. 51).

Hall e colaboradores (1993, p. 234) expressam-se sobre o papel geral dos *media* na formação da opinião pública. Para eles, onde a maioria da população não tem acesso direto nem poder sobre as decisões centrais que afetam suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os *media* desempenham uma função essa seria a ligação e mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos. Também dirigem a passagem entre aqueles que estão “no saber” (grifo do autor) e a “ignorância estruturada” do público em geral.

Os meios de comunicação podem até não centralizar a opinião pública, mas é parte desse processo comunicativo, desde que a opinião centralizada existe como uma decorrência da liberdade de expressão e pensamento dos indivíduos. O direito fundamental do cidadão à informação, que abrange o direito de acesso às notícias de interesse público facilitado pelos jornalistas é protagonizado pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, logo no Capítulo I, artigo 1º (FENAJ, 2007). Não cabe a esse profissional, conforme a deontologia jornalística,

informações relacionados com temas morais, ético-políticos e pragmáticos (HABERMAS, 1997, p. 142).

impedir que o indivíduo tenha conhecimento das informações por nenhum tipo de interesse. (Art. 2º)

Para que haja opinião pública, é necessário, no entendimento de Bryce (1895 apud MELO, 1971), que os indivíduos de uma sociedade tenham acesso livre e total às informações, só assim poderão formular opiniões autoconscientes. Se o povo não discorda dos atos dos governantes, se não tem essa consciência, não existe a opinião pública, e sim, a “opinião da elite dominante” (BRYCE, 1895 apud MELO, 1971, p. 53-54).

O jornalista percebido como um produtor de opinião pública é o pensamento de Branco (2009). Há um constante debate dos *mass media* que inclui discussões desde a função dos órgãos de comunicação, o conteúdo das mensagens veiculadas, ideologia, efeitos e o papel dos jornalistas. A relação entre esses e o público é caracterizada por um acordo comunicativo e uma confiança, resultante do fato de que a construção de realidades coletivas importantes, atribuídas através de uma competência institucionalizada, deva ser construída pelos mesmos jornalistas. Daí, o autor desenha a arquitetura entre o jornalismo, seu compromisso com a formação da opinião pública e com a ética,

A valorização do papel protagonista dos jornalistas no sistema social cruza-se, por vezes, com os novos entendimentos desenvolvidos pela investigação em comunicação do conceito de opinião pública. De sublinhar que, no campo político, os meios de comunicação de massa e os jornalistas não se limitam a transmitir a política nem a convertê-la de forma mais perceptível, não detêm um papel meramente mediador entre o sistema social e o sistema político, mas definidor. É a partir deste quadro conceptual que os jornalistas devem ser considerados como produtores de opinião pública. [...] A ética deve estar presente em tudo que o jornalista faça (BRANCO, 2009, p. 86).

A opinião pública, para Maia (1971) é um fenômeno dialético resultante do choque entre opiniões divergentes; uma delas vai atrair as atenções da maioria dos indivíduos. Aí entram os veículos de comunicação de massa, com seu teor ideológico, agindo sobre as opiniões, regulando as formas de agir e pensar das sociedades.

A mesma interseção entre democracia, ética e sociedade é concernida pela Economia Política da Comunicação, a qual atenta para os valores que ajudam a criar um comportamento social, [...] é conhecida por seu “compromisso com a filosofia moral”²⁷ (MOSCO, 2009, p. 4, tradução nossa). Ela se constitui, no dizer do autor, no estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que constituem, reciprocamente, a produção, a distribuição e o consumo de recursos, incluindo recursos de comunicação.

Em apreciação à diversidade de posições morais envolvidas na Economia Política voltada à comunicação, Vincent Mosco (2009) enaltece seu papel democrático, afirmando que a Economia Política contemporânea envolve uma variedade de posições morais, mas em geral, tende a favorecer o valor de estender a democracia a todos os aspectos da vida social, e continua,

Isso inclui a esfera política, onde a democracia significa o direito de participar no governo, mas também se estende aos domínios econômico, social e cultural, onde partidários da chamada democracia defendem a igualdade de renda, o acesso à educação, a total participação pública na produção cultural e direito garantido à livre comunicação²⁸(MOSCO, 2009, p. 4, tradução nossa).

27- “The Political Economy is noted for its commitment to moral philosophy.”

28- “This includes the political realm, where democracy means the right to participate in government, but it also extends to the economic, social, and cultural domains where supporters of democracy call for income equality, access to education, full public participation in cultural production, and a guaranteed right to communicate freely.”

Observar e compreender o modo como o jornalismo narrou, do ponto de vista ético, o “escândalo político do Senado”, através das reportagens das revistas *Carta Capital* e *Veja*, no ano de 2009, é o objetivo geral deste livro. Vamos mostrar como o escândalo se forma, seus predicados, origens e implicações aos personagens envolvidos.

O escândalo político

O “escândalo”, conceituado por Thompson (2002), diz respeito a ações ou acontecimentos, que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Especificamente, de acordo com o autor, é aquele que envolve um líder ou figura política e [...] as relações e instituições sociais em virtude das quais é atribuído poder político a um indivíduo, ou com respeito às quais o indivíduo procura adquiri-lo (THOMPSON, 2002, p. 124). A forma de escândalo localizado evoluiu junto aos meios de comunicação, gerando o “escândalo político midiático”, constituído pelas formas midiáticas de comunicação, com propriedades e consequências diversas.

Outros itens compõem a conexão entre escândalo e mídia, a potencialidade de sucesso comercial com a venda de jornais, revistas e produtos anunciados e a ligação com as transformações sociais que moldaram o mundo moderno, redefinindo as relações entre vida pública e privada. Nos novos tempos, uma crise política alcança milhões de espectadores instantaneamente.

Uma das características do “escândalo midiático”, segundo Thompson (2002), é a estrutura sequencial. Para o autor, seu desenvolvimento temporal é modelado pelos ritmos das

organizações da mídia, instituições jurídicas e políticas, as quais desempenham papel central na revelação e interpretação das informações da crise. Podem-se distinguir, segundo o autor, quatro fases que traduzem essa sequência: o pré-escândalo, o escândalo propriamente dito, o clímax e as consequências.

Thompson (2002) compreende que revelar segredos ocultos do poder, fato constante nos escândalos, transparece uma imagem que a imprensa tem de si mesma: o exercício da missão de guardião do interesse público. É pertinente, pois, a esta dissertação analisar como os jornalistas abordaram as revelações, o deslocamento de fatos e atos ocultos para o palco midiático e as possíveis reações dos envolvidos e da opinião pública. Há que se avaliar então, como a mídia trata essas descobertas, como manifesta sua desaprovação.

Além do tipo de transgressão, de publicidade e revelação, Thompson (2002) aponta os modos de desaprovação como características do “escândalo midiático”. A consequência principal de um escândalo político para uma pessoa pública é a redução de sua “cota” de reputação administrada de forma conveniente à política de confiança. Nesse sentido, será verificado, pois, como as coberturas das revistas narram, recriminam, responsabilizam, atenuam ou acusam, favorecem ou não as instituições e os atores políticos etc.;²⁹ como a imprensa usa o instrumental ético para censurar, através das manchetes humilhantes, dos textos editoriais com avaliações negativas; por intermédio das fontes, notadamente, os especialistas deliberadamente escolhidos para enquadrar a escrita à maneira do posicionamento ideológico da empresa; ou ainda pelos recursos humorísticos para zombar irreverentemente.

Assim como a política de confiança, a visibilidade também é um fator diretamente ligado ao escândalo político. Através da

29- São considerados atores políticos aqueles definidos e expressos pelas instituições democráticas, sejam os partidos, as eleições, o poder executivo ou o legislativo, a imprensa ou o cidadão.

mídia, a visibilidade transforma a vida social e política, ela favorece aos políticos tanto ampliar quanto expor os feitos, portanto, tornam-se mais vulneráveis porque os erros éticos ou os conteúdos guardados, também receberão a luz midiática.

Outro fator é a violação de regras que regem transações financeiras, principalmente quando envolvem desonestidade e corrupção. Segundo Thompson (2002, p. 56), a corrupção é a falta de integridade no desempenho das funções públicas através de subornos ou favores, especialmente pelos oficiais do Estado ou de alguma instituição pública. É o processo de “decadência moral”.

Como o escândalo torna-se um acontecimento público propiciado pela mídia, os próprios meios de comunicação, simultaneamente, submergem na crise e confundem-se eles mesmos com a dinâmica dos acontecimentos, segundo Vevila Silva, reunindo provas e delatando culpados, colocam-se como agentes externos, capazes de fazer “julgamentos por vezes moralizadores”, assim como arriscar prognósticos e apontamento de consequências (SILVA, 2008, p. 21).

Ao que interessa a esta discussão, pode-se defender que a crise do Senado, ocorrida em 2009, constituiu-se num “escândalo político midiático” em função de ter preenchido as características elaboradas por Thompson, do que seja um acontecimento desse porte: ou seja, é caracterizado principalmente pela apresentação e comentários da mídia, contém a transgressão de códigos morais, publicidade, revelações, e estrutura sequencial. Para o autor, o enfoque da *teoria social do escândalo* (grifo do autor) resume o escândalo como “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo”(THOMPSON,2002, p. 296).

Outro elemento ligado ao escândalo político é o drama de ocultação e revelação, associado ao processo de tornar público

ou visível os acontecimentos guardados. Bobbio (2000a), também escreveu sobre o segredo referindo-se ao estado invisível,³⁰ que prevê a opacidade e o visível, que é regido pelas regras democráticas e prescrevem a transparência. Para o autor o segredo é sempre um instrumento de poder (BOBBIO, 2000a, p. 410). O contrário seria a publicização dos fatos, o livre fluxo de informações e ideias que traduz o teor democrático e o cumprimento real dos nossos direitos, explicitado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), no seu Artigo XIX, onde se lê sobre a liberdade de opinar, de expressão, de “[...] ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 2000).³¹

É parte da curiosidade popular saber porque os escândalos tornaram-se corriqueiros no dia a dia. Mário Rosa (2003) acredita em um coquetel explosivo: a imprensa livre ao alcance de milhões de pessoas instantaneamente; fronteira sutil entre o público e o privado em relação à imagem dos políticos; os valores cultivados pela imprensa na defesa do interesse público e de normas de condutas apropriadas; a luta sangrenta pelo poder na arena política; a sofisticação das novas tecnologias e um meio cada vez mais regido por normas. Esse conjunto promove um ambiente propício à sua eclosão.

Rosa (2003) dedica-se a estudar as particularidades do escândalo político brasileiro. Percebe os avanços das investigações, o crescente engajamento da mídia e a participação dos novos

30- Bobbio teorizou sobre o Estado ou poder invisível em *O Futuro da Democracia* (2000), trata-se da quinta promessa não cumprida pela democracia real em contraste com a ideal.

31- Art. XIX - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 2000)

atores, promotores públicos e membros de CPIs, graças aos quais muitos esquemas de corrupção vêm à tona.

O interesse da mídia pela questão é explicado pelo autor a partir de duas lógicas: [...] uma institucional (de posicionamento público e social da própria mídia) e uma econômica (de consequências empresariais) (ROSA, 2003, p. 432-433). Pelo ângulo social, as crises servem para destacar a defesa do interesse público pelo jornalismo, as denúncias o legitimam como vigilante. Quanto à segunda lógica, é evidente que um escândalo faz crescer as audiências e as tiragens de veículos impressos, porém mais importante, para Rosa (2003), são as mudanças no ambiente jornalístico.

Graças à revolução tecnológica, é exigido das redações trabalhar mais com menos despesas e recursos humanos. Essa lógica empresarial que impõe orçamentos apertados atrai o “escândalo confinado”, localizado em instâncias oficiais, em CPIs ou em investigações de promotores federais, os quais dispensam ampla estrutura de jornalistas, conveniente a situação econômica das empresas de comunicação. Em suma, o jornalismo de escândalos é mais barato, um bom negócio porque “gera muito conteúdo e pouco custo” (ROSA, 2003, p. 435).

Os estudos de Rosa (2003) atendem à curiosidade de saber se há um escândalo tipicamente brasileiro e quais suas singularidades. Sua primeira constatação diz que o Brasil não valoriza os “escândalos sexuais”, a opinião pública não reage com a mesma exasperação que os europeus e americanos. Outra dedução, os crimes de abuso de poder frequentes em outros países, aqui são considerados de segunda classe. A terceira constatação é que o “escândalo político patrimonial” tem ampla cobertura da mídia, o que desperta forte reação pública, embora não seja o padrão em outros países.

O autor atribui a diversidade a fatores³² de ordem cultural, histórica, política e econômica que tornam tanto a imprensa quanto as instituições de países, como Estados Unidos e Brasil, tão diferentes nesse aspecto.

O escândalo político “verde-amarelo”, como nomeia Rosa (2003, p.487), é sinônimo de “escândalo patrimonial” que envolve corrupção, entesouramento e patrimonialismo tanto na área estatal quanto nos negócios privados. Outra característica é que ele acontece numa faixa social estreita, [...] a linha divisória, normalmente “nebulosa entre os interesses privados e públicos”. Eis a suma:

A observação desses escândalos revela uma tendência: o Estado brasileiro é o maior foco gerador de escândalos no país. Talvez por uma herança cultural que remonta aos tempos das instituições filipinas e manuelinas, do século XVI, os maiores escândalos brasileiros recentes trouxeram uma espécie de ‘Selo Real’, uma chancela da ‘Coroa’ (ROSA, 2003, p. 487).

A explicação ventilada pelo jornalista volta-se para o grande peso do Estado na economia, o que também resulta na ocupação dos espaços do consumidor. Num país em que a renda é concentrada, o poder de pressão dos consumidores torna-se de menor proporção, para o autor.

Rosa (2003, p. 222) diagnostica as causas do escândalo político no país, as quais apontam para uma batalha entre partidos em busca de maior parcela de poder e a imprensa livre, mais independente e com maior atuação, ambos almejando mais credibilidade para ampliar o poder simbólico, que por sua vez, também faz crescer a reputação e a força dos escândalos.

32- Tais fatores que originam as diferenças éticas já foram apreciados no primeiro capítulo.

Resumindo, escândalos políticos, definidos pelo autor, são cruzadas modernas em que contendores travam batalhas para avançar ou manter o poder conquistado. A interpretação vem mostrar a existência de interesses subjacentes dos veículos. Essas interferências no processo de produção das notícias, na formulação dos enquadramentos e na obediência aos preceitos éticos pelos *media*, serão tratadas adiante.

O jornalista aponta também três consequências gerais dos escândalos: a primeira é a transferência de poder indicando perda de poder simbólico de um lado e fortalecimento de outro. A segunda, a depuração das instituições gerando maior poder de controle do cidadão das práticas dos dirigentes e a terceira, a perda de atributos essenciais como a promoção de avanços no campo social e benefícios concretos à população.

Os escândalos políticos estão inseridos na esfera pública, social, portanto apreciados também sob a ética pública ou a ética da responsabilidade ou dos resultados voltada ao mundo político.

Ética como morada do jornalismo

As duas principais categorizações da eticidade, a ética pessoal ou privada e a ética social ou pública, são contempladas enquanto classificam o mundo da política como a razão do Estado; e do outro lado, a moral como razão do indivíduo.

A política compõe o universo da ética pública, desde quando abarca tudo aquilo que diz respeito a *polis* e ao bem-estar comum, também estendida ao que acata o nome de “razão do Estado”, a qual, para Bobbio (2000b, p. 176-177), acolhe ações justificadas ou exaltadas por aquele que detém o poder.

São duas razões que quase nunca se encontram [...] O que talvez seja necessário ainda

acrescentar é que a razão de Estado nada mais é que um aspecto da ética de grupo, ainda que o mais clamoroso, sendo o Estado a coletividade no seu mais alto grau de expressão e potência.

Pode-se ainda considerar, no mesmo cômputo classificatório, além da ética pública e privada, os tipos éticos de autoria de Weber (2008): a ética da convicção, dos princípios ou dos últimos fins e a ética da responsabilidade ou dos resultados. A primeira não se preocupa com o que vem depois, não questiona os resultados. A segunda categoria de normatividade prima pelas consequências previsíveis das ações, sempre imputáveis ao autor. As duas máximas diferentes e opostas subordinam “[...] qualquer atividade orientada segundo a ética”. Sem dúvida, convenientes e adaptáveis ao campo jornalístico”(WEBER, 2008, p. 114).

Com denominações semelhantes, também se qualifica nesse horizonte a ética social e pessoal, entretanto, há de sopesar que a ética em si mesma, na sua origem, é pessoal. Isso porque, cada ser humano escolhe, por sua consciência pura e simples, o que fazer. As “normas” ou “modelos” de condutas pelos quais se opta na vida seguem o livre-arbítrio de cada um conforme seus desejos, visão de mundo, necessidades e a noção de responsabilidade individual (ARANGUREN, 1967).

No que se refere à pessoa, ao indivíduo jornalista, aquele considerado sujeito emissor do espaço midiático de visibilidade, como qualquer outro receptor de mensagens, decifra os produtos dos *media* a partir de um conhecimento interpretativo anterior que o guiará na escolha do que é relevante a ser utilizado em suas próprias comunidades ou contextos culturais e políticos específicos (MAIA, 2008, p. 174).

Explicita-se, com merecida ênfase, o esteio ético nas práticas jornalísticas. São acentuados os valores pertinentes a essa

profissão como características de uma função social e do direito à informação. Chaparro (2007, p. 16) lembra os novos papéis que o mundo solicita dos jornalistas: papéis de [...] narrador crítico, confiável, independente, radicalmente honesto e “comprometido com projeto ético da sociedade”. Contudo, o papel ético não é devido só ao jornalista, mas às empresas, aos receptores e à própria sociedade, daí a necessidade de debater o tema em conjunto.

Parodiando Martin Heidegger (2008, p. 326), ao dizer que “a linguagem é a morada do ser”, pode-se afirmar também que a ética é a morada do jornalismo. Sabe-se de antemão que o cidadão tem direito pleno à informação, o imperativo está disposto, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira³³ e no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.³⁴

O direito fundamental à informação gera a ética que deve reger os jornalistas, as empresas de comunicação e seus vínculos com as fontes, o público e o poder. Quando o poder subtrai do cidadão a informação devida, corrói as bases do exercício do jornalismo ético e corrompe a sociedade. As faltas éticas que vitimam a sociedade são causadas em maior número pelas empresas; são, portanto, institucionais e não desvios pessoais. (BUCCI, 2000, p. 32)

A ética na imprensa, conforme a visão de Bucci (2000), é um demarcador de limites para o pragmatismo ilimitado concernente ao mundo empresarial. Ele alerta que enfrentar a discussão ética é aceitar a possibilidade, ainda que numa perspectiva mais ou menos utópica, de buscar mecanismos que protejam valores coletivamente eleitos contra um regime do não-valor moral.

33- Título II, Capítulo I, Art.5, inciso XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL, 1988).

34- Art. 1º - O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. (FENAJ, 2007).

O contrário dessa proposta seria o vale-tudo generalizado, o que, aliás, ajuda a esconder o fato de que o ambiente de ausência de parâmetros éticos que orientem as empresas de comunicação é uma situação social – não restrita, portanto, a um segmento profissional. Seguindo, o estudioso afirma que [...] o problema ético é um problema estrutural e sistêmico. (BUCCI, 2000, p. 32-35) Diante dessa situação, o excluído e interessado na discussão ética é o cidadão beneficiado ou vítima do jornalismo.

Bucci (2000, p. 38) declara que os profissionais da imprensa não apreciam debater o assunto da ética: compreende que para eles, significa discutir generalidades, pode ser uma armadilha do inimigo da liberdade de expressão ou motivo para melindrar o chefe. Explica-se, na corrida diária pelas notícias os preceitos são atropelados³⁵; apesar da discussão sobre o assunto, tudo continua no mesmo, por isso a conclusão de que o tema se torna improdutivo. O inimigo referido, conforme Bucci, é o “[...] inimigo da liberdade de expressão” aquele que usa a bandeira da ética para posar de vítima [...] de campanhas difamatórias e [...] invasão de privacidade, com o intuito de se beneficiar da impunidade. O incômodo de discutir o tema nas redações, interpretado pelo autor como um traço atávico, pode ser compreendido pelos caracteres nacionais. A atitude é coerente com a tradição da cultura política brasileira.³⁶

Esta não prima por valores universais como os direitos humanos nem cultiva critérios impessoais e objetivos na vida profissional e na vida política. Entre nós, os direitos humanos ainda são novidade, o clientelismo ainda é corriqueiro, e a palavra *ética*, quando aparece, surge mais na condição de adjetivo do que em sua dimensão substantiva. (BUCCI, 2000, p. 39)

35- Tema debatido pela Teoria Organizacional.

36- Conforme GOHN apud BROTO (2009, p.10) “falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm de si próprio e de seu contexto”.

O gosto morno de discutir a ética no mundo midiático, fato refletido nos manuais de algumas publicações, provoca a dúvida se não seria procedente afinal, os desvios que podem causar algum constrangimento no meio acadêmico, não no mercado. A julgar por Chaparro (2007, p. 124-125), existem dois discursos: o da fisionomia institucional, configurado nos manuais e na metalinguagem de cada veículo; e o discurso-produto que resulta da prática desenvolvida no contexto complexo das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, “de múltiplos intervenientes e conflitantes interesses”, e do quais jornalistas e editores fazem parte. Daí, o autor entender que [...] o jornalismo brasileiro atravessa uma grave “crise moral” que se reflete nas ações jornalísticas.

Lins da Silva entra nesse debate através de Chaparro (2007) para explicar a relativa ausência das discussões sobre ética na imprensa brasileira. Lins atribui o desprezo a uma arrogância histórica, exacerbada durante a Ditadura Militar (1964-1984), que leva os jornalistas a rechaçar observações críticas sobre seu desempenho sob a alegação de censura e repressão.

Após as considerações em favor da eticidade na seara jornalística surge um sentimento misto de curiosidade e reflexão que questiona um caminho sugestivo de como atuaria um profissional das notícias. Restrepo (2010) apresenta não como receituário, apenas sugere um decálogo com importantes características que devem ter o jornalista ético na sua atividade laboral, orientado pelo interesse e bem-estar públicos:

Decálogo sobre a Ética e o Periodismo³⁷:

- 1) Não trabalhar sem receber o devido salário; 2) não ser idiotas úteis; 3) que se imponha a lógica

37- Decálogo sobre la ética y el periodismo. 1) No regalar el trabajo; 2) no ser idiotas útiles; 3) que se imponga la lógica del servicio; 4) hacer un uso correcto del lenguaje; 5) No permitir el secuestro del lenguaje; 6) no alimentar el miedo; 7) trabajar unidos; 8) contener el hambre de escándalo; 9) tener agenda propia; 10) el periodismo debe pasar por la inteligencia.

do serviço; 4) fazer uso correto da linguagem; 5) não permitir o sequestro da linguagem³⁸; 6) não alimentar o medo; 7) trabalhar unidos; 8) - conter a fome de escândalo; 9) ter agenda própria; 10) o jornalismo tem que passar pelo intelecto (SALAZAR, 2010).

O papel do jornalismo e do jornalista diante do Estado e da democracia, seus deveres enquanto cidadão, os quais devem refletir-se na profissão, é o papel de qualquer cidadão. Assim pensa Cláudio Abramo (1988), quando discorda de que o jornalista deva ter uma ética específica.

Abramo (1988) retoma certos valores morais básicos, como a estima da palavra dada, o respeito ao próximo, não roubar ou mentir, itens mandatários que permeiam a honra cidadã, por isso argumentos gerais balizadores da conduta humana. De maneira direta, iguala os cidadãos de qualquer profissão no que diz respeito aos preceitos éticos. Vaticina que a ética do jornalista é a mesma do cidadão; em oposição, compreende que em relação às empresas de comunicação, existe, sim, a ética do dono.

Jornalista que é não vê diferença entre sua conduta e a de um marceneiro. Trata a ética jornalística como um mito que precisa ser desfeito: o jornalista não tem ética própria “[...] o que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista” (ABRAMO, 1988, p. 109).

Tal afirmação encontra eco entre os padrões e de forma institucional, por exemplo, citado por Karam (2004) na decisão, já mencionada no capítulo 2, da juíza federal, Carla Rister, que em 2002,³⁹ deliberou pela não obrigatoriedade da formação

38- Em tempos de violência há um sequestro das palavras, e se os meios o permitem, servem à lógica perversa dos criminosos. Restrepo exemplifica: “Quando se chama execução de assassinato dá-se-lhe legitimidade e remove a acusação criminal dos envolvidos”.

39- Processo Nº 2001.61.00.025946-3, Ação Civil Pública. Autor: Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. Réu: União Federal, Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 16ª Vara Cível de São Paulo. Juíza Federal Substituta: Dra. Carla Abrantkoski Rister. São Paulo, 18 de Dezembro de 2002.

universitária para exercício do jornalismo, sentença depois derrubada. A juíza alega que os requisitos de ordem ética ou moral, argumentados no processo, são pressupostos em qualquer profissão, portanto, não são legitimadores da exigência de diploma.

Tal qual Abramo (1988), Rister aplicou o princípio da generalização, quando declara, não sem razão em certo sentido, que tanto a honestidade quanto a ética são atributos adquiridos não apenas durante um curso universitário, mas “[...] compõem o núcleo de personalidade e de caráter do indivíduo”, formado durante toda a vida, pelo exercício da atividade acadêmica, profissional propriamente dito, pela convivência familiar e até mesmo pelas demais formas de convivência em sociedade (CONJUR, 2004, p. 7).

A sentença corrobora aspectos individuais em formação desde a infância, convívio na comunidade e o aprendizado acadêmico os quais formarão o caráter, esse indissociável dos atos sociais e históricos como o exercício de uma profissão. Menciona uma ética privada, que não pode ser descartada por qualquer trabalhador no seu agir diário, porém o que estava em jogo era uma decisão de ordem pública no âmbito profissional.

A generalização deontológica em favor de uma ética única do cidadão advogada por Abramo, assim como os argumentos da juíza têm provocado manifestações de desagrado e contendas entre estudiosos que analisam a natureza ética na prática jornalística.

Gentile (2001, p. 2), por exemplo, discorda da igualdade imposta. A ética do cidadão, para ele, é a mesma para todos, mas no que pertence às profissões do tronco das comunicações, cada uma tem sua própria deontologia voltada às funções e/ou os papéis profissionais. Por sua vez, o pesquisador Francisco Karam (2004) considera as observações descontextualizadas, auxiliam menos e prestam mais um desserviço ao jornalismo.

Ressalta o autor que toda referência sobre ética, comunicação e jornalismo é, sempre, humana, o que situa os temas no âmbito da história. Mattos (2009) em contrapartida fica mais ao lado do pensamento de Abramo, acredita na igualdade ética para todos apesar das particularidades de cada ofício.

Quando se defende caminhos ou condutas humanas exercita-se o debate de valores. Como é do conhecimento geral, o papel ético, repetindo, é devido não ao jornalista isolado, mas às categorias sociais diversas, cada um com sua ética e demandas próprias. Torna-se difícil a compreensão de se reivindicar uma ética única, considerando-se que a sociedade é multifacetada, complexa, com vários grupos e interesses. Cada segmento, pois, tem sua moral e exerce sua política de forma diferente e divergente.

Naturalmente que esses valores morais e éticos mudam através dos tempos, tais princípios de conduta, ligados a uma determinada sociedade, vivem certo momento histórico e atendem às necessidades de um grupo social naquele período. Atos que foram considerados imorais ou antiéticos no passado hoje são normalmente valorados, o que se constitui numa diacronia,⁴⁰ num processo histórico. Habermas (2003, p. 135) destaca a propósito da universalização de normas aceitas por todos, afirma que um sociólogo ou historiador descreve as regras morais como “específicas de cada época e cultura” que valham como tais aos olhos de quem pertence à época e cultura em questão. Entretanto, considera que há normas morais que são certamente universalizáveis, que não variam segundo os espaços sociais e os tempos históricos.

40- O termo aqui usado não se refere aos fenômenos linguísticos como indica o significado original do vocábulo. Quer pontuar a “evolução” dos valores através dos tempos, o que de certa forma assemelha-se a dinamicidade da língua que segue as mudanças sociais.

Os valores éticos, principalmente aqueles voltados às profissões, despertam algumas curiosidades como indagar quem os constrói, afirma e define; seriam os sujeitos que fazem a vida, a história, e onde estão eles?, questiona Karam (2004). “No indivíduo, no governo, no Estado, nas culturas, nas religiões, nas etnias, no intercâmbio entre tudo isso?” (KARAM, 2004, p. 124). Poderiam ser valores/procedimentos transformados em patrimônio da humanidade, responde aqueles que constituem a história de cada atividade laboral ou comunidade. E não de algum grupo específico ou alguém.

O campo da política e do jornalismo é enaltecido. Para o autor, as profissões são construções históricas humanas e uma luta política de afirmação de valores morais específicos a cada profissão. O debate é imperativo para o convencimento pessoal e incorporação desses valores que vão aparecer configurados em palavras e procedimentos. Sempre em defesa da existência de uma ética jornalística e considerando que sua reflexão clarifica o comportamento prático diário, o autor acredita que

O exercício ético das profissões está vinculado às situações morais que enfrenta e às escolhas que necessita fazer a partir da relevância social da área; a partir de uma teoria de determinada atividade; a partir da história de tal área – para afirmá-la, negá-la ou redimensioná-la. A especificidade é fundamental. (KARAM, 2004, p. 128)

A existência de um código de ética na área faz com que o processo de informação jornalística, complementa o autor, se aproxime do processo da ação política - com P maiúsculo, do gesto cotidiano à representação parlamentar e ao interior do exercício das profissões. Compreende a luta ética também como uma luta política em virtude, para o autor, do [...] esforço de superar as fronteiras de ordem política, econômica,

financeira e mercadológica a serem removidos, e não a ética que os tensiona (KARAM, 2004, p. 129).

Essas fronteiras de ordem econômica, sobretudo, são apreciadas pela Economia Política da Comunicação (EPC). A propósito do assunto, Serra (2007) atenta para tais estudos associados ao Jornalismo, trata-se de uma linha de análise ou orientação metodológica para pesquisas em Jornalismo. Conforme Serra, (2007, p. 68) a opção caracteriza-se por focalizar fatores estruturais e processos de trabalho na produção, distribuição e consumo da comunicação.

McChesney (2000 apud SERRA, 2007) resume a corrente em duas dimensões, uma delas volta-se para o estudo da relação entre a mídia e os sistemas de comunicação; a outra analisa como a propriedade, as formas de financiamento e as políticas governamentais podem influenciar o comportamento e o conteúdo da mídia. A produção de notícias é explicada pela EPC pela sua relação com a estrutura de poder na sociedade capitalista. Daí a importância da audiência.

Tais estudos consideram que nos meios de comunicação estão contidas as extensões políticas, culturais e a lógica econômica. Essa lógica considera livros, discos, cinema, TV ou publicações jornalísticas etc. como “indústrias culturais” com foco no lucro. Serra (2007, p. 69) apresenta o canadense Smythe, o pioneiro que, na década de 1950, já acreditava que “[...] o principal produto dos meios de comunicação de massa comerciais era o poder da audiência”.

A vertente da economia política crítica é detalhada por Serra (2007) através das pesquisas de Golding e Murdock (2000). Eles assinalam que os sistemas de comunicação públicos também são “indústrias culturais” e como sua organização econômica gera efeitos na produção e circulação de sentidos (GOLDING; MURDOCK, 2000 apud SERRA, 2007, p. 72). Os mesmos estudiosos desta vertente reconhecem que a produção midiática também depende

dos profissionais que [...] trabalham em um contexto influenciados por “códigos e ideologias profissionais” (SERRA, 2007, p. 74). Daí pergunta, até que ponto os jornalistas podem exercer a autonomia profissional diante dos condicionamentos da estrutura econômica?

Como resposta, os autores ingleses deduzem a necessidade de examinar o direcionamento das verbas publicitárias e estudar o trabalho dos jornalista, das fontes e o contexto do mercado para avaliar as consequências desses padrões na [...] atividade de coleta e processamento das notícias, “recrutamento dos jornalistas e ideologia profissional” (SERRA, 2007, p. 74).

A economia política instrumentalista é outro modelo da EPC, este moldado pela propaganda. Para Noam Chomsky e Edward Herman (1979), os pesquisadores que propuseram o modelo de análise da mídia, as notícias (“propaganda” que sustenta o sistema capitalista) passam por cinco filtros principais: a propriedade privada que visa o lucro, o poder dos anunciantes, as fontes de elite, a pressão do Estado e o anticomunismo como ideologia dominante. A perspectiva permitiria, ainda segundo Serra (2007), que discute os autores americanos, aos interesses dominantes passar suas mensagens ao público, através da mídia, marginalizando as visões diferentes.

A teoria instrumentalista ou teoria da ação política jornalística apresenta as versões de direita e esquerda que serão mais bem explicadas posteriormente, nas teorias do jornalismo. Para Traquina (2005, p. 164), segundo a opção da esquerda, existe um “diretório dirigente” da classe capitalista que dita aos diretores e jornalistas o que sai nos jornais. O autor português critica a visão determinista do campo jornalístico, no modelo proposto por Chomsky e Herman, em que os profissionais ou colaboram na utilização instrumentalista dos media noticiosos ou são totalmente “submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários” (TRAQUINA, 2005, p. 167). Eles foram considerados teóricos da conspiração.

Mais constrangimentos a que são submetidos os profissionais nas redações são analisados por Javier Restrepo⁴¹, como elementos impedidores à concretização de uma ética jornalística, considerando-a função idealizadora. Presente no Congresso Extraordinário para atualização do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), o jornalista colombiano pautou sua apresentação sobre o jornalismo e a utopia ética. Sabedor do problema em toda a América Latina reconhece que um jornalista com baixos salários encontra-se à beira do suborno para sobreviver, e obrigado ao heroísmo diário. E mais, quando o meio é conduzido por políticos, por candidatos em campanha ou por ativistas políticos que transformam a informação em propaganda ou então quando o jornalista se propõe a fiscalizar os atos de um governo que sustenta financeiramente seu meio através da publicidade oficial, em ambos os casos não há escolha possível, a ética aparece como uma utopia⁴² (RESTREPO, 2007).

O especialista em ética na mídia dissectiona certas dificuldades na produção de notícias ao ponderar que a ética se distancia mais ainda quando o dever da verdade para com os leitores expõe e põe em questão a publicidade comercial que mantém os veículos:

A publicidade é o reino das meias verdades onde as bondades de produtos, instituições ou pessoas se magnificam, e suas fraquezas ou defeitos se disfarçam. O jornalismo, ao contrário, é ou deve ser o reino das verdades completas. Quando em nome dessa verdade e dos direitos do leitor, o meio ou o jornalista devem optar pela verdade-

41 Javier Darío Restrepo é Diretor do Consultório Ético, coluna do sítio Fundación Nuevo Periodismo Ibero Americano (FNPI), uma organização criada, em 1994, pelo escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez (<http://www.nuevoperiodismo.org/>).

42 Utopia é um vocábulo que devemos a Tomas Morus (1478-1535) que uniu duas palavras gregas para significar o lugar que não existe ou não existe porque deve ser construído (RESTREPO, 2007).

serviço ou pela meia verdade publicitária que paga ao meio, o mandato ético que privilegia como dever à verdade completa soa como utopia (RESTREPO, 2007, p. 2).

São apresentadas outras tantas dificuldades da batalha entre a fantasia e a realidade no cotidiano das redações, que o autor esboça sempre com o mesmo mote final. O *deadline* não permite muitas vezes confrontar várias fontes. A “cara amável e dignificada da ética” nas conferências e manuais difere brutalmente daquela vista na resposta dos envolvidos após a publicação de atos corruptos. A voz delicada da ética é abafada pelo tom imperativo da ameaça: ou se cala ou morre. Aí se descobre que a ética é uma utopia (RESTREPO, 2007).

Seguem outros exemplos reais, que de acordo com o jornalista, são situações adversas para quem quer exercer um jornalismo ético: as fontes que mentem, os editores-ditadores que não enxergam além de suas ordens, colegas de trabalho que ruminam suas inseguranças e frustrações, instrumentos de trabalho desestimulantes e um ambiente rotineiro e adverso a qualquer iniciativa de mudança ou de superação. Colocadas algumas das verdades conclui-se, angustiadamente, que, no entender de Restrepo, o constante chamado à excelência pela via da autocrítica e do melhor serviço ao leitor, ecoa como uma voz estranha e exótica, nesse ambiente onde a ética aparece como uma utopia (RESTREPO, 2007).

As teorias jornalísticas vão corroborar o discurso de Restrepo, diagnosticando o ambiente organizacional, onde as condições de produção das notícias acontecem e podem determinar ou influenciar os profissionais midiáticos na demarcação dos limites, no uso da liberdade de expressão e no atendimento aos ditames deontológicos da área jornalística.

O jornalismo político sob o aspecto ético

Capítulo 2

DEONTOLOGIA E O CONTEXTO POLÍTICO

Para melhor situar o leitor, o segundo capítulo expõe a relevância do aprendizado ético e o cumprimento das premissas deontológicas pelos profissionais da comunicação que se fazem primordiais, não só pela missão social do jornalismo, mas, igualmente, pelo respeito aos diversos públicos e a coerência ao ofício como uma forma de conhecimento.

Outro motivo fundamental traduz-se na transmissão dos princípios éticos e morais constantes do recinto pessoal e social, introjetados pela educação familiar e formação acadêmica; pelos hábitos adquiridos socialmente; pela assimilação natural de conteúdos históricos, culturais, antropológicos e religiosos, os quais se encontram na memória de cada brasileiro, à maneira de um “inconsciente pessoal” e até mesmo “inconsciente coletivo”⁴³, repassados parcialmente aos escritos jornalísticos. Dizendo de outra forma, o jornalista reflete suas escolhas éticas nas matérias, transformando-as num documento autoral.

43- O psiquiatra suíço Carl Jung definiu os termos relativos à psique humana: O “inconsciente pessoal” guarda memórias desde o nascimento da criança ou desde sua formação no útero materno. O “inconsciente coletivo” representa os arquétipos muito profundos do inconsciente; é a ligação do homem com o passado de sua espécie e a longa cadeia da evolução orgânica. Herdamos “imagens” do passado ancestral. O inconsciente coletivo é a região da psique que guarda nossa memória mais arcaica. (LEVY, [200-]; MONTENEGRO, 2009).

No segundo momento, o capítulo descreve o contexto de onde eclodiu o colapso ético-político governamental. Quando, onde e como explodiu o escândalo político midiático; o jornalismo de revista e um panorama com as qualificações e história inerentes às duas plataformas impressas pesquisadas neste livro, as questões ideológicas, propostas editoriais, a posição do veículo no mercado brasileiro de revistas e o perfil dos leitores de cada uma.

Não poderia deixar de fora valores consagrados no exercício ético do jornalismo como a verdade/veracidade e a objetividade. A respeito do processo de produção das notícias trouxemos aspectos discutidos nas teorias do Jornalismo, os quais apresentam influências no cumprimento dos ditames éticos. As possibilidades que os conselhos de comunicação podem apresentar para a busca dessa prática ética estão presentes.

Deontologia: tratado dos deveres jornalísticos

Os éticos contemporâneos dividem as teorias sobre a obrigação moral em deontológicas e teleológicas. A primeira origina-se do grego *déon*,⁴⁴ baseada no próprio dever, diz que a obrigatoriedade não depende de uma ação exclusiva das consequências de uma norma ou da própria ação; assim, o externo não influencia. O gênero teleológico, do grego *télos*, refere-se ao fim; ao contrário da anterior, as consequências determinam a obrigatoriedade de uma ação. Aqui, o cálculo do argumento conduz ao fim, ou seja, está presente sempre uma expectativa de futuro (VÁZQUEZ, 2008).

44- O dicionário Aurélio define sua origem do grego *déontos* “necessidade” +*-log* (o)- +*-ia*. 1. O estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral. 2. Tratado de deveres. As palavras *déon* ou *déontos*” significam dever e “lógicos” traduzidas por discurso ou tratado;o que é necessário fazer, um dever.

Interessa em particular, a deontologia.⁴⁵ O termo foi criado pelo filósofo inglês, Jeremy Bentham, em 1834. Entendida como ciência do dever, passou a designar um bloco de normas ligado ao exercício de uma profissão e cuja violação implica em sanções. Conforme o *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*, os princípios deontológicos, entendidos como jurídicos, assemelham-se aos morais no exercício de uma coerção sobre o comportamento dos indivíduos, mas são diferentes na sua natureza. A repressão da moral manifesta-se na desaprovação social ao sujeito enquanto a coerção às normas deontológicas são aplicadas por instâncias internas dos grupos profissionais. A sanção da regra deontológica é entendida como “um ato de coerção socialmente organizado” (CANTO-SPERBER, 2003, p. 405).

A deontologia, simplificando, é um conjunto de princípios e normas de conduta ou deveres de uma determinada profissão, ou seja, cada profissional seguirá o código de ética de sua categoria, o qual regula o próprio exercício. São regras estabelecidas para orientar, corrigir as intenções, direitos, deveres, ações e princípios dos profissionais.

Como salienta Brajnovic (1997, p. 76), a ciência do dever é um instrumento propulsor do comportamento individual no sentido de fazer o bem na esfera profissional, de acordo com os valores morais de sua sociedade. A deontologia [...] “considera o aspecto moral do homem exercendo sua profissão”. Essa parte da ética fixa-se especialmente no conteúdo e na honradez das atividades e trabalhos, comprometendo, desta forma, a própria profissão.

Habitualmente, os códigos deontológicos baseiam-se nas grandes declarações universais tentando transmitir o

45- O termo “deontologia” logo foi empregado pelos utilitaristas para designar o estudo empírico do que convém fazer numa situação social determinada, depois evolui para o sentido profissional (CANTO-SPERBER, 2003, p. 405).

sentimento ético que seu texto expressa, porém adaptando-o às minudências de cada país e grupo profissional. Laura Nash (2001), em sua pesquisa sobre a ética nas empresas analisou mais de duzentos códigos de ética, cujo resultado mostra os valores idealizados: honestidade, integridade, família, realização, confiabilidade, justiça, lealdade, credibilidade, respeito ao próximo e por si mesmo. Os mais assentidos pelos indivíduos são: honestidade, confiabilidade, justiça e lealdade. Amor, religião e trabalho duro também são citados com regularidade.

A deontologia e a formação jornalística comportam os deveres e valores morais da atividade jornalística e da conduta desses profissionais, em forma de códigos, no dia a dia do trabalho e as disciplinas que tratam de aspectos da ética profissional respectivamente. Concorrem para definição dos direitos e deveres dos jornalistas. Esses são, naturalmente, dos *media* para com seus leitores, com a sociedade, com a verdade, preceitos que devem ser sempre lembrados e postos para a leitura pública.

O I Congresso Internacional de Ética da Comunicação realizado em Sevilla (Espanha), em março de 2011, centrou o tema da ética neste começo do século XXI. O tópico *Periodismo y profesión: Análisis ético y deontológico de las propuestas sobre un futuro Estatuto profesional* estava entre aqueles de atenção prioritária. No *Libro de Actas* do evento é explicitado que a deontologia tem na ética profissional seu pilar de apoio fundamental, necessita da profissão para ser dirigida de forma ideal como auto exigência daqueles que desenvolvem um trabalho profissional.

Determina que as obrigações e responsabilidades deontológicas devam ser estabelecidas pelo grupo profissional, que além de definir as regras (criando um código deontológico) e implementar mecanismos para monitorá-las e corrigir os comportamentos que as violam, é preciso constituir uma

órgão responsável que assuma a representação de todo o grupo profissional, e seja capaz de estabelecer os deveres e direitos que permitam aos profissionais ser coerentes com sua função social (VILLEGAS, 2011).

Na área periodística, a deontologia representa o pressuposto do dever que implica direitos como a liberdade de informação. Francisco Karam (2004) comunga da mesma ideia da especificidade ética jornalística ao esclarecer que tal empreitada envolve história, valores e um *ethos* profissional. Nesse campo, os estudos passam por escolhas das mais importantes da área; o estudioso cita 24 itens que aparecem em códigos de conduta ou princípios deontológicos chamados éticos; tais preceitos são procedimentos que o jornalismo vem consolidando como patrimônio profissional e social (KARAM, 2004, p. 120-121).

Eis alguns deles: “o problema da verdade, da verossimilhança, da precisão e da exatidão; [...] “isenção”; [...] “a relação e os limites entre o direito à informação de interesse público e o direito à intimidade ou à privacidade”; [...] “a sonegação de informação de interesse público; pagamento às fontes, venda de dossiês e similares” etc.

A consolidação desses critérios e práticas vai surgindo para estabelecer a excelência técnica. Tais parâmetros foram construídos aos poucos, de conformidade com as demandas dos públicos, dos aspectos comerciais e de uma moralidade pública. Assim, a construção visa, para o próprio jornalismo, uma função social que o legitime como narrador cotidiano privilegiado junto à sociedade (CHRISTOFOLETTI, 2011).

Isto é, os princípios ou códigos, como os da esfera jornalística, são gerados pelas respectivas lideranças profissionais e representações daquela classe indicando condutas. São

recomendações e não leis, na perspectiva adotada pelo autor, as leis exercem um controle que se pretende total, os códigos dependem mais da boa vontade, consciência e disposição das pessoas em segui-los. Para ele, “[...] os códigos só funcionam mesmo se os sujeitos cultivarem os valores ali expressos, concordarem e se engajarem numa proposta ética” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 80).

Fica claro que a discussão da eticidade vai além dos códigos de ética das profissões, trata-se de princípios que vão reger nossas relações diariamente, os quais para serem cultivados necessitam estar internalizados pelo esforço do hábito, primordialmente. Esse repositório de preceitos é interpretado por Lage (1995) como uma ideologia, já que a ética é humana.

Essas substâncias formarão o conteúdo de fator humano composto da cultura, crenças, visão de mundo, escolhas morais e sentimentos daquele ser; seu *background*, por assim dizer. Numa pesquisa para observar as razões da escolha ou rejeição de publicação dos acontecimentos, White (1999, p. 145) revela que [...] a comunicação de “notícias” é extremamente “subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”,⁴⁶ teoria a ser percorrida adiante. A observação faz acreditar que tanto para ler ou escrever, o componente subjetivo que mora no inconsciente – lugar onde estão guardadas tanto as noções originais éticas na ordem política, sociocultural e religiosa, quanto o aprendizado das normas deontológicas de uma dada profissão – é refletido no pensar, agir e exprimir constantes nas diversas manifestações humanas.

Aranguren (1967) faz lembrar que os modelos de conduta seguidos são previamente dados pela própria cultura que nos ambienta. O homem é *feito* pela “sociedade em que vive e pelo mundo histórico-cultural a que pertence” (ARANGUREN, 1967,

46- O *gatekeeper* é o responsável pela passagem ou rejeição de assuntos por canais de comunicação, os quais poderão ser notícias – *gate* – portão, cancela.

p. 18-19, grifo do autor). Quando discorre sobre a impossibilidade da objetividade jornalística, tema que será tratado mais à frente, Clóvis Rossi (2000, p. 10) emite as razões sobre tal posição,

Afinal entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, *background* e opiniões diversas. É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixe em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos.

Maia (2009) informa que diversos pesquisadores defendem a necessidade de entender os enquadramentos jornalísticos como processos de estruturação de sentidos baseados na cultura, através de práticas e relações com a sociedade. Para ela, aqueles que defendem essa abordagem partem da premissa de que os jornalistas processam sentidos socialmente compartilhados – apresentando certas premissas, predisposições e certos juízos – em relatos coerentes que podem ser intersubjetivamente reconhecidos. Esses sentidos, segundo Maia, ultrapassam a cobertura de um dado episódio ou a construção de uma narrativa singular e são persistentes através do tempo (MAIA, 2009, p. 307-308).

O sociólogo norte-americano, Michael Schudson (1995 apud TRAQUINA, 2005, p. 170-171) também considera que as notícias são produzidas por pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, “um depósito de significados culturais armazenados”. Acrescenta ainda que as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições “acerca do que importa, do que faz

sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração”.

Ou seja, há autores que defendem que os profissionais midiáticos refletem e compartilham a cultura através de seus enquadramentos, ou seja, juízos de valor são reconhecidos na escritura individual, traços sociais são interpretados nas páginas noticiosas. Ora, as práticas jornalísticas seguem uma deontologia, as regras são internacionalizadas a partir, geralmente, de códigos americanos de ética. Porém, se esse processo de estruturação dos quadros segue a cultura através das relações sociais é pertinente observar se as coberturas do escândalo do Senado interpretam os eventos políticos, do ponto de vista ético, embasadas nas tradições históricas e sociopolíticas brasileiras.

A afirmativa de que não há linguagem neutra, de que a imparcialidade ou objetividade seja um mito passa justamente pelo fato de os conteúdos psíquicos de cada autor jornalista impregnarem sua escrita. Os preceitos morais e éticos (ou qualquer outro sentimento, atitude ou preconceito) arquivados no “consciente pessoal” do indivíduo e no “inconsciente coletivo” do profissional de qualquer nacionalidade podem, de acordo com a psicologia analítica, ser transmitidos às letras.

No mesmo sentido, Jareño (2009 apud OLMO, 2011, p. 645, tradução nossa) afirma que os códigos deontológicos não são apenas o padrão moral aplicado a um campo profissional específico, que [...] não é, portanto, um compromisso de trabalho rigoroso. “Este é um compromisso pessoal, cuja raiz é o requisito geral de fazer o bem e evitar o mal”.⁴⁷

Tidos como compromissos pessoais eles vão mais facilmente alcançar os profissionais que deverão ser ajustados. Esses instrumentos de autorregulação deontológicas na área jornalística,

47- “[...] no es, pues, unestricto compromiso laboral. Se trata de un compromiso personal, cuyaraíz es la exigencia general de hacerelbien y evitar el mal”.

na elucidação de Christofolletti (2008), são procedentes de entidades classistas, associações de meios de comunicação e empresas jornalísticas, todos influenciados por entidades internacionais reconhecidamente críveis, a exemplo dos Códigos de Ética da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), da American Society of News paper Editors (ASNE), da *Society of Professional Journalists* (SPJ) e a Declaração de Chapultepec.⁴⁸ Entre os nacionais, os mais conhecidos são:

- Código de Ética e Auto-Regulamentação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) - empresas do segmento impresso;
- Princípios Éticos da Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER) - publicações seriadas;
- Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão (ANERT);
- Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que abrange a maioria dos sindicatos de trabalhadores no país.

Dos códigos citados acima, apenas o da FENAJ volta-se para o exercício profissional dos jornalistas, os outros mostram valores para a prática jornalística. Reformado em agosto de 2007, o *Código dos Jornalistas Brasileiros* está na quarta versão. “O texto contempla as indicações históricas da deontologia jornalística no Brasil”, embora tenha poder limitado em relação às sanções. Um exemplo é que, mesmo causando prejuízos morais, mesmo sendo antiético, o jornalista não perde seu registro profissional como em outras classes (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 87).

48- *Declaração de Chapultepec, assinada em 1994, no México, trata sobre a liberdade de expressão e de imprensa. Foi redigida por 100 especialistas a pedido da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). O documento ataca a censura prévia e a violência contra jornalistas. A Declaração foi assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006.*

Faz-se pertinente historiar o fluxo dos códigos de ética no mundo da mídia. Especialistas creditam a Benjamin Harris um documento pioneiro em matéria de ética jornalística que apareceu, no ano de 1690, em Boston. Aí se encontram os conceitos de verdade, objetividade e precisão como qualidades essenciais da notícia informativa (BLÁZQUEZ, 1994, tradução nossa).⁴⁹ Considera-se também outro marco um congresso de imprensa, realizado em Chicago (1893), onde foram discutidos temas afins. Seguiu-se um período de centenas de conferências ou reuniões internacionais realizadas para aprofundar discussões sobre a liberdade de imprensa e a ética profissional. No começo do século XX, os códigos de ética multiplicaram-se para responder aos abusos do capitalismo, mormente da imprensa. De conformidade com Christofolletti (2009), “jornalistas poloneses da Galícia (austríacos)”, a partir de 1896, adotaram uma lista de deveres, um tribunal de honra ou um compromisso moral para com a profissão.

Em 1900, na Suécia, apareceram as primeiras discussões sobre um código formal para os jornalistas. Mas segundo alguns autores, o primeiro código foi criado na França em 1918: o Código de Ética do Sindicato dos Jornalistas Franceses, reformulado em 1938. Outros indicam que o primeiro código de ética jornalística foi criado no estado do Kansas, em 1910 (CHRISTOFOLLETTI, 2009).

No Brasil, o tema Código de Ética foi prioridade nas discussões sobre o exercício da atividade jornalística, desde 1918, quando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) promoveu, no Rio de Janeiro, seu 1º Congresso Nacional de Jornalistas. Poucos anos depois, em 1926, o jovem jornalista, Barbosa Lima Sobrinho,

49- “Los expertos recuerdan el credo de Benjamín Harris como el documento pionero en materia de ética periodística, aparecido en Boston en 1690. En él se encuentran ya los conceptos de verdad, objetividad y exactitud como cualidades esenciales de la noticia informativa.”

propôs a criação de um Tribunal de Imprensa lançando as primeiras sementes de punição aos abusos da liberdade de manifestação cometidos pela imprensa brasileira. Entretanto,

O primeiro Código de Ética dos Jornalistas foi aprovado no Congresso Nacional de Jornalistas, promovido pela FENAJ, em Salvador (BA), no ano de 1949. Nele foram estabelecidos os deveres fundamentais do jornalismo, das empresas jornalísticas e dos jornalistas profissionais. O segundo Código foi aprovado pelos jornalistas no XII Congresso Nacional dos Jornalistas (FENAJ – Porto Alegre/RS) em 1968. O terceiro, aprovado em 1985, foi elaborado por uma comissão que reuniu colaborações de entidades e profissionais do país inteiro, sob a coordenação e com o texto final do jornalista mineiro Dídimo Miranda de Paiva (CHRISTOFOLETTI, 2009).

Esse Código de Ética, aprovado no Rio, provocou a criação da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas, no ano seguinte, no Congresso Nacional dos Jornalistas realizado em São Paulo. Em todos esses anos o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros vem sendo modernizado, comissões de ética foram criadas pelos sindicatos e, em 2008/2009, entraram em vigor, de acordo com a FENAJ, os regimentos internos da Comissão Nacional e das Comissões de Ética dos sindicatos, criando “rito padronizado para a análise e julgamento dos desvios éticos cometidos por jornalistas” (FENAJ, 2009, p. 54).

Em termos internacionais aplicam-se regras a jornalistas e empresários. Na Suécia as duas categorias assinam o Código. A atenção dada à deontologia pelos proprietários de imprensa varia segundo os países: muito fraca nos EUA e forte nos países nórdicos. A Associação Interamericana de Imprensa (1926) criou o primeiro Código Internacional. Em 1939, a Federação

Internacional dos Jornalistas (IJ) estabeleceu seu Código de Honra. A Federação Nacional dos Jornalistas nos informa que foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a preocupação com a ética proliferou. “Outro momento de interesse pela deontologia foi à virada dos anos 70 e, mais recentemente, após a Guerra do Golfo, em 1991” (FENAJ, 2009, p. 55).

Outro pilar em relação ao assunto é representado pela realização da I Conferência Nacional de Comunicação (I CONFECOM) em 2009. Nas propostas que a Federação Nacional de Jornalistas apresentou em defesa da I CONFECOM a entidade argumenta que no Brasil, nos últimos anos, empresas jornalísticas vêm adotando códigos de ética, impondo-os a seus empregados, na maioria das vezes sem ouvi-los ou aceitarem sugestões ou modificações por parte dos profissionais. A FENAJ critica afirmando que, ao final, o único juiz a julgar o comportamento ético do jornalista é o dono da empresa, o patrão – não se garantindo democrática e livre apuração dos fatos nem o direito de defesa ao acusado, sob o argumento de que seria um desvio funcional, trabalhista (FENAJ, 2009, p. 55).

No sentido prático, é pertinente trazer o questionamento de Bucci (2000), concernente à serventia dos códigos deontológicos. Em princípio, devem-se considerar as influências dos diferentes saberes que a universidade e o mercado exercem sobre os profissionais. “Os bancos escolares” cultivam a reflexão e pensam a sociedade; sua maior contribuição, na visão do autor, está em formar profissionais críticos, em colocá-los em contato com as correntes filosóficas através das quais a ética é estudada. Diferentemente, o mercado prepara o novo jornalista em termos técnicos no aprendizado cotidiano da profissão; a função pública do jornalismo completa-se nesse exercício.

O estudioso da ética afirma que para a educação dos profissionais, um código de ética pronto e fechado é letra morta, “vale quase nada”. Para solucionar o problema sugere que as normas sejam parte ativa da cultura local, o que pode ser estimulado pelos chefes, na prática diária. Chaparro (2007) também aborda essa desarmonia ao afirmar que a ética deve estar na lei como reflexo da cultura⁵⁰ estabelecendo o modo de ser de uma comunidade.

Para que se tornem “letras vivas do fazer jornalístico”, é necessário que os preceitos sejam explicados, revisados e atualizados junto aos recém-contratados. (BUCCI, 2000, p. 205). A deontologia pode redundar, em alguns casos, em “fascismo moral”. Sodré (2002) também interpreta que na maioria dos casos de organiza o da média, os textos deontológicos, mesmo bem escritos e bem intencionados, viram letra morta.

A ado o de códigos de  tica seria um dos caminhos para formar o jornalista, entretanto, o aprendizado completa-se no exercício da fun o pública que se constitui o jornalismo. Para Bucci (2000), nesse exercício, o profissional aprender  a respeitar as fontes, conhecer  o valor da independência e os perigos dos conflitos de interesse. Para assimilar tais pontos um código não se faz necessário, ressalta.

No que concerne   dualidade entre lei e as características da cultura local, há no país um entendimento de que mudanças possam ocorrer via decreto, ou seja, uma tradi o de regular as rela es sociais apenas pela fé na palavra escrita   entendida como soluço dos problemas (BARBOSA, 1992, p. 63). Essa pode ser uma explica o para o difícil funcionamento e obediência às normas ou a falta de efeito dos códigos no país.

Nesse particular do cumprimento às regras, OLMO (2011, p. 645, tradu o nossa) aventa outra explica o afirmando que

50- Entende-se cultura, em termos gerais, como aquilo que diferencia e classifica um povo de outro; abrange todo um modo de vida.

os códigos despertam certo receio, interpretados como censura, já que impõem limites à ação profissional, [...] que na “visão da própria profissão seria autocensura”.⁵¹ Obviamente que grande parte das associações profissionais organiza seus códigos por necessidade de garantir o exercício responsável da profissão e não como autocensura. O aspecto citado é corroborado por Lage (1995, p. 39) ao observar que a ética censura, e às vezes “censura a censura”. De toda maneira, recorre-se à ética de forma mais efetiva, para o autor, à proporção que os instrumentos de controle da informação baseados em mecanismos de coerção externa, sejam menos eficazes.

Dessa maneira, a questão não é ter ou não códigos, até porque eles “não fabricam bom jornalismo”, e sim, a formação ética permanente dos jornalistas pelos proprietários de empresas de comunicação e dirigentes das equipes numa redação. Essa formação inclui promover debates, recomendar leituras, dar apoio a cursos de aperfeiçoamento ou dar retorno das decisões éticas. Enfim, a proposta é encarar seriamente a atividade formativa, acompanhar e monitorar a cultura ética das equipes. Ter ou não ter carta de princípios ou códigos, passa a ser uma decorrência (BUCCI, 2000, p. 207).

O ponto nuclear de qualquer código deontológico está na legitimidade e autoridade, na visão de Bucci (2000), a legitimidade se consegue pelo envolvimento da maioria que seguirá o código na elaboração desse mesmo código. A autoridade, compreende o jornalista, vem da conduta exemplar dos que comandam as redações na observância das regras e também das punições que se verificam em caso de desobediência clara (BUCCI, 2000, p. 206).

A fragilidade punitiva, também descrita por Christofolletti (2008), é outra interpretação que, de certa forma, põe em cheque

51 - “[...] que vista desde la propia profesión sería autocensura”.

tal conjunto deôntico do meio jornalístico. Ao reconhecer as limitações na natureza desses textos, o professor alerta que não basta que os profissionais conheçam as regras do jogo, é preciso, pois, pôr as normas para funcionar.

Essas regras podem ser assumidas pelos profissionais, no entanto, a maneira de acionar seu cumprimento, a aplicação de penalidades para os desobedientes, saber quem tem competência para aplicá-las e que órgãos devem realizá-las, constituem-se em problemas atuais (ALMANSA MARTÍNEZ, 2011, p. 828).

Sabe-se que do agente político é bem mais exigido o cumprimento das regras de teor ético do que dos representantes da mídia, também cidadãos, e da população em geral, o que não quer dizer que estejam dispensados de cumpri-las. Conforme Silva, (2009) não cabe à imprensa estabelecer novos padrões morais, éticos e jurídicos, ou restabelecer antigos; cabe sim, comunicar o que viu, leu e ouviu. Contudo, mesmo amparado pelas técnicas próprias do seu ofício, o jornalista está sujeito a tolerar o erro de atores ou partidos políticos ou mesmo a ser induzido à obliquidade ou manipulação da informação.

A problemática do cumprimento ou não dos códigos deontológicos e da sua frágil vigorosidade, diz respeito também às características históricas e socioculturais do povo, em suma, das heranças impregnadas no agir dos brasileiros.

De acordo com Entman (1993), um dos locais onde os enquadramentos das coberturas jornalísticas se realizam é na cultura. Ele compreende que a seleção dos trechos pode ser feita, conscientemente, a partir de imagens componentes de crenças individuais. Segundo descrito anteriormente, as noções éticas da população estão fincadas em princípios históricos de bases oligárquicas que compõem distorções sociais e políticas, a exemplo do patrimonialismo, coronelismo e do clientelismo, os

quais fazem parte da natureza burguesa brasileira que atua como uma “segunda natureza humana” (FERNANDES, 1976, p. 205).

Em termos antropológicos, como explicado por DaMatta (1984), vive-se no Brasil múltiplos eixos ideológicos, duas éticas complementares – a hierarquia e o individualismo – gerando a diferença entre pessoa e indivíduo. As matrizes socioculturais, políticas e religiosas nacionais vão, naturalmente, forjar, em parte, as práticas jornalísticas e suas tendências éticas. Como o brasileiro tem uma vivência mais acentuada de ordem pessoal, visto as dificuldades de aceitar normas institucionais, é possível a partir daí, entender a complacência com certos desvios éticos entre si e provindos dos agentes públicos, identificados na sociedade brasileira. Tal tolerância é resvalada de forma inconsciente – apesar de o jornalista seguir os “rituais estratégicos” de que fala Tuchman (1993), para os enquadramentos das coberturas midiáticas – e retratada na elasticidade ao cumprimento dos ditames deontológicos do campo.

Essa transmissão de valores ao longo do tempo pode ser corroborada por estudos jornalísticos que apontam as “tendências de angulação”, de que fala Medina (1988), por que passam os jornalistas novos ao assumirem os comportamentos típicos das empresas, o que vai repercutir no processo de produção das matérias (MEDINA, 1988, p. 74). O tema faz parte da Teoria Organizacional desenvolvida por Warren Breed (1993, p. 155), tratada adiante, a qual discute o processo de socialização dos direitos e deveres, valores e normas jornalísticas, nas redações, a partir da organização na qual o profissional está inserido; ele afirma que os recém-chegados aprendem sobre a política editorial como “um neófito numa subcultura”. Naturalmente, entende-se de tais valores, aqueles emanados da ordem sociocultural, política e ética vividos em determinada cultura.

Tais preocupações com as regras e sua implementação vêm sendo estudadas pelos especialistas numa busca constante de eficácia dos preceitos na prática jornalística. Quando clama por um sistema deontológico na área, Christofolletti (2011) chama a atenção para a necessidade de um respaldo jurídico e bases legais bem definidas para o jornalismo brasileiro. Um “sistema deontológico jornalístico” consistiria na sua expectativa, em um conjunto de ferramentas e ações que permitam fortalecer uma ética jornalística capaz de definir a profissão. Um sistema deontológico, para o especialista, precisa, por exemplo, de um código de ética nacional, que circule com facilidade, que seja assumido pelos jornalistas, seja conhecido pelo público e tenha reconhecimento das empresas de comunicação (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 2).

Concorda-se com o autor que os reclames vêm do diminuto alcance e legitimidade das normas existentes na área. Ele compreende que o conjunto de preceitos propostos em nível nacional deveria ter apoio em um documento negociado entre as três instâncias: jornalistas, empregadores e público. Incluídas também uma rede de comissões de ética bem estruturada e coordenada com ações disciplinares e pedagógicas (CHRISTOFOLETTI, 2011).

Longe de ser da forma almejada pelos autores críticos, algumas iniciativas têm sido implementadas, a exemplo das decisões providas da I CONFECOM. Defendidas pela FENAJ, que tem como slogan “a luta pela liberdade e pela ética no jornalismo”, as pautas que pedem uma nova Lei de Imprensa e a institucionalização de um Código de Ética do Jornalismo tiveram suas resoluções aprovadas.

A Federação defendeu a organização dos trabalhadores da Comunicação por meio de regulamentações profissionais (CONFECOM, 2010, p. 184). No mesmo eixo, a entidade reconhece a necessidade de uma nova e democrática legislação

para a imprensa que assegure os avanços conquistados inclusive a garantia de pluralidade de versões em matéria controversa.⁵² (CONFECOM, 2010, p. 184-185).

O tema da Lei da Imprensa interessa muito de perto ao quesito da ética jornalística. O Superior Tribunal Federal (STF) revogou a Lei da Imprensa⁵³ em julgamento realizado em abril de 2009, fato que despertou opiniões diversas. *Herança da ditadura – Um entulho a menos* foi o título da entrevista feita, por Mino Carta em maio do mesmo ano, com Taís Gasparian comentando a revogação. Considerada uma defensora dos meios de comunicação, a advogada afirma que a notícia foi boa porque além de ser um dispositivo da época da ditadura combina com os pronunciamentos dos ministros do STF a favor de uma imprensa livre.

Gasparian (2009) avalia a preocupação com o direito de resposta, item que necessita ser regulamentado visto que, com o fim da Lei de Imprensa há um risco de que a aplicação de alguns dispositivos do Código Civil possa resultar em decisões desfavoráveis à liberdade de imprensa como censura judicial ou proibições de reportagens. A especialista se pronuncia a favor

52- Os avanços referidos são a “agilização do direito de resposta ou de retificação, proporcional ao agravo, a ser veiculada gratuitamente, sem prejuízo de eventual ação civil ou penal, a toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, bem como a qualquer coletividade que for acusada, ofendida ou atingida pela veiculação de conteúdo ou ainda de informação errônea, inverídica ou incompleta, por qualquer meio de comunicação, assegurando aos cidadãos a possibilidade de não serem injusta ou discriminatoriamente citados”. A PL 457 explicita que a pluralidade citada exige “que os veículos de comunicação observem o registro das diversas posições existentes em fatos da atualidade e de interesse público que envolva polêmica”. Os referidos avanços estão na PL 3.232/92 (FENAJ, 2009).

53- Em 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos extinguiu a Lei 5.250/67 – Lei de Imprensa. O pedido de revogação da Lei foi de iniciativa do Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Esta era uma reivindicação histórica do movimento sindical dos jornalistas. Liminarmente o Ministro Ayres Britto havia atendido ao pedido do Deputado, tornando sem efeito 22 dos 77 artigos da Lei (FENAJ, 2009).

de uma diferenciação entre a imprensa e as manifestações na internet: “Pressupõe-se que a imprensa tenha uma cultura e uma ética específicas” (GASPARIAN, 2009, p. 18) por isso o Judiciário deve analisá-la sob uma ótica diversa da pessoa que poste algo num *blog*, por exemplo. Agora, a preocupação diz respeito, conforme a advogada, à necessidade de uma lei que assegure a liberdade de expressão e a segurança contra ações indenizatórias. Em tom protetor às empresas de comunicação, sugere critérios para se fixar uma indenização.

A FENAJ pronuncia-se sobre a queda da Lei, através de propostas para a I CONFECOM, quando requer um novo e democrático estatuto para o jornalismo no Brasil,⁵⁴ afirmando que o fato desarma a sociedade de garantias na relação com os meios de comunicação e cria inseguranças para atuação dos veículos e profissionais (FENAJ, 2009). A Federação ressalta a omissão do Congresso Nacional na recusa de votar uma nova e democrática Lei de Imprensa.⁵⁵

Ao discorrer sobre os campos opostos nessa luta, a FENAJ, junto aos Sindicatos dos Jornalistas do Brasil, defende as liberdades garantidas pela constituição, a imediata aprovação de uma nova lei de imprensa para o país, autonomia intelectual e garantias para o livre exercício profissional dos jornalistas. Já os “Donos da Mídia” insistem na tese de que não deve haver lei nenhuma regulando e regulamentando as relações entre os veículos de comunicação (FENAJ, 2009, p. 8-9).

54- Eixo temático: Meios de Distribuição, Tema: Responsabilidade Editorial PL 14: Proposta: Inclusão da “cláusula de consciência” aos profissionais de comunicação na regulamentação da nova lei de imprensa.

55- Em proposta à CONFECOM, a FENAJ afirma que desde agosto/1997 há um projeto de uma nova legislação para a imprensa, aguardando para ser incluído na pauta, substitutivo do Ex-deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) – PL 3.232/92. Há também propostas mais atuais (FENAJ, 2009).

Para sustentar um sistema deontológico que abrangesse as conexas reivindicações seria necessário mais que um código de ética amplo. De acordo com Christofolletti, (2011), seria preciso construir uma rede de instâncias que possam identificar infrações éticas, decidir sanções aos faltosos, reforçando ainda os valores positivos da profissão. No entanto, as Comissões de Ética constantes dos sindicatos e da própria FENAJ são pouco conhecidas, para ele, sequer conseguem atrair denúncias de falhas deontológicas. Argumenta o estudioso que a falta de queixas provoca poucos encontros o que apequena a importância das comissões. Além disso, elas têm frágil estrutura de trabalho, “[...] são quase invisíveis, bastante ociosas e muito desaparelhadas”, ou seja, apenas cumprem um papel meramente simbólico. (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 2).

A propósito das comissões, o documento final oriundo do XXXIII Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo, aprovou a tese do Código de Ética dos Jornalistas, oportunidade em que enaltece a importância das citadas comissões no que concerne à vigilância ética:

Os dilemas éticos fazem parte da rotina do jornalismo. Rotina que muitas vezes força o profissional a tomar decisões por reflexo e não por reflexão. Por isso, cabe às instituições responsáveis pelo cumprimento do Código de Ética promover a reflexão a cerca da prática do jornalismo. Por serem estratégicas, as Comissões de Ética precisam ser fortalecidas e disporem de condições mínimas para funcionamento. A elas cabe, também, atuar como disseminadoras de uma cultura jornalística responsável. Neste sentido, não precisam ocupar apenas a posição de órgãos repressores ou censores, mas também promotores de valores do jornalismo (CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2008, p. 78).

Bem se vê que a incumbência de normatizar o ambiente midiático é tarefa cuidadosa devendo ser repleta de instâncias com seus respectivos papéis para assegurar o funcionamento geral, tal qual a presteza de uma diversidade de rizomas que compõem um grande sistema de princípios e condutas profissionais.

Formação ética nos cursos universitários de jornalismo

Na Antiga Grécia, muito antes de Cristo, já existia o zelo pelo ensino das virtudes morais. Os filósofos de então eram os preceptores responsáveis por ensinar os valores morais. A *Paidéia*,⁵⁶ princípio da formação do homem grego, também significava a própria cultura construída a partir da educação, esta era traduzida como a ética dirigida a educar o indivíduo no seu convívio na *polis*, numa comunidade a partir da ideia de *bem*. Aristóteles (2009, p. 40) evidencia a aquisição das virtudes morais ou da ética pela via das lições educativas: Afirmou que há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. “A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito...”⁵⁷

D’Espindola (2009) menciona a origem etimológica do vocábulo educação. De origem latina, quer dizer primeiro, *educare*, que significa orientar, educar o ser da situação presente para outra almejada; concebe uma educação técnica, para atender a uma demanda do mercado, por exemplo. Enquanto *educere* trata

56- A *Paidéia* combinava *ethos* (hábitos) que fizessem o homem grego ser digno e bom, como governado e governante.

57- Moral vem do grego *ethos* e sua derivação *ethiké*. N. do T. para explicar a vinculação entre as palavras moral e hábito. *Ética a Nicômaco*, Livro II 1103a 15.

da formação integral do indivíduo, fazer brotar ou desenvolver as potencialidades humanas de dentro para fora, com uma fundamentação ética que nos faz assumir responsabilidades com a coletividade e a natureza.⁵⁸ *Educere* frisa igualmente a assunção de responsabilidades, palavra tão cara à ética.

Essa noção de combinar a educação técnica ou prática e a orientação humanista que valoriza as potencialidades humanas, simultaneamente, seria o ideal. No recinto do real acontece de outra forma, que o diga Eduardo Meditsch (2002, p. 1) aproximando os estudos pedagógicos de Paulo Freire com a concepção do jornalismo como conhecimento. O estudioso conduz um estudo em busca da [...] oportunidade do desenvolvimento e aplicação de um “‘método Paulo Freire’ no fazer jornalístico”.

O autor evidencia o pensamento de Freire sobre a forma de aprendizagem em território brasileiro. A teoria desenvolvida à margem da prática, de acordo com o pedagogo, tenderia a converter-se em um jogo, nossa experiência na universidade tende a nos formar à distância da realidade. Em última análise, tornamo-nos excelentes especialistas, “num jogo intelectual muito interessante – o jogo dos conceitos: é um balé de conceitos” (FREIRE; SHOR, 1986 apud MEDITSCH, 2002, p. 3).

A dicotomia citada por Freire refere-se à diferença entre ler palavras e ler a realidade, distinguir o contexto teórico do concreto sem a preocupação em ligar a leitura à compreensão do mundo. “Uma pedagogia dicotomizada como esta diminui o poder do estudo intelectual de ajudar na transformação da realidade” (FREIRE; SHOR, 1986 apud MEDITSCH, 2002, p. 3).

A pesquisa de Meditsch (2002), no sentido de aplicar o “‘método Paulo Freire’” às práticas cognitivas jornalísticas, tanto

58- 'Educar' - *educare*, por sua vez ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), significa literalmente 'conduzir para fora', ou seja, preparar o indivíduo para o mundo (SCHÜTZ, 2009).

no lado da produção quanto no da recepção, o leva a afirmar que tal emprego pode contribuir para o aperfeiçoamento destas práticas sociais no ambiente democrático. Acredita-se que nessa proposta inclui-se a vinculação com os procedimentos éticos no universo pedagógico do jornalismo.

Tal posição converge com o pensamento de Melo (1991, p. 14), para quem uma das mazelas pedagógicas das escolas de comunicação, no Brasil, é a reprodução de “disfunções educativas” como a passagem de informações sistematizadas distanciadas da realidade, traduz-se como a dispensa de articulação entre teoria e prática.

Visto que as práticas jornalísticas nacionais seguem as disposições norte-americanas, Meditsch (2007) diagnosticou as tendências contemporâneas do ensino de jornalismo, baseando-se nos debates sobre o tema realizados nos Estados Unidos na última década. Ele se reporta a uma pesquisa realizada há 40 anos pela *American News paper Publishers Association*, em 1971, onde suas constatações mantêm-se atuais:

As faculdades se isolaram do mundo do jornalismo. A ênfase na análise crítica da mídia abalou a confiança dos estudantes, destruiu seus ideais e substituiu-os pelo cinismo. [...] O divórcio entre meio profissional e acadêmico já tem várias gerações. Só 14% dos professores consideram importante fazer pesquisa para aprimorar a mídia (COHEN et al, 2001 apud MEDISCH, 2007, p. 44).

Outros estudiosos corroboram o custo das perdas de oportunidades em vista desse divórcio, classificando-o como dano intolerável, já que um lado precisava do outro.

Outra alusão às pesquisas americanas refere-se a um estudo de 1996, intitulado *The Winds of Change: Challenges Confronting*

Journalism Education, pesquisa⁵⁹ coordenada pela jornalista Betty Medsger,⁶⁰ cujas conclusões mostravam mudanças fortes, sendo a principal tendência a transformação dos cursos de jornalismo em comunicação e a diminuição das disciplinas da própria área. Tanto jornalistas e professores se declaravam confusos sobre o que seria a profissão no futuro. Já não eram consensuais nas escolas os pressupostos de que o jornalismo é uma atividade intelectual e fundamental para a democracia (MEDSGER, 2001 apud MEDITSCH, 2007).

A pesquisa de Medsger (1996 apud MEDITSCH, 2007, p. 47) creditou grande parte do problema da dicotomia e falta de integração entre a visão acadêmica e a profissional ao modelo norte-americano de avaliação das faculdades. Relata que certificação não considera ou considera pouco o que os jornalistas e professores mais valorizam: qualidade do texto dos alunos e do ensino de redação, qualidade dos órgãos laboratoriais e ensino de ética.

A conclusão do estudo é de que o ensino do jornalismo está vulnerável por vários fatores, entre eles a tomada do seu espaço pela ciência da comunicação; a sua dificuldade para emplacar na vida acadêmica; ao descaso das organizações jornalísticas etc. Algumas recomendações foram sugeridas às escolas: criar uma cultura jornalística; afirmar o jornalismo como atividade intelectual e os jornalistas como educadores; educar estudantes para pensar criticamente etc.

No Brasil, Meditsch aponta ocorrências semelhantes. A partir do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo

59- Pesquisa patrocinada pelo Freedom Forum foi executada pela Universidade de Connecticut e ouviu por telefone 1041 jornalistas e 500 recrutadores de jornalistas nas empresas, além de fazer uma longa entrevista com 446 professores da área por e-mail.

60- A jornalista Betty Medsger foi repórter do Washington Post, é escritora e professora da San Francisco State University.

para a América Latina (CIESPAL) o jornalismo é incluído na área de comunicação “em busca de reconhecimento político e acadêmico” (MEDSGER, 1996 apud MEDITSCH, 2007, p. 47-49), surgindo em consequência, um descolamento da teoria com a prática.

Uma contradição se estabeleceu, enquanto o CIESPAL busca mais prestígio para o curso de jornalismo, a justiça brasileira impôs derrotas à luta da área. Primeiro, em dezembro de 2002, uma ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão, no Estado de São Paulo, imputava à FENAJ e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo a sentença que dispensava a exigência do diploma para exercício da profissão. A decisão foi anulada, mas as tentativas continuaram.

Mais tarde, em junho de 2009, por oito votos a um, o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou novamente a exigência da formação universitária específica para o trabalho dos jornalistas. O STF considerou o decreto ditatorial incompatível com a Constituição de 1988, que garante a liberdade de expressão e comunicação. O relator do processo, o ministro Gilmar Mendes comparou o jornalista a um cozinheiro. Escreveu que um excelente chef de cozinha poderá ser formado em uma faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área (CARTA CAPITAL, 2009, p. 21)⁶¹. A revista, que concorda com o ministro, relatou que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Tevé (ABERT) comemoraram a decisão.

A semanal *Veja*, da mesma data, através do editorial *Qualidade sem diploma* (2009, p. 12), entendeu que a o STF varreu

61 - Coluna A Semana (espaço editorial).

da legislação brasileira mais uma herança da ditadura militar,⁶² denominou de “excrecência” a exigência do diploma, chamou de “brilhante” a comparação feita por Mendes e acentuou a voz do ministro ao declarar que o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada.

Concernente à formação, a revista *Veja* entende que vão ganhar as faculdades de jornalismo porque terão de rever currículos para formar alunos mais preparados para a dura competição. Enquanto o editorialista considera que a decisão também foi um ganho de qualidade para as redações, leitores e espectadores, a FENAJ e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) consideraram o julgamento um retrocesso. A Federação garante que a melhoria, o exercício ético e a democratização do jornalismo estão estreitamente ligados à batalha da categoria por uma identidade profissional tendo como referência, o interesse público e seu papel social (FENAJ, 2009).

A entidade encaminhou proposta pela defesa da regulamentação profissional⁶³ dos jornalistas, incluindo a obrigatoriedade do diploma a qual deveria ser pauta de discussão e deliberação da I CONFECOM. A Federação avalia que a decisão do STF golpeia não só esta categoria de trabalhadores, mas a luta pela democratização da mídia e do próprio país. Sinaliza

62- A obrigatoriedade do diploma foi impingida em 1969, de acordo com a *Veja*, não para melhorar o jornalismo, mas para controlar o acesso às redações de repórteres, editores e fotógrafos que eram considerados ameaçadores aos generais.

63- PLs 231, 363 e 475, Eixos temáticos: Cidadania: direitos e deveres e produção de conteúdo. Temas: Aspectos federativos, Marco Legal e Regulatório e Liberdade de expressão - p. 185, 98 e 184 respectivamente (CONFECOM, 2010).

uma ameaça semelhante a outras categorias profissionais, além de aumentar o desrespeito ao direito dos cidadãos de receberem “informação plural, ética, democrática e produzida com qualidade” (FENAJ, 2009).

Golpes dessa natureza infligem consequências no espírito profissional, no enfrentamento dos “inimigos da ética”, na dinâmica da produção das notícias, desde quando se considera a possibilidade, segundo a Federação, da sociedade ficar ainda mais refém dos detentores dos meios de produção da informação. Para a instituição, o conteúdo, já hegemonizado por uma minoria, será ainda mais manipulado.

São vários os profissionais e professores que se dedicam à formação de jornalistas de maneiras diferentes como: ensinar nas escolas ou redações; orientar pesquisas; apresentar comunicações científicas ou discutir a importância do estudo da ética nos currículos, através de entidades como o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPF);⁶⁴ a Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor),⁶⁵ dos programas de Pós-graduação, dos Encontros Ibero, Sul-Americanos, nacionais e estaduais; a Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo; os Ciclos Nacionais de Pesquisa em Ensino de Jornalismo entre outras.

64- Conforme o site www.fnj.org.br, a proposta de reunir professores dos cursos de jornalismo surgiu em 1994, do grupo (Labjor/Unicamp). Nos Encontros são feitas “avaliações gerais sobre a realidade dos cursos de jornalismo e a necessidade de realizar discussões sistemáticas, visando a busca de novos caminhos a partir da experiência que vem sendo desenvolvida pelos próprios docentes”.

65- Em novembro de 2003, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), que, “busca agregar estudiosos de uma área específica do conhecimento e tem como propósito atuar em conjunto com todas as demais associações científicas ou acadêmicas ou profissionais já existentes” (SBPJor, 2008).

Há uma multiplicidade de institutos além de grupos específicos de análises e observatório dedicados ao estudo da Ética, como o *ObjEthos* – Observatório da Ética Jornalística,⁶⁶ – realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob a responsabilidade dos professores doutores Rogério Christofolletti e Samuel Lima. Apesar do afinco, o ensino de preceitos éticos nas escolas de jornalismo parece ansiar por maior importância, conforme especialistas.

Vitor Gentili (2001, p. 1) comenta o pouco conhecimento sobre a distinção entre ética e deontologia que, no país, a academia cuidou apenas, “ornamentalmente”, no período de entre 1978 e 1984. Apesar do interesse da sociedade pelos problemas éticos, após a ditadura nos anos de 1980, o professor informa que as escolas passaram a tratar o tema com descaso levando à crença de que a ética “[...] é irrelevante na formação profissional dos jornalistas”. A reforma curricular de 1984 fundiu as duas disciplinas, desaparecendo o termo deontologia em troca da expressão ética.

Quanto à avaliação da mistura de disciplinas, Melo (1991, p. 16) comunga da mesma posição ao avaliar os currículos classificando-os como uma “colcha de retalhos”, um conjunto desarticulado de conteúdos, sem princípios norteadores e que não corresponde às expectativas da sociedade. O autor, que conta com o maior número de publicações a respeito da análise de currículos no campo, avalia a circunstância como um dos desafios pedagógicos com vistas

66 -O ObjETHOS é uma realização do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da UFSC, conta com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (ProEx/UFSC), da Capes e do CNPq. O ObjETHOS é membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Reno), que reúne iniciativas brasileiras acadêmicas e profissionais de acompanhamento da mídia. Mantém parcerias e convênios de cooperação com a Red Ética Segura (Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, Colômbia), com o Ceis20 (Universidade de Coimbra, Portugal), com o Observatório da Imprensa, o projeto Coronelismo Eletrônico (UFRJ) e o Televisum Observatio (UFPR). ProExtensão e Pro-Bolsas da PRPE. Ver <http://objethos.wordpress.com/>

a beneficiar os estudantes. Trata-se de uma [...] contingência da centralização das decisões “na malha burocrático-pedagógica do Governo Federal que impõe um modelo para todo o país”.

Diante da citada mistura de matérias e da desarticulação de conteúdos que induz ao desencontro com a realidade, em particular no cenário pedagógico da ética, torna-se pertinente citar o estudo de Cláudia Moura (2002) sobre os currículos nos cursos de comunicação social. A Resolução n. 11/69 nomeia a disciplina como Ética e Legislação dos Meios de Comunicação; a de n. 03/78 a divide em duas: Deontologia dos MC e Legislação dos MC e a resolução n. 02/84 a reparte em seis disciplinas para cada ramo da comunicação: Ética no Jornalismo, nas Relações Públicas, Publicidade, Indústria Editorial, Radialismo e Cinema (MOURA, 2002, p. 103).

Quando descreve o elenco curricular e as atividades profissionais em jornalismo, a pesquisadora conclui que, no caso da ética, o ensino é necessário a todas as atividades profissionais, embora a ementa não estabeleça vínculos diretos às tarefas específicas (MOURA, 2002, p. 6). Sem rodeios a ética aparece dissociada da realidade.

Já tendo lecionado Ética e Comunicação na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Mattos (informação verbal)⁶⁷ partilha do mesmo pensamento, sugerindo que o ensino ético deveria ser transversal, ou seja, em todas as disciplinas do curso de jornalismo poderia ter conteúdos de ética, visto a multiplicidade de situações a que deve ser aplicada.

A história conta que quando criada a ABI, em 1908, a instituição já pensava em preparar profissionais quando elaborou um projeto do que seria a primeira escola de jornalismo do país baseada nos padrões das organizações norte-americanas. O documento com

67- Entrevista concedida à autora em 05 de julho de 2012.

as propostas apresentadas no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro, em 1918, registra que,

para elevar o nível moral da profissão, para manter rigorosa ethica jornalística, para aproximar os jornalistas entre si e para cuidar esclarecidamente dos problemas da imprensa, será bastante os profissionais que, inteiramente preparados, sahirem da Escola depois do seu quinto anno (SILVEIRA, 1932, p. 45-46).

A iniciativa cultural ocorre em pleno período de modernização a partir do avanço capitalista, que trouxe mudanças no fazer jornalístico que incluíram a linguagem e o próprio papel de formação social do jornalismo (COUTO, 2007, p. 90).

A ditadura do Estado Novo, no entanto, colaborou para o atraso do curso superior de jornalismo no país. Entre 1935 e 1937, o governador Pedro Ernesto convidou o professor Anísio Teixeira para criar a Universidade do Distrito Federal; no plano da nova escola previa-se o ensino superior de jornalismo, previsão não materializada no período (NUZZI, 2000, p. 20-21). O marco do ensino de jornalismo é registrado pela formação do curso instalado em São Paulo, em 1943, pelo jornalista Vitorino Prata Castello Branco, fechado por falta de apoio financeiro e pressão dos opositores. Nesse mesmo ano, foi sancionado por Getúlio Vargas o decreto que instituía o curso, em nível universitário, na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil, porém só iniciado em 1948 (MATTOS, 2001, p. 84).

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, em convênio com a Fundação Cásper Líbero, instalou, em 1947, seu primeiro curso. Somente em 1969 foi reconhecida juridicamente a necessidade da formação superior, medida que disseminou os cursos universitários nos anos seguintes.

Mattos (2001) também informa que no Nordeste, a Faculdade de Filosofia da UFBA foi a primeira a instalar o curso de jornalismo, em 1950, formando os 64 primeiros bacharéis em 1952. O curso foi interrompido de 1953 a 1961, voltando a funcionar em 1962. Nesse intervalo, egressos⁶⁸ da UFBA fundaram o *Instituto de Jornalismo da Bahia* oferecendo cursos práticos. Conforme Mattos,⁶⁹ todos da primeira turma da UFBA já eram jornalistas e para serem matriculados tinham que comprovar o exercício de pelo menos cinco anos (notícia publicada em *A Tarde*). Informamos o professor que a primeira turma entrou em 1949 e saiu em 1952. O instituto funcionou de 1950 a 1964, oferecendo muitos cursos técnicos de redação e de jornalismo (de curta duração) usando para tanto alguns professores do curso da UFBA bem como os recém-formados da primeira turma.

Os primeiros cursos brasileiros receberam influências europeias, as quais prestigiavam uma formação academicista, de caráter intelectual e essencialmente humanístico, até porque eram vinculados às faculdade de filosofia. Para Mattos (2001), o contexto sociopolítico que vivia o país em 1945, justificava uma acentuada tendência deontológica, com ênfase nos aspectos éticos, jurídicos e filosóficos nesse aprendizado.

A razão dos cursos de jornalismo existir na universidade justificava-se pela predominância de disciplinas do “polo sócio-humanista”⁷⁰ ou teóricas em lugar daquelas do “polo pragmático-operacional” ou técnico. Martino (2005, p. 23) explica a tendência pela natureza do conhecimento que o jornalismo gera ou no qual se apoia: “seria uma ciência, uma arte ou simplesmente uma prática ligada à circulação de informação?”.

68- Hernamo Gouveia Neto e Antonio Virgílio Sobrinho fundaram o Instituto Germano Machado (MATTOS, 2001, p. 85).

69- Em depoimento à autora.

70- As expressões “polo sócio-humanista” e “polo pragmático-operacional” foram usadas por Bahia e Rigueira (2009).

Do outro lado, está a formação técnica que enfatiza as ferramentas imprescindíveis ao exercício da profissão ou a “tecnização” da teoria, explicada por Martino como a confusão e substituição da teoria pelo saber técnico, o *know-how*, voltado para um jornalismo como atividade prática, eminentemente empírica, mas também necessária. Melo (1991) apoia essa percepção pedagógica para quem algumas peculiaridades marcam a fisionomia dos programas desses cursos, como nascer num espaço universitário inadequado.

A finalidade dos cursos de Jornalismo sempre foi a de formar profissionais para atuar na imprensa. [...] Mas não se organizam como unidades eminentemente profissionalizantes, porque assumem o caráter de formação básica que está no cerne das propostas das faculdades de Filosofia. Assim sendo, a preparação para o exercício do Jornalismo se faz quase subsidiariamente, porque a organização curricular adotada privilegia o embasamento humanístico (MELO, 1991, p. 13).

O autor enaltece a formação técnica para preparar melhor o profissional que vai lidar com os desafios da imprensa. Numa perspectiva próxima, Karam (2006) aponta a impossibilidade de o jornalista adquirir um conhecimento enciclopédico. A grade curricular do curso não deve abandonar aspectos específicos da formação do jornalista; para o estudioso um currículo de jornalismo, voltado para questões éticas, teóricas e técnicas, também fará uma ponte melhor com os outros campos de conhecimento, “pautando melhor, investigando melhor, interpretando melhor, editando melhor e compreendendo melhor” (KARAM, 2006, p. 3).

A importância de tecer considerações sobre os aspectos ético-humanistas ou técnicos no aprendizado do profissional de jornalismo centra-se, justamente, nas implicações dessas vertentes ou escolhas

pedagógicas na formação do futuro jornalista, cujos reflexos aparecerão subjetiva ou objetivamente nas futuras coberturas jornalísticas e nas próprias relações da mídia com a sociedade.

Enquanto Melo (1991) advoga a predominância do ensino técnico, Karam (2006) preconiza o equilíbrio entre a formação técnica e teórica. Defensor da tradição teórica, Martino distingue duas teses básicas oriundas das respectivas formações na área.

Para Martino (2006, p. 23), a visão tecnicista pensa um jornalista como um profissional formado dentro da redação, capacitando-se com o decorrer do tempo. Dessa perspectiva, o ensino de jornalismo na universidade seria apenas [...] uma forma de encurtar esse período de aprendizagem de habilidades técnicas; o conteúdo seria adquirido pela vivência e a experiência profissional. Além dessa característica, há outro problema sério, observado pelo autor, em relação ao aspecto técnico dominante nos cursos, qual seja explicar o jornalismo no âmbito universitário, já que não demandaria um conhecimento mais profundo para o seu exercício, de onde o conhecido “debate em torno do diploma – seria ou não necessário”?

A outra tese de Martino (2006) é o jornalista visto como intelectual,⁷¹ como na sua origem histórica, aquele que pode proporcionar a circulação, exposição de informações e o debate de ideias, formado, pois, sob o signo das teorias da comunicação e do saber prioritariamente humanístico. Entende-se a formação teórica ou filosófica como aquela que permite o exercício reflexivo, desenvolvendo no escritor/jornalista a crítica, cenário e lugar propício para cultivar os princípios éticos.

Considerando-se que o campo intelectual leva a uma extensão pública através da mídia, os meios de comunicação de

71- O intelectual aqui é visto, conforme Martino (2006) como alguém que opina sobre assuntos não específicos de um campo particular do saber, sobre problemas sociais num dado momento.

massa e o papel do seu profissional vão além do tecnicismo ou de colocar os meios para funcionar. O jornalista passa a ser visto como:

[...] um dos responsáveis pela gestão de espaços organizadores da dinâmica social. Esse papel estruturante, atribuído à atividade dos jornalistas tomados enquanto intelectuais, não é de forma alguma incompatível com a do técnico, mas obviamente demanda formação particular e mais prolongada do que a técnica (MARTINO, 2006, p. 24).

Há uma dissimetria entre as duas posições, para a qual Martino (2006) chama a atenção, afirmando que as duas ideias não precisam ser opostas: se o técnico tende a excluir a ideia de intelectual, impelindo o jornalista para o papel de “funcionário de jornal”; a ideia do jornalista como intelectual, em oposição, necessita e pressupõe a formação técnica.

As análises mostram uma tendência que corre na contramão da seriedade e prioridade exigidas na preparação desse profissional. Obviamente, não vivemos só de história, mas nada mal em lembrar de políticos e escritores de renome que faziam jornalismo de grandes causas no século XIX, a exemplo de Ruy Barbosa. Pela importância de suas assinaturas nos jornais foi conferido a imprensa à responsabilidade pela divulgação da vida política. Os homens cultos quando de volta dos estudos universitários inseriam-se nas redações como passagem para a esfera pública e daí para a política; ou seja, o jornalismo elevava sujeitos expressivos à política.

Recordações à parte, essa aura de intelectualidade e importância sociopolítica não se desfez totalmente. Ao jornalismo é atribuído um encargo social, uma responsabilidade na busca da excelência democrática, além das suas próprias pretensões, ou concedidas pelas audiências, de controlar a visibilidade pública,

influenciar a população nas suas escolhas diversas e facilitar a transparência dos negócios políticos, assumindo a função do cão de guarda na defesa dos interesses dos cidadãos. Esse é o modelo do *Fourth Estate*⁷² que interpreta a imprensa como um contrapoder voltado a controlar externamente os governos. Nesse sentido, particulariza-se o jornalismo político, bem definido por Gomes (2004, p. 120), que assume o controle da cena política midiática,

Principalmente o jornalismo político, herdeiro do jornalismo de opinião, liberal e iluminista, de cuja essência parece fazer parte a ideia de vigilância da esfera política e de vínculo com o interesse público. Faz parte das tradições mais clássicas do jornalismo político a afirmação de que representaria a esfera civil.

Diante de toda essa responsabilidade que requer seu labor é imputada à estratégica formação jornalística um comprometimento com a opinião pública, com o progresso da sociedade, do ser humano e com a difusão e auxílio na formação de cidadania e liberdade de expressão. Portanto, formar jornalistas implica, além de atender ao mercado, satisfazer o “imaginário político-social”, descrito acima no que se refere aos profissionais e meios de comunicação (CHRISTOFOLETTI, 2010).

Já que a ideia de sociedades desenvolvidas está associada à imprensa livre atuante e a profissionais capazes e envolvidos, o autor destaca que a formação de jornalistas é um assunto de interesse amplo. Mais detidamente no preparo ético-profissional, surgem questionamentos como: “é possível ensinar ética jornalística nos cursos? Como são preparados novos repórteres e editores quando o assunto é ética? Os conteúdos deontológicos aparecem nos currículos? Os professores da área estão plenamente capacitados

72- *Fourth Estate* é uma das definições do Quarto Poder, as quais tratam das relações da imprensa com os governos.

para a tarefa? ” (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 2-3). Essas são algumas das perguntas que não querem calar e que carecem de respostas em muitas áreas de aprendizado; ao longo de um artigo com título interrogativo, *Como se ensina ética profissional?*, o autor vai respondendo as curiosidades.

Começa com a informação de que há poucos fóruns específicos de discussão e quase nenhum periódico voltado exclusivamente para o tema. Algumas práticas têm ocorrido nos encontros do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), mas ainda com poucas experiências exitosas no campo teórico e prático diante das muitas possibilidades da matéria. Christofolletti (2010, p. 4) noticia que em abril de 2006, o Fórum criou o grupo de trabalho Ensino de Ética e Teorias do Jornalismo para incentivar os debates. Tal grupo tem sido o que menos atrai trabalhos, mas mesmo assim tem se mostrado uma das poucas ocasiões em que se discute o ensino de ética nos cursos brasileiros de jornalismo.

Comprometido com o assunto, ao analisar as matrizes curriculares dos cem cursos de jornalismo mais antigos no país, no período de 1947 a 1999,⁷³ Christofolletti (2010) conclui um panorama frágil do ensino da ética profissional em razão da diminuta presença na formação global. Dos cursos analisados apenas a Universidade de Franca (Unifran), Franca (SP), não traz em seu currículo uma disciplina sobre ética ou deontologia. Apesar de a ética ser matéria sempre presente nas matrizes e continuar na pauta de aprendizagem, para o professor, o assunto gera pouca reflexão sobre o próprio ensino da deontologia do jornalismo, além de insuficientes estudos acadêmicos.

No exterior não é diferente, com destaque, entretanto, para as publicações dos periódicos especializados *Journal of Mass Media*

73- Incluída a Universidade Federal da Bahia, fundada em 1950, portanto a 3ª mais antiga do Brasil: a 1ª é a Faculdade Cásper Líbero (SP) e a 2ª a Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ).

*Ethics*⁷⁴ e *Media Ethics Magazine*⁷⁵. Os objetivos e âmbito do primeiro são de estimular e contribuir para a discussão fundamentada sobre ética e moralidade nos meios de comunicação, entre grupos acadêmicos e profissionais, nos diversos ramos e subdisciplinas da comunicação e da ética.

A *Media Ethics Magazine* afirma que é uma mídia independente e editorialmente eclética. Preconiza em seu site que a revista se esforça para proporcionar um fórum de opinião e artigos de pesquisa sobre a ética da mídia, bem como um espaço para anúncios e comentários de reuniões, oportunidades e publicações.

Voltamos à investigação de Christofolletti (2010) cujos resultados mostram uma fotografia dos cursos⁷⁶ de jornalismo no Brasil, em 2010, quanto à oferta de conteúdos dirigidos a uma formação deontológica e profissional. A primeira dificuldade encontrada pelo pesquisador foi a “opacidade” sobre esses conteúdos oferecidos. Ou seja, há disciplinas que abordam tanto a ética geral, a ética profissional e a legislação da área de mídia e jornalismo; ética e deontologia e ainda cidadania, filosofia e responsabilidade social empresarial. Em suma, foram encontrados 58 títulos para as disciplinas que tratam das esferas comunicativas, o que acarreta também “confusão e dispersão conceitual” sobre os conteúdos oferecidos (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 99).

A propósito, denominado Comunicação e Ética, o curso de graduação da Faculdade de Comunicação da UFBA, tem como ementa as definições e controvérsias da ética; o tema é visto nas suas perspectivas histórica, jurídica e antropológica; analisado sob o ponto de vista profissional e do sentimento moral.

74- Journal of Mass Media Ethics (<https://www.tandfonline.com/toc/hmme20/current>)

75- Media Ethics Magazine (<https://www.mediaethicsmagazine.com/>).

76- São cursos instalados em faculdades, universidades e centros universitários municipais, estaduais e federais, em instituições públicas e privadas do país.

Discute os principais conceitos, o impasse da comunicação e as novas tecnologias; direitos humanos, observação dos códigos deontológicos; a fragmentação e o papel das novas éticas. Portanto, são apreciados aspectos históricos e contemporâneos.

Os cem cursos observados em 19 estados distribuem-se em todas as regiões: 56% no Sudeste, 24% no Sul, 12% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 1% no Norte. Em termos da presença das disciplinas de cunho ético profissional, o exame mostrou que a maioria (55,4%) dedica quatro créditos de aula diários; 40% creditam disciplinas com dois e apenas 4,6% com três créditos. O pesquisador avalia que o fato de escolas oferecerem “deontologia do jornalismo” ou “ética jornalística” em dois créditos é um fator que fragiliza a formação ético-profissional.

De 58 títulos de disciplinas éticas encontrados pela investigação, a maioria de 57,5% mostra tendências para “os dispositivos legais, marcos regulatórios e instrumentos jurídicos”. Dessa forma, o professor admite que a pesquisa demonstra um discurso muito mais “normatizador e prescritivista” do que um motivo incentivador de reflexões, a comparação de valores e princípios e o raciocínio ético (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 100).

A respeito da disciplina que conjuga ética e legislação, Ribeiro (2011) empresta um depoimento de sua breve experiência como professor de ética, entendendo o conteúdo da legislação dos meios “um tanto árida” a ponto de não despertar nos alunos uma recepção à altura de outras matérias do currículo no curso de Jornalismo da UFRB.

Considerando-se que a ética é a reflexão dos atos ou condutas morais, esse discurso dominante percebido acima não repassa aos aprendizes as noções necessárias à formação profissional. Para o pesquisador,

Colocado dessa forma, a ética jornalística posiciona-se mais como uma consequência

de leis e dispositivos jurídicos e menos como uma dimensão essencial da constituição do sujeito-jornalista e um dos alicerces para a emergência do Jornalismo como um campo que detém um *ethos* próprio. A ética profissional dos jornalistas reduz-se a um substrato, a uma complementaridade acessória (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 100).

Fragilizar a formação jornalística, na visão do autor, é a consequência indesejada quando os saberes essenciais à profissão, a exemplo da discussão de dilemas éticos e de casos de infração ético-moral no jornalismo, são pouco vistos ou descartados para dar lugar a conhecimentos outros. As condições evidenciadas assinalam para um ensino de ética jornalística “frágil, disperso, confuso conceitualmente”, nas faculdades e universidades analisadas (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 100).

Longe de ser da forma almejada pelos autores especialistas e críticos, algumas iniciativas têm sido implementadas, a exemplo do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, cuja formulação iniciou-se em 1997, a partir da conjugação de entidades do campo da Comunicação: Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).

A sugestão curricular do programa prevê um perfil específico para o egresso do curso de comunicação, com habilitação em jornalismo, que aprecie a “capacidade de posicionar-se segundo pontos de vista ético-políticos”, que se caracterizam assim:

um conteúdo básico de estudos que permita ao estudante posicionar-se sobre a atuação dos profissionais da comunicação, sobre o exercício do poder da comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que ela enseja e sobre as demandas da sociedade contemporânea, sempre em uma perspectiva de fortalecimento da ideia de cidadania, com o estímulo do respeito aos direitos humanos, às liberdades, à pluralidade e à diversidade, à justiça social e à democracia, inclusive na área da comunicação (FENAJ, 2008).

A citação resume a essência de uma postura profissional no amplo espectro das comunicações, em particular no campo jornalístico, notadamente no que concerne a percepção de que a defesa da ética é uma causa política, e como tal deve voltar-se, na perspectiva contemporânea, para o respeito à alteridade.

Os temas ora tratados fazem parte do esteio ético, tanto para orientar os jornalistas no quesito dos encargos profissionais quanto para servir de contraponto às exigências deontológicas, sobretudo, no que concerne ao direito do cidadão à veracidade da notícia igual para todos.

Os postulados da doutrina estratégica profissional

A grande utopia jornalística é dizer a verdade, independente de todos os empecilhos,

Sabemos que as verdades obtidas com trabalho árduo, crescem como frágeis plantas e cercadas de inimigos. Todos querem destruir ou menosprezar as verdades dos jornalistas que são, geralmente, classificadas como inconvenientes, ou prematuras,

ou perversas, por aqueles que preferem o alucinógeno da mentira. Entretanto persistimos na utopia da verdade (RESTREPO, 2007).

Definição deontológica central na atividade jornalística, a verdade⁷⁷ é um conceito que compõe visões ideológicas e culturais, transita com época e diferentes morais sociais. A exatidão em apurar a informação ou a objetividade no relato está envolvida na busca da verdade, entretanto, na interpretação de Karam (1997), essa operação não deve esconder da humanidade os valores aí inseridos. Em outros termos, fatos não surgem do acaso, são resultados de pressupostos anteriores, de conflitos e desequilíbrios pessoais, cujas razões originam-se de perdas emocionais ou financeiras. Em resumo, o relato verdadeiro deve expressar “o mundo moral que o cerca, com os desdobramentos culturais, políticos, sociais” (KARAM, 1997, p. 107-108).

A respeito do tema provocador de contendas, Wilson Gomes (1993) raciocina filosoficamente em relação ao fato jornalístico. Até porque crê na importância do fenômeno do jornalismo como elemento definidor da cultura e da sociabilidade contemporâneas, o autor recusa a desqualificação de toda e qualquer possibilidade de verdade e objetividade do fato no jornalismo.

Baseado em Aristóteles, Gomes (1993, p. 72) explica que [...] a verdade é a adequação entre a coisa mesma e a nossa representação ou nossa enunciação a seu respeito; a mentira ou falsidade então seria a inadequação entre esta, a representação e os nossos discursos.

77- Lê-se no Código Latino-Americano de Ética Jornalística (CLAEJ): “Artigo 3º - Em seu trabalho profissional, o jornalista adotará os princípios da verdade e da equanimidade, e faltará à ética quando silenciar ou tergiversar sobre os fatos; proporcionará ao público informação sobre o contexto dos acontecimentos e sobre as opiniões que sobre eles se emitam, a fim de que o receptor da notícia possa interpretar a origem e perspectiva dos fatos. Na difusão de ideias e opiniões, o jornalista preconizará as condições para que elas possam expressar-se democraticamente e não sejam restringidas por interesses comerciais, publicitários ou de outra natureza”(KARAM, 1997, p. 107-108).

Interpreta-se que a citada representação, como o entendimento sobre um determinado tema, objeto, texto, ou situação, é formada a partir da maneira como vemos as coisas, a qual “é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos” (BERGER, 1999, p. 10). Também, como diria Gomes (1993), o conhecimento que temos das coisas não é puro, pois as percebemos já submetidas a uma intervenção do sujeito. Um estado de perspectiva leva o autor mencionado a admitir, baseado em Nietzsche, que diante da pluralidade de formas de vida, não há verdade, mas verdades.

Situando a verdade contida nas coberturas jornalísticas, Gomes discorre uma posição relativista, admite-se bem razoável, quando sustenta sobre uma notícia que a sua verdade ou falsidade são relativas, enquanto serão sempre “verdade-para-alguém ou falsidade-para-alguém”, visto que o parâmetro para a sua avaliação exige um olhar em perspectiva e é dado dentro do horizonte da perspectiva onde o avaliador se situa (GOMES, 1993, p. 80).

O Código Brasileiro dos Jornalistas preconiza que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”.⁷⁸ Há de se entender que a verdade jornalística está mais voltada para a veracidade, uma vez que não se pode estabelecer uma verdade universal. O profissional deve narrar os fatos verazes; a verdade é inerente a cada um.

Gomes (1991, p. 25) também teoriza sobre o entendimento entre verdade e veracidade. Afirma que o princípio da veracidade é uma norma ética da comunicação, e aquele que defende uma argumentação a faz com pretensão de verdade. Elucida o raciocínio afirmando que enquanto o princípio pragmático exige do enunciante que ele pretenda ser veraz, a pretensão do meio é de que aquilo que aí se enuncia seja verdadeiro. E mais, distingue dois tempos na “verdade

78- Art. 4º do Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista.

da notícia”: primeiro, apreender uma notícia significa entendê-la, interpretá-la; segundo, apreender o que é noticiado, desvelar o que se fala ou o sentido verdadeiro do texto (GOMES, 1993).

Naquilo que concerne aos limites do perspectivismo, ou seja, o verdadeiro ou falso no enunciado dos fatos, desponta a perda da dimensão crítica,

Não temos mais critérios para distinguir entre interpretação e uso de mensagens, entre bom e mau jornalismo, entre a má-fé tornada notícia e a tentativa honesta de narrar os fatos, entre uma boa e uma má interpretação de eventos. Porque evidentemente não se trata apenas da impossibilidade de detectar-se a verdade, como também, reciprocamente, de identificar a mentira como mentira (GOMES, 1993, p. 81).

Num mundo em que Restrepo (2007, p. 7) acredita que a mentira é instrumento de poder herdado do século XX, o jornalista quer encontrar a verdade dos acontecimentos. Movido por grandes ideais e orgulho profissional, em atuação há 50 anos, exalta a utopia como uma voz interior que convence a todos da necessidade de corrigir o presente e de construir uma realidade melhor, aquela que recorda “os códigos éticos insubornáveis”.

O colombiano expressa que quando os lemos, a sensação é de entrar num “território de máximos, de requerimentos que superam o real de cada dia”. A ética se situa em níveis mais altos que o real, como expressão, não de outra realidade, mas “elevada à sua mais alta potencialidade” (RESTREPO, 2007, p. 13). Reafirma que adotar um código é assumir um compromisso com o melhor de si e com as mais altas expectativas da sociedade.

A ética é, efetivamente, uma segunda natureza. A primeira nos é dada com todas as suas chaves e possibilidades; a segunda é de nossa autoria,

ninguém a impõe a nós, ninguém nos substitui nessa tarefa; tem como matéria prima a primeira natureza com suas possibilidades. Ao convertê-las em algo real é como se nascêssemos de novo. A ética é uma forma de renascer, mas não de qualquer maneira, mas sim de encontrar a excelência para a qual todo homem nasce. É a razão de ser das utopias (RESTREPO, 2007, p. 13).

A possibilidade existente em cumprir os preceitos éticos pode ser explicada pela ideia aristotélica de que as virtudes não nos são dadas pela natureza. Ela nos dá a capacidade de recebê-las, as quais são aperfeiçoadas pelo hábito. Primeiro, chega-nos a potência, o pré-requisito para exteriorizar a atividade; a partir daí, há possibilidades de desenvolver a segunda natureza, ou seja, de fomentar as próprias utopias positivas, onde tem lugar a ética jornalística.

Em suas observações sobre manuais jornalísticos, Chaparro (2007) compara os nossos com alguns estrangeiros, e questiona sobre o significado de nenhum dos brasileiros, nos textos introdutórios, trazerem qualquer termo ou mesmo ideia relativa ao dever da busca da verdade. Na sua interpretação, isso combina com o fato de que, na prática, o interesse do leitor não tem “poder de interferência,” nem nas intenções nem nos conteúdos (CHAPARRO, 2007, p. 130). Chama a atenção,

Os próprios jornais, que deviam exigir dos seus profissionais comportamentos morais rigorosos, no que diz respeito à veracidade dos relatos jornalísticos, dão frequentemente demonstrações de que os discursos éticos dos editoriais, sempre exaltadores dos compromissos com a verdade, não passam de retórica hipócrita (CHAPARRO, 2007, p. 132).

A verdade ou veracidade no jornalismo significa objetividade, fidelidade do repórter ao relatar o fato ocorrido a ser noticiado.

Na compreensão de Gomes (1991), não só um princípio ético, mas também uma teoria do conhecimento e uma ontologia.

O texto jornalístico compartilha com o contrato de valor fiduciário entre sociedade e jornalismo para que este cumpra a promessa deontológica e democrática de divulgar a veracidade das notícias às audiências. Igualmente, discute-se a possibilidade ou não da objetividade no trabalho dos jornalistas, considerando as condições das práticas diárias nas redações e a própria natureza das produções individuais. Produções estas, naturalmente, carregadas de elementos históricos, socioculturais e políticos, impregnados desde a formação do ser até a assimilação de comportamentos socioambientais e profissionais transmitidos à escritura pessoal.

Assunto provocador e complexo, ser objetivo e verdadeiro na transmissão dos fatos é uma exigência presente em 100% dos códigos de deontologia jornalística.

A história do jornalismo aponta alguns tipos de procedimentos chamados de éticos, que se transformam, conforme Karam (2004), em condutas da profissão presentes nos princípios e códigos. Entre os 24 itens da lista apresentada pelo autor, escolheu-se discorrer sobre a objetividade – verdade, precisão, verossimilhança ou exatidão –, por tratar-se justamente do que se considera primordial neste livro.

Guerra (1998) evidencia o que ele assimilou como “imperativo ético fundante do jornalismo”:⁷⁹ a premissa de que o jornalista deve ater-se aos reais acontecimentos dos fatos, até por conta do pensamento subjacente do crédito de confiança depositado pela audiência, o que não poderia deixar de ser dessa maneira, visto que o fato noticiado não é vivido diretamente pelo público.

O crédito firmado na crença e no reconhecimento, componentes do poder simbólico tratado por Bourdieu (1989),

79- Para Kant (2008), os imperativos são regras da razão. A representação de um princípio objetivo chama-se mandamento e a fórmula do mandamento chama-se imperativo, os quais se exprimem pelo verbo dever.

é conferido pelos agentes a uma pessoa ou objeto. O exemplo é abordado no campo político, mas pode ser adaptado ao campo jornalístico na relação entre jornal e leitor, espectador ou internauta.⁸⁰ A notícia é recepcionada, em geral, pelo leitor como verdade, afinal o poder simbólico, nesse sentido considerado de valor fiduciário, é um crédito que “aquele que lhe está sujeito confere aquele que o exerce” (BOURDIEU, 1989, p. 188). Dizendo de outra forma, assim como o homem político retira sua força política da confiança que o grupo lhe deposita, o leitor confia nos jornalistas, mediante um “acordo de cavalheiros”, na expressão de Traquina (1993), estabelecido para garantir a fronteira entre o real e a ficção.

Ser objetivo no fazer jornalístico corresponde a ser o mais fiel possível na transmissão do fato ocorrido, na sua representação pelo verbo, evitando-se a influência direta e consciente do profissional, o sujeito que detém o conhecimento no jornalismo. São três as determinações metodológicas, de acordo com Guerra (1998), para alcançar a objetividade: a intenção do repórter, rigor na apuração dos fatos e a redação das notícias.

Os princípios básicos, por sua vez, para bem construir um relato jornalístico são: a objetividade, imparcialidade e a neutralidade, muitas vezes confundidas, porém, de sentidos distintos. As duas primeiras são ambivalentes; as três se complementam.

A neutralidade representa a isenção do repórter diante dos inúmeros interesses que circundam o fato, diga-se, de méritos políticos, financeiros ou diretamente pessoais; denota, pois, a não tendenciosidade e sugere evitar a partidarização prejudicial a um dos lados envolvidos. A indistinção é fator de avaliação da

80- Vamos tratar aqui sempre como leitor.

credibilidade jornalística e está prescrita no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.⁸¹

Emerge nos anos de 1970, os estudos da parcialidade (*news bias studies*) e fazem parte da *Teoria da Ação Política Jornalística*. Conforme Robert Hackett (1993), a parcialidade, ou o que geralmente se aceita como seu oposto, a objetividade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa tanto ao papel político quanto ao ideológico dos *media* noticiosos. A intrusão da “opinião” subjetiva do repórter ou da organização em um relato “factual” é a parcialidade. Para Hackett, o fenômeno tem dois momentos tensos enquanto critérios da objetividade: a falta de “equilíbrio” entre pontos de vista concorrentes e a “distorção” tendenciosa e partidária da “realidade” (HACKETT, 1993, p. 103).

A objetividade é motivo de muitas contendas. Para se transmitir a “verdade” pura teria que haver um consenso em volta de um único ponto de vista para interpretar os fatos, já que há propósitos diversos oriundos de culturas ou origens sociais variadas. Quando observa interpretações diversas dos acontecimentos, Molotch e Lester (1993, p. 36), dizem que como os indivíduos ou as coletividades têm propósitos diferentes, “enraizados em diversas biografias, estatutos, culturas, origens sociais e situações diferentes”, eles terão utilizações diferentes e opostas para as ocorrências.

Os estudiosos norte-americanos citados ressaltam que os profissionais da mídia conseguem produzir um produto que

81- Artigo 6º - É dever do jornalista: VII – combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; XIV – combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Artigo 7º - O jornalista não pode VI – realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece as de outros. Para eles, o abafamento de tal multiplicidade facilita o processo de hegemonia de quem detém o poder (MOLOTCH; LESTER, 1993, p. 41). Essa “verdade” que se revela hegemônica, na opinião de Guerra (1998), abala o compromisso ético fundante do jornalismo que se baseia sobre uma teoria do conhecimento equivocada:

O jornalismo não é o espelho do real, a objetividade é inatingível. Mas, apesar disso, toda a instituição jornalística insiste nela. Tem-se um impasse quanto à validade do imperativo ético: é sustentado pela perspectiva hegemônica, que se pretende consensual, mas é colocado em causa pelos setores divergentes, que não se veem contemplados por ele. Os indivíduos que compõem tais setores não se sentem membros em igualdade de condições com outros pares que defendem os valores morais vinculantes dessa comunidade (GUERRA, 1998, p. 53).

Guerra (1998) complementa que toda pretensão de “verdade”, logo, esconderia uma pretensão, na teoria nietzschiana, da “vontade de poder”, no anseio de uns dominarem outros.

A propósito de descrever a objetividade como marca do jornalismo americano, Jay Rosen (2000) elenca cinco formas de compreendê-la: 1) como um contrato laboral; 2) uma teoria para chegar à verdade; 3) um conjunto de rotinas e procedimentos profissionais; 4) uma técnica de persuasão e 5) um ideal democrático. Na sua avaliação por nenhum desses itens a objetividade tem alcançado apoio público suficiente para o jornalismo escrito.

Especificamente, sobre a busca da verdade, chamada de epistemologia ou até “ideologia”, o artifício está esgotado em

razão do infeliz efeito de alienar o jornalista do debate intelectual, já que pretende seguir a “teoria da separação”: “fatos de valores, informação da opinião ou notícias dos pontos de vista” para chegar à verdade. O pensamento nas ciências humanas no século XX, ao contrário, procurou historicamente, desfazer essas separações (ROSEN, 2000, p. 141). Melhor que aplicar a objetividade concorda-se com a sugestão de que o jornalista aplique a equidade como forma de procurar a justiça e encontrar a linha ética.

Quanto ao ritual de procedimentos, Rosen (2000) considera que a busca de equilíbrio traduz-se menos numa direção e mais numa fuga à verdade. Evidencia que para alguns estudiosos, a objetividade é uma forma de fugir à responsabilidade pela verdade de seus relatos. Acredita que ela tem a astuciosa habilidade de desvalorizar e de desviar qualquer crítica pela simples pretensão de colocar-se no meio, principalmente, nas contendas políticas, “no terreno intermédio e autoritário entre extremos” (ROSEN, 2000, p. 142).

O plano sugerido para obter a objetividade é analisado igualmente por Gaye Tuchman (1993), que a observa do ponto de vista dos profissionais. É vista como um ritual estratégico usado para proteção contra os riscos profissionais ou para neutralizar potenciais críticas internas – os prazos impostos para entrega de material e reprimendas dos superiores – e as externas – processos difamatórios ou problemas com fontes. O ritual é uma tática defensiva em favor de jornalistas, contra críticos, público, fontes ou autoridades envolvidas.

Dessa forma, o foco da objetividade é transferido da notícia para a conduta dos profissionais, portanto, para a questão ética. “A objetividade não reside nas próprias notícias, reside mais no comportamento dos jornalistas” (ROSCHO, 1975 apud SOLOSKY, 1993, p. 96). Opina Solosky (1993), que para os jornalistas, a objetividade não significa que eles são observadores imparciais de

acontecimentos, como os cientistas sociais, mas que procuram e relatam os fatos do modo mais imparcial e equilibrado possível.

Conforme Tuchman, mesmo seguindo os procedimentos noticiosos,⁸² tidos como atributos formais utilizados como estratégias dos jornalistas para atingirem a meta objetiva, não se pode dizer que conseguem alcançar a objetividade. Os procedimentos sugerem que: 1) constituem um convite à percepção seletiva;⁸³ 2) insistem erradamente na ideia de que “os fatos falam por si”; 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião; 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e; 5) iludem o leitor ao sugerir que a “análise” é convincente, ponderada ou definitiva (TUCHMAN, 1993, p. 89).

Os métodos citados, além de transparecer falta de clareza ética, mostram a discrepância entre os objetivos procurados, os alcançados e os meios utilizados. O jornalismo recebe a aquiescência pública para assumir o encargo de ser o discurso da realidade. A objetividade, um instrumento que tenta divulgar um discurso fiel ao fato, logo, um caminho para realizar a missão, torna-se impossível (GUERRA, 1998).

Entre o fato e a versão, existe a mediação do jornalista que carrega toda uma formação cultural, é o que argumenta Rossi (2000). Apesar de defender a possibilidade de um jornalismo objetivo, admite que o exercício da objetividade com relação aos fatos de grande incidência política e/ou social não é mais do que “um mito” (ROSSI, 2000, p. 10). Em crítica ao livro de Rossi, Adelmo Genro Filho (1987) assegura que o texto está baseado em pressupostos falsos, tal qual o argumento de que os fatos jornalísticos são em si

82- Quais sejam: apresentar versões diferentes de uma mesma realidade, provas suplementares para fundamentar um “fato”, separar fatos de opiniões, utilização de aspas e uso da pirâmide invertida.

83- Percepção seletiva significa que fica a cargo dos leitores escolher dentre as opiniões apresentadas, a melhor para si.

mesmos objetivos. Afirma que o que Rossi não percebe – porque teoriza a partir do “senso comum” da ideologia burguesa e da sua relação pragmática com as técnicas jornalísticas – é que os próprios fatos, “por pertencerem à dimensão histórico-social, *não são puramente objetivos*”(GENRO FILHO, 1987, p. 49, grifos do autor).

Percebe-se que a questão da objetividade, no âmbito jornalístico, é bifacial: seu lado positivo prima pela verdade no relato noticioso; a face negativa, por assim dizer, usa-a como estratégia para fugir da responsabilidade política peculiar da profissão. O que, naturalmente, não é aceitável, afinal, o papel político que caberia à imprensa desempenhar nos termos de um “Quarto Poder” é explicado por alguns modelos. Entre eles, o *Fourth Estate* que descreve a imprensa como um contra poder, cujo papel é promover um controle externo do governo, em nome do interesse dos cidadãos.

A objetividade vive uma crise pelo seu descrédito, por ser um mito falível e de baixa inspiração, assim pensa Rosen (2000). Sua proposta de revitalização requer maior implicação pessoal e profissional nos fatos e persegue uma verdade desinteressada⁸⁴ como ideal democrático. Na explanação de motivos que combatem o instrumento metodológico e ético, o autor sugere maior envolvimento do profissional nas causas civis,

Chamo ‘jornalismo público’ a uma teoria e a uma prática que reconhece a suprema importância que tem o melhorar a vida pública. Em poucos anos será crítico para as pessoas no jornalismo declararem um fim a sua neutralidade em certas questões. Por exemplo, se as pessoas participam ou não, se temos debate genuíno neste país, se o sistema político funciona, se a vida pública atrai os seus cidadãos, seus líderes políticos merecem

84- Verdade desinteressada entende-se como um objeto comum, apresentado à comunidade política, com várias perspectivas para que se concorde ou discorde, de forma produtiva, com fins de provocar o debate (ROSEN, 2000).

o nosso respeito. À medida que estes comecem a compreender que não podem dar-se ao luxo de ser neutros nestas questões, começarão talvez, a lutar pela sua própria filosofia, uma filosofia que consiga substituir a objetividade por algo mais forte e, se posso expor as coisas assim, mais inspirador (ROSEN, 2000, p. 150).

A atitude seria um antídoto em vista do que o estudioso citado encara como objetividade: “uma filosofia muito má e impraticável para a tarefa de reaproximar os cidadãos da política e da vida pública” (ROSEN, 2000, p. 148). O alvo então é a nova “teoria da credibilidade”, onde o crédito é alcançado porque o profissional, segundo o autor, envolve-se, preocupa-se, importa-se com a comunidade. Pela teoria anterior, a objetividade advém da imparcialidade e da distância. Desacreditado o mito, pergunta-se no texto qual a filosofia pública mais forte para o jornalismo. Reconhecer o seu papel na construção da democracia, responde. Ela deve ser criada, reinventada, re-imaginada; com tal assunção, surgirá uma nova abordagem profissional. Podemos dizer, sentencia o autor, que o jornalismo é uma das mais “importantes artes da democracia, e que o seu objetivo final não é fazer notícias ou reputações, ou manchetes, mas simplesmente fazer a democracia funcionar” (ROSEN, 2000, p. 150).

Há de se acreditar em tudo isso, há de se concordar com a imprescindibilidade da ética na imprensa, todavia, não é consciente desconhecer o contexto diário da produção de notícias. Assim, não se pode esquecer das palavras de Restrepo (2007), sobre as interveniências que dificultam muitas vezes o cumprimento dos ditames éticos jornalísticos, transformando-os em utopia. As teorias jornalísticas vêm explicar esses processos que lidam com a realidade da profissão. O Conselho de Comunicação Social é um outro lugar construído de onde se pode falar do exercício ético jornalístico.

Teorias do jornalismo e o conselho de comunicação

A primeira das teorias do jornalismo surgiu nos anos de 1950, através de uma pesquisa feita, nos Estados Unidos, por David White. A Teoria da Ação Pessoal ou Teoria do *Gatekeeper* é definida pelo autor como o processo de produção da informação enquanto escolhas, onde uma série de notícias deve passar pelos *gates* ou portões, diante dos quais o jornalista decide o que será publicado. Em um estudo sobre o dia a dia num jornal médio norte-americano, “Mr.Gates” anotou as razões que o levaram a rejeitar as notícias não aproveitadas para publicação. Em uma semana de observação, White percebeu a influência do fator humano, a cultura, as crenças, sentimentos e visão de mundo refletido nas escolhas. Relata que começou a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjetiva e dependente de “juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1993, p. 145).

A apreciação dessa teoria interessa nesta obra pelas particularidades do processo de produção ligadas à influência humana, à dependência das escolhas morais e das origens culturais do *gatekeeper*. Todas essas influências vão formar os enquadramentos das coberturas jornalísticas que serão analisados mais à frente.

Outra análise, feita por Hirsch (1997 apud TRAQUINA, 2005), concluiu que a maioria das razões para as decisões de Mr. Gates refere-se ao peso das normas profissionais e não subjetivas. Chaparro (2007, p. 33) assume uma posição parecida, para ele o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controláveis e intencionadas, e porque são assim, “cada jornalista é responsável moral pelos seus *fazeres*” (grifo do autor).

White (1993) percebe que o *gatekeeper* providencia, inconscientemente, para que a comunidade assimile como fato somente os acontecimentos que o jornalista, enquanto representante de sua cultura, acredita ser verdade. Do ponto de

vista do código ético, a conclusão pode comprometer o direito de o cidadão acessar outras ou todo e qualquer fato veraz.

A influência da ideologia política nas informações repassadas pela imprensa é assunto da Teoria da Ação Política. O estudo do jornalismo volta-se para suas relações com a sociedade, ou seja, interessa-se pelas implicações políticas e sociais da atividade jornalística.

Traquina (2005) discorre que na ação política, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos para interesses políticos: na versão de direita eles são uma “nova classe de burocratas e intelectuais anticapitalistas” e têm interesses em ampliar a atividade reguladora do Estado, este é que determina as notícias. Na versão da esquerda, as notícias são determinadas pelos interesses ideológicos capitalistas, e “os jornalistas, meros executantes, estão a serviço do capitalismo”. Nessa versão, o papel dos profissionais reproduz a “ideologia dominante”. Para Chomsky e Herman (1989 apud TRAQUINA, 2005, p. 164-165), os *media* reforçam os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído) devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e anunciantes.

Os mesmos autores norte-americanos argumentam que o processo noticioso não é apresentado nem a partir dos valores e preconceitos dos jornalistas (nível interior), nem da organização (nível interno), mas no nível externo, macroeconômico. Ou seja, há uma ligação direta entre o processo de produção das notícias e a estrutura econômica da empresa jornalística. De um lado ou do outro, as teorias da ação política entendem que as notícias são “distorções sistemáticas” que servem aos interesses políticos de agentes sociais que as usam na projeção da sociedade e da sua visão do mundo (TRAQUINA, 2005).

Em artigo seminal, Warren Breed (1993) iniciou o estudo que deu origem à Teoria Organizacional, onde discorre sobre a influência dos constrangimentos organizacionais nas atividades

profissionais do jornalista. As decisões tomadas pelo profissional, no processo de produção da notícia (*newsmaking*), são compreendidas a partir do local de trabalho.

Breed (1993, p. 155), concentra-se na política editorial da empresa jornalística. Consta que o repórter novo aprende sobre a linha do jornal “por osmose” e capta o que se espera dele para obter recompensas e evitar punições. Essa orientação política, em sua percepção, é disfarçada devido à existência de normas éticas. O autor elenca seis razões que levam o jornalista a conformar-se com a linha da casa: a autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; as aspirações de mobilidade; a ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade e a notícia como um valor. Entre as razões do “a justamento harmonioso” (conformismo) chama-se a atenção da última delas: a notícia tornar-se um valor.

Conforme o sociólogo, as exigências da competição e velocidade levam o repórter a buscar mais e mais as notícias. Descreve que os jornalistas realmente falam de ética, de objetividade e de valor relativo de vários jornais, mas não quando há de ir em busca de notícias. Estas vêm em primeiro lugar (BREED, 1993, p. 160). Nesse ponto a questão ética da objetividade é preterida. O fato de a notícia ser valor positivo afasta a suspeita da diminuição do potencial moral, visto que, na visão do autor, os profissionais são pagos para arranjar notícias e não para analisar a estrutura social (BREED, 1993, p. 160).

Breed (1993) sustenta que as normas são seguidas, mas não aceitas, automaticamente, por três razões: a existência de normas de ética jornalística; as atitudes mais “liberais” dos jornalistas que dos editores que podem levá-los a acionar as regras éticas para justificar trechos contra a política e, por último; o tabu ético, que impede o editor (*publisher*) de obrigar os subordinados a seguirem sua orientação.

O autor sugere alternativas a uma situação em que as notícias que envolvem a política editorial do veículo podem ser “influenciadas” ou “enterradas”, de modo que algumas informações importantes são negadas ao cidadão. Em suma, são opções de manutenção do princípio maior da deontologia jornalística, o direito do cidadão à informação, ponderado neste capítulo. Aconselha iniciar as mudanças pelo editor, o dono das decisões, pressionando-o, justamente, através do código profissional para mudar o padrão; envolve também as escolas de jornalismo, o sindicato, os críticos e os leitores nas intenções de alterar o *status quo* (BREED, 1993, p. 164).

Outro agravante ético mostrado nas conclusões da pesquisa exploratória feita com jornalistas por Breed (1993), é que a fonte de recompensas do profissional da imprensa não está entre os leitores, que são seus clientes, mas entre seus colegas e superiores. Por isso, “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, ele redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (BREED, 1993, p. 166). Logo, o maior destaque vai para o aspecto técnico em detrimento da feição ética das normas profissionais, as quais dizem respeito ao dever do jornalista para com os leitores e sua profissão.

Vale perguntar como um jornalista – como qualquer profissional que aspira crescimento na carreira – vai posicionar-se contra a direção e a favor da ética? Guardadas as proporções, o profissional não tem que ser corrupto, não tem que se vender, mas ele precisa de garantias da empresa para exercer os preceitos de ordem ética. O questionamento faz-se necessário também, visto a reflexão de Breed em que o jornalista conforma-se mais com as normas editoriais da empresa do que com crenças pessoais ou ideais éticos trazidos consigo (BREED, 1993, p. 160).

Oposta à perspectiva das notícias como “distorção” e espelho, a Teoria Construcionista, surgida nos anos de 1970,

interpreta as notícias como construção. Duas teorias partilham o novo paradigma das notícias como construção social: as Teorias Estruturalistas e Interacionistas. Valorizam a cultura jornalística, a estrutura dos valores-notícia, a ideologia dos membros e as rotinas e procedimentos utilizados no trabalho. Contestam também a ideia de passividade para defender o jornalista como participante ativo na construção da realidade (TRAQUINA, 2005).

Conforme Traquina (2005), a Teoria Estruturalista reconhece a “autonomia relativa” dos profissionais em relação ao controle econômico direto. A percepção, seleção e transformação da matéria-prima (acontecimentos) geram o produto (notícias), e esse processo de produção é aquilo que defende a Teoria Interacionista.

Sobre a versão Estruturalista, Stuart Hall e colaboradores (1993) introduzem os conceitos de “definidores primários e secundários” (*primary e secondary definers*) para realçar que os *media* não criam autonomamente as notícias, que suas rotineiras estruturas de produção reservam-nos o lugar de *reproduzir as definições dos poderosos*, sem estarem ao seu serviço (HALL et al., 1993, p. 228, grifos do autor). Os primários seriam então as fontes “dignas de crédito”, e os jornalistas, os definidores secundários das notícias.

Os autores definem que há dois aspectos da produção jornalística, influentes nesse sentido, que são as pressões práticas de trabalho contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade, as quais combinam para produzir um *exagerado acesso* sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas (HALL et al., 1993, p. 229, grifos do autor). Assim, os *media* tendem de forma fiel, a reproduzir a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. O que resulta desta preferência dada pelos *media* às opiniões dos poderosos, na interpretação dos autores, é que esses “porta vozes” transformam-se em definidores primários de tópicos.

Outra consequência apontada da relação entre os *media* e os *primary definers* é que permite aos definidores estabelecer a interpretação primária do tópico, comprometendo a pluralidade das vozes, eticamente solicitada em uma notícia. Então, para Hall et al, essa interpretação “comanda a ação” em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates (HALL et al, 1993, p. 230, grifo do autor). E mais, para os autores, esse enquadramento estabelecido inicialmente fornece os critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de “relevantes” ou “irrelevantes” para o debate.

Os defensores dessa teoria definem que os *media* não se limitam a “criar” notícias nem a transmitir a ideologia da “classe dirigente”. Diante do exposto, sugerem que eles não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos, todavia, a sua relação com o poder tem o efeito de “fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário” ao reproduzir as definições daqueles que têm o acesso privilegiado, como de direito aos *media*, como “fontes acreditadas”. Nesta perspectiva, para os estudiosos, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de “subordinação estruturada aos *primary definers*” (HALL et al., 1993, p. 230).

A intenção dos autores foi mostrar como a produção das notícias, na prática diária das redações, serve para “enquadrar” os acontecimentos dentro dos domínios interpretativos. Hall e colaboradores (1993) deduzem que, apesar dos conflitos entre os *primary definers* e os *media*, o jornalismo tem uma *tendência prevacente* de reproduzir a ideologia dominante. Os autores sugerem também, que essa tendência se inscreve nas estruturas e processos do próprio ato de elaboração das notícias, e não pode ser atribuído “à fraqueza dos jornalistas ou à prepotência dos seus padrões” (HALL et al, 1993, p. 236, grifos do autor).

“Patologia de princípios” é a expressão usada por Chaparro (2007, p. 134-135), para interpretar o pouco caso que a imprensa brasileira faz da ética. Alguns dos seus sintomas são: o escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a frequente prevalência dos objetivos do *marketing* sobre as razões jornalísticas; a arrogância com que se protege o erro – [...] são claros sintomas, para o autor, de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, como função social. Acrescenta-se, de desequilíbrio ético.

A afirmação legítima as dificuldades dos jornalistas de seguirem certas normas éticas e a proposta de que esta responsabilidade deva ser pulverizada na sociedade, a ela precisam prestar contas não só os profissionais da imprensa, mas também, as empresas de comunicação e o processo de construção das notícias.

Uma implicação das rotinas produtivas, apreciada pela Teoria Interacionista, surgida nos anos de 1970, é o fator tempo, o qual exerce influência sobre as coberturas jornalísticas, já que os profissionais lutam contra a “tirania da hora de fecho”.

Schlesinger (1993, p. 177) produziu um ensaio na BBC de Londres, onde descreve a organização jornalística como “máquina do tempo”. Defende que a estrutura de competição, que define a notícia como uma “mercadoria perecível”, exige uma produção baseada no valor do imediatismo e nos horizontes temporais de um ciclo diário. O autor salienta que para os editores preencherem os espaços noticiosos (*news slots*) até o fechamento da edição estabelecem uma estrutura ou constrangimento temporal aos jornalistas.

As exigências criadas pela organização do trabalho levam ao sentimento de dúvida quanto à possibilidade de cumprir os

princípios éticos, a exemplo de checar as informações ou oferecer fontes com posições diferentes a respeito dos acontecimentos que viraram notícia, em meio à correria inerente às atividades midiáticas diárias. Tocando na pluralidade de vozes na composição das notícias, Molotch e Lester (1974 apud TRAQUINA, 1993, p. 173) ponderam sobre o desigual acesso de fontes aos meios de comunicação social. Acrescentam que o acesso à mídia é um bem “estratificado socialmente” e que a produção de notícias não pode ser entendida fora da economia política da sociedade dentro da qual ela é produzida.

Seguem-se aos constrangimentos organizacionais com o trabalho precarizado nas redações, a pouca autonomia e os salários baixos, gerando a própria fragilidade da categoria, por um lado. Por outro, as coações externas, como o domínio econômico e a resistência à atuação dos **conselhos de comunicação social** influenciam, dificultando o exercício pleno de um padrão ético nas atividades dos *media*.

Para Alberto Dines (2008), o atraso na criação do Conselho de Comunicação Social (CCS) não resultou da preguiça ou do excesso de trabalho dos nobres parlamentares, foi resistência ostensiva do Senado a quem não interessava a existência de “um fórum de consulta, cobranças e debate sobre mídia” instalado dentro do parlamento, com todas as prerrogativas deste tipo de suporte (DINES, 2008). Mesmo sendo um órgão não deliberativo, apenas auxiliar e consultivo do Congresso, para o jornalista, o CCS seria fatalmente convertido num sistema de alto-falantes que “certos coronéis associados a setores da mídia não gostariam de instalar no aparelho parlamentar” (DINES, 2008).

A função do CCS, previsto constitucional⁸⁵ e legalmente, é auxiliar o Congresso em assuntos relativos à comunicação como

85- Previsto no art. 224 da Constituição Federal de 1988, instituído pela Lei n. 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

liberdade de expressão, outorga e renovação de concessões, defesa da pessoa e da família, programações de rádio e televisão etc.⁸⁶

Todos os temas acolhidos para serem defendidos pelo CCS são valiosos ao terreno da ética. A liberdade de expressar-se no ofício jornalístico é apreciada por Claude-Jean Bertrand (1999), na sua análise sobre o “conflito de liberdades” existente entre liberdade de empresa e liberdade de expressão. A desigualdade é explicada porque aos empresários da mídia (anunciantes), a informação e o entretenimento são componentes para explorar o consumidor visando a lógica do lucro; para os cidadãos, são instrumentos para chegar a felicidade através de mudanças na ordem vigente.

As reflexões do autor indicam que a finalidade da mídia não pode ser apenas ganhar dinheiro e ser livre. Seu escopo é atender bem a todos os cidadãos (BERTRAND, 1999). O autor raciocina que “uma liberdade total da mídia seria intolerável”, entende, pois, que seguindo um consenso democrático, essa liberdade não pode ser total (BERTRAND, 1999, p. 13-14). A deontologia seria o meio complementar para combinar o mercado e o direito no exercício do equilíbrio entre liberdade e controle.

86- Eis o quadro completo das atribuições: a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal, em especial sobre liberdade de manifestação do pensamento; propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias; produção e programação de emissoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e regional e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística; complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; defesa da pessoa e da família relativamente a programações de rádio e televisão contrárias ao disposto na Constituição Federal; outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; e legislação complementar sobre dispositivos constitucionais referentes à comunicação social.

O CCS poderia agir deontologicamente para salvaguardar o trabalho dos jornalistas, porém as discordâncias existem. Entidades representativas das empresas de comunicação, como por exemplo, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), continuam se pronunciando a favor do CCS em nível federal, enquanto criticam os conselhos estaduais sob argumentos como, a tentativa de restrição da liberdade de imprensa. Quando da posse do Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia, em janeiro de 2012, a ABERT considerou-o inconstitucional; argumentaram, notadamente, que a prerrogativa de legislar sobre o tema é do governo federal e, além disso, a proposta permite, segundo a entidade, “a fiscalização da atividade de jornalistas e empresas de comunicação, inclusive privadas” (DAMÉ, 2012).

Conforme Pedro Caribé, diretor da ONG Intervozes,⁸⁷ a primeira reunião demonstrou que a sociedade não deve ter medo das atribuições do Conselho, pois, ele não vem para “fazer censura aos meios de comunicação”. E acrescentou que o órgão é um instrumento democrático que garante o acesso a uma informação de qualidade (2012).⁸⁸

Apoios vêm, por exemplo, do Observatório de Imprensa e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), agregador de entidades como a FENAJ, o qual afirma que o Conselho do Congresso Nacional é uma oportunidade de a sociedade participar do debate sobre a comunicação. Esse assunto é de interesse do cidadão brasileiro, e em particular, do próprio jornalista.

Sem a postura inadequada de pressionar, restringir ou incriminar, o CCS poderia transformar-se, como se expressou

87- Em atividade desde 2002, o Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. O Intervozes é formado por ativistas e profissionais com formação em Comunicação Social e em outras áreas, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Fonte: <http://www.intervozes.org.br/>

88- <http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/tag/conselho-de-comunicacao/>

Dines (2008), em uma “incubadeira de instrumentos e estatutos – reguladores ou autorreguladores” – exigidos por uma sociedade que está aprendendo a comunicar-se em alta velocidade. O órgão estimula de igual maneira a produção independente, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e a criação de veículos de comunicação comunitários, o que pode gerar mais oportunidades de trabalho para os profissionais.

O CCS⁸⁹ ainda oportuniza a discussão sobre as responsabilidades dos profissionais da mídia. Autores como Caio Túlio Costa⁹⁰ e Lins e Silva, citados por Chaparro (2007), trazem contribuições à discussão quando comentam a vaidade dos jornalistas expressa pela recusa em reconhecer erros e a dificuldade em aceitar julgamentos. Lins (1991 apud CHAPARRO, 2007, p. 131), afirma que o retorno dos civis ao poder encontrou um fortíssimo *esprit-de-corps*, que age para evitar críticas ao comportamento jornalístico.

Também, nota-se a pertinência desse debate através do Conselho, porque uma de suas funções é a defesa da pessoa e da família. É do conhecimento geral que as medidas de indenização ou direito de resposta não tem se mostrado tão eficientes, são medidas tímidas no que se refere à proteção dos direitos dos cidadãos feridos pela imprensa. No que tange às punições, o Código Brasileiro dos Jornalistas submete os transgressores de

89- Em 17 de julho de 2012, o Congresso aprovou a nova composição do CCS. A nomeação dos 13 titulares ocorreu um ano após o jurista Fábio Konder Comparato mandar à Procuradoria Geral da República uma representação contra o presidente do Senado, José Sarney, pela demora em eleger seus integrantes. O Conselho estava inativo desde 2006. Entre os eleitos, há dois executivos das Organizações Globo que responderam pelas empresas de televisão e da imprensa escrita; os jornalistas serão representados por Celso Augusto Schröder, presidente da FENAJ. A revista *Carta Capital* pergunta no título da nota: Conselho confiável? Para quem? (CARTA CAPITAL, nº 707, 25/07/12, p.25).

90- Costa, que atuou como *ombudsmann* *Folha de São Paulo*, refere-se a esse jornal.

seus artigos “às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato”.⁹¹

Em verdade, não existem órgãos fiscalizadores do cumprimento deontológico no campo jornalístico como em outras profissões. Não há, portanto, entidade responsável pelo julgamento e punição. Conforme já foi citado, a iniciativa é entendida como contrastante com o princípio da liberdade de imprensa. A discussão anterior sobre a serventia dos códigos esbarra nessa falta de coerção e coação. Aos Conselhos compete o poder da coerção; ao Estado o poder da coação, porém na prática, há poucos lugares de constrangimento⁹², ou seja, os códigos não têm dentes.

Na opinião de Chaparro (2007, p. 127), devem-se criar, com rótulo ético, normas morais particulares para controlar jornalistas, isso porque há uma “pobreza ética da nossa cultura jornalística”. Para o estudioso, faltam-nos, a iluminar a discussão sobre moral jornalística, princípios éticos nítidos, incontestáveis, saídos ou determinantes de uma prática de costumes etc.

É dever da mídia impedir que valores e ideologias interfiram no relato dos “fatos” e evitar que os meios favoreçam um grupo, partido ou candidato. Essa é a visão do tratamento de temas políticos pela imprensa, implícita no paradigma da objetividade e imparcialidade (PORTO, 2004). O autor entende que esse enfoque tradicional é limitado para os estudos da relação entre mídia e política. Tal insuficiência vem sendo admitida, levando autores a propor alternativas, como a do enquadramento.

91- Acrescente-se: e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação. Da aplicação do Código de Ética e disposições finais. Artigo 17. Parágrafo único - Os não-filiados aos sindicatos de jornalistas estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação.

92- Pode-se citar como lugares de constrangimento por deslizes éticos no campo jornalístico, o ObjEthos e o Observatório da Imprensa.

O JORNALISMO DE REVISTA E O PANORAMA DOS IMPRESSOS

Introduz-se a função dos veículos impressos na formação da opinião pública e seu significado no mercado brasileiro de revistas. O perfil do leitor é demonstrado pela classe social, idade, escolaridade e regiões onde vive. A apresentação leva a entender a gênese ideológica que revela as preferências políticas e intentos editoriais de cada meio.

Esse meio específico sobre o qual se fala agora é promulgado pela plataforma impressa, expresso através do jornalismo de revista, o qual tem suas especificidades. No que diz respeito às informações, logicamente, há mais tempo para apurá-las e analisá-las, dando continuidade aos fatos; sobre os recursos utiliza-se de modernas técnicas de impressão, com visual e layouts esmerados. A diagramação combina fotografia, comunicação visual, *box*, gráficos, infográficos e texto. Para Gelson Filho (2004), as revistas são publicações dirigidas a certos segmentos, públicos específicos, cujas características influenciam no conteúdo e no design.

O contrário também é verdadeiro, o pesquisador José Marques de Melo (2003, p. 73) defende que, historicamente, os meios de comunicação coletiva, que penetram na sociedade pela via jornalística, são “[...] ‘aparatos ideológicos’ influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades”.⁹³

A revista mistura jornalismo, entretenimento e literatura, tendo, portanto, maior liberdade de criação. Na verdade, as revistas podem ser chamadas de “supermercados culturais”. Elas refletem a cultura dos lugares, o estilo de vida, e representam uma tendência significativa do mercado editorial (SCALZO, 2003 apud TAVARES, 2011). A autora cita características estruturais da revista: intimidade e diálogo com o leitor; formato diferenciado; periodicidade x aprofundamento na abordagem; vocação das

93- Quando fala de “aparatos ideológicos”, Melo refere-se ao entendimento de Althusser.

revistas: educação e entretenimento; segmentação e pauta. No jornalismo de revista, esclarece Vilas-Boas (1996), a reportagem interpretativa, geralmente, é o gênero mais destacado, justamente porque concilia técnicas jornalísticas com literatura na feitura da narrativa. Também há uma feição mais documental e em maior profundidade que os outros veículos.

Para Barreiros e Amoroso (2008), o jornalismo típico de revista é o jornalismo interpretativo, que busca não apenas informar acerca dos fatos, mas buscar os antecedentes, a contextualização e as consequências dos fatos noticiados.

As plataformas impressas *Carta Capital* e *Veja* foram escolhidas em razão de professarem posicionamentos editoriais contrastantes. Escrevem em tom moralizador e têm legitimidade junto à opinião pública, em segmentos sociais, profissionais e culturais diversos. É notória a importância desses periódicos semanais no mercado editorial, na esfera midiática e entre os públicos leitores do país. De acordo com a informação do Instituto Verificador de Circulação (IVC), no site da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a *Veja* encabeça a posição no ranking das maiores circulações de revistas semanais do país. A *Carta Capital* não tem uma média tão grande, porém, é uma publicação considerada importante e influente do ponto de vista político (ANER, 2009).

A revista *Carta Capital* foi lançada em agosto de 1994, por Mino Carta, atualmente diretor de redação, com os jornalistas Bob Fernandes, Nelson Letaif e Wagner Carelli. Publicada pela Editora Confiança, de São Paulo, a revista fala “sobre o poder, onde quer que se manifeste, na política, na economia, nos negócios, na cultura, em quaisquer gramados”, conforme Carta (2009). Trata-se de um dos jornalistas mais importantes do Brasil,⁹⁴ fundou e dirigiu grandes redações na área: o *Jornal da Tarde*, as revistas *Quatro Rodas*, *Isto É*, *Veja* e *Senhor*.

94- Nascido na Itália, é genovês radicado no Brasil.

No primeiro editorial, em 1994, intitulado *O otimismo e a luz da razão* – Remetemos esta Carta ao coração do poder porque confiamos no País e em nós mesmos, o diretor anuncia que o veículo vai falar àqueles que teriam de dar o exemplo ao escolher as melhores rotas com os olhos voltados para os interesses da sociedade toda. Acrescenta que pretende traçar um retrato do poder, nem único, nem definitivo, mas justo porque honesto e equilibrado, “ancorado nos fatos e no cumprimento dos deveres do jornalismo” mediados entre a responsabilidade moral em relação às exigências coletivas [...] e a isenção do relato.

A publicação é uma alternativa aos grandes e conservadores conglomerados de mídia de propriedade familiar. Para *Carta*, ela tem estilo direto, de humor sutil e sofisticado e cujo projeto gráfico combina ética e estética. Inicialmente mensal, em 1996, quinzenal; e somente em 2001 passa a periodicidade semanal. Em virtude da escolha aberta de apoiar Lula, em 2002, recebeu críticas da grande imprensa, sendo chamada de chapa-branca ou panfleto partidário. A resposta lembrava que a atitude é prática comum do jornalismo nos países avançados, mas apontada no Brasil “pela mídia da falsa isenção, como deslize moral imperdoável” (CARTA, 2009, p. 13).

O diretor de redação refere-se à questão da imparcialidade aqui tratada. Tratando-se de um mito, cabe ao jornalista, entretanto, como bem analisou Mattos (2001), atuar dentro da ética, procurando promover a pluralidade das versões do fato noticiado ao leitor para apoiá-lo nas suas escolhas. Em editorial que apresenta novo projeto gráfico na edição comemorativa de 15 anos, Mino Carta (2009, p. 12) diz:

Carta Capital empenha-se em exercer o jornalismo em que acredita baseado na fidelidade canina à verdade factual, na aplicação diuturna do espírito crítico, na fiscalização desabrida do poder. Não se

ex põe a sardinha à brasa de ninguém com o intuito de favorecer este ou aquele. Respeite-se o império dos fatos, nunca poluídos pela opinião. Carta Capital jamais esconde o fato, não nega, contudo, a sua opinião, e aferra-se a ela.

Oferecer os vários lados do acontecimento não afasta o jornalista da argumentação, de fundamentar sua própria opinião a favor ou contra um fato; para Mattos (2001) a esse profissional não é permitido pecar por omissão.

A *Carta Capital* possui uma tiragem média de 85.000 mil exemplares por edição semanal, dirigida aos formadores de opinião, profissionais liberais, professores e executivos (CARTA CAPITAL, 2012). Mantém, desde 2008, uma parceria com as influentes publicações inglesas, *The Economist* e o *The Observer*, tradicionais do Reino Unido. A circulação média de exemplares da revista *Carta Capital* por região do país é: Sudeste (46%); Nordeste (22%); Sul (16%); Centro-Oeste (11%); Norte (4%). (CARTA CAPITAL, 2012).

Conforme seu *midia-kit*, os leitores de *Carta Capital* são multiplicadores de opinião e parte de uma parcela importante da sociedade. São 320.000 leitores, sendo: 63% homens e 37% mulheres. Em termos de faixa etária, a maioria concentra-se entre 20 e 29 anos.

Do ponto de vista da qualificação sociocultural e de grau de instrução, a *Carta Capital* (2012) apresenta os resultados seguintes: classes A e B (85%); educação superior (68%); pós-graduados (30%). Quanto à renda mensal individual a maioria dos leitores (25%) ganha entre 2.001 a 4.000,00 reais.

Para Segurado e Martinho (2010, p. 12), seus textos são mais aprofundados, analíticos e contextualizados, tem uma postura abertamente antineoliberal, progressista, “de apoio a políticas de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de inserção soberana do Brasil na economia globalizada”.

A revista *Veja* foi inspirada na revista americana *Time* – criada por Henry Luce em 1922. Concebida por Victor Civita e pelo próprio Mino Carta, no Brasil, em 1968, a *Veja* foi dirigida por Carta entre 1968 a 1977. Sua saída foi resultado da pressão do regime militar e por desentendimentos com Robert Civita, presidente e principal acionista da Editora Abril, que a edita. A revista divulga em seu site, na seção índice, uma tiragem de 1.201.380 exemplares por edição. Conforme Silva (2008), no Brasil, em termos de mercado, ela concorre com as revistas *Época* e *IstoÉ*, e com a revista *Carta Capital*, em termos de alcance político e influência da opinião pública.

Também no site da editora, consta que a *Abrilpar*, *holding* da família Civita, controla a Abril S.A., além de uma série de outros empreendimentos. Seu Conselho de Administração é formado pelos membros da família Civita e do grupo de mídia sul-africano *Naspers Limited* que detém a participação de 30% no grupo, o máximo permitido pela legislação brasileira para estrangeiros. A Abril foi o primeiro grupo de mídia brasileiro a admitir um sócio estrangeiro, em 2004, logo após a modificação da lei que permitiu esse ingresso (ADACHI, 2006).

Na *Carta do Editor* da primeira edição, Victor Civita (1968, p. 21) escreve:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da técnica e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo da VEJA.

A missão propagada pela Fundação Victor Civita está empenhada, atualmente, além de contribuir com os objetivos

iniciais, também com a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país (maio, 1980).

Da mesma forma, expõe em seu Código de Conduta que a postura do grupo é baseada no respeito, no comportamento ético, na transparência e no compromisso com a verdade. “Para tanto, estabelecemos este Código que: define padrões éticos que orientem nossa conduta e nossos relacionamentos na atividade profissional” (EDITORA ABRIL, 2007).

A circulação média de exemplares da revista *Veja* por região do país é: Sudeste (58%); Nordeste (15%); Sul (14%); Centro-Oeste (9%); Norte (4%). (VEJA, 2003; IVC consolidado em 2011).

Conforme seu *midia-kit*, a revista *Veja* tem a maior e mais qualificada cobertura do Brasil. São 8.577.000 leitores (Brasil) /4.151.000⁹⁵, sendo: 43% homens e 57% mulheres. Entre os leitores, a maioria de 27% tem mais de 50 anos.

Do ponto de vista da qualificação sociocultural e de grau de instrução, a *Veja* (2003; *Midia-kit* da revista *Veja.mht*) apresenta os seguintes dados: classes A e B (70%); classe C (21%); Classe D/E (9%). Características em relação ao grau de educação dos leitores: Colegial (38%); educação superior (37%).

Sobre a ocupação profissional e a renda familiar dos leitores da revista *Veja*, as informações registram que: 37% são profissionais liberais e 40% possuem uma renda anual de R\$70 mil.

A diferença do perfil de leitores entre as duas revistas é maior quanto ao nível de escolaridade: a *Carta Capital* tem 30%⁹⁶

95- 8.577.000 leitores, Brasil. (Projeção Brasil. Editora Abril. Base Marplan e IVC. 2004) / 4.151.000 total de leitores 9 mercados (Marplan /2004 consolidado 9 mercados).

96- Enquete feita pela revista através de seu *site*. Responderam 3.601 pessoas entre os dias 3 e 8 de abril de 2009.

e a *Veja* 8% de pós-graduados; em nível superior a *Carta Capital* conta com 68%⁹⁷ e a *Veja*, 37%⁹⁸; da classe social, a *Carta Capital* conta 85% da classe A e B, a *Veja* 73%. Ambas possuem sites na internet e podem ser seguidas pelo *Twitter* e *Facebook*.

Eis a posição das duas revistas em relação à preferência de interesses dos leitores das revistas *Carta Capital* e *Veja*:⁹⁹

Tabela 1 - Grau de interesse sobre questões da atualidade

Assuntos de interesse	<i>Carta Capital</i>	<i>Veja</i>
Atualidades/Notícias do momento	94%	87%
Política Nacional	90%	63%
Política Internacional	84%	54%
Economia	82%	64%
Finanças Pessoais	75%	63%

Fonte: *Mídia-Kit CARTA CAPITAL*, 2012 (Ipsos Marplan consolidado 2007).

Quanto à posição ideológica das revistas, a *Carta Capital* já se declarou pró-PT com um discurso mais ao lado da esquerda, enquanto a *Veja*, demonstra um alinhamento mais à direita brasileira, no momento, oposição ao governo. Esses indicativos marcam posições para a análise das vinculações ou gêneses das revistas semanais e, conseqüentemente, das escolhas de enquadramentos professados nas coberturas políticas.

97- Os percentuais relativos à instrução dos leitores da *Carta Capital* aparecem atualizados no site da revista: 82% possui curso superior completo; 63% possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado (completo ou cursando). Fontes: https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital/copy_of_MIDIAKITCARTACAPITAL2015.pdf/view Instituto Sophia, ju/2012. Amostra: 312 pessoas (SP, RJ, BH, Brasília, Fortaleza e Recife).

98- O *mídia-kit* da própria *Veja* informa 37%, o da *Carta Capital* informa 42%.

99- Pesquisa feita com as revistas *Carta Capital*, *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, *Dinheiro e Exame*. Divulgada no *mídia-kit* da *Carta Capital*.

O contexto político do escândalo

Em fevereiro de 2009, o senador José Sarney (PMDB/AP) ganhou a disputa pela presidência do Senado da República, do senador Tião Viana (PT/AC). Contenda entre as legendas partidárias: a maior do país, que faz parte da base de sustentação do governo – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, e a que governa – o Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo com a aliança entre o PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o candidato do PMDB foi vitorioso com 49 a 32 votos. A disputa também envolveu interesses partidários além do comando do Congresso Nacional.¹⁰⁰ Entre as promessas do vencedor iria acabar com certos itens “vergonha que achincalha o Parlamento”. No entanto, o jornal o Estado de São Paulo denunciou, em 10 de março de 2009, a nomeação de seu neto, João Fernando M. G. Sarney, 22 anos, para o cargo de secretário parlamentar do senador Epitácio Cafeteira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o salário de R\$ 7.600, através de “atos secretos ou sigilosos”.

Saiba como funcionavam os “atos secretos”: as contratações, aumentos de salários, exonerações, que não podiam aparecer no Diário do Senado e na rede interna de computadores eram colocadas em boletins administrativos suplementares¹⁰¹, publicados até um

100- Com o mandato de dois anos, o presidente seleciona a pauta de votações em ano eleitoral, o partido ganha força para negociar com o governo e oposição na fase pré-eleitoral; administra um orçamento estimado em R\$ 2,7 bilhões ao ano e pleiteia cargos na Mesa Diretora. Ainda autoriza, ou não, a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

101- Essa descoberta foi possível graças às gravações telefônicas autorizadas pela Justiça no escopo da Operação Fator (nascida como “Boi Barrica”), que investigou o suspeito, Fernando Sarney, por formação de caixa dois da campanha eleitoral da irmã Roseana Sarney ao governo do Maranhão, em 2006. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal concedeu, em 31 jul/09, liminar à ação movida por Fernando Sarney, proibindo o Estado de S. Paulo publicar reportagens com informações sobre a operação, estabelecendo pena de R\$ 150 mil para cada reportagem divulgada. (Site MuCo Museu da Corrupção http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=707:escandalo-dos-atos-secretos-do-senado&catid=34:sala-dos-escandalos&Itemid=53).

ano depois, com data retroativa, normalmente em dezembro, mês de recesso, quando não havia ninguém para tomar conhecimento¹⁰². (MENEZES, 2009, p.30). Estima-se que foram emitidos 312 boletins, com 663 atos sigilosos, no período de 1995 a 2009.

Conforme a mesma reportagem, o Senado pagou, pelo menos, R\$ 6,2 milhões em horas extras para 3.883 funcionários, no primeiro mês de janeiro, época em que não há atividade parlamentar¹⁰³. O presidente da Casa, o senador Sarney, classificou como “absurdo” o pagamento a mais da metade do quadro funcional, mas afirmou depois, que não teria como anular a operação. Anteriormente, a imprensa já tinha noticiado excessos de prerrogativa de parlamentares e servidores – como uso indevido de passagens aéreas, incluindo a então senadora, Roseana Sarney (PMDB), hoje governadora do Maranhão e filha do presidente do Senado.¹⁰⁴

No período, várias denúncias de desmandos institucionais vieram à baila, todas elas caracterizadas pela opacidade. O realce esteve nas centenas de atos administrativos emitidos ocultamente, “para os mais variados fins – de nomeações e promoções de aliados à concessão ilegal de gratificações e aposentadorias” (GÓIS, 2012). Vários desdobramentos seguiram-se, a exemplo do “escândalo das diretorias”. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo, nos últimos oito anos, o número de cargos de direção no Senado saltou de 32 para 181 (VEJA, 2009). O presidente José Sarney encabeça os “atos secretos” que criaram pelo menos 70% do total de cargos de direção da Casa.¹⁰⁵

102- Edição n.551, de 24 de junho de 2009.

103- Revista Veja, exemplar n.2104, de 18 março/09, p.78

104- A então líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), usou a cota de passagens aéreas do Senado para custear o transporte de sete pessoas de São Luís até Brasília. Do grupo faziam parte amigos, parentes e empresários do Maranhão (GÓIS, 2012; DE SÃO LUÍS..., 2009).

105- A proliferação das diretorias e seus anexos com salários elevados deram-se, sobretudo, entre 2003 e 2005, quando o senador Sarney (PMDB-AP) comandou a instituição pela segunda vez. “Até mesmo funcionários do Senado não concursados tinham cargo de diretor. É o caso de Tania Fusco, assessora de imprensa da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA)” (BONIN, 2009).

O caso centra-se no político mais longevo da Casa, o senador Sarney, apontado como “o mentor e beneficiário da máquina clandestina” que operava a burocracia do Senado. Também foi atingido seu apadrinhado, o ex-diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, “inventado pelo presidente do Congresso e por 14 anos dirigiu a tragicomédia legislativa”(CABRAL; ESCOSTEGUY, 2009, p. 28, 59).¹⁰⁶

As denúncias foram debitadas, no princípio, ao então oponente, o senador Tião Viana (PT-AC) interpretado como reação vingativa à perda do comando do Senado, o que foi sempre negado pelo petista; depois os sarneyzistas apontaram para uma disputa interna de poder entre os próprios funcionários da instituição. A crise prolongou-se em virtude das tardias explicações à nação do principal acusado.

O escândalo midiático configurou-se em uma luta entre as principais agremiações políticas brasileiras, as quais negociaram, barganharam e fizeram alianças em nome da governabilidade e da garantia da principal moeda do campo: o voto.

106- Considerado o “82º senador”, criou muito mais diretorias e emitiu atos sigilosos, “os quais, Sarney afirmou, desconhecer. Coincidentemente, alguns deles utilizados para contratar parentes seus” (CABRAL; ESCOSTEGUY, 2009, VEJA, p. 30).

Capítulo 3

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos usados para a consecução dos objetivos e a busca de respostas às questões, por meio do exame das categorias. Foram escolhidos a análise ou método de Enquadramento (*Framing Analysis*) e a tática da Análise de Conteúdo jornalística.

O primeiro será útil para detectar as “intenções dos emissores,”¹⁰⁴ as seleções ou os aspectos narrados pelos jornalistas das revistas voltados à cobertura do escândalo político midiático do Senado; o segundo, pelas especificidades das próprias técnicas que se coadunam a este livro: um *corpus* (reportagens sobre um escândalo político) em periódicos eleitos (duas revistas de um universo de dezenas no Brasil) e época também específica que, naturalmente, necessitam ser dissecados para enriquecer a interpretação dos acontecimentos.

Pretende-se, como já foi dito, comparar as narrativas jornalísticas das duas revistas semanais, o que será possível através desses caminhos metodológicos que, entre outras aplicações, dedicam-se à aferição de perfis para identificar um contexto. A opção pelo uso do termo “narrativa” dá-se por concordância com Roland Barthes, de que toda experiência humana pode ser

104 - Termo usado por Soares (2006a).

narrada, ela está presente no mito, na história, no drama, na pintura, no cinema, nas notícias, nos contos etc. “A narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural” (BARTHES, 1993 apud JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 91).

Foram escolhidos como critérios de análise: primeiro, considerar e ler todos os itens de todas as coberturas das reportagens, editoriais, colunas e cartas dos leitores que fazem referências aos motivos, desdobramentos ou consequências do escândalo que atingiu a imagem do Senado, dos principais envolvidos e da prática política no país.

O segundo critério: uma leitura qualitativa, em fase de catalogação para privilegiar as reportagens, cujo conteúdo observável abarcasse mais detalhes e se relacionasse com o motivo principal da convulsão no governo. Quer delimitar a análise de teor ético concernente aos enquadramentos¹⁰⁵ das coberturas políticas, recortar o *corpus* e destacar o escândalo-mor de outras explosões ilícitas ou antiéticas que afetaram o Congresso, no período, a exemplo do escândalo das passagens aéreas,¹⁰⁶ o qual atingiu 37 senadores e outros tantos deputados federais, ou o escândalo da ex-secretária da Receita Federal,¹⁰⁷ explicados adiante.

A cobertura completa atravessa o período de 18 de março a 26 de agosto de 2009, perfazendo um *corpus* de 48 edições, 24 de cada revista, com 62 matérias entre as duas publicações, sendo 32 da *Veja* e 30 da *Carta Capital*, distribuídas no total de 170 páginas sobre o escândalo (99 da *Veja* e 73 da *Carta Capital*), apresentando os recursos de 19 *boxes*, 13 infográficos e seis entrevistas durante cinco meses.

105 - Usa-se também os sinônimos enquadres, quadros e em inglês *frames*.

106 - Muitas denúncias foram veiculadas a respeito do uso indevido da cota de passagens aéreas destinadas ao trabalho dos parlamentares.

107 - Divulgação não confirmada de que a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, teria pedido a então secretária da Receita Federal, Lina Vieira, para acelerar a investigação contra a família Sarney, beneficiando seu filho acusado, Fernando Sarney.

Também conhecido como o “Escândalo dos Atos Secretos”, a crise é rica para efeitos de análise, visto as inúmeras descobertas de ações ilícitas – denúncias de corrupção, nepotismo, uso indevido de recursos financeiros da União, abuso de poder e outros desvios éticos – reflexos das práticas patrimonialistas, do fisiologismo e clientelismo exercitados no Congresso Nacional.

Para compreensão dos episódios denunciados durante o escândalo e para a análise dos conteúdos, todo o conjunto textual foi considerado importante. Em primeira mão as reportagens foram enquadradas de acordo com o *framing* comum, ou seja, a temática, eixo dominante ou angulação: a própria crise política de substrato ético.

À proporção que avançava a catalogação das edições foi possível perceber o nascimento de outros escândalos que a autora chama de tributários¹⁰⁸ em virtude das transgressões descobertas, subsequentemente, explodirem em função da crise maior. Daí aparecem novos personagens na cena da convulsão, a culpabilidade atribuída à cultura política brasileira, às legendas partidárias, aos senadores, ao presidente do Senado e seus apadrinhados e ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Notou-se também que, com o advento desses outros acontecimentos, as publicações passaram a generalizar o dilúvio de escândalos considerando-os, *grosso modo*, provenientes do Congresso Nacional ou Parlamento Brasileiro e dos parlamentares/congressistas porque atingiam também a Câmara dos Deputados. Convencionou-se, neste livro, uniformizar as crises integrando o conjunto de denúncias, como o *Escândalo do Senado*, uma vez que os demais são tributários do conflito maior; o Senado será destacado quando as denúncias registrarem os dois espaços legislativos. Será também usado, igualmente, Congresso/Parlamento, congressistas/parlamentares, visto que os veículos impressos não fazem distinção entre os termos.

108 - Tributários quer dizer afluentes. O escândalo do Senado, comparado a um rio caudaloso, facilitou outras denúncias que também “desaguaram” na crise principal aumentando seu poder destrutivo de reputações.

Como explicado antes, o volume geral das edições que reportam a crise política somam 24 edições de cada revista (48). Desse conjunto focou-se em 26 exemplares para observação, 12 são da *Carta Capital* e 14 da *Veja*, isto porque a *Veja* apresentou mais reportagens (32), duas a mais que a *Carta* (30). As 12 edições da *Carta Capital* totalizaram 21 textos; as 14 mais da *Veja* perfizeram 26 textos. Em obediência ao necessário recorte, selecionaram-se, dentro de cada mês, as matérias mais ricas em detalhes para análise das categorias.

Na semanal *Carta Capital*, somam-se textos nas sessões *Editorial*, *A Semana*, *Seu País*, a sessão política mais representativa; a coluna *A Rosa dos Ventos* e uma enquete na edição n. 546 de 20/05/09, na sessão *Cartas Capitais*. Na *Veja*, foram analisados textos das sessões *Brasil*, a mais representativa politicamente; entrevista das *Páginas Amarelas*, *Carta ao Leitor* (espaço editorial), a coluna *Roberto Pompeu de Toledo* e a sessão *Panorama – Veja Essa*.

Há de se notar que durante o contar das histórias foram detectados os períodos de maior ênfase nas denúncias e indignação ou crítica de teor ético aos envolvidos, ou seja, as ocasiões de picos sempre relacionados a acontecimentos relevantes. São considerados como “incendiários” ou o que Thompsom chama de fase do clímax, os meses de julho e agosto, visto o discurso de autodefesa de Sarney na tribuna e as declarações de Lula em apoio ao senador. Segue abril e maio como períodos do escândalo propriamente dito. O fenômeno, segundo Maia (2009), confirma os estudos que salientam o fato dos *media* conferirem atenção a assuntos através de “ondas cíclicas” (MAIA, 2009, p. 10).

Após estabelecer os critérios de análise, foram delimitadas as categorias, durante a etapa de catalogação, a partir dos tópicos ou enquadramentos mais sobressalentes na leitura temática das matérias jornalísticas. A leitura qualitativa permitiu observar a constância com que eram julgados os desvios de conduta dos parlamentares.

A assiduidade dessas observações transformou-se em um dever e curiosidade de investigar suas entranhas, quer dizer, as causas e consequências para o país e para a população, como também as contribuições para diminuir os impactos dos críticos problemas enquadrados pelas coberturas dos veículos impressos *Carta Capital* e *Veja* no presente cenário político brasileiro.

Por conseguinte, sem perder o foco principal, ou seja, observar e compreender a maneira ética como o jornalismo narrou os eventos sobre a crise política, optou-se por assessorá-lo mais ainda, apresentando questões nucleares e pertinentes que se constituíram nas próprias categorias para buscar o julgamento dos desvios éticos de agentes envolvidos; das causas; consequências e as contribuições apresentadas.

Q1 – De que forma as narrativas jornalísticas das revistas *Carta Capital* e *Veja* julgam os desvios éticos praticados pelos atores políticos no período do escândalo do Senado?

Q2 – Como os veículos impressos pesquisados enquadram as causas do escândalo do Senado?

Q3 – De que maneira os jornalistas que cobriram o escândalo político do Senado selecionam as consequências da crise senatorial de 2009?

Q4 – Como e quem apresenta as sugestões que contribuem para minimizar os problemas salientados por esse escândalo específico?

Quanto aos níveis de medição, escolheram-se dois atributos (caráter das categorias ou indicadores): favorável/desfavorável ou atenuação/acusação concernente aos partidos, à cultura política, aos senadores, aos ex-diretores, ao senador José Sarney e ao presidente Lula dentro do escopo maior das categorias. Uma vez que a análise recai sobre julgamentos, é pertinente esclarecer de que forma os desvios serão apreciados, se favoráveis ou não, acusando ou atenuando os “julgados”.

Para Herscovitz (2005), como quase sempre se mede conceitos abstratos na análise de conteúdo jornalístico, a exemplo da ética, torna-se necessário estabelecer indicadores, dimensões e atributos¹⁰⁹ que são categorias nominais, a exemplo favorável e desfavorável, contra ou a favor do que queremos medir, para que os resultados da análise de conteúdo fiquem mais claros. Portanto, o estabelecimento de atributos é uma forma de especificar conceitos ou definições teóricas que variam conforme a perspectiva individual.

Como a ética é de ordem íntima, no ambiente comunicativo ela pode gerar enquadramentos controversos e argumentos a favor ou contra. Alguns estudiosos têm buscado explorar a situação de controvérsias interpretativas. Chong e Druckman (2007a) desenvolvem uma tipologia de condições de competição de enquadramentos, em que exploram variáveis de quantidade e frequência de argumentos pró e contra nos *media* (CHONG; DRUCKMAN 2007, p. 103). Hansen (2007 apud MAIA, 2009, p. 309) busca detectar efeitos em experimentos com *frames* “duais”, em que o ambiente informativo é formado simultaneamente por enquadramentos favoráveis e por enquadramentos contrários a determinadas questões. É esse o caso de observar a polarização dos enquadramentos que ora acusam, ora atenuam a responsabilidade dos atores e instituições participantes no Escândalo do Senado.

O intuito principal da leitura é associá-la à interpretação cuidadosa dos temas, de forma atenta, com fins de marcar pontos proeminentes conferidos ao escândalo. A escolha de categorias ou amostras previamente definidas nos permite fazer inferências objetivas sobre as mensagens analisadas.

109 - Os indicadores referem-se à presença ou ausência de certas características; as dimensões à proporção ou extensão de certas características e os atributos ao caráter de certas características como favorável ou desfavorável, contra ou a favor (HERSCOVITZ, 2005, p.9).

Seguem-se as categorias e subcategorias – ou aspectos do conteúdo –selecionados a partir da evidência dos enquadramentos a serem analisadas no *corpus*:

Julgamento dos desvios éticos - A categoria, dividida em dois itens, quer observar e compreender os julgamentos dos desvios éticos enquadrados pelos jornalistas nas narrativas de eventos que circundaram o Escândalo do Senado. Primeiro, através das ações de descompostura de agentes do legislativo; segundo, através das demonstrações do descontrole nos gastos.

Causas ou motivações do Escândalo do Senado - Esta categoria, também dividida em dois itens, causas gerais e específicas, vai destacar os enquadramentos que representem as causas da crise do governo brasileiro que envolveu naturalmente os parlamentares, a opinião pública, os partidos políticos, os funcionários do Senado, a Comissão de Ética, os senadores, o jornalismo e outras instâncias como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Polícia Federal. Objetiva conhecer, dentro das possibilidades, a gênese das mazelas perpetradas, ao longo dos anos, pelos atores na arena política brasileira. Embora não sejam exclusivas do país, podem mostrar práticas duradouras provenientes das noções éticas herdadas de características socioculturais, políticas e religiosas brasileiras, historicamente dadas à população e narradas pelo jornalismo, como por exemplo, a corrupção, o nepotismo, o fisiologismo, a impunidade ou a burocracia das instituições. Interessa saber como os repórteres associam tais causas à eclosão do escândalo e que influência a herança ética tem sobre as práticas políticas e jornalísticas atuais. Em um segundo momento, os atributos das categorias serão examinados: se a cobertura do episódio em relação ao julgamento ético e as causas foi favorável ou atenuante e desfavorável ou acusatória aos partidos, à cultura política e aos envolvidos.

Consequências do escândalo do Senado - A escolha das consequências como categoria de estudo justifica-se pela necessidade de conhecer os efeitos nocivos ao país, à população e as práticas na arena política decorrentes da forma como se conduz a gestão pública nos governos seguintes. Um diagnóstico dessa natureza pode avaliar os riscos que correm o jovem processo democrático, a governabilidade, a participação do cidadão na política, a governança,¹¹⁰ a reputação das instituições e dos sujeitos. O estudo das consequências apresentadas nas narrativas para o dilema tem a finalidade de mostrar como os agentes da política examinam a diversidade de prejuízos ao desenvolvimento e à oxigenação das práticas democráticas; à desvalorização do Congresso Nacional; dos congressistas e mesmo à leniência da população diante dos constantes acontecimentos. Os atributos de atenuação e acusação e seus contrários não se aplicam às categorias de consequência e contribuições para soluções.

Alternativas propostas como contribuições para dirimir os problemas denunciados pelo escândalo - Quanto à preferência por estudar as contribuições apresentadas como soluções à crise, deu-se pela possibilidade de avaliar o nível de comprometimento dos agentes políticos, a exemplo dos próprios legisladores, frente à melhoria de suas práticas; da colaboração dos estudiosos e especialistas de áreas nucleares e afins, como a Comunicação Política, o Jornalismo, a Filosofia, a História, a Sociologia etc.; as sugestões dos jornalistas através dos próprios textos narrados, imbuído aí a ideologia e os interesses das empresas de comunicação; os leitores, também sujeitos

110 - O documento *Governance and Development* do Banco Mundial (1992, p. 58) adotou o conceito de governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. A definição mais relevante para os propósitos do Banco é “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento.”

interessados na condução da política nacional. É pertinente observar aqui, que não se trata de buscar, entre as contribuições, uma solução pronta para problemas brasileiros que provocam escândalos políticos. Vai-se avaliar a categoria das sugestões apresentadas no sentido de observar o comprometimento, a vontade de solucionar e a participação política dos cidadãos. A obra não quer apontar as soluções para o Escândalo do Senado ou qualquer outro escândalo político brasileiro, quer observar e compreender como o jornalismo político narrou, descreveu e interpretou, do ponto de vista ético, o Escândalo do Senado da República ou o Escândalo dos atos secretos, retratado pelas revistas *Carta Capital* e *Veja* no ano de 2009.

A leitura temática demonstrou que as sugestões de melhoria do ambiente criticado originaram-se dos veículos impressos, dos agentes políticos, incluindo os leitores e especialistas.

Comparar as narrativas jornalísticas das revistas *Carta Capital* e *Veja* objetiva esclarecer as dimensões ou diferenciais que delineiam as posições ideológicas das empresas de comunicação, as divergências de opiniões e a constância das questões abordadas.

A expectativa, seguindo o objetivo geral deste livro, é compreender o modo como as revistas semanais narram, descrevem, interpretam e enquadram, sob a visão ética, os eventos e ações políticas; como qualificam a imagem e conduta dos personagens, sejam pessoas físicas, jurídicas, sociais ou culturais.

Análise temática das coberturas

Face a denúncia feita pelo Jornal *Folha de São Paulo*, em 10 de março de 2009, a primeira revista a tratar do tema foi a

Veja,¹¹¹ na sessão política *Brasil*, cobertura de Otávio Cabral, com um título de clamor ético *O senado perde a compostura – Gastos sem controle, pagamento de horas extras nas férias, uso de funcionários em benefício próprio – eis o Senado de Renan e sua tropa de choque*. Num tom pesado, o repórter enquadra moralmente a reportagem, debitando a descompostura do Senado¹¹² ao poder dos senadores Renan Calheiros e José Sarney. Para o primeiro, escolhe expressões e metáforas como “tropa de choque”, “seus asseclas peemedebistas” e menciona a ocupação dos espaços de poder pelo senador e sua turma.

Cabral usou o enquadramento de conflito, um dos tipos que vai dominar as coberturas, demonstrando as táticas e manobras no cenário político, a exemplo das batalhas intra e extrapartidárias, o uso do erário e funcionários públicos para executar missões privadas e as consequências da política de resultados para alcançar vantagens particulares.

Em vez de moralizar a instituição como prometeu, o senador Sarney preferiu assinar aditivos milionários com antigas concessionárias com data retroativa, ao invés de contratar terceirizados, promovendo economia de 30% para o orçamento da Casa. A matéria aponta que com a eleição de Sarney, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), após renúncia à presidência por denúncias de corrupção, volta ao Senado ocupando espaços com seu conhecido “padrão moral”, que ainda espanta, *Milhões de reais são pagos em horas extras durante o período de férias dos senadores, aditivos milionários são assinados com*

111 - Edição n. 2104, de 18 de março. Partes das descrições (itálico) dos enquadramentos jornalísticos aparecem também no capítulo 4 (discussões), ‘As reportagens serão contadas, ora a *Veja*, ora a *Carta Capital* para facilitar a análise da polarização e os resultados da pesquisa’.

112 - Conforme a reportagem, no período, o Senado possuía 6.500 funcionários com média salarial de 12.800 reais, administrava um orçamento de 2,7 bilhões de reais. Possui uma infraestrutura de gráfica, jornal, televisão, rádio e mini-hospital. A instituição tem orçamento superior ao de 20 das 26 capitais brasileiras.

data retroativa e funcionários públicos estão sendo remunerados para executar missões privadas (p. 78).

Ao narrar o evento, o jornalista enalteceu a postura antiética de parlamentares e aplicou princípios morais e éticos organizados no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, no item do Direito à Informação, com produção e divulgação pautadas na veracidade dos fatos com fins de interesse público.¹¹³

Em 25 de março, a *Carta Capital*,¹¹⁴ traz a matéria com título *Legislativo – Intrigas, mordomias e excessos*, na sessão que resume semanalmente as notícias, *A Semana*. O texto trata da farra das diretorias indicando os cargos criativos e inúteis como uma dor de cabeça para o senador Sarney. Não fica por aí, o critica por ficar apenas nas intenções de demitir diretores, como resposta à crise que afastou seu afilhado, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia,¹¹⁵ acusado por uma série de denúncias de irregularidades nas contas da instituição, além da contratação de parentes de servidores por empresas que prestam serviços ao Senado. Aliás, ironiza o autor, terceirizar a tarefa proibida (nepotismo) foi a grande inovação de Agaciel como gestor.

A revista aponta a seqüela da disputa pela presidência do Senado entre os dois políticos, José Sarney (PMDB-AP) e Tião Viana (PT-AC), como uma das causas do escândalo. Surgiram daí, mútuas denúncias que ferem a ética pública. O editorial publica

113 - Capítulo I, Art.2º- II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

114 - Edição n. 538.

115 - Maia foi acusado de não registrar em seu nome, uma casa em Brasília, avaliada em cinco (5) milhões de reais. Também citado na Operação Mão de Obra (ago/08), da Polícia Federal, que investigou um esquema de fraudes em licitações no Parlamento (MENEZES, 2009, p. 22). O Museu da Corrupção informa que depois de lotear cargos comissionados no Senado, Maia ressurgiu na Câmara Legislativa, como deputado distrital (PTC-DF), envolvido em um esquema de grilagem de terras; o deputado apresentou projeto de lei para regularizar áreas invadidas (Fonte: <http://www.muco.com.br>).

que Sarney e Viana se esquivaram das denúncias de uso indevido de benefícios no Senado, onde “diretores ganham até 30 mil reais para facilitar o *chek-in* de parlamentares no aeroporto”¹¹⁶ (p. 15).

Na matéria de meia página, outro *frame* dominante está centrado nas intrigas partidárias pelo poder de manejar um orçamento bilionário, demonstrando descontrole nos gastos; verbas maiores que a aplicação monetária de certos estados para um ano inteiro. [...] “No Congresso o que se vê é fartura e desperdício” (p. 15).

Na mesma edição, coluna *Rosa dos Ventos*, o editor, Maurício Dias, comenta sobre uma oligarquia local em *O donatário impera*. O enquadramento é de exposição da conduta ética, da “ficha suja” de Sarney, criticando a hegemonia sobre os três níveis de governo e poder da família no Maranhão. Apesar de não tratar diretamente da crise do Senado, e o assunto considerado como “velhas novidades”, as notícias sobre os Sarney’s passam a ser mais constantes com o advento da crise; adquirem o cunho de desdobramento. As denúncias contra os *prefeitos dessas cidades baseiam-se em relatórios do Tribunal de Contas do Estado, que, por sinal, funciona no Palácio Roseana Sarney, que fica em frente ao Fórum Desembargador Sarney* (p. 30).

Na edição n. 2105, da *Veja*,¹¹⁷ lê-se o título *Aparências que não enganam*, subtítulo: *O governo patrocina acordo entre PT e PMDB e tenta por fim à disputa que revelou aos eleitores a caixa-preta e as espantosas diretorias do Senado Federal*, escrita por Otávio Cabral em três páginas.

116 - Em um total de 181 diretores, mais de dois para cada um dos 81 senadores. A profusão era tão grande, conforme o *Estadão*, que a própria direção do Senado teve dificuldade para levantar o número exato. Tinha diretoria de visitação para acompanhar turistas em visita à Casa, uma outra apenas para cuidar das comunicações por rádio em ondas curtas e várias outras.

117 - Sessão *Brasil*, exemplar de 25 de março de 2009.

Os *frames* dominantes são os acordos para estabelecer espaços (cargos e verbas), dirimir a disputa política entre os senadores da base aliada ao governo, José Sarney (PMDB) e Tião Viana (PT) e a erupção dos reclames morais em Brasília. No início do texto, o profissional da mídia já fala das sucessivas e recentes denúncias de mordomias, nepotismo, fisiologismo¹¹⁸ e desvios do dinheiro público no Senado, para fins pessoais, “numa aparente onda catalisadora da moralização de práticas e costumes” (p. 66). As acusações entre os senadores, além de chamuscar a imagem de ambos, mancham também a reputação do Senado, enquadradas pela publicação na categoria consequência do escândalo: *Dessa forma, a única coisa que vai continuar parecendo exatamente o que é, é a imagem do próprio Senado – péssima e, mais grave, sem nenhuma perspectiva de mudança* (p. 67).

Outro enquadre secundário retratado pelo jornalista, também como consequência, está na preocupação do governo com a paz no seu próprio quintal, a fim de não inviabilizar as alianças em torno da pré-candidatura de Dilma Roussef: “O risco, segundo o presidente Lula, é a disputa extrapolar o limite do Congresso, contaminar os ministérios e inviabilizar a aliança em torno da candidatura de Dilma Rousseff” (p. 67).

Quando discorre sobre o funcionamento das negociações, alianças e barganhas no setor político, Gomes (2004) relembra o risco dessas práticas, principalmente o escândalo político para aqueles que governam. Não é à toa que o presidente Lula declarou na ocasião, que uma briga entre partidos aliados tem mais “poder destrutivo do que qualquer embate com a oposição” (p. 67). A vigilância parlamentar dos adversários, o Ministério Público e

118 - O método fisiológico de barganhas e negociações se constitui, para Gomes (2004), no procedimento de busca de apoio parlamentar por meio de distribuição de posições de mando político ou recorrência a facilidades de acesso à fazenda pública.

o jornalismo político, forças controladoras do campo político, acompanham os atores na busca da transparência dos atos e negociações (GOMES, 2004, p. 120). O enquadre dos acordos e barganhas pela satisfação política refere-se à acomodação dos litigantes em nome da governabilidade.

Para maior esclarecimento dessa matéria, as denúncias aparecem detalhadas no *box Armários abertos - A disputa de poder entre o PT e o PMDB tem um lado positivo: os eleitores estão tomando conhecimento de detalhes da farra promovida com o dinheiro do contribuinte*. O quadro cita os itens tradutores das irregularidades na instituição quais sejam: Hora extra (pagas no período de recesso), nepotismo, milagre (ocultação de bens à Receita Federal), diretorias (estranhas e caras), apartamento funcional (emprestados a amigos dos senadores, que além de morar em casas próprias recebem auxílio-moradia), passagens (presenteadas a parentes e amigos), celular (emprestado a parentes), segurança (polícia legislativa a serviço particular de Sarney) e fraudes em licitações.

A propósito do desarquivamento dos “podres” do Senado, a revista destacou na coluna *Panorama Veja Essa*, a frase de Sarney, “Não sei por que agora resolveram tirar todos os esqueletos do armário” comentando a sucessão de escândalos revelados. (p. 62) Nessa mesma sessão, foi destacada uma frase irônica do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), então primeiro-secretário da Mesa, a respeito de um dos escândalos tributários do Escândalo do Senado:¹¹⁹ “Aí, então, está na hora de fechar o Congresso. Se forem atrás de pagamento de passagem, não escapa nem jornalista” (p. 62).

É mister salientar que os repórteres chamam a atenção indireta dos leitores, que os membros do Congresso Nacional ferem seu próprio *Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado* em suas premissas, quanto aos deveres fundamentais do senador e

119 - O escândalo das passagens aéreas refere-se ao uso indevido e distribuição das mesmas entre pessoas estranhas ao parlamento.

ao exercício do “mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular”, além dos “atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar” (BRASIL, 1993).

Outro enquadramento surge no final da reportagem, selecionando o aspecto daquela realidade quais sejam as consequências do aparente surto de moralidade. Otávio Cabral, o repórter da *Veja* em Brasília, interpreta a crise ética por dois ângulos: de um, ocorre o desgaste da imagem do Congresso Nacional; do outro, serve para resgatá-la. A matéria convoca a opinião do cientista político, Alberto Carlos Almeida, do Instituto Análise que afirma: “A leniência com a corrupção é menor” em virtude da cobrança da sociedade graças ao aumento da escolaridade e mais acesso à informação. “De escândalo em escândalo, as instituições vão se reformando e melhorando” (p. 68). Dizendo de outra forma, as instituições políticas se moralizam menos pela vontade e consciência ética e mais pela sucessão de escândalos.

Na edição da *Carta Capital* de 01 de abril¹²⁰, Maurício Dias escreve sobre a cessão indevida dos imóveis funcionais. O título, *Próprios da mãe-joana*, refere-se aos 72 apartamentos de que o Senado dispõe chamados de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), os quais deveriam ser de uso privativo dos senadores. Mas não são. Ao contrário, muitos são ocupados por juízes, desembargadores e ministros togados oferecidos, muitos, pelos diretores e presidente da instituição. O colunista recorre ao *frame* do Brasil arcaico, categoria das causas do escândalo, ao reconhecer a máxima de Brasília: “nova capital, velhos costumes” (p. 38).

Embora pareça uma pegadinha aludida ao dia da mentira, trata-se da verdade. A edição da *Veja*¹²¹ n. 2106, exibe reportagem de seis páginas escrita por Otávio Cabral, Alexandre Oltramari e

120 - Revista n. 539, coluna *Rosa dos Ventos*.

121 - Datada de 01 de abril de 2009

Diego Escosteguy, e traz um infográfico explicativo dos benefícios concedidos ao Senado na vida da “Brasilha” da fantasia. Título: *A farrá é deles. A conta é nossa. O Senado foi dominado por uma máquina que trabalha continuamente para burlar as leis em benefício próprio. O resultado é uma estrutura perdulária e improdutiva.*

O *frame* dominante mais uma vez é de cariz ético e moral, a malversação de recursos da União, temática do julgamento de desvios éticos. O jornalismo político desfralda as mazelas administrativas de Brasília revelando que a parte mais nobre do Parlamento funciona como “um sultanato onde se podem infringir leis, desde que em benefício dos senadores e funcionários”. Acrescenta que [...] sem fiscalização e funcionando de maneira autônoma, o Senado é administrado como se fosse “uma confraria – uma confraria com o meu, o seu, o nosso dinheiro” (p. 57).

Em que pese o detalhe que a Editora Abril faz oposição ao então governo Lula e ao PT, as coberturas cumprem o dever ético de mostrar a sujeira por baixo do tapete, contudo fica subtendido que o ataque é direcionado à base governamental, visto que os exemplos de parlamentares escolhidos atendem pelas siglas do PMDB ou PT e quase nunca do DEM ou PSDB.

Guardadas as vantagens do desvelamento de arbitrariedades no campo político apresentado pela revista à audiência e a tentativa de aprimorar o processo democrático, domina o denunciamento. O próprio conjunto deontológico da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) aponta no quarto item dos seus princípios éticos que os veículos devem “Assegurar ao leitor as diferentes versões de um fato e as diversas tendências de opinião da sociedade sobre esse fato” (ANER, 1986). Igualmente, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros aponta no Art. 12 que “o jornalista deve, ressalvadas as especificidades da assessoria de

imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística [...]” (FENAJ, 2007).¹²²

Em meio ao derrame de dinheiro que inclui irregularidades em contratos e pagamento a funcionários fantasmas, a “[...] pouca luz e uma boa dose de desapego moral criam o substrato perfeito para todo tipo de malandragem que eclode como uma praga” (p. 58).

Dos vários exemplos de critérios bizarros para nomeação de diretores, desponta aquele aplicado ao caso do “confrade” Agaciel Maia, ex-datilógrafo e diretor da gráfica do Senado quando se soube que parlamentares, ilegalmente, lá imprimiam material de campanha. De Roseana Sarney, por exemplo, foram encontrados impressos, no Maranhão, porém as provas desapareceram da gráfica. Ao assumir a presidência da Casa, em 1995, o pai, Sarney fez de Agaciel diretor-geral. Independente dos fatos serem verdadeiros, os principais acusados, o senador Sarney e o ex-diretor, Maia, não foram ouvidos.

Para reverter o desgaste no seu terceiro mandato¹²³ na presidência do Senado, conforme o repórter Escosteguy, Sarney tomou duas medidas, aliás, repetidas de 1995, as quais só serviram para gastar inutilmente mais dinheiro: criou uma comissão para analisar contratos de compra e terceirização e assinou convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para inventar um novo modelo de gestão para a Casa. Essas providências são classificadas na categoria de soluções que redundaram no pagamento de R\$ 882.000 mil para ouvir que o Senado gasta muito mal e tem excesso de órgãos e pessoal, propôs-se então uma “reengenharia profunda, com redução de cargos”. Nada foi feito (p. 61).

122 - O 12º artigo, inciso I, diz em seu complemento “principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas”.

123 - O primeiro foi em 1995, o segundo em 2003.

Um dos *frames* secundários dessa reportagem é o instrumento humorístico, recurso constante nos textos jornalísticos, pela boca do ex-presidente do Senado,¹²⁴ Garibaldi Alves (PMDB-RN), após reiteradas tentativas, sem sucesso, de conseguir a lista dos 85 cargos de confiança do gabinete da presidência: “diziam que tinha muito fantasma aqui, mas não pude descobrir”. Os autores da matéria sugerem procurá-los ao senador Wellington Salgado (PMDB-MG) que paga salário a um assessor que não comparece ao trabalho, e ainda ironiza “ele é muito feio, melhor não aparecer por aqui” (p. 60).

Na sequência do escândalo, a *Carta Capital*¹²⁵ n. 540 traz matéria de capa *E, ainda por cima, Renan*, na sessão *Seu País*. Cynara Menezes escreve seis páginas - *Brasiliãna - O dono do senado, – José Sarney? Errado. Quem manda de verdade é Renan Calheiros*. A legenda da foto do senador dizia: Sarney, fragilizado, depende do influente colega.

Na publicação da *Veja*, de 18 de março, a matéria já apontava um enquadramento que demonstrava o poderio de Calheiros. É a vez de *Carta Capital* selecionar esse aspecto exposto pela crise. Tal *Fenix*, ressurgiu depois de quase cassado por duas vezes, em 2007, agora como líder do PMDB no Senado. Destaca a participação do político alagoano nas causas do escândalo, cuja responsabilidade vem sendo ofuscada pela culpa maior debitada ao presidente do Senado, embora os desmandos e distorções sejam, na verdade, resultado das gestões de ambos a partir de 1995.

A matéria deixa clara a parceria entre os dois parlamentares e o esquecimento dos jornais de que Calheiros, naquele período, assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho de Reforma e Modernização, cujo feito importante foi a farra de diretorias. Na compreensão do repórter, o senador e ex-ministro da Justiça do

124 - Presidente do Senado entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2009.

125 - Exemplar de 08 de abril de 2009.

governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), Renan, personifica o velho lema do Centrão: “é dando que se recebe”.¹²⁶

Na sua maioria, as narrativas jornalísticas sobre o escândalo enquadram os fatos de forma desfavorável, acusando os partidos, os ex-diretores, à cultura política, aos senadores, a José Sarney e ao presidente Lula. Nessa edição da *Carta Capital* surge a tendência a uma cobertura atenuante em relação a Sarney, responsabilizando também o líder do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), contida na categoria “julgamento de desvios éticos”:

Nem mesmo as denúncias que pipocaram no Senado nas últimas semanas, cuja responsabilidade foi atribuída unicamente ao parceiro Sarney, foram capazes de atingi-lo, embora os desmandos e distorções sejam na verdade resultado das gestões de ambos a partir de 1995. Foram Renan e Sarney, por exemplo, que colocaram Agaciel Maia na direção-geral do Senado (p. 22).

O box intitulado *Telhado de vidro. Após a filha de FHC, é a vez de Tasso Jereissati ver seus pecadilhos expostos*, expõe a filha de FHC, Luciana, que recebe salário do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) sem comparecer ao gabinete. Nesse espaço, a jornalista analisa “a ética de cada um”, expressa que o risco, no caso dos paladinos da moral e da ética, é uma pedra atingir o telhado de vidro, como nesse exemplo, classificada como irregularidade administrativa, falta de espírito público ou simplesmente descompostura ao receber salário sem trabalhar: *Como faço coisas particulares e aquele Senado é uma bagunça e o gabinete é mínimo, eu vou lá de vez em quando*, disse Luciana (p. 27).

Em 22 de abril, a *Veja* edita¹²⁷ nas *Páginas amarelas*, entrevista de Otávio Cabral com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer: *É preciso reagir agora*, cujo teor inclui a crise ética do

126 - Alusão que se refere à troca de favores e às negociações entre os atores políticos fora e dentro dos partidos.

127 - Exemplar n. 2109.

Parlamento brasileiro. A impunidade, os escândalos, a má atuação dos parlamentares e o corporativismo são os temas salientes da conversa. Temer minimiza a situação, advogando que a crise ética atinge uma minoria no Parlamento, atenua a gravidade da situação ao considerar “equivocos de A, B ou C” contra “o comportamento correto da maioria dos parlamentares” (p. 21).

A ética e a democracia são ligadas umbilicalmente. Para evitar que a fragilidade da primeira ameace o processo democrático, o parlamentar entende que o Congresso precisa reagir e promover “uma recuperação ética para que ideias como a do senador Cristovam Buarque¹²⁸ [...] não ganhe força na sociedade” (p. 21).

Nessa mesma edição¹²⁹, Otávio Cabral, escreve o texto *Virou agência de viagem*, cujo *frame* é de crítica aos moldes da política brasileira, exemplo para a categoria das causas:

Nas democracias tradicionais, o mau uso do dinheiro público é considerado pela sociedade algo repugnante, imperdoável, um crime hediondo que merece desprezo e severas punições para os responsáveis. No Brasil, ao contrário, alguns políticos ainda se comportam como se estivesse na pré-história do desenvolvimento moral e, sem nenhum pudor, promovem uma verdadeira farra com os recursos recolhidos do contribuinte. (p. 60).

Sob o prisma da ética, Cabral julgou os atos intoleráveis da classe política brasileira considerando-os imorais e cuja promoção desproporcionada ocorre pela ausência de punição.

No editorial (*Carta ao Leitor*)¹³⁰ *Risco e oportunidade*, de 29 de abril, a editorialista da *Veja* alerta os leitores que a atual crise do Congresso, não é propriamente política, mas “de compostura,

128 - O senador expressou a preocupação de que no ritmo que vai, alguém proporá um plebiscito para decidir o fechamento do Congresso brasileiro.

129 - Na sessão *Brasil*

130 - Edição n. 2110

honestidade e espírito público”, diz ser um espetáculo deprimente aos olhos dos cidadãos que trabalham, estudam e pagam impostos” (p. 12). O antídoto receitado está nas mãos do eleitor.

“*Chore por nós senador. Os desvios éticos e a falta de pudor de deputados e senadores com o dinheiro público desmoralizam o Parlamento, mas isso não pode abrir um flanco para os inimigos da democracia*”, título que Otávio Cabral novamente comparece com uma reportagem de cinco páginas, cobrindo os desmandos dos congressistas, inclusive, comentando alguns desdobramentos do caudaloso Escândalo do Senado: a farra das passagens aéreas e o recebimento indevido de auxílio-moradia.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) chorou em plenário ao ser descoberto aproveitando-se do auxílio-moradia de 6.800 reais, mesmo vivendo em apartamento próprio em Brasília. A cena refere-se, segundo o repórter, à indignação pela mistura do seu nome ao lamaçal. Para defender suas próprias reputações, compreende-se por que os escândalos políticos, nas definições de Thompson (2002), são caracterizados por lutas por “um nome”. O título *Chore por nós Senador* já retrata um viés humorístico num quadro que se volta para a defesa do cidadão enganado, declarando que se há alguém que tem motivos de sobra para chorar são os eleitores.

A marcante descompostura geradora dos desvios do dinheiro público motivou o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal de São Carlos, a avaliar que o Congresso hoje em dia é “um ambiente ruim, sem transparência, com muitas benesses e pouca produção”. Outro especialista, o filósofo Roberto Romano (Unicamp), também constata que “o Congresso conseguiu a proeza de democratizar e universalizar a bandalheira com o dinheiro público” (p. 68). E as conseqüências continuam a ser expostas:

[...] Para além dos privilégios autoconcedidos, a maior parte dos políticos brasileiros se guia pelo fisiologismo nas votações de matérias cruciais para

o bom funcionamento do país. O risco dessa visão negativa é o seu corolário: a desmoralização do regime democrático (p. 13).

Ao contrário do que Temer afirmou na entrevista da edição anterior da *Veja*, de que a desmoralização não ameaça a democracia, o jornalista Cabral enquadra o apequenamento institucional do Congresso, diagnosticando que, ao contrário de depurar o sistema, é um risco para o país.

Na última década, enquanto os parlamentares degeneram numa espiral de escândalos que vai da roubalheira pesada ao fisiologismo explícito, sua função legisladora vem sendo realizada na prática pelo Executivo e pelo Judiciário. Atualmente, quase todos os debates relevantes, com repercussão real na vida dos cidadãos comuns, são decididos pelo Judiciário. [...] tudo pode ser definido pelos onze togados do STF por absoluta negligência dos congressistas. (p. 70)

Através de um *box*, a cobertura relaciona os melhores e os piores momentos do Parlamento brasileiro. Entre os melhores mostra os idos de 1946, quando havia produtividade sem benesses e aprovação de leis importantes. Entre 1951 e 1960, surge o “jeitinho”¹³¹ e o início da farra, quando os parlamentares passam a ter direito à mordomias.

Na publicação¹³² da *Carta Capital*, de 06 de maio, título *Casa-grande e senzala sempre*, Mino Carta ressalta o *frame* de conteúdo histórico nacional, refere-se a “crise específica, de nítida marca brasileira”, vinculando a situação às qualidades históricas do país. Interpreta o descrédito moral que transcende o Congresso, como resultante de “uma inesgotável trajetória de predações variadas e crescentes”.

131 - “A Câmara dos Deputados autoriza a importação de automóveis, com valor até 3000 dólares. Os parlamentares eram os únicos beneficiados com a medida” (p. 70).

132 - Edição n. 544, na seção *A Semana*.

Incluída na categoria de **causas**, a citação abaixo também justifica as práticas políticas e sociais obsoletas em território brasileiro, as quais adoecem a democracia: [...] *o Brasil continua atado à cultura da escravidão, à da casa-grande e da senzala. A prepotência, a desfaçatez, a empáfia dos predadores baseiam-se na certeza da impunidade e na resignação popular* (p. 18).

Poço sem fundo é o título de uma entrevista feita pelo veículo, com o cientista político Marco Antônio Teixeira, professor da Fundação Getúlio Vargas. O entrevistador, Mino Carta, enfoca o caso do ex-diretor do Senado, João Carlos Zoghbi, que tinha negócios milionários com o próprio Senado, além de outros quadros secundários, para pedir a avaliação do especialista.

De antemão, o professor aponta para a categoria das **consequências**, ao afirmar que a sucessão de escândalos sem intervalo temporal contribui para a falta de uma agenda positiva no Congresso. O entrevistador salienta a gravidade da série de escândalos e questiona a origem dos conflitos. À questão: “Existe algum denominador comum nesses escândalos”? A resposta do especialista é inserida mais uma vez nas temáticas tanto de causas quanto da descompostura dos agentes políticos e o descontrole nos gastos com os recursos públicos.

É importante perceber o quanto uma parcela de nossos políticos simplesmente confunde o seu próprio bolso com o bolso do Estado. Eles não levam em consideração o fato de que o dinheiro deve ser usado em atividades públicas, de interesse público. [...] Esses casos revelam falta de espírito republicano (p. 19).

Perguntado sobre o papel da mídia nessa história, Teixeira respondeu que a mídia é o principal instrumento de repercussão desses fatos, sem ela não haveria escândalos. Afinal, como afirmou Thompson (2002, p. 48-49), os meios de comunicação conferem ao

“discurso infamante o *status* de atos de fala públicos”, não restrita ao tempo e espaço. Mas o cientista político ressalta que boa parte da divulgação é produto da necessidade de publicização provinda da exigência de transparência das instituições e que “[...]a mídia também é alimentada muitas vezes pela própria disputa pelo poder” (p. 19).

Acompanhando o serial de aviltamento ao povo, Otávio Cabral expõe, no exemplar¹³³ da *Veja*, de 13 de maio, as *Verdades que envergonham*. Obrigado a ratificar a declaração de um parlamentar que “está se lixando para a opinião pública”, o repórter indignado reconhece que,

Ele é uma parte considerável de seus colegas que realmente não se importam com o que pensam os eleitores e, como tem ficado evidente diante dos últimos escândalos, agem com profundo desprezo em relação às questões mais elementares da ética, movidos pela convicção de que ainda serão premiados por isso nas próximas eleições (p. 69).

Sérgio Moraes (PTB-RS), deputado federal, foi relator do processo que analisou a vida de Edmar Moreira, o dono do castelo de 25 milhões de reais. Diretamente, a questão não diz respeito a esta obra, mas indiretamente, sim. Trata-se de um agente público federal que para despistar-se da cobrança dos jornalistas, disparou: *Eu estou me lixando para a opinião pública! Até porque a opinião pública não acredita no que vocês escrevem. Vocês batem, batem, e nós nos reelegemos mesmo assim* (p. 69).

A vergonha pela constatação de crimes no Legislativo absolvidos pelos eleitores e a impunidade são os principais *frames* da matéria; nessa citação, as categorias são o **juízo** dos **desvios éticos** e **causas gerais** do escândalo. Há também um trecho inserido na categoria de **soluções**, onde o jornalista mostra vozes otimistas como a de Cláudio Weber Abramo, diretor executivo da ONG *Transparência Brasil*, para quem as denúncias dos

desmandos ainda são a melhor arma para a sociedade defender-se dos maus políticos. Analisa que o acesso à informação tem sido facilitado, e isso dificulta a vida dos políticos corruptos.

*De olho em Lilibut*¹³⁴ – *Chafurdado em escândalos, o Parlamento se apequena. Cláudio Abramo: legislativos cooptados e ineficientes são a regra no País. Podres poderes – O Congresso degredando, vítima da cupidez de seus integrantes e da completa incapacidade de se impor.* Leandro Fortes, o repórter investigativo baiano, muda o quadro no início da reportagem de capa¹³⁵ da *Carta Capital* também de 13 de maio: recorta o lado bom do Congresso brasileiro noticiando o discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que atua “no melhor da função parlamentar: a indignação patriótica”. Relata que o senador gaúcho, considerado um exemplo de solidez moral da política, falou para poucos sobre ódio e nojo à corrupção. Após quatro mandatos, Simon foi “vencido pela desmoralização generalizada da Casa onde trabalha” (p. 26).

É uma causa histórica, marca da cultura política nacional:

Não fica difícil entender a dificuldade de se retirar do Congresso o estigma de templo da corrupção e da mordomia. No caso, ressalte-se, não se trata de corrupção. É como de costume, a reafirmação do péssimo, banalizado e generalizado hábito de apropriação de bem público a partir de uma interpretação patrimonialista, típica da política brasileira (p. 27).

Convidado a participar do debate, o cientista político Lúcio Rennó, do Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB), dá outra interpretação para a

134 - Fortes compara Brasília a ilha de Lilibut, um dos cenários do livro *as Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift (1726), onde o personagem navegador vive uma das suas aventuras, local “habitado por seres minúsculos, frívolos e sempre em guerra por futilidades”.

135 - Revista n. 545

origem da crise de reputação do Congresso favorecendo o ofício da imprensa: *A crise de imagem do Parlamento está intimamente ligada à tendência dos congressistas em minimizar a relevância dos fatos registrados pela mídia* (p. 27).

Em *A marcha dos espertos: Por que o Poder Legislativo do Brasil foi tomado por caçadores de renda*, Abramo analisa a perda de relevância do Poder Legislativo, o que reduz o respeito dos eleitores pela atividade política. O jornalista informa que, conforme dados agrupados pela *Transparência Brasil* em seu projeto *Excelências*, 27 dos 81 senadores em exercício (33%)¹³⁶ sofrem processos por crimes contra a administração pública, tiveram contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral, estão sendo acusados judicialmente por compra de votos ou foram punidos por Tribunais de Conta.

Na *Veja* de 20 de maio¹³⁷, os jornalistas Otávio Cabral e Alexandre Oltramari dão segmento a uma série de matérias relativas às descobertas dos “podres poderes”. *O senador e seus fantasmas – A capacidade do Congresso de produzir escândalos parece não ter fim: Efraim Moraes contratou 52 funcionários-fantasma pagos pelo Senado Federal*.

Uma das razões que pode explicar a junção de interesses em divulgar os escândalos é fornecida pela Economia Política da Comunicação (EPC), já citada nesta obra, uma vez que foca processos de trabalho na produção, distribuição e consumo da comunicação, logo, sua relação com o capitalismo e a importância da audiência como mercadoria. Daí a corrida e a tensa cobertura dos escândalos com o fito de atrair leitores e vender mais e mais exemplares das revistas.

136 - Lembrando, este dado refere-se a maio/2009. O percentual já esteve em 55 dos 81 senadores (68%). Atualmente 39 deles (48,1%) têm problemas com ocorrências na Justiça e no Tribunal de Contas. (Projeto Excelências) In <http://www.transparencia.org.br/>. Acesso em 29Ago/2014.

137 - Edição n. 2113.

O parlamentar agora focado é Efraim Morais (DEM-PB), então primeiro-secretário, uma espécie de prefeito do Senado. Entrevistado pela revista, o senador (box *Não fiz nada de errado*) respondeu que nada fez de errado tanto pelo superfaturamento de 34 contratos auditados, de ter empregado sete parentes na família quanto pelo uso de mão de obra paga pelo Estado para interesses pessoais. O ex-presidente do Senado, Garibaldi Alves, esclareceu na reportagem que “funcionários da presidência e das secretarias não podem dar expediente nas bases. É uma irregularidade, quem fizer isso pode ser processado por quebra de decoro” (p. 66). No box *É de arrepiar*, é demonstrada a sequência de escândalos ligados a área do senador: superfaturamento, sociedade secreta, polícia no senado, propina consignada e campeão de nepotismo.

Esses escândalos tributários têm ligação com o escândalo maior dos “atos secretos” de nomeações de cargos no Senado da República e seu par hegemônico, o ex-diretor Agaciel Maia e o senador José Sarney. Os amigos mais próximos de Efraim são os ex-diretores envolvidos com as ilegalidades. Trata-se de uma tessitura onde estão sempre enredados senadores corruptos, diretores, lobistas e a presidência da Casa.

O teatro da moralização intitula uma matéria escrita por Diego Escosteguy relatando a pífia divulgação dos resultados do estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas encomendado, por Sarney, como uma satisfação dada à opinião pública diante do escândalo. *Reengenharia – José Sarney: mais um estudo para tudo ficar igual* diz a legenda sob a foto de Sarney sentado à cadeira azul, marca do poder do presidente do Senado. O objetivo do estudo¹³⁸ seria extirpar a burocracia da Casa e as “aberrações que vieram a público” (p. 68); resumindo, uma proposta para limpar o Senado.

138 - A FGV dispôs de 35 dias e 250 000 reais para apresentar os resultados. O documento consta de 121 páginas, “muitas palavras difíceis e poucas propostas exequíveis”(p. 68).

Ficou evidente, de acordo com o *frame* da matéria, a demagogia do discurso moralizante, categorizado como causas e consequências de escândalos; a desmoralização, o descrédito e falta de legitimidade da palavra do presidente do Senado. A sugestão dos técnicos de diminuir em um terço o inchaço da instituição resultaria numa reles economia.¹³⁹ Seleccionada a principal observação feita pela cobertura a respeito do estudo encomendado como uma solução proposta, “*Entre ‘macrofluxos’ e ‘departamentalizações’, a palavra ‘transparência,’ que é exatamente tudo o que o Senado mais precisa neste momento, aparece uma mísera vez – e somente de modo genérico, vago*”(p. 68).

A próxima matéria dessa mesma edição, escrita por Diego Escosteguy, noticia a história de um parlamentar acusado de estuprar uma funcionária pública. Em *Só faltava essa*, o jornalista repete vertentes das condutas inapropriadas de agentes políticos federais já conhecidas do público, todavia numa onda cíclica baixa. Trata o incriminado e seus atos como parte da tormenta ética que destrói o Congresso, concedendo um enquadramento de crítica aos antiéticos currículos parlamentares e desprezo dos mesmos pela opinião pública.

Dos dois veículos impressos, a revista *Veja* tem enfatizado mais os escândalos do Senado. Explica-se também por ser uma publicação que se coloca em oposição ao governo. Como o jornalismo político controla o campo político, Gomes (2004) argumenta o risco das negociações partidárias para o governo que, uma vez vigiadas, podem desembocar em escândalos políticos. Quando emergem, é a vez de a oposição fazer a festa, retaliando e enfraquecendo o governo diante da opinião pública diretamente através de jornais e CPIs e, acrescente-se, de revistas semanais defensoras de posições político-ideológicas expressas claramente nas suas narrativas.

139 - Seria apenas de 650 000 mil mensais, um nada diante do orçamento de 2,7 bilhões de reais.

Sob várias facetas da realidade que se apresenta, o escândalo é enquadrado do ponto de vista da ética, da moral, das negociações e barganhas no cenário da política naquele momento. *Um pré-sal político. CONGRESSO – Concebida pelo PSDB, que sonhava montar um palanque eleitoral no Parlamento, a CPI da Petrobrás virou nova oportunidade de barganha para o PMDB, é o título que encabeça a matéria escrita por Cynara Menezes e Gilberto Nascimento na edição, da Carta Capital de 03 de junho*¹⁴⁰. Embora de enquadramento dominante voltado à análise da CPI da Petrobrás, os jornalistas assinalam as alianças e barganhas engendradas para os fins arquitetados e a intenção do presidente do Senado, José Sarney,

Abatido pelo enxame de denúncias que assolam a Casa desde que tomou posse, o autor de ‘Maribondos de Fogo’ estava louco para desviar as ferrovias na direção de outros corpos. O olhar da velha raposa enxergou a CPI da Petrobrás como caída dos céus, e não deu outra (p. 20-21).

A estratégia que deveria beneficiar o PSDB e o PMDB e prejudicar o PT e a própria estatal foi qualificada nessa análise como **juízo de desvios éticos**. Sabe-se que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são palanques eletrônicos poderosos, é a elevação ao centro do palco, daí o poder de atrair todas as atenções e desviar os incômodos. Discorrendo sobre as zonas de sombras das CPI, Mário Rosa (2003, p. 441) esclarece que uma dessas comissões também permite a um político julgar empresas e interesses que por vezes representam negócios bilionários, de forma mais ágil que um tribunal tradicional. “CPI¹⁴¹ significa, para os políticos, uma porta aberta para a fama e o poder econômico”.

140 - Exemplar n. 548.

141 - Para o humorista José Simão, a sigla CPI significa Como a Pizza Inteira.

Os jornalistas evidenciam que o PMDB atingiu o pré-sal das barganhas políticas com o governo; da parte do PSDB, autor da ideia da CPI, o partido vislumbrou a oportunidade de montar um palanque eleitoral para “atanazar Lula até as vésperas das eleições de 2010” (p. 20).

Por debaixo do pano – O Senado mantinha uma burocracia secreta para contratar parentes, amigos e correligionários dos políticos, e para conceder benefícios aos funcionários. O jornalista da Veja, Expedito Filho, começa a ressuscitar o escândalo meio arrefecido, repetindo os fatos na publicação n. 2117, de 17 de junho. O autor da matéria refere-se aos atos sigilosos como histórias espantosas do Congresso, uma espécie de serviço paralelo de administração engendrado por Agaciel Maia, o idealizador da repartição secreta. O enquadramento aponta o uso do segredo pelo poder e o aspecto moral que enaltece a pouca disposição em identificar e punir os responsáveis dos casos de irregularidades.

Na direção-geral do Senado existia uma espécie de serviço paralelo de administração, responsável por contratações, aumentos de salário e distribuição de benefícios a um grupo restrito de parlamentares e servidores da casa. Tudo às escondidas (p. 57).

Trata-se dos “atos secretos ou sigilosos”, também chamados no período de “trem da alegria secreto” descoberta que fez explodir o escândalo do Senado, e que entre os mesmos está envolvido o presidente da Casa,

O jornal O Estado de S.Paulo afirma que entre os beneficiados dos “atos secretos” está João Fernando Michels G. Sarney, neto de Sarney. [...] O rapaz foi exonerado por causa da lei que proíbe o nepotismo. Para seu lugar – também por um ato secreto – foi nomeada a mãe dele, Rosângela Michels¹⁴² (p. 57).

142 - Nomeada com salário de 7600 reais.

As duas citações estão inseridas na categoria da descompostura dos atores políticos por constituir irregularidade administrativa, fraude, frágil espírito público, abuso e usurpação do poder, mau uso do jeitinho brasileiro e nas causas gerais por cometer nepotismo, patrimonialismo e ter a convivência dos políticos. Como perspectiva de solução, conforme Roberto Romano, professor de Ética da Unicamp, só existe uma saída para normalizar as coisas no Congresso: “transparência absoluta” (p. 57).

A revista *Carta Capital* de 24 de junho,¹⁴³ traz na capa o presidente do Senado vestido com o fardão:¹⁴⁴ *Sarney, o ficcionista – O discurso ficcional e a crise no Senado*. A reportagem de seis páginas intitula *Veia de ficcionista: Em um discurso autista, José Sarney tenta emergir do lamaçal que engolfa o Senado. Mas o poeta é um dos artífices da geleia geral*. A jornalista Cynara Menezes selecionou o aspecto da ficcionalidade de um discurso narcisista e autista por onde o senador tenta escapar do lamaçal, colocando-o, ironicamente, em posição de confundir realidade com ficção para fugir da responsabilidade.

O conflito político começa a ser revitalizado em razão do senador Sarney, pela primeira vez, vir a público defender-se das denúncias. Seu discurso foi analisado como repleto de erros de concordância, “em termos literários, foi um fracasso de crítica e público. Politicamente falando, um horror” (p. 28). Destaque para a frase “a crise do Senado não é minha. A crise é do Senado [...] Nenhum desses atos que falam se refere à nossa gestão”, palavras consideradas um ataque à verossimilhança já que foi

143 - Edição n. 551, sessão *A Semana* - há um comentário sobre a decisão por 8 (oito) votos a 1 (um), do Supremo Tribunal Federal de revogar a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Sobre a comparação entre um jornalista e um cozinheiro, feita pelo relator do processo, o ministro Gilmar Mendes, o editor afirma que *Carta Capital* concorda com ele. Foi promulgado, em 1969, o decreto que estabeleceu a exigência de diploma para jornalistas. (p. 21).

144 - O senador José Sarney é membro da Academia Brasileira de Letras e foi presidente da República de 1985 a 1990.

ele quem nomeou o diretor-geral considerado o Papai Noel do Senado. Agaciel Maia foi inventado pelo presidente do Congresso e “por 14 anos dirigiu a tragicomédia legislativa” (p. 31).¹⁴⁵ Foram encontrados, na sua gestão, os registros dos atos considerados secretos, já citados, inclusive contratações nepotistas, o que o humorista José Simão chamou de “formação de família”.

Enquanto a matéria da mesma semana, na revista *Veja*, faz o julgamento moral do presidente Lula, a *Carta Capital* dirige a audiência para interpretar a crise através do procedimento antiético do “senhor do Maranhão” e de seu afilhado. A todas as denúncias Sarney preferiu não responder diretamente.

Em vez disso, ressaltou sua ‘biografia’ e se declarou um homem acima dos demais brasileiros ‘não sou um homem comum para ser julgado desta forma’. Garantiu nunca ter tido o nome associado ao nepotismo – também pudera, sendo as nomeações feitas secretamente. (p. 30).

Mas a realidade constatava outra coisa,

O jornal O Estado de São Paulo, revelou que seis aparentados do senador foram contratados por meio do artifício. [...] Além da nomeação de parentes, o presidente do Congresso foi acusado de receber auxílio-moradia de 3,8 mil reais embora possuía casa própria¹⁴⁶ em Brasília e tenha à disposição a residência oficial do Senado (p. 30).

A reportagem cita diversas iniciativas consideradas improbidades administrativa, praticadas pelo presidente do Congresso, seguindo o jeitinho brasileiro. “Esse tipo

145 - O dito refere-se ao diretor-geral indicado pelo próprio padrinho, visto os poderes exercidos, inclusive na criação dos diretores “*agaciboys*” através das nomeações as quais, Sarney afirmou, desconhecer. Coincidentemente, alguns deles utilizados para contratar parentes seus e de outros políticos.

146 - O imóvel não constava da Declaração de Imposto de Renda do senador.

de ‘solidariedade com o dinheiro dos outros’, inerente ao corporativismo dos parlamentares acima de ideologias ou partidos, parece ser uma atitude frequente na Casa” (p. 30).

Os exemplos escolhidos acima também são caracterizados nas categorias de julgamento ético e causas gerais do escândalo com cobertura desfavorável ou de acusação a Sarney. Depois, se adentra ao terreno das defesas ao senador, começa por um enquadramento secundário que é o do silêncio e conivência dos demais parlamentares, a autora salienta a pecha do “rabo preso” que iguala a maioria deles. O presidente Lula saiu em defesa de Sarney, ele “merecia um ‘tratamento diferenciado’ em virtude da biografia e do fato de ser um homem cordial, afável” (p. 32).

Nunca houve na história deste país tanta amabilidade para com um político envolvido em denúncias, surpreende-se a repórter. O senador Mão Santa, do Partido Social Cristão (PSC-PI), seu admirador, alardeava: “Sarney é um estadista. Um homem transparente, muito claro. Renunciar? De maneira nenhuma. Quem é melhor do que ele aqui? Depois dele só eu” (p. 32-33). A jornalista seleciona enfaticamente o aspecto ético das práticas políticas e percebe um encontro dos oito senadores identificados de “grupo ético”¹⁴⁷ visto como uma tentativa de solução:

Do encontro, saiu um documento com oito pontos onde os senadores estabelecem medidas moralizadoras. [...] As principais são: A demissão do diretor-geral e toda a diretoria. O novo diretor passaria a ter mandato e seria sabatinado em plenário. Realização de reforma administrativa com redução de pessoal e vantagens para enxugar um orçamento de 2,7 bilhões de reais por ano. Auditoria externa para contratos e ‘atos secretos’ (p. 33).

147 - Cynara observa que o grupo se nega a aceitar o rótulo (“ainda é difícil alguém se apropriar do termo no Congresso”). São eles Cristovam Buarque, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Tião Viana, Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

Ao contrário da proposta, a matéria informa que a única medida real foi o lançamento de uma campanha publicitária para melhorar a imagem do Legislativo alardeando os feitos dos congressistas ao longo dos anos. No julgamento dos desvios há uma tendência à favorabilidade ou atenuação da descompostura dos envolvidos aproximada do fenômeno de Mídia Hostil, *The Hostile Media Phenomenon* (HMP).¹⁴⁸ No box *A bola da vez. O senhor do Maranhão é o que é, mas só agora a mídia 'independente' debruça-se sobre o seu poder no Congresso*, a autora cita,

[...] Mas eis que o jornalismo descobriu Sarney e Renan Calheiros. Que há em comum nos dois casos? Todos foram aliados e base de sustentação do governo FHC. As práticas que vigoram agora foram arquitetadas naquele período ou um pouco antes. Ao contrário de agora, a imprensa vigilante dormia gloriosamente no ponto. Era melhor o Congresso? Eram mais republicanos Sarney e Renan? Mas bastou apoiarem Lula... (p. 32).

Em tom irônico, um forte componente do humorismo, o texto termina com a fala de Sarney, comparando-se a Narciso, diante do espelho, ao exaltar suas virtudes:

‘É uma injustiça do País julgar um homem como eu, com tantos anos de vida pública, com a correção que tenho de vida austera, família bem-composta que tem prezado sua vida para a dignidade da sua carreira’ [...], alertou em sua prosa pobre de tribuno, capenga de estilo e de conteúdo (p. 33).

148 - O fenômeno da Mídia Hostil foi pesquisado por Vallone, Ross e Lepper (1985), os autores concluíram que os partidários de determinada causa ao invés de perceberem a confirmação e apoio dos simpatizantes, pela mídia, alegam presumir hostilidade, ou seja, são presunções tendenciosas da mídia distorcida que provocam as queixas. A assimilação distorcida é uma descoberta da psicologia social a qual discute que as pessoas estão mais propensas a interpretar a informação que combina com sua própria visão do que àquela a que se opõem. Nesse caso em particular, há uma dúvida se realmente a queixa é verdadeira ou assimilação distorcida da mídia.

A reportagem da revista *Veja*,¹⁴⁹ também de 24 de junho, consta de duas¹⁵⁰ matérias intituladas *À sombra da constituição*, escritas pelos jornalistas Otávio Cabral e Diego Escosteguy e a segunda, *Com o rei na barriga*. A reportagem principal rendeu a capa com o título *Basta de impunidade! – Nós as pessoas comuns, lembramos aos senhores feudais de Brasília que: “TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA” – Artigo 5º da Constituição*.

Como o próprio título indica, o eixo temático, por assim dizer, é político-legislativo, o enquadramento dominante é o descumprimento do artigo 5º da Carta Maior que versa sobre a igualdade dos brasileiros perante a lei (BRASIL, 1988). Tudo em reação à fala de Sarney julgando-se não ser um homem comum, corroborada pela declaração do presidente da República “O Senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum” (p. 59). *Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: nós, e o “incomuns”, a quem tudo se permite* - subtítulo da matéria.

Em destaque a defesa da democracia e a busca do progresso. A responsabilidade é atribuída primeiramente aos políticos, de forma geral, e a Brasília, desfavorecendo a classe e a cultura cívica. Em seu discurso Lula citou sua preocupação quando começa um processo de denúncias no Brasil porque “não tem fim e depois não acontece nada” (p. 59-60). Diante da impensada afirmativa surgiram protestos de todos os lados: o historiador, Marco Antonio Villa interpretou-a como um restabelecimento da lógica do “você sabe com quem estou falando?”, uma das chagas sociais estudada pelo antropólogo Roberto DaMatta, a qual separa a pessoa do indivíduo.

149 - Exemplar n. 2118

150 - A primeira, composta de oito páginas; a segunda de três.

Outro reforço para temperar a crise aparece no box, *O que dizem as pessoas comuns*, onde a *Veja* mostra parte de entrevistas realizadas em 10 estados, com 100 “pessoas comuns” de variadas profissões, classes sociais e idades. Eles responderam a duas questões: por que no Brasil as denúncias não dão em nada e se concordam com Lula ao dizer que políticos como Sarney devem ter um tratamento diferente das outras pessoas. O enquadre principal nessa matéria é a indignação concernente à corrupção e à impunidade.

Os trechos escolhidos das declarações dos brasileiros demonstram causas e consequências das crises no governo brasileiro: descrédito na política e nos parlamentares. Elas deixam transparente a origem das premissas éticas no país: a história, as práticas sociais, a conduta política, as raízes cultural e religiosa – em suma, a cultura nacional: Para o autor de novelas Aguinaldo Silva (65), “o brasileiro, de modo geral, tem uma atitude elástica em relação à ética;” (RJ); Flávia Cid, assistente Administrativa (26), pensa que “aqui é o país da malandragem... (RJ)”; Jayme Monjardim, diretor de novelas e cineasta (53), avalia que o “Brasil não tem maturidade política, tudo vira pizza” (RJ); “A Justiça faz distinção entre ricos e pobres. É uma mazela histórica” é a opinião do químico paulista, Etelvino Bechara (64); Isabel Pozzi (49), decoradora acha que “[...] o povo brasileiro não é sério e a ética saiu de moda” (SP); “Escândalos políticos não dão em nada por um problema cultural de falta de referências e de valores” foi a resposta do vendedor de consórcio do DF, Deivid Ennes Carvalho (30); o químico paulista, Fernando Galembeck (66), considera que “muitos querem o tempo todo ser pessoas incomuns. O desejo por vantagens indevidas é parte muito forte da nossa cultura. Também João Batista Calixto (59), farmacologista, conclui que, “a impunidade e a indiferença da população em relação à política estão enraizadas no país” (SC); [...] “O ponto é que os brasileiros toleram a corrupção. O mote ‘levar vantagem em tudo’ ainda

é forte”, esta opinião é expressa por Paulo Eduardo Artaxo (55), físico de São Paulo. A resposta de Paulo Szot (30), cantor lírico, à entrevista é que “é interesse do mau político que as denúncias não sejam apuradas. O cidadão brasileiro deve lembrar-se do poder que tem seu voto para corrigir os erros e desvios”(SP) (p. 60-67).

A maioria dos quadros recrimina a comportamento antiético e inconstitucional dos políticos e clamam por igualdade e punição. Os *frames* podem ser classificados como de conflito, comprova-se a escolha ao apreender o choque das emoções de revolta e repugnância dos entrevistados sobre a pouca lisura no cenário da política brasileira.

Edy e Meirick (2007, p. 121, tradução nossa) assinalam que a relevância de um determinado viés, no enquadramento, estabelecer-se-ia por “ressonância”; o mecanismo depende de determinadas estruturas narrativas culturalmente instituídas que também concorrem para a proeminência de certo ponto de vista a respeito de um tema. Em 2003, citam os autores, Entman contrasta a “repetição” com “ressonância cultural” como um mecanismo para influenciar o público na recepção de textos midiáticos.”¹⁵¹ A escolha do método *framing* para analisar os elementos contextuais numa cobertura jornalística, neste trabalho, advém da crença de que essa moral subjacente ou essas narrativas edificadas sociocultural, política, religiosa e antropologicamente herdadas, as quais concorrem para a formação das matrizes éticas de uma nação, têm o poder de influenciar a escolha por parte dos *gates*. Isso ocorreria através dos meios e da interpretação ou assimilação das seleções de notícias expostas aos indivíduos nas coberturas de eventos políticos.

Aparecem alguns depoimentos dos entrevistados, a exemplo do juízo da cantora maranhense, Enne Rocha (32), que mais que

151 - “ ‘Cultural resonance’ as a mechanism for influencing audience reception of media texts”.

atenuam ou favorecem Sarney, chegam mesmo a inocentá-lo: *O presidente tem razão. Temos de respeitar os cabelos brancos do Sarney e dar uma chance para ele provar que não fez nada errado. Sobre a impunidade, o problema é a Justiça que não atua com força* (p. 67).

Na segunda matéria *Com o rei na barriga*, a jornalista Taís Oyama divide a responsabilidade (direta) entre o presidente da República, a cultura social e a história brasileira (indiretamente). O subtítulo anuncia um *frame* histórico e político social, além do marcante traço moralista à reportagem, sustentado pelo aval de especialistas: *Ao dizer que Sarney não pode ser tratado como um homem comum, Lula reverbera a mentalidade colonial que ainda resiste nas regiões mais atrasadas do país*.

A então diretora Oyama (2009, p. 66) interpreta que, “ao sancionar a desigualdade perante a lei”, além de ferir o princípio constitucional previsto no artigo 5º, Lula fez o Brasil recuar quatro séculos ressuscitando, entre outras coisas, a mensagem de que aos políticos cabe apenas beneficiar-se do poder e reabilitou o velho sistema de compadrio.

O cientista-político, Bolívar Lamounier, ao afirmar que a conclusão lulista de que o processo de denúncias “nunca dá em nada”, evoca certo ceticismo popular em relação à política. Estamos certamente falando de causas gerais que provocam contendas e crises no âmbito político brasileiro.

A reportagem do veículo impresso impõe um enquadramento que conduz o leitor a uma interpretação de que a infeliz declaração presidencial quer “arrastar o Brasil para as trevas do passado” (OYAMA, 2009, p. 66). A constatação antropológica, ao contrário, mostra que a diferenciação sociopolítica foi imposta há muito por critérios econômicos e acentuada pelo capitalismo. Quanto ao descrédito nos atores e práticas políticas revolve-se às raízes éticas na história e na cultura brasileiras.

A edição n. 552, de 01 de julho da *Carta Capital*, dedica a capa e a reportagem principal à crise. Na primeira lê-se *O Senado acolhado*¹⁵² – como o esquema de benesses de Agaciel Maia acovarda os parlamentares; no interior da revista uma matéria escrita por Cynara Menezes, com seis páginas repletas de fotos dos personagens do drama, anuncia Agaciel e os coelhos. Subtítulo: *As denúncias contra o ex-diretor geral abriram a caixa de Pandora do Senado. Não há, no Parlamento, quem seja capaz de atirar a primeira pedra*. A seleção maior no texto refere-se ao suspeito silêncio dos atores políticos com telhado de vidro. A maioria.

O texto expõe a batalha moralista travada no Senado entre os políticos “iguais” e aqueles ditos “éticos”, os quais passaram a acolhar-se diante das supostas chantagens do ex-diretor geral, Agaciel Maia, e seus prepostos. A cobertura jornalística interpreta que o silêncio protetor a Sarney diante das denúncias, estaria relacionado às ameaças de divulgação do uso de vantagens parlamentares em benefício pessoal dos senadores. Dizendo melhor, “os coelhos estariam na toca” por medo de caírem na vala-comum dos políticos que cometem malfeitos com os recursos da União, prejudicando o discurso probo que lhes servem de trampolim eleitoral.

Ao escolher o enquadre jornalístico do político entocado, a revista com isso demonstra o nivelamento dos parlamentares, “político é tudo igual”, traduzido como desmanche ético, já que os favores especiais do diretor e os atos secretos de nomeações beneficiaram 37 dos 81 senadores de vários partidos. As consequências vêm a galope:

O fato é que se vive no Senado um clima de ameaça constante, pairando sobre as cabeças não só de Sarney, mas de todos que, de alguma maneira, tenham utilizado as verbas da Casa ou por outra

152 - Acolhar-se quer dizer intimidar-se, amedrontar-se. Mostrar-se ou tornar-se dócil, tímido ou acovardado (ACOELHAR-SE. In HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de, 1975).

razão que não as relacionadas ao exercício do mandato. [...] Arthur Virgílio leu o obituário: ‘Para quem já fez carreira de ético profissional, acabou. É o fim da linha. A ética genérica morreu’ (p. 27).

Presente em todas as reportagens, como já foi dito, a bandeira firme da moralidade, muito embora, segundo a revista, pouco tem a ver com sua real defesa, visto que são poucos os clamores por mudanças no Legislativo.

Com firme intuito de liberar-se da má fama muitos se amparam nos costumeiros bordões como os “valiosos serviços prestados ao país” ou serem vítimas de calúnia e de “campanha midiática”, tudo para manter a reputação, afinal não interessa manchar o nome em ano eleitoral.

O processo de construir uma boa fama é longo e árduo, contudo frágil, porque pode ser facilmente destruída pelo mau uso. Thompson (2002) advoga que os escândalos são esvaziadores potenciais de reputação, que uma vez exaurida, torna-se difícil de ser recuperada. Daí, o afincamento dos líderes políticos na construção e manutenção da boa imagem perante a audiência. Gomes (2004, p. 239-240) desenvolve o tema da política e disputa da imagem,

[...] no mundo político vem se impondo a convicção de que grande parte da disputa política – da batalha eleitoral ao jogo político normal, incluindo a conquista da hegemonia por partidos ou atores da esfera política ou, pelo menos, a imposição das pretensões de partidos e atores na esfera pública deliberativa – se resolve na forma de uma competição pela construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político.

As pedras do xadrez movem-se com os lances para afastar um presidente do PMDB e substituí-lo pelo vice-presidente do PSDB, ou seja, de acordo com esta cobertura, trata-se de uma

manobra da oposição para dominar o Senado, o que justificaria a defesa de Lula para evitar dissabores na próxima eleição. Marcar suas posições no tabuleiro é primordial para a continuidade do jogo político constante rumo às eleições.

Mantém-se o *frame* nas duas revistas do desinteresse dos congressistas pela causa pública. O Parlamento é visto, comumente, como uma ilha da fantasia, um antro de desmoralização onde autores e coautores de irregularidades não assumem seus atos, gerando descrédito na população de que fases mais éticas e republicanas virão.

Na coluna *Rosa dos Ventos*, o editor especial, Maurício Dias, escreve *O paradoxo de Lula. Ao defender José Sarney, o presidente da República faz um lance ousado, mas compreensível*. Argumenta que parece indefensável ao público Lula defender o senador Sarney, contudo não se trata de defender o ilícito, afinal: *Política não é ciência, não é religião. Política é política [...] E os políticos são fruto do tempo e da sociedade em que atuam. [...] O Senado é um espelho da sociedade brasileira. Ela acha feio o que vê no espelho* (p. 14).

O colunista narra a situação de forma a favorecer o presidente da República no julgamento ético das ações políticas antevendo a governabilidade. Pergunta então: o que aconteceria se Lula virasse as costas para os aliados políticos como Sarney que tiveram influência decisiva para sua eleição no segundo turno de 2002? A oposição, diga-se, age como deve agir. “Faz do escândalo gerado por erros uma arma de desestabilização do governo”. O presidente paga pelo acerto tático de ter escorregado para o centro, afirma (p. 14).

Com data de 01 de julho, a revista *Veja* n. 2119, traz uma matéria de seis páginas: *Hora de fazer a faxina. Com ascensorista ganhando mais do que presidente da República, decisões tomadas por atos clandestinos e multiplicação de mordomias, o Senado vê sua credibilidade ser corroída em uma crise histórica, também escrita*

por Otávio Cabral. O enquadramento principal é o político e o abuso econômico, detalha os gastos irregulares do erário público com a divulgação dos salários de servidores do Senado superiores ao do presidente da República. O título da matéria advém do pronunciamento de Sarney quando disse que julgou ser eleito para “presidir politicamente a Casa e não para ficar submetido a procurar a despensa ou limpar o lixo das cozinhas...” (p. 82).

Otávio Cabral exemplifica nesta matéria duas das características que Thompson (2002) atribui ao escândalo político midiático: a primeira a dissociação das “más companhias” quando diz que os demais senadores com os mesmos pecados que Sarney o deixou levar a culpa sozinho, “não por injustiça, mas por ver nele um perdedor do jogo político pré-eleição presidencial de 2010” (p. 81). São as reações dos adversários ou aliados políticos diante do insucesso do outro, os maus são evitados no decorrer do escândalo como elementos ameaçadores à confiança e à reputação.

A segunda característica faz parte das estratégias usadas pelos envolvidos para driblar a crise na tentativa de mudar o curso ou reverter o jogo, desfavorecendo a imprensa quanto à sua credibilidade ou acusando-a de parcialidade. “O presidente do Senado disse em nota que é alvo de uma campanha ‘midiática’ por apoiar o presidente Lula” (p. 82).

Os riscos previstos para o Brasil são indicados pelo diagnóstico: *[...] há anos, o tempo da democracia abriga um gigantesco mausoléu de más práticas políticas que não condizem mais com a realidade de um país que mira um ponto mais alto na escala de civilidade* (p. 78).

Na categoria das sugestões surgem algumas atitudes diante das pressões: *[...] Sarney criou o Portal da Transparência com todos os dados de compras, nomeações e gastos do Senado* (p. 81).

No infográfico *Gente de Fino Trato*, a revista compara os altos salários do Senado com funções de outros trabalhadores. Eles

ganham mais até que o presidente da República. No outro, *Por Debaixo do Pano*, são expostas as benesses da Casa mantidas sob ocultação. “*O Senado me envergonha*” é o título de uma entrevista feita com o servidor Alexandre Guimarães, o qual demonstra protesto e desabafo: “os funcionários do Senado se tornaram motivo de piada em mesa de bar graças à sucessão de escândalos de corrupção provocada por uma minoria” (p. 83)

Na sessão editorial *Carta ao Leitor* de título *Um país melhor que seus políticos*, a publicação atenta que a crise da vida pública nacional vive agora sua fase aguda no Senado. Aponta para a disparidade entre os avanços alcançados no país e os atrasos políticos:

Fora da política, o Brasil tem dado ao mundo lições constantes de resiliência, coragem, inventividade, organização, disciplina e arrojo. [...] Nesse contexto, a política clientelista e coronelista de Brasília é um contrassenso em termos, herança de atraso e privilégios que já foi superada em outros campos da vida nacional (p. 12-13).

O editorialista contribui na categoria de soluções para sanar os contrastes: *Já passou da hora de a classe política se engajar no processo de mudança de comportamento, tão fundamental para entrar em sintonia com as exigências, expectativas e necessidades do país* (p. 13).

O foco da reportagem da edição n. 2120, da *Veja*, de 8 de julho é o peso do posto de presidente da instituição e a crise recorrente que atinge alguns de seus ocupantes. *Até parece uma cadeira elétrica*, e subtítulo *Diminuído como presidente do senado e quase ferido de morte política, José Sarney recorre à ajuda do presidente Lula e do PT para tentar escapar do mesmo destino de seus antecessores*. O título interpreta o assento senatorial como um símbolo punitivo aos políticos descompromissados com o interesse público. O texto exemplifica três ex-presidentes que foram responsabilizados e punidos por desvios éticos, corrupção, fraudes e irregularidades

variadas graças também às mudanças da sociedade que aumentou a intolerância aos parlamentares descuidados.

Otávio Cabral, em seu estilo incisivo, expõe as chagas morais dos três senadores¹⁵³ em cinco páginas e meia. Acrescente-se a eles José Sarney que agora “vaga por um labirinto de acusações que a cada dia apequenam sua biografia” (p. 71). O fato de que todos eles são, em comum, representantes de oligarquias políticas do Norte e Nordeste, levou o repórter a associar assertivamente tal poder regional ao apoio dado a todos os governos, independente de partidos.

A avaliação jornalística mostra a responsabilidade que Sarney nega assumir no conflito do momento, ao contrário do que ele prega, não é um problema institucional. Começa que o senador presidiu a Casa por três vezes. Na gestão diretora do seu afilhado Agaciel Maia, lembrando, descobriu-se os atos sigilosos de nepotismo de sua família pendurados na folha de pagamento do Senado. Eis o resumo da ópera que traduz as causas gerais, aquelas que forjam a cultura política do país.

[...]Usa-se dinheiro público, o nosso dinheiro, literalmente como moeda de estabilidade. É nesse ambiente que florescem o clientelismo, o fisiologismo, o nepotismo e a corrupção – as antigas más práticas que estão na raiz da recente crise do Congresso (p. 71).

Acuado, Sarney entrou no jogo das negociatas, poderia renunciar, mas daria o troco, ou seja, seria barganhada a instalação da CPI da Petrobrás, além do golpe maior, a quebra do acordo de apoiar a pré-candidata Dilma Rousseff à Presidência da

153 - Um permitiu, entre outras coisas, a violação do sigilo do painel de votações; outro, também se aproveitou do cargo para obter vantagens financeiras por onde acumulou grande fortuna; o terceiro mantinha uma rede de amigos empreiteiros que pagavam suas despesas pessoais. Trata-se, como todos sabem, dos senadores Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho e Renan Calheiros.

República; a promessa era de guerrilha no Senado. A essa altura, o *frame* também expõe o retrato do PMDB, partido que domina o Congresso, com algumas contradições: a grande parte do seu quadro está comprometida com a Justiça, por isso sem qualidades para assumir o lugar de Sarney, e “a maioria dos outros dezoito senadores do partido não tem condições éticas ou políticas de ocupar o cargo” (p. 73). Cabral passa a focalizar negativamente as ações do presidente Lula na direção de salvar Sarney para manter a governabilidade e os planos eleitorais.

Lula nada fez para evitar a desconstrução e a perda moral do congresso, titula a entrevista feita por Sandra Brasil com o senador Tião Viana (PT-AC), publicada na mesma edição. A repórter segue o *frame* de ataque a Lula selecionando a crítica de Viana ao acusar o presidente da República de responsável pela crise moral do Senado.

Ademais, frisa que o fisiologismo “é da cultura política brasileira” (p. 74). Critica o funcionamento do Senado por descuidar da “regulação e da proteção do estado sem ultrapassar o limite de revisor das leis” e sobre o opositor, aconselha que Sarney “deveria radicalizar na transparência e adotar medidas moralizadoras”. Apesar de elogiar a atuação do presidente Lula, cede à condução da entrevistadora e o responsabiliza pela “desconstrução e perda de autoridade moral do Congresso” (p. 75).

A revista *Veja* arrisca uma sugestão para o desregramento dos gastos,

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada para elaborar uma reforma administrativa, sugerirá o corte de 40% dos 6000 servidores que ocupam cargos de confiança ou foram contratados por meio de empresas que prestam serviços ao Senado – os ‘terceirizados’. [...] De um ponto de vista otimista, poderia representar também um ponto de inflexão na absurda escalada do custo do setor público como um todo (p. 74).

Passada a última fase, o clímax, de acordo com Thompson (2002), as consequências do escândalo são anunciadas pela *Carta Capital*, em julho¹⁵⁴, com a matéria - *CRISE NO SENADO - A oposição infla a candidata Dilma. Acuado pelas denúncias, resta ao PMDB agarrar-se ao cacife de Lula*. Escrita por Maurício Dias, a angulação principal é o balanço do resultado político da crise. A avaliação geral dá ganho ao PT e ao presidente da República, atenuando suas responsabilidades e justificando as ações concernentes à crise.

O fenômeno da *Mídia Hostil* é novamente salientado quando o jornalista comenta sobre o grande apoio que a oposição recebe de um núcleo grande de jornalistas e de quase toda a mídia brasileira que fazem propaganda das ações de partidos contrários (p. 37). Foi atenuado o papel de Sarney, sendo considerado um fragilizado, sem condições de melhor reagir às acusações; segundo o repórter, quando o presidente do Senado era da base de apoio do governo de FHC, podia-se recorrer ao Art. 23 do Regimento Interno do Senado¹⁵⁵ ante a agressão de qualquer opositorista, naquela ocasião, os petistas. Agora do lado de Lula...

Editor especial, Dias avaliou o resultado político da convulsão, diga-se, perseguido pela oposição, e detectou as consequências do escândalo:

Há três consequências possíveis: a primeira indica que a oposição empurrou o PMDB para o colo da ministra Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à presidência da República em 2010; a outra é a visibilidade dada ao poder dos burocratas diante de senadores acovardados, bem como a fragilidade da bancada do PT, apavorada com as manchetes dos jornais (p. 36).

154 - Edição n. 554, de 15 de julho de 2009, matéria de duas páginas.

155 - Art.23 – Constituirá desacato ao Senado:§ II – Agressão, por atos ou palavras, praticada por Senador contra a Mesa ou contra outro Senador, nas dependências da Casa” – Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 2011).

O jornalista recorre à narrativa humorística para aproximar as denúncias de um “clima nada edificante do Parlamento nacional” publicadas por Machado de Assis, através de crônicas, no século XIX, e a situação atual. Escreve que se a imortalidade que a Academia promete fosse real, o bruxo do Cosme Velho teria que tomar o “chá das 5” com Sarney. “Um tanto constrangido, é certo” (p. 37).

A *Veja*, de 05 de agosto,¹⁵⁶ anuncia na capa: *Coronelismo, o fim da era Sarney no Senado*. No espaço editorial, *Carta ao Leitor*, intitulado *O fim que deveria ser começo* anuncia que a reportagem principal pode ser o derradeiro capítulo do escândalo em torno dos “atos secretos” do Senado. Inclui o senador entre os três outros presidentes da instituição que naufragaram sob as acusações de “‘quebra de decoro parlamentar’ – eufemismo que embute um arco de maus comportamentos a ferir a ética e dilapidar os cofres públicos, como nepotismo, abuso de poder e corrupção”.

A grande reportagem em páginas negras dá conta de *A renúncia do último coronel -O presidente do Senado anuncia a Lula sua disposição de entregar o cargo para preservar o mandato, abrindo o processo de sucessão. O que o Brasil espera é que ele sirva para mudar as práticas e os vícios que alimentam a corrupção e o fisiologismo na política*. A esperança embutida no subtítulo da cobertura narrada por Otávio Cabral e Diego Escosteguy alimenta o desejo de purgação dos pecados no campo político com a saída de José Sarney.

Ponderando-se que o senador, núcleo do escândalo, já estava sendo investigado, junto à sua família, pela Polícia Federal “por suspeita de um multiplicidade de crimes”, os dois jornalistas trataram também de informar aos leitores a lista dessa variedade de práticas patrimonialistas como grilagem de terras no Maranhão,

156 - Exemplar n. 2124, reportagem principal na sessão *Brasil* em cinco páginas. A segunda traz duas páginas.

tráfico de influência, desvio de dinheiro público, agiotagem, estelionato, conta clandestina no exterior de 870 mil dólares sem registro na declaração de imposto de renda etc.

A narrativa jornalística admite que o desfecho do escândalo envolvendo Sarney represente um golpe contra as tradicionais oligarquias políticas brasileiras, mas não em definitivo, afinal reconhece que os presidentes anteriores do Senado “produziram herdeiros biológicos ou não, que mantém vivas as seculares práticas coronelistas” (p. 64).

Apesar de tratar do possível ocaso de Sarney, os repórteres mudam o foco da matéria para infringir culpa ao presidente Lula, primeiro porque apoiou o provocador do escândalo; depois porque deixa o Senado decidir sua saída.

Consta como causa geral do conflito, ou seja, daquelas que relembram o Brasil arcaico, na observação de Lúcio Renó, cientista político da Universidade de Brasília, a constatação de que *o Senado vive uma crise institucional provocada pela falta de ética, pela complacência com o uso indevido dos recursos públicos e pela falta de transparência. Não adianta mudar os nomes. É necessária uma mudança radical nas práticas* (p. 63-64).

A segunda reportagem desta edição: *Só lá Sarney é santo. Como o Estado do Maranhão, jornal da família do senador, cobre os escândalos que envolvem o político*, foi escrita por Diogo Schelp. O enquadramento é a realidade dos fatos distorcida pelo jornal de Sarney e a categoria principal está classificada como *juízo de desvios éticos*.

A manobra visa, para o repórter, esconder da população as anomalias da família que domina o estado. Para comprovar, Schelp apresenta, em um *box* com duas colunas comparativas: “fato” e “o que diz o jornal de Sarney”, onde são mostradas versões peculiares

da realidade. Lá, Sarney é considerado “uma espécie de santo martirizado pela ‘mídia paulista””, pela oposição do Congresso, pelo Ministério Público [...] (p. 66). O jornal publica que tudo não passa de manipulação política,

Sempre que possível, as manchetes exaltam as manifestações de apoio a Sarney, para passar a impressão de que toda a população maranhense é unânime na crença de que o político é vítima de uma campanha para tirá-lo da presidência do Senado, e, assim, atingir o governo Lula (p. 66).

A matéria também seleciona o quadro da ilegalidade da posse de meios de comunicação entre políticos. A Constituição não permite que deputados federais e senadores sejam sócios de empresas concessionárias de serviço público, sob o risco de perderem o mandato (BRASIL, 1988). O repórter Schelp evidencia que a regra é ignorada sem solenidade, quando muito, os políticos utilizam-se dos “laranjas” ou assinam um termo “licenciando-se” da gestão desses negócios, o que não impede que o conteúdo das notícias siga seus interesses, enterrando as regras éticas jornalísticas.

Há outra informação publicada pela mesma matéria, esta de cunho humorístico-irônico, referindo-se ao artigo semanal de Sarney no jornal a *Folha de São Paulo*, onde o senador considera-se vítima de “tortura moral” e reclama da falta de uma “lei de responsabilidade da mídia” (p. 67).

Reportagem¹⁵⁷ da *Carta Capital* de agosto 2009, escrita por Cynara Menezes: *Destinos entrelaçados/ Senado / Os vaticínios não se realizaram. No vale-tudo do Congresso, Sarney manteve-se firme na cadeira e o tucano Virgílio entrou na mira dos peemedebistas. Agora, um não sobrevive sem o outro. A jornalista escolhe o enquadramento*

157 - Edição n. 558, de 12 ago2009, escrita em seis páginas.

de acordos espúrios para manter Sarney no poder, o que nega a pseudo campanha de moralização do Senado; no fundo, trata-se de uma disputa política pela sucessão presidencial de 2010, manobras avaliadas negativamente. Menezes (p. 24) considera tais práticas uma lástima para o Brasil e para a melhora dos costumes políticos porque,

Reflete o resultado de uma novela em que só os distraídos e os de má fê foram capazes de associar a uma luta entre o Bem e o Mal. Os moralizadores e os iníquos. Era e é, na verdade, uma disputa com objetivos bem menos nobres. Neste vale-tudo de intenções, ganha quem pratica os golpes mais baixos (p. 24).

O que acontecia na verdade, pelo relato jornalístico, era o salve-se quem puder no qual já se encontravam democratas, peemedebistas e petistas, cada um à sua maneira posando diante dos holofotes como os “derradeiros guardiões da moralidade numa Casa desregrada, apenas para não perder futuros votos nas urnas” (p. 25).

Esse jogo político praticado para acomodar os ânimos e fazer cumprir o intento maior apresenta seus resultados práticos invalidando, por exemplo, apelos populares explícitos numa faixa de protesto, vista no Congresso “FORA SARNEY, Fim do Senado! Por uma Câmara única” ou o arquivamento das representações contra a administração em curso pelo Conselho de Ética do Senado. Uma análise jornalística real e qualificada na categoria do julgamento ético entendido como descomposturas daqueles que legislam no cenário nacional.

O descompromisso político também é destacado pela jornalista ao mostrar a igualdade de condições no quesito da quebra de decoro parlamentar e do próprio Código de Ética do Senado.

“Como todo mundo tem algo a esconder,¹⁵⁸ quem se meter com o Agaciel sabe que terá seus pecados revelados” (p. 26).

A reportagem aponta causas e consequências para o escândalo,

[...] fica para os cidadãos o retrato da má política que se pratica no Brasil desde os primórdios da República. Em nome da governabilidade, acordos espúrios são fechados na calada da noite. Inimigos fígadais tornam-se carne e unha. Se fosse possível desenhar a cara da governabilidade, ela teria uma aparência de botar para correr o mais corajoso dos brasileiros (p. 28-29).

No dizer de Emir Sader, consultado pela reportagem, para fazer a governabilidade mais bonitinha, só aumentando o grau de consciência do eleitor, o que livrará o Brasil dos coronéis. Para o sociólogo, naquele momento, a mídia impunha uma agenda falsa e fabricada, só existiam as pautas Sarney e a CPI da Petrobras. Sader entende que “o equilíbrio das forças e a consequente moralização do Parlamento não virão de dentro para fora, mas de fora dentro: ou a cabeça do eleitor muda ou o nível dos eleitos não vai melhorar nunca” (p. 29).

A propósito de o Brasil livrar-se dos coronéis, o antropólogo Antonio Risério (2011, p. 76), em entrevista a Lucas Callegari, advoga que o coronelismo pertence a uma estrutura agrária e a um mundo político que não mais existem, a não ser em algum grotão esconso como aqueles descritos por Guimarães Rosa. Afirma que a urbanização, a industrialização, a expansão do mercado, a impessoalização das relações de trabalho, o regime democrático (com sindicatos, partidos, a atuação da Igreja etc.) e os meios de comunicação de massa “fizeram do coronelismo um dado de

158 - A citação refere-se à falha do senador Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado, que recebeu um empréstimo de 10 000 mil reais do ex-diretor-geral Agaciel Maia para pagar despesas de viagem de férias ao exterior e, ter mantido um funcionário na Espanha com salário pago com dinheiro público. Mesmo que devolva os gastos, ele feriu o artigo 5º do código da Casa, “que coíbe o abuso de prerrogativas constitucionais” (p.26).

interesse meramente arqueológico”. Para Sader, ao contrário, eles estão aí e continuam a atrasar a política nacional.

As duas publicações encontram-se em diversos pontos, a exemplo de considerar o grupo principal de parlamentares do PMDB como “tropa de choque” a serviço do que duvidam ser o motivo principal das alianças entre adversários do passado: a governabilidade.

A *Veja* vem assumindo uma crítica recorrente em que aproxima as consequências do conflito político, que ora se analisa, à ameaça da volta do autoritarismo e perda no processo democrático. Tal qual reaparece no editorial *Carta do Leitor*, de agosto, A “tropa de choque”¹⁵⁹ hoje é outra. A revista descreve um estado de impotência e pasmo porque a população assiste o senador José Sarney, afogado em revelações de nepotismo e corrupção, recorrer à “tropa de choque” para garantir seu assento na cadeira azul.¹⁶⁰ Essa outra tropa, uma agremiação partidária, é interpretada como “um lumpesinato¹⁶¹ parlamentar de biografia encardida, sem nada a perder e que usa como armas da chantagem à intimidação física” (p. 12).

Na sessão *Brasil*, também de agosto, a *Veja* traz uma matéria de nove páginas que inclui três grandes *boxes*: *Do que me acusam* (para explicar as contradições de Sarney sobre as denúncias); *A decepção dos caras-pintadas* (a impotência daqueles que pediram ética na política); *No túnel do Tempo* (o contexto cultural da década de 1980) e um infográfico: *Dias de fúria no Senado*. Otávio Cabral

159 - Exemplar n. 2125, de 12 de agosto de 2009. Conforme o editoralista, a tropa é composta, entre outros, por Renan Calheiros e Fernando Collor de Mello.

160 - A imponente cadeira do presidente do Senado, desenhada por Oscar Niemayer, é de cor azul.

161 - Quer dizer “viver na ociosidade, sem trabalhar; vadiar, vagabundear” e ainda: “levar vida de lumpem, sem rumo e compromisso; desgovernar-se, errar” (LUMPESINAR, 2009). Lumpemproletariado (2009), significa, no vocabulário marxista, “termo designativo da camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos, e especialmente caracterizada pela ausência da consciência de classe.”

deu o título principal de *O passado assombra o senado. Sarney se une a Renan e a Collor no comando de uma tropa de choque que ameaça e intimida. Se essa trinca prevalecer, as instituições vão regredir décadas e anular avanços duramente conquistados pela sociedade brasileira.*

O autor da matéria, Otávio Cabral, compara o trem da história a Brasília, constatando uma marcha do comboio político ao passado, enxerga a volta das práticas coronelistas de intimidação, chantagem, produção de dossiês e a volta do “senador biônico” reencarnada como o suplente de senador. O tema já tinha sido aventado pela *Carta Capital*, em 08 de abril, também criticado pela boca de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que os considera como responsáveis por baixar o nível da Casa. Entidade, criada pela ditadura militar, é motivo de escárnio. Um suplente inexperiente está pronto a adular “as forças mais retrógradas, clientelistas, fisiológicas e corruptas do país” (p. 53).

Ainda outros pontos que unem ambas as coberturas são: a interpretação de ficcionalidade às frágeis defesas de Sarney negando os fatos e o denominador comum atribuído às denúncias de atos corruptos dos principais membros da “tropa” Sarney, Renan e Collor, os quais são as peças essenciais para entender o escândalo e mortificação do Senado. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) reclamava:

Nós temos de dar um basta nisso. Figuras menores; figuras que vêm aqui com o único objetivo de enriquecimento pessoal, e não para defender os interesses da sociedade. Nós teremos uma Casa desmoralizada, com homens desmoralizados à sua frente. Desmoralizados pelos fatos, desmoralizados pelas circunstâncias (p. 55).

Esse é um enquadramento que vai repercutir em todas as coberturas: a desmoralização. Eis uma das poucas oportunidades

em que a *Veja* cobriu com um toque de atenuação a posição do presidente da República nesta fase conflituosa do Senado.

O PMDB, partido de Renan e Sarney, controla a comissão da CPI da Petrobrás. Ou seja: o PMDB para garantir sustentação política a Sarney chantageou o governo. Lula continuou trabalhando pela permanência de Sarney, e o PT se recusou a assinar uma carta em que vários partidos pediram seu afastamento (p. 55).

Cabral atribui a responsabilidade do “jogo bruto” para manter Sarney no cargo, ao PMDB. Em uma reunião na casa do senador foi traçada a estratégia de resistência, definida em cinco pontos: ameaçar o governo com a CPI da Petrobras; acuar a oposição e os governistas que insistissem no “Fora Sarney” com denúncias de irregularidades; escalar uma tropa para atacar os responsáveis por qualquer discurso anti-Sarney; arquivar todas as representações contra Sarney no Conselho de Ética do Senado e abrir um processo contra Arthur Virgílio, líder do PSDB, como forma de constranger os opositores. Diante da pressão, o governo aquiesceu à defesa do senador, que mesmo com quinze pedidos de cassação no Conselho de Ética, encorajou-se e anunciou que não renunciaria num discurso incoerente e sem explicações à opinião pública.

Nessa fase de clímax, os impropérios no Senado são do tipo: *De Tasso para Renan Calheiros (PMDB-AL): “Cangaceiro de terceira categoria”;* *De Renan para Tasso Jereissati (PSDB-CE): “Seu coronel de merda!”* (p. 54-55).

Diante do nível de “debate de ideias políticas”, Luis Aureliano Gama de Andrade, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais, convidado pelo jornalista a opinar na matéria, faz um diagnóstico incluindo as causas da crise:

O país vive uma transição de uma sociedade arcaica e rural para uma sociedade moderna e de massas. As instituições deveriam dar o arcabouço

democrático desse avanço. Mas há um desequilíbrio causado pelos políticos que ainda agem movidos pelo patrimonialismo, com uma falta clara de consciência do que é público e do que é privado (p. 58).

No *box A decepção dos caras-pintadas*, os entrevistados fornecem depoimentos que refletem vergonha, decepção e sensação de impotência frente aos fatos escandalosos narrados pela imprensa. A empresária paulista, Roberta Suplicy (35), expõe sua indignação (p. 53),

Pintei a cara porque estava muito revoltada com o pouco que sabia. Hoje, sei mais e fico mais revoltada. Fui à rua, briguei e está tudo igual. É frustrante. Falta uma lei que impeça os corruptos de fazer política. E a sociedade tem de deixar de ser permissiva. Como ela pode ficar indignada com o Sarney se aceita todas as pequenas corrupções do dia a dia? (p. 53).

Os ex-cara-pintadas consideram de uma forma geral que a situação provocada pelo escândalo do Senado é pior, visto que, em 1992, queriam expulsar um político da presidência, agora, dizem que é preciso afastar o Congresso inteiro.

Na *Carta Capital* de 19 de agosto¹⁶², comenta-se uma avaliação equivocada do jornal *O Globo* sobre o espetáculo de “política nanica”, já citada, ocorrido no Senado entre os senadores do Ceará e Alagoas (Jereissati e Renan). *BRASIL A luta pelas trevas. O embuste vai do Senado à tevê, com a colaboração da mídia. O enquadramento principal diz respeito à verdadeira motivação dos bate-bocas: “[...] uma luta política corriqueira, grosseira, pautada no calendário eleitoral”. O texto salienta o dever do jornalista de mostrar a verdade e condena a partidarização da mídia (p. 15).*

162 - Edição n. 559, de 19 ago2009, espaço editorial *A Semana*.

A matéria citada critica a coluna de Merval Pereira, do jornal *O Globo*, a qual interpretou o pedido de desculpas¹⁶³ de Jereissati na tribuna como um gesto do grupo de parlamentares “éticos” preocupados em “tomar o Senado das mãos da horda de meliantes que o administra” (p. 15).

A reportagem observa, ainda, que Pereira fere o fundamento principal do jornalismo, o apego à verdade factual, uma vez que já foi divulgado pela revista o acordo entre os dois partidos PMDB/PSDB para encerrar a contenda do Senado, conveniente para os dois lados. Carta, o editoralista, alerta que não existem anjos e demônios, “trata-se de uma batalha pelo controle das trevas” no Senado (p. 15). Critica a mídia e os políticos envolvidos,

Espehos da institucionalização da política como trampolim para a realização de interesses privados, paroquiais, na melhor das hipóteses. Circunstantialmente, estão em lados contrários no momento. Mas no Brasil, onde o mundo intelectual foi dominado pelo embuste, jornalistas disfarçam seus desejos de análises desapaixonadas sem nenhum pudor (CARTA CAPITAL, 2009, p. 15).

A publicação entende que o jornal iludiu seus leitores colaborando com a inverdade sobre os acontecimentos. Ironicamente o texto considera Pereira um jornalista parcial, “é da mesma estirpe do tucano” (p. 15). Em verdade, a partidarização está presente nos veículos semanais, até por isso, optou-se pelas duas revistas como objeto de análise empírica do escândalo político midiático justo por representarem nesse particular, lados diferentes da mesma moeda.

As últimas reportagens da *Veja* sobre a crise governamental foram publicadas em 26 de agosto, na edição n. 2127, a primeira

163 - Pedido de desculpas pelo bate-boca com o colega senador, Renan Calheiros (PMDB-AL).

também sob a pena de Otávio Cabral diz que *O criador empalha as criaturas: Lula assume nos bastidores o comando do PT, lidera a operação para salvar o senador José Sarney de investigação e tira o pouco de substância que ainda restava ao partido*. O enquadramento da matéria centrou-se na operação considerada antiética ou nas negociações lideradas por Lula e seu partido para evitar a queda do presidente do Senado.

O repórter Otávio Cabral inicia reconhecendo a “magnífica história de vida” de Lula “personalidade e insuperável carisma acrescentada de um balaio de 50 milhões de votos”, gancho este para descrever a experiência do seu partido, o PT, que passou de oposição a governo, de pedra a vidraça; à maneira da cobertura, nada bem sucedida. “Agora, o PT que não se incomoda mais com o nepotismo, o fisiologismo, e a corrupção tem um novo e inquestionável comandante em chefe: o próprio presidente Lula” (p. 64-65).

O ataque a Lula é direto e incisivo, mesmo sendo constatadas as intimidações do PMDB para salvar Sarney, a cobertura responsabiliza o presidente pelo desgaste do partido e pelo constrangimento a que submeteu os senadores da legenda a defender um inimigo histórico, o pivô da crise entre eles.

O governo precisa do PMDB para viabilizar seu projeto de poder. É nessa hora que aparece a fatura pesada. Se para quitá-la for preciso fazer alguns sacrifícios, como defender corruptos ou enfraquecer o partido que levou Lula ao poder, segue-se em frente, sem nenhum constrangimento (p. 65).

Essa narrativa recorre muitas vezes ao escândalo que ficou conhecido como “mensalão” para reforçar as críticas inseridas na categoria de julgamentos das ilicitudes do Partido dos Trabalhadores e suas estrelas detonadas. No apagar das luzes da crise no Senado, Cabral (p. 65) enquadra o resultado de uma pesquisa qualitativa de

opinião para avaliar as consequências para a legenda do PT após escândalos: “a maior parte dos entrevistados apoia e admira Lula, não vincula o nome do presidente a nenhum dos escândalos”, as restrições afetam somente o partido.

Thompson (2002, p. 298-299) define que nem sempre o impacto de um escândalo é prejudicial ou permanente até porque uma das características da reputação é que ela é intrinsecamente contestável e contestada, ou seja, depende das apreciações dos outros, portanto, as “pessoas podem emergir de um escândalo com suas reputações em grande parte intactas”. A forma com que Cabral cobriu esses acontecimentos faz acreditar nesta teoria porque é mencionado o invencível carisma e personalidade combinados com uma dose de sagacidade política de Lula que o livraram da derrocada.

Mesmo com as críticas e enquadramentos da *Veja* desfavoráveis a Lula, a revista debita, indiretamente, no exemplo anterior, o fracasso da perda de confiança e reputação ao PT e não ao presidente, reforçando sua estrela.

A segunda matéria dessa mesma data e autor tem como cabeçalho: *‘É para salvar o Sarney’*, com três páginas. *Como foi armada e executada a operação para enquadrar o PT e arquivar as denúncias contra Sarney em troca do apoio do PMDB a Dilma*. O enquadre centra-se nas estratégias parlamentares negociadas para assegurar o cargo do presidente do Senado e a barganha pela candidata do PT; as expressões “operação armada e executada”, convocação da “tropa de choque” já imprimem o enfoque da guerra eleitoral.

O sinal de largada inicia-se com as chantagens do maior partido brasileiro através dos senadores *José Sarney e Renan Calheiros: A dupla avisara a Lula que, caso o PT se negasse a*

usar sua força para engavetar os processos contra o presidente do Senado, o PMDB abandonaria a campanha presidencial de Dilma Rousseff (p. 66).

Frente às ameaças, o presidente Lula dá o ultimato “é para salvar Sarney”. Cabral descreve que a operação foi exitosa, contudo difícil em vista dos senadores estarem divididos entre a lealdade ao presidente e a própria sobrevivência política. Como a ordem teria de ser cumprida, restava aos políticos salvar-se de uma grave consequência, a qual aparece como um enquadramento secundário adotado, o temor da opinião pública e o reflexo nas eleições:

A maioria não tinha nenhum problema de consciência em absolver Sarney, mas temia se desgastar junto à opinião pública. Afinal, cerca de 70% dos brasileiros querem ver Sarney fora do Senado. [...] Contrariar a opinião pública, faltando pouco mais de um ano para as eleições, é sempre uma temeridade (p. 66-67).

O receio de desgaste junto ao eleitorado e a pressão da cúpula para garantir o apoio do partidão são descritos pelo repórter como constrangimentos e humilhações impostos e necessários à situação presente: “Ser governo tem ônus e bônus. Agora é a hora do ônus, disse Berzoini”¹⁶⁴ (p. 67).

As últimas reportagens do escândalo também foram publicadas, em 26 de agosto, pela *Carta Capital* n. 560, nas colunas *Rosa dos Ventos*, *Editorial* e seção *Seu País* com dois textos.

Na primeira, *Um debate falso. A onda de denúncias, agenda eleitoral da oposição estimulada pela mídia, sufoca o debate sobre os programas propostos pelo governo*, Maurício Dias acusa a mídia de desconhecer os benefícios patrocinados pelos programas do governo preferindo fomentar um jogo maniqueísta praticado pela

164 - Ricardo Berzoini, então presidente do PT.

oposição. O colunista compara seu papel ontem e hoje, mede as consequências de suas ações, julga a mídia e avalia o eleitor:

A oposição demo-tucana se iguala aos piores momentos do PT na oposição. Os efeitos, no entanto, são desiguais. Os atuais opositoristas têm a imprensa à disposição, por afinidades políticas avoengas;¹⁶⁵ e produzem resultados devastadores ao adversário, embora circunscritos quase inteiramente ao eleitor passivo do universo letrado e conservador (p. 10).

São exemplificadas agendas falsas produzidas pelos opositores: a denúncia vazia de Lina Vieira, a “fulanização” de José Sarney e a criação da CPI da Petrobras. Todas essas manobras são analisadas por Dias como desejos de desarticular a base governista no Congresso.

Mino Carta debate no Editorial, *À ficção sempre. A mídia é aquela, a gente sabe. O que mais espanta é o papel que os jornalistas se dispõem a arcar.* O enquadramento é o servilismo de alguns jornalistas aos patrões e a construção de factoides pela mídia. Já inicia tratando os editoriais da “imprensa nativa” como representantes de peças humorísticas. Uma dessas refere-se à vasta cobertura pelos “jornalões” da versão da ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, que afirmou ter recebido uma ordem da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para “agilizar” o processo de Fernando Sarney; caso que ficou conhecido como “o escândalo da Receita”. Cita outros exemplos recorrentes como a “campanha” do *Estadão* contra o senador Sarney, logo o jornal “que compartilhou com Sarney a fé udenista”. Volta a pontuar a “descoberta” do maranhense só agora pela mídia,

O Zé nacional, como diriam os franceses, é figura muito simpática. Falo do indivíduo, o bom contador de histórias e seresteiro inspirado. Isto

165 - Avoengo significa precedente, herdado, relativo aos avós.

vale para quem o conhece bem, na intimidade. Parece, contudo, que somente agora os barões midiáticos descobriram o senhor feudal e o político oportunista, o serviçal da ditadura e o tíbio presidente que ganhou o quinto ano de mandato no grito (p. 14).

A questão da verdade factual está contida no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros quando menciona, primeiramente, o dever dos meios de comunicação de divulgar a informação precisa e correta; do compromisso fundamental do jornalista de relatar a verdade dos fatos, de divulgar as informações de interesse público ou combater e denunciar todas as formas de corrupção.

Esse assunto de forjar um fato para medir a repercussão é tratado melhor em outra reportagem, na mesma sessão de assuntos políticos, com o título *Operação factóide - O depoimento de Lina Vieira no Senado não rendeu os frutos esperados pela oposição. Mesmo assim, segue a estratégia de colar em Dilma a imagem de mentirosa.*

Cynara Menezes salienta a suposta interferência,¹⁶⁶ já citada aqui, da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff na intenção de favorecer Fernando Sarney, filho do senador José Sarney. O evento transformou-se em um prolongamento da explosão do Senado, um factóide orquestrado pela oposição para atingir a ministra, conforme a reportagem. A repórter observa que mesmo a defesa pública de Lula a Sarney não abalou sua popularidade, até que, apareceram as declarações de Lina Vieira. “Pronto. O nome de Dilma fora finalmente arrastado para o meio do lodaçal em que se encontra o Senado” (p. 24).

166 - O fato teria ocorrido no final de 2008, numa reunião no Planalto, onde Dilma teria solicitado aceleração no inquérito. Em agosto de 2009, em meio ao escândalo do Senado e já anunciada a ministra como candidata pelo PT à presidência da República, o fato reaparece provocando um depoimento da ex-secretária da Receita ao Senado, quando se testava as palavras de ambas, secretária e a ministra, já que surgiu a divergência sobre a suposta solicitação.

A reunião aventada não se confirmou¹⁶⁷ daí a conclusão da matéria de que os factoides e campanhas da oposição perdem efeitos já que “Sarney continua sentado na principal cadeira do Parlamento e nada indica que sairá de lá antes do fim do seu mandato” (p. 24). A previsão confirmou-se.

A terceira matéria da revista desta data anuncia *O custo da realpolitik*¹⁶⁸ – subtítulo – *Obrigada a defender a ‘governabilidade’, a bancada petista no Senado entra em parafuso após sustentar o enterro das representações contra José Sarney*. Enquadra as consequências indigestas do acordo de bastidores entre PSDB/PMDB para o PT. Aos tucanos interessava livrar seu líder no Senado, Arthur Virgílio, da cassação por anomalias éticas; ao PMDB, tirar Sarney da força. Para o PT a infeliz missão de arquivar as representações contra Sarney.

As negociações e barganhas citadas também foram enquadradas pela revista *Veja*, todavia com enquadramento diverso. Enquanto a primeira deposita no presidente da República toda a culpa pela absolvição de Sarney e o constrangimento imposto aos senadores do PT por apoiar um adversário de outras épocas, a *Carta Capital* faz a leitura do dever em defesa da “governabilidade”, da chantagem do PSDB e PMDB e da necessidade de apoio deste último ao PT nas próximas eleições majoritárias.

A repórter Menezes narra o resultado do acordo,

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra e sua colega, Marisa Serrano, puderam posar de paladinos da ética diante de seus eleitores, votando pelo desarquivamento dos processos. [...] Enquanto isso, os senadores do PT no conselho – Ideli Salvati, João Pedro e Delcídio Amaral – não conseguiam esconder certo constrangimento na hora de votar contra a proposta de abertura das investigações (p. 25).

167 - A agenda de ambas nega a possibilidade de tal encontro naquele dia.

168 - Conforme a Wikipédia *realpolitik* é uma palavra alemã. Real significa realístico, prático ou atual e *Politik* refere-se a políticas ou diplomacia exercida.

As consequências são interpretadas pela autora da matéria de forma irônica, traduz os efeitos das barganhas como um “golpe de mestre” engendrado pela oposição em que foram salvos Sarney e Virgílio e penalizado o PT. “Renan Calheiros, outra vez, riu por último. Fez acordo com o PSDB nos bastidores e deixou a conta aos petistas” (p. 26).

Além da legitimidade das formas de alianças sistemáticas, há outras negociações ilegítimas como a corrupção, as ameaças e intimidações. O jogo de cena narrado aqui não parece longe dessa opção já que não há disfarces das duas revistas no uso das palavras “pressão”, “ameaça”, “chantagem”.

O teatro político reflete-se na cena em que Guerra, movido pelos interesses do PSDB, discursa em defesa de Sarney após tê-lo condenado na tribuna:

Tenho muita estima pelo presidente José Sarney. Ele tem uma biografia. É um homem democrático. Deu várias lições aos brasileiros, dirigiu uma mudança dramática. Sempre cordial, civilizado, tem o respeito do povo. É um brasileiro que merecia uma boa imagem do seu País. [...] É claro que ele sofre um ataque muitas vezes injusto. Tudo que acontecer com ele, comigo ou com outros senadores é questão pública. Mas se vamos cassar alguém? É claro que não (p. 26).

Essa é a forma dos partidos lutarem pela “moralização” do Parlamento. Todas essas ocorrências provocaram, em consequência, a saída de nomes bem avaliados do PT, a senadora Marina Silva (PT-AC) para o Partido Verde e Flávio Arns que veio do PSDB, e a ele voltou justificando: “O PT jogou a ética no lixo e vai ter de achar outra bandeira” (p. 27).

As análises das reportagens aqui empreendidas através dos enquadramentos construídos pelos profissionais midiáticos serão discutidas, no último capítulo, junto às decorrências do exame das

categorias, atributos e a polarização das críticas aos envolvidos no escândalo, feitas pelos veículos impressos em estudo.

Capítulo 4

CATEGORIAS E ATRIBUTOS NAS REVISTAS SEMANAIS

O último capítulo discute as categorias de análise: o julgamento dos desvios éticos cometidos pelos agentes políticos, as causas, consequências e as sugestões apresentadas para solucionar a crise no cenário político; a polarização das críticas narradas pelos títulos editoriais; os atributos (favoráveis ou desfavoráveis) e o nível de atenuação ou acusação destinado aos envolvidos nas irregularidades provocadoras do escândalo enquadrado pelos jornalistas.

O julgamento dos desvios éticos: desconpostura dos atores políticos e descontrole nos gastos públicos - A maioria dos desarranjos observados pelos jornalistas na cobertura do Escândalo do Senado e seus desdobramentos estão nesta categoria ou rubrica, portanto, a de maior representatividade. Muitos dos itens mais citados indicam práticas políticas reprovadas pela população, visto o descumprimento da Constituição vigente; dos códigos morais escritos ou consuetudinários da nossa época; do desrespeito aos eleitores, da dilapidação do patrimônio público e das ações secretas para driblar os órgãos fiscalizadores, o próprio governo e os cidadãos comuns brasileiros sujeitos aos bancos dos tribunais. O julgamento ético é feito também a partir do descumprimento dos códigos de conduta do Senado, dos veículos de imprensa analisados e dos próprios jornalistas brasileiros.

Seguindo os preceitos editoriais da publicação, o texto de Otávio Cabral na *Veja* de 18 de março, amplifica as denúncias contra o presidente do Senado, lembrando à audiência que:

Ele (Sarney) despachou quatro funcionários do Senado para o Maranhão a fim de proteger sua casa. [...] Os Correios¹⁷⁰ cederam uma museóloga para catalogar obras de arte e documentos pessoais de Sarney. [...] O Senado, definitivamente, está perdendo a compostura (p. 78-79).

Em observação à conjuntura do Parlamento, o repórter da *Carta Capital*, Leandro Fortes, na edição de 13 de maio, perde o otimismo diante dos fatos, considerando-o aquém da importância de sua existência desde a Constituição de 1988. O enquadramento é de indignação e pessimismo. *Aos poucos, as legislaturas quadrianuais [...] configuram-se lentamente num ambiente fértil para negociatas, maracutaia, fraudes, tráfico de influência, fisiologismo, nepotismo, e gangsterismo político, de alto a baixo (p. 26)*

As modalidades mais constantes encontradas na categoria do julgamento dos desvios são:

Descompostura dos atores políticos

Malversação de recursos da União

Abuso e usurpação de poder

Frágil espírito público

Irregularidades administrativas – “atos secretos”

Corrupção

Descumprimento das leis

170 - A estatal, posteriormente, cobrou do Senado a despesa de 400.000 reais.

Pouca transparência nos negócios públicos

Acordos ilícitos e alianças ilegítimas

Mau uso do “jeitinho brasileiro”

Fraudes de várias ordens

Descontrole nos gastos

Estrutura improdutiva e perdulária do Senado

Extravagantes e numerosas diretorias

Altos salários e gratificações

Pagamento de horas-extras não trabalhadas

Fonte: dados da autora extraídos das revistas.

Funcionários fantasmas.

A frequência maior aponta para acusações ao presidente do Senado, julgando eticamente as irregularidades imputadas ao senador Sarney. Um exemplo da categoria do descontrole com o dinheiro público aparece na matéria de Mauricio Dias, da *Carta Capital* de 15 de julho:

[...] o caldeirão vai ferver com a história dos recursos da Petrobras repassados para um projeto cultural da Fundação Sarney. Segundo reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, 500 mil reais teriam sido desviados para ‘contas fantasmas’ de empresas fictícias ligadas à família Sarney (p. 37).

O abuso do poder político atravessa os atos, até porque é algo exclusivo daqueles que o detém, é o escândalo político por natureza. A propósito, Rosa (2003) evidencia que apesar desse abuso ser um vício grave, praticamente não é punido no Brasil.

De uma forma geral, as coberturas avaliam as ações e declarações dos agentes políticos de maneira sofrível, à base

da indignação, como aconteceu em matéria de Mino Carta no exemplar de 06 de maio da mesma revista:

*A opinião pública brasileira [...] está indignada com os comportamentos dos parlamentares federais entregues a uma mamata sem precedentes. [...] E sem falar na leniência mais ou menos generalizada em relação a valores éticos, em nome do célebre **jeitinho**,¹⁷¹ praticado em quaisquer níveis com a celebração do lema: aos amigos tudo, aos inimigos a lei (p. 18).*

A citação é pertinente tanto à categoria de julgamento de desvios éticos quanto a de causas gerais do escândalo e o atributo de acusação. O detalhe é comum na qualificação das duas temáticas mais populares, por assim dizer.

Presentes, assim o julgamento recriminatório pelo comportamento antiético e a crítica ao tratamento diferenciado que classifica os cidadãos em primeira e segunda classe, exemplificados pela boca de dois brasileiros. O estudante paulista, Lucas Soares (18), responde a entrevista da revista *Veja*, de 24 de junho, afirmando que a história não legitima ninguém a ser julgado de forma diferente. “Sou contra qualquer tipo de foro privilegiado. Se todos se envolvessem com a política não haveria essa impunidade” (p. 63). Segurança na Bahia, Francisco de A. Barbosa (45), pergunta o que o Sarney tem de diferente dele. Nada, responde. “O que ele tem que eu não tenho é poder e dinheiro. Se o presidente quer evitar denúncias, é porque tem medo de um dia ser alvo delas” (p. 60).

O descontrole dos gastos ou o desvio do patrimônio público são características de escândalos financeiros que se baseiam em alegações sobre o abuso de dinheiro assinalando, conforme Thompson (2002, p. 197), “[...] infração de leis que regulam a

171 - Grifo nosso para lembrar à referência feita ao *jeitinho* brasileiro como uma “entidade nacional”. estudada por Livia Barbosa (1992) e referenciada no primeiro capítulo.

aquisição e alocação de recursos econômicos”. Tais componentes causam o tipo de escândalo de maior visibilidade no Brasil, sendo sinônimo de corrupção e patrimonialismo.

Na *Veja* de 01 de abril, Otávio Cabral e Alexandre Oltramari informam que “nos últimos catorze anos, foram criadas 4000 vagas”. Dessas, no Senado, pouco mais de 150 foram preenchidas por concurso público” (p. 60). O enquadramento do julgamento de desvios éticos, centrado no descontrole de gastos aparece espontaneamente: *Em uma década, o orçamento do Senado saltou de 882 milhões de reais para 2,7 bilhões neste ano. É disparado, a casa parlamentar mais cara para os brasileiros* (p. 57).

A avaliação do desperdício na arena política destaca a opacidade deliberada dos fatos. O motivo detonador do escândalo do Senado é justamente a denúncia da prática dos “atos secretos” de diferentes medidas irregulares na instituição para driblar a fiscalização de leis como o nepotismo.

O quadro unidimensional, a favor da moralidade e transparência continua em todos os recortes, também é recorrente o tema da perda de credibilidade e reputação. Neste caso, a imprensa agendou o escândalo, salientou os atos sigilosos, o que acionou a interpretação da opinião pública. Com a imagem da instituição implodida, submergem as revelações envolvendo os parlamentares e funcionários. Otávio Cabral em reportagem, na *Veja*, de 01 de julho, salienta que o Senado é invejado pelo tratamento que dá a seus servidores.

Sua direção tem carta branca para aumentar os próprios vencimentos e se conceder privilégios, como promoções, plano de saúde vitalício e pagamento de horas extras, inclusive para quem não trabalha. E o mais impressionante; tudo pode ser feito na surdina [...] (p. 78).

Em coluna do mesmo exemplar, Roberto Pompeu de Toledo explica melhor os “atos secretos” na linguagem do presidente do Senado, na coluna que leva seu nome, sob o título *Politicólingua*, série *Sarney*:

‘Atos dos quais faltou a formalidade da publicação’- expressão preferida pelo presidente do Senado, José Sarney a ‘atos secretos’, para designar as nomeações, exonerações, promoções, aumentos de salários e outras medidas que seus promotores preferiam manter longe das vistas do público. A intenção é de lavar pela linguagem um procedimento delituoso [...] (p. 162).

Nessa subcategoria encontra-se o maior nível de indignação pública graças à publicação do funcionamento improdutivo e dispendioso do Senado com suas diretorias excêntricas, altos salários, funcionários fantasmas, tudo que existe na “BRASILHA da fantasia”¹⁷² onde os contribuintes que pagam a conta são barrados da festa. Diga-se, a indignação entre os brasileiros não surgiu agora, os meios de comunicação cuidam da transmissão dos fatos para dar conhecimento dos eventos políticos. As revistas estudadas e mais outros veículos midiáticos, formando todos os seus enquadramentos, colaboram para a formação da opinião pública.

Destaca-se na análise da descompostura, o desmerecimento à opinião pública pelos legisladores, característica diretamente proporcional à desmoralização com que a própria audiência e o jornalismo político os concedem. O temor de manchar a reputação ou desconstruir a boa imagem perante a população surge apenas quando da possibilidade da perda de votos. Os meios de comunicação de massa operaram segundo a teoria dos escândalos

172 - Título de infográfico na reportagem da edição n. 2106 da *Veja*, de 01 de abril.

políticos midiáticos de Thompson (2002), despiram os fatos e investiram contra a cota de reputação e confiança dos envolvidos.

A divulgação do fato de 37 dos senadores de vários partidos, inclusive do PT e do PSDB, terem sido beneficiados pelos “atos secretos” provocou temor entre os parlamentares, como revela Cynara Menezes em matéria da *Carta Capital* em 01 de julho, afinal:

Não interessa a nenhum senador, às vésperas de ano eleitoral, quando a maioria deles se lançará à reeleição, ver-se tragado pela má fama de que ‘político é tudo igual’ (p. 28-29).

Todos subiram à tribuna para se explicar. Os procedimentos não recomendados foram publicizados quase que homogeneamente pelas revistas semanais, ou seja, tirou-se o véu, por exemplo, da utilização irregular de verbas da Casa para motivos desnecessários ao exercício do mandato. As revelações expõem o eixo central da crise senatorial e a demonstração de que o fato da indignação dos parlamentares com o desvelamento das benesses pouco tem a ver com a defesa moral.

A indiferenciação entre o público e o privado parece ser o eixo central da crise no Senado. [...] Não se pode descartar que a indignação agora revelada por quem nunca se preocupou com a gestão do legislativo, inclusive na imprensa, atende a interesses que pouco têm a ver com a defesa da moralidade (p. 29).

O jornalismo cumpre seu papel de fiscalizar os atos de quem exerce o poder. Com essa atitude, a mídia destaca os valores morais e éticos, aos quais pretende se associar.

As causas do Escândalo do Senado - Então classificadas como gerais e específicas exibem o nascedouro das especificidades

de condutas éticas narradas pelo jornalismo político. Destacam-se aquelas que revelam um Brasil arcaico, dizendo melhor, a comprovação ainda de métodos pré-históricos no desenvolvimento moral dos indivíduos.

Por causas gerais entendem-se aquelas relativas aos métodos políticos já descritos, provenientes da gênese histórica perdida no tempo. Quanto às específicas, são as causas pertinentes a este escândalo midiático, portanto, mais atuais, embora algumas possam também ter raízes imemoráveis.

As temáticas de causas mais presentes encontradas nas coberturas jornalísticas das revistas *Carta Capital* e *Veja* são:

Gerais

Velhos hábitos patrimonialistas e clientelistas

Nepotismo

Fisiologismo

Impunidade

Brasil arcaico – pré-história do desenvolvimento moral

Mediocridade ou baixa capacidade ética dos congressistas

Simbiose nociva entre parlamentares e servidores

Conivência dos atores políticos

Burocracia da Casa

Específicas

Rescaldo da competição pela presidência do Senado

Atos administrativos secretos de nomeações

Disputa interna entre grupos de interesses

Demissão do diretor-geral Agaciel Maia

Diminuição do papel da mídia pelos congressistas (crise de imagem)

Fonte: dados da autora extraídos das revistas.

Detalhando, as causas específicas do escândalo mais discutidas pelas reportagens são o rescaldo da disputa pela presidência do Senado e a concorrência de poder entre os grupos de interesses. Surge também uma terceira, citada na *Carta Capital* de 13 de maio, pelo cientista político Lúcio Rennócomo responsável pela crise de imagem do parlamento: a tendência dos congressistas de minimizarem o trabalho da mídia.

No box, *A história, segundo Sarney*, a jornalista Cynara Menezes compara fatos e versões do imbróglio; ainda na edição de 24 de junho, Menezes inclui mais uma causa específica do escândalo, lembrando que no princípio, a esfera de Sarney e Renan atribuía a avalanche de acusações ao rescaldo da disputa entre ele e Tião Maia. “[...] Mais tarde, os sarneyzistas tiraram a mira de Viana e passaram a apontar para uma disputa de poder interna entre os próprios funcionários.”¹⁷³ (p. 31).

Ao patrimonialismo, divisado em tempos imemoriais, é imputado o retardamento democrático do Brasil e, muitas vezes, serve aos propósitos oportunistas e aos políticos ou partidos de má fé para atribuírem à “cultura” a culpa de desmandos éticos, uma característica da política brasileira ou um comportamento histórico.

Na entrevista feita a Michel Temer, em 22 de abril, Otávio Cabral fez uma pergunta que diz respeito à multiplicação de escândalos no Congresso, ao enquadramento dominante da entrevista, às categorias do julgamento dos desvios éticos e das causas da crise governamental. “A falta de parâmetros éticos tomou conta da política?”

173 - A crise, segundo o jornal *O Estado de São Paulo* (19/04/09), expôs uma disputa interna entre dois grupos que cobiçavam administrar um orçamento anual de R\$ 2,7 bilhões. De um lado, a “elite técnica”, formada pelos concursados. Do outro, a turma dos que entraram “pela janela”, sem concurso público, incluindo o diretor-geral, Agaciel Maia (ESCÂNDALO..., [entre 2004 e 2012]).

M.T. [...] Evidentemente há uma confusão entre o que se pode fazer e o que não se pode fazer. Há falhas no controle, mas esses casos vão ser solucionados pouco a pouco. Não dá para chegar arrombando a porta. O patrimonialismo é uma característica da política brasileira, e esses desvios de comportamento são históricos. [...] Quem erra precisa ser condenado. Os erros de poucos não podem contaminar a instituição (p. 20).

O parágrafo sugere atenuação dos equívocos dos atores, atribuindo a responsabilidade das falhas éticas à história política e à cultura nacional. A imanência do patrimonialismo ao longo da história política nacional, com seu recheio de estamento burocrático, impediu a ocorrência da Revolução Burguesa na Península Ibérica, contemporizando sua entrada na Idade Moderna.

Diversas expressões colhidas no decorrer das coberturas mostram marcas históricas da colonização brasileira, das práticas políticas, origens socioculturais ou religiosas, cuja herança viria pavimentar, juntamente a outras influências estrangeiras, ações políticas atuais, as condutas éticas na esfera pública, na profissão jornalística ou no âmbito privado professadas no Brasil.

Seguindo o rastro do procedimento ético dos atores políticos, interpretado pelo jornalismo, Otávio Cabral relembra aos leitores, na matéria de 25 de março, que o clientelismo é de natureza de grande parte dos políticos, e convoca o filósofo Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para legitimar o pensamento, enquadrando-o na temática das causas:

Há uma tradição patrimonialista, o dinheiro público dos impostos dos contribuintes é apropriado privadamente pelos políticos. Junte-se ao patrimonialismo a certeza da impunidade e chega-se ao quadro vivido hoje no Congresso (p. 68).

De acordo com a observação dos motivos que proporcionaram a crise do governo muitos são mesmo considerados raízes

históricas, a exemplo do desejo de ser incomum ou superior, de ser pessoa e não indivíduo, de obter vantagens indevidas ou do mau uso do dinheiro público. A então diretora Thaís Oyama, autora da matéria da *Veja*, *Com o rei na barriga*, conta-nos em 24 de junho que,

A divisão entre uma classe superior de cidadãos e outra inferior está no núcleo da formação da sociedade brasileira e, a despeito de todos os avanços, ainda representa um quisto obscurantista nas regiões mais atrasadas do país – como o Maranhão de Sarney, como a Brasília dos políticos. Antes mesmo de dom João VI aportar no país, trazendo em seus baús o modelo do estado absolutista, o sistema de capitânicas hereditárias já previa a diferenciação entre os cidadãos ‘comuns’, que não tinham riquezas, e os cidadãos ‘incomuns’, aqueles que haviam recebido terras do rei – os chamados ‘homens bons’ (p. 67-68).

As categorias do julgamento ético e das causas do escândalo algumas vezes confundem-se ou assemelham-se justo porque ambas destacam velhas chagas, as mesmas anomalias do cenário político nacional.

Consequências do escândalo - A crítica é intensa aos desmandos e falhas éticas, aos benefícios exacerbados que o Senado promove aos senadores e funcionários, à fruição gratuita de mordomias, ao enriquecimento à custa do erário público, tudo isso gera a noção de que o parlamentar não trabalha, mas ganha mais que qualquer brasileiro.

Através da cobertura que salienta a decadência do Congresso causada pela cobiça de seus membros, na publicação semanal da *Carta Capital* de 13 de maio, Leandro Fortes lamenta não mais poder olhá-lo como fórum de debate público por excelência. Dessa maneira aponta uma grave consequência:

Para o cidadão comum, bombardeado pelos noticiários da tevê, internet, jornais, revistas e rádio, o Congresso é um antro de vagabundos interessados, pura e simplesmente, em trabalhar pouco, usufruir de mordomias e locupletar-se à custa do contribuinte (p. 26).

Os repórteres contam aos leitores as histórias escabrosas da “casa mal assombrada” transmitindo aversão à classe legislativa. A esse poder (Legislativo) é atribuído a desmoralização não só da instituição, mas também dos legisladores e o descrédito de suas funções. A avaliação é essencialmente negativa, corre-se o risco de acabar com a ideia primordial de enxergar o Congresso como o berço das leis e a força de repulsa à ditadura.

A imagem do Senado não é bem vista, e mais grave, sem nenhuma perspectiva de mudança. Os fatos escandalosos até levaram ao questionamento da sua existência. Impera o fisiologismo na votação das matérias, numa prática viciada. O distanciamento entre a política e o mundo real também foi apontado como grave implicação das descobertas dos atos intoleráveis e sigilosos; em suma, a crise corroeu a reputação da Casa.

As principais consequências apontadas pelos enquadramentos

Abalo nas estruturas e instituições democráticas

Questionamento sobre o futuro do Congresso Nacional

Desgaste da imagem do serviço e servidor público (classe política)

Falta de agenda positiva do Congresso

Degeneração da representação política

Descrença de civilidade da nação

Implicação moral da sociedade na decadência da vida pública brasileira

Reputações atingidas

Fonte: dados da autora extraído das revistas.

Cláudio Abramo, em artigo já citado, escrito na *Carta Capital*, também em 13 de maio, elege alguns “condicionantes objetivos (em contraposição aos subjetivos, de natureza moral)” para que o Legislativo ¹⁷⁴ seja invadido por “desclassificados”: a qualidade moral dos dirigentes partidários deveria afastar “os aventureiros”; o loteamento de cargos além de diminuir a fiscalização do Executivo, desmoraliza as carreiras públicas, provoca cooptação e corrupção.¹⁷⁵ O jornalista e filósofo das ciências indica a consequência:

A radical perda de relevância do Legislativo, aliada à alta incidência de escândalos que afetam os seus integrantes, conduz a inevitável desgaste da estima à instituição. Qualquer levantamento de opinião pública a respeito de confiança nas instituições situa o Legislativo e os partidos políticos no pé da lista (p. 32).

O jornalismo político avalia o Senado e os senadores de acordo com o que percebe, “um mausoléu de más práticas políticas”.¹⁷⁶ Eis um trecho ilustrativo dos jornalistas Diego Escosteguy e Otávio Cabral na matéria de 24 de junho da *Veja*,

O corolário evidente é que a capital se transformou numa imagem de pesadelo para os que pagam a conta: nós, os milhões de contribuintes: nós, as dezenas de milhões de pessoas comuns. É tal o resumo da ópera brasiliense – eles, os poderosos, os ‘incomuns’, se lixam cada vez mais para a opinião pública, para os bons modos, para a Constituição. Minam assim, a crença na democracia e os alicerces de uma nação que almeja a civilização (p. 59).

174 - O Poder Legislativo do Brasil é o mesmo Congresso Nacional composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, portanto, de deputados federais e senadores.

175 - O autor da matéria informa que, em média, são noticiados nos impressos brasileiros que 3,7 novos casos de corrupção acontecem por dia em todos os estados, o que dá mais de mil por ano. Conforme Abramo, esses dados foram recolhidos pelo projeto *Deu no Jornal da Transparência Brasil* <www.deujournal.org.br>.

176 - Expressão usada por Otávio Cabral em reportagem da *Veja* em 01 de julho de 2009.

O editorial da revista *Veja* de 12 de agosto avalia que, no campo simbólico, o senador José Sarney enterra uma longa carreira política igualando-se à “tropa de choque” do PMDB. Em termos mais amplos, os episódios vistos como degradantes “[...] minam a confiança dos cidadãos na democracia e em suas instituições”, além disso, para o editorialista, os escândalos podem “[...] matar a ideia do Parlamento como berço das leis, a casa do povo e o pavor dos tiranos” (p. 12-13).

Sugestões para apagar o incêndio - A categoria das contribuições para minimizar os velhos problemas apontados pela crise política e as inúmeras denúncias de irregularidades, demonstrou que as sugestões de melhoria do ambiente criticado originaram-se dos veículos impressos, dos especialistas e dos agentes políticos incluindo os leitores. Como já foi mencionado, não foi propósito desta categoria buscar soluções para o escândalo; e nem os periódicos semanais, nem os legisladores, jornalistas, fontes e leitores teriam uma fórmula mágica para sanar tal sistema arraigado e complexo. Observou-se como os veículos semanais enquadraram as sugestões apresentadas para crises dessa mesma natureza que acontecem com certa frequência no país.

As recomendações dos atores que podem ser os senadores, o Senado, o presidente da Casa, o grupo “ético” e os leitores são maioria; em segundo lugar ficam as propostas dos jornalistas das revistas estudadas; em terceiro, as fontes convidadas a enriquecer as coberturas. As indicações vão desde a valorização da educação para facilitar o maior acesso à informação, trunfo importante para diminuir a leniência com a corrupção; a recomendação por transparência total; a extinção de privilégios, salários extras, funcionários fantasmas, irregularidades administrativas, corte de terceirizados até a recuperação ética e a valorização do voto como arma contra os maus políticos.

Na matéria de Otávio Cabral, Alexandre Oltramari e Diego Escosteguy na *Veja* de 01 de abril, *A farra é deles, a conta é nossa*, os jornalistas aplicam um *frame* de contribuição para a faxina ética, alternativa de solução da crise, recomendando três passos para sanar as distorções do Parlamento: O primeiro, a caminho, é abrir a caixa-preta da instituição; o segundo, mais complexo, seria uma reforma administrativa em que as funções burocráticas, a exemplo do cargo de primeiro-secretário, gerência política transformada em foco de fisiologismo e corrupção, fossem exercidas por servidores concursados, com mandato limitado a poucos anos. A última medida pede a promoção de “uma lipoaspiração geral na burocracia”, cortando funcionários terceirizados, extinguindo gratificações a acabando com mordomias (p. 61).

Na *Carta Capital*, coluna *Rosa dos Ventos*, Maurício Dias, em 26 de agosto, acusa a oposição de provocar pautas de acusações e agendas falsas, “[...] de interesse eleitoral, travestida de discurso ético”. Afirma que a pauta real do País merece uma oposição forte. Sugere que seja “conservadora, mas honesta nos propósitos políticos, capaz de orientar a decisão da sociedade” (p. 10). São recomendações para livrar o país dos escândalos.

O editorial da *Veja*, de 05 de agosto aponta medidas para solucionar os problemas. Diante dos fatos, o veículo interpreta que seja impossível, em uma geração, fazer com que “as práticas fisiológicas e coronelistas seculares” sejam vistas com repulsa moral como pede a boa política (p. 12-13).

- *Extinguir o senador sem voto. Os suplentes de senador teriam de se candidatar e ser escolhidos pelo voto.*
- *Tornar transparente via internet cada centavo de todos os gastos do Parlamento. Colocar no site os nomes, cargos, salários e benefícios de todos os servidores e horários de expediente.*
- *Fazer um corte imediato e drástico no número de*

funcionários da Câmara e do Senado.

- Varrer dos conselhos de ética os integrantes que sejam eles próprios alvo de inquéritos, acusações de nepotismo ou réus de ações penais (p. 13).

Da parte dos legisladores, conferiu-se o empenho dos envolvidos para “solucionar” a crise, para o bem e para o mal. Leandro Fortes relata aos leitores, na *Carta Capital* de 13 de maio, que o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez uma provocação que mexeu com os brios dos colegas, insinuando o fechamento do Congresso,

A reação é tão grande hoje contra o Parlamento, que talvez fosse a hora de fazer um plebiscito para saber se o povo quer ou não que continue aberto. [...] Estamos hoje em situação de total disfunção diante do poder, somos quase irrelevantes (p. 26).

Na *Veja*, em 25 de março, Otávio Cabral informa-nos a providência do Senado sob a gestão do seu novo presidente: *Queima de arquivo* - Quatro dias antes da posse de José Sarney, “o Senado destruiu 965 caixas de documentos referentes ao período 1965-2003. Entre os papéis estavam notas fiscais, processos, sindicâncias, inquéritos e comprovantes de despesas de gastos de senadores” (p. 68).

Do lado dos especialistas, a subcategoria, por si só, já define um enquadramento jornalístico na escolha de uma fonte para exprimir a ideologia da empresa de comunicação ou do profissional da mídia. Tem o escopo de examinar como um estudioso, também leitor, apresenta saídas a partir de seus estudos e visões individuais para a crise de valores éticos divulgados pelo escândalo.

Em seu artigo de 13 de maio na *Carta Capital*, Cláudio Abramo propõe que os políticos, eleitores, os dirigentes de empresas e funcionários públicos, em geral, sejam “educados para a ética”. [...] Sugere que o dever de participar dos problemas nacionais

também seja encargo de outros agentes: *Cabe aos partidos políticos considerável responsabilidade por engrossar a marcha dos aventureiros, pois é sob suas legendas que eles se abrigam* (p. 30-31).

A intenção de demonstrar de que maneira o jornalismo analisa as contribuições dos leitores para ajudar a crise foi de expor, igualmente, como o público interpreta e avalia as posturas éticas do cenário político, a partir de seus próprios modos de ver o mundo (ressonância); de que maneira eles querem interferir e opinar para resolver, como integrante da esfera pública, enganos históricos causadores dos escândalos.

Embora a edição n. 546 da *Carta Capital*, de 20 de maio, não tenha sido contemplada no recorte da análise empírica, é relevante divulgar que na sessão *Cartas Capitais* da publicação, o assunto da crise é aventado. A *Enquete da Semana* colheu 2.662 respostas de leitores, entre os dias 30 de abril e 7 de maio à pergunta feita pelo site: como impedir que o Congresso Nacional continue a chafurdar na lama dos escândalos e se torne cada vez mais irrelevante?

A maioria dos leitores (42%) pediu, com urgência, uma reforma política ampla e que diminua o fisiologismo; 23% quer uma justiça mais célere na punição dos políticos; o mesmo percentual escolheu deixar como está, “o Congresso funciona bem e cumpre os seu papel”; fechar o Parlamento é o desejo de 18% dos votantes. O menor índice (14%) optou pela promoção, por meio do voto, de uma profunda renovação dos deputados e senadores.

Não cabe neste livro analisar os efeitos da enquete, mas apenas mostrar como a *Carta Capital* enquadrou a crise de valores éticos, cujo resultado apontou para uma chaga da política brasileira: o fisiologismo. Há de se considerar que as opiniões dos leitores simbolizam o ponto de vista do público que consome as notícias e que são influenciados pelo *frames* arquitetados por jornalistas.

Principais sugestões apresentadas pelos colaboradores das matérias

Mudança através da conscientização dos equívocos e não pela forçada depuração com os sucessivos escândalos;

Mais transparência para permitir aos cidadãos maior acesso às informações e consequentes cobranças aos agentes públicos;

Abertura da caixa preta do Senado;

Promoção de recuperação ética;

Corte de funcionários terceirizados;

Extinção de gratificação e mordomias;

Investigação independente do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público;

Criação do Portal da Transparência;

Auditoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para criar novo modelo de gestão no Senado;

Criação de comissão para analisar contratos de compras e terceirizações;

Queima de arquivos e documentos comprometedores;

Reforma administrativa para enxugar o orçamento;

Mandato previsto e sabatina em plenário para candidatos à diretoria;

Auditoria externa; Análise da possibilidade de fechamento do Congresso;

Aprendizagem com os erros.

A mudança nas velhas práticas é mais indicada que a simples troca de nomes, ou seja, a tentativa de moralizar o Senado passa pelo combate às causas da descompostura ética dos membros.

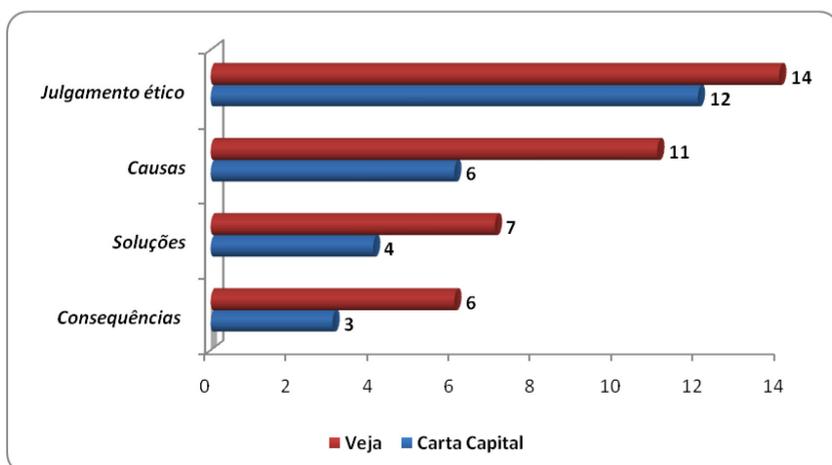
As reportagens enquadraram o tema da moralidade, bastante defendido pelos atores políticos, embora seja consenso entre os *media*, que essa defesa não é real, visto não existirem iniciativas ou clamores de alterações. Ao contrário,

os jornalistas mostram que a sentença do “obituário da ética”, citada pelo senador Arthur Virgílio, é verdadeira. Exemplos como o choro em plenário ou a indignação de parlamentares são interpretados, a partir dos enquadramentos, como temor de perder os privilégios e votos, portanto, pouco tem a ver com o desejo de moralização do ambiente expresso em matéria na coluna de cunho editorial, *A Semana*, de 05 de agosto:

Por que o Senado parece eternamente em crise? [...] Talvez pelo fato de as ondas moralizantes que volta e meia abatem o Congresso atenderem exclusivamente ao rasteiro jogo dos interesses políticos imediatos e eleitorais (p. 15).

Abaixo a representação dos resultados da análise das categorias percebidas nas reportagens das 26 edições estudadas das revistas (14 da *Veja* e 12 da *Carta Capital*).

Quantidade de matérias por categorias temáticas - *Carta Capital* e *Veja*.



Fonte: Dados da autora.

Como se percebe, a temática do julgamento ético apareceu em todas as matérias das duas publicações preenchendo os 100% das narrativas. Sobre a *Veja*: 78,57% das matérias apresentadas mostraram causas da crise; 50% dos textos refletiu sugestões e as consequências aparecem em 42,86% das reportagens.

Sobre a *Carta Capital*: as causas surgem em 50% das estórias; as sugestões para minimizar os problemas apontados pelo escândalo são apresentadas em 33,34% do conteúdo das coberturas e as consequências em 25% dos textos. Resumindo a interpretação do gráfico das categorias examinadas neste livro, a *Veja* apresentou mais causas, contribuições e consequências para a crise política. Ambas apresentaram um percentual de 50% nas causas (*Carta Capital*) e consequências (*Veja*) das ocorrências citadas, respectivamente, explicadas aos leitores através dos enquadramentos, mostrados nas edições analisadas.

Atributos das categorias - Em entrevista à revista *Veja*, de 08 de agosto, o senador Tião Viana (PT-AC) responde sobre o nível “tão baixo” do Senado, declarando que até 2002 havia um debate conceitual, ideológico, mas após o *mensalão*, nada mais andou, afirma que perderam a conexão com os interesses do cidadão e detalha o que ocorre, naquele momento:

Carta Capital - O senado ainda faz algo relevante?

T.Viana – “A casa está em chamas. Perde 80% do tempo em debates vazios e gasta os 20% restantes numa disputa entre governo e oposição que não leva a lugar nenhum” (p. 74).

O enquadre de ataque ao senador Sarney e sua família continua mais categorizado sob a rubrica do desfavorecimento, a exemplo das acusações de Cynara Menezes no exemplar da *Carta Capital* de 01 de julho:

Além da nomeação de parentes, foi revelado que o presidente do Congresso utilizava-se das verbas do Senado como se fossem uma extensão de sua própria conta bancária. [...] um neto seu, filho do deputado Zequinha Sarney (PV-MA), atuava como agiota nas dependências do Senado. [...] O zeloso Zequinha respondeu no plenário da Câmara que se trata de calúnias, uma ‘campanha midiática’ contra seu pai (p. 29).

Em relação aos desvios dos legisladores, há um exemplo típico noticiado por Otávio Cabral e Alexandre Oltramari na *Veja* de 20 de maio: o senador Efraim Moraes “deixou escapar” das mãos da instituição milhões de reais em contratos fraudados, entregando fortunas a burocratas da noite para o dia.

O senador mantinha uma tropa de 52 funcionários-fantasma, oficialmente contratados para trabalhar no Congresso, mas que, na verdade, eram seus cabos eleitorais na Paraíba, pagos pelo contribuinte. [...] Só em salários, os fantasmas custaram aos cofres públicos 6,7 milhões de reais ao longo de quatro anos em que o senador ocupou a primeira-secretaria (p. 65).

Os jornalistas enquadram a reportagem como extensa produção de escândalos na “casa mal-assombrada”, o fenômeno “funcionários - fantasma” e o cinismo do senador encurralado.

Na fase do clímax do escândalo, a revista *Veja* de 24 de junho, em matéria de Otávio Cabral e Diego Escosteguy, desloca o foco das atenções da estrutura administrativa clandestina criada pelo gestor, desde 1995, e imputa o peso da responsabilidade ao ex-presidente Lula, tanto pelos acontecimentos na instituição, quanto pelo constrangimento imposto ao partido e aos senadores petistas na operação para manter o senador Sarney no cargo. *Desde que se viu na contingência política de ter de defender os crimes dos seus*

partidários envolvidos no mensalão, Lula teve de entregar a bandeira da ética – que ele empunhou com desenvoltura antes de chegar ao Palácio do Planalto (p. 59).

O deslocamento da responsabilidade transparece interesses político-partidários da revista que, associados à oposição, quer tirar o sangue do governo petista. Naquele contexto, começa a ser construído, em vez da punição aos envolvidos no escândalo do Senado, outro jogo político, a criação de componentes viáveis ao *impeachment*, possibilidade aventada pela oposição, e deslocar, sim, o presidente.

A culpa imputada à cultura nacional é retratada na proporção que se atenuam as atitudes e ações dos agentes políticos, reprovadas publicamente, repassando o dolo aos maus hábitos éticos ainda praticados nas relações políticas no país. Ilustra-se pelo exemplo dado por um entrevistado da *Veja*, o produtor de cinema do Rio de Janeiro, Júlio Secchin (21) que declara que no Brasil, *todas as denúncias são abrandadas e manobradas com famoso jeitinho brasileiro*. O jeitinho, que já faz parte da cultura do país, parece existir para atenuar a “dureza” da lei e assumir qualquer engano.

A acusação aos senadores e ao Senado é intensa e grave ao nível de entender suas práticas como “gangsterismo” político e o ambiente como “casa de horrores”,¹⁷⁷ ou “casa de mafiosos”. Houve também o alerta para o engano da culpa única, debitada a José Sarney pelos dois semanários, na *Veja* de 01 de julho (Otávio Cabral) e *Carta Capital* (Cynara Menezes) de 08 de abril respectivamente:

Os demais senadores, entre eles muitos que fazem a mesma coisa que Sarney, estão conseguindo que ele carregue sozinho nos ombros toda a culpa pelas escabrosas revelações das últimas semanas (p. 81).

177 - Expressão usada pela revista inglesa *The Economist*, segundo a *Veja* em 15 de julho de 2009.

[...] É confortável para Calheiros que seja Sarney quem fique sob fogo cruzado. Com o presidente da Casa de anteparo, o colega alagoano encontra-se na confortável posição de possuir o mando sem servir de alvo (p. 22).

Alguns enquadramentos escolheram responsabilizar o povo brasileiro pela situação, pelo fato de aceitarem as irregularidades perpetradas pelos políticos: “Estamos acostumados a reclamar, mas não agimos quando devemos”, diz a leitora Sabrina Castro Nunes (RJ) à *Veja*. A certeza da falta de punição, por exemplo, incentiva a “prepotência dos predadores” na continuidade dos desvios, alimentando a cultura da casa-grande e senzala, conforme a *Carta Capital*. Também é imputada a culpa à Brasília por representar o *locus* dos desmandos e improbidades.

Quando ocorre a tendência de favorecimento ao presidente Lula a opção é explicada como defesa à governabilidade, à natureza da política, ao jogo natural de defesa dos aliados e à necessidade de fazer alianças.

O crédito ao presidente da República é um quadro presente na matéria de Maurício Dias da *Carta Capital* de 15 de julho. *Diante da popularidade de Lula e do apoio da sociedade à administração lulista, a oposição precisa fazer o governo sangrar* (p. 36). Contornando o escândalo, Dias, na coluna *Rosa dos Ventos*, assinala a habilidade de Lula:

A interferência do presidente Lula, na contramão de cinco dos doze integrantes da bancada do PT no Senado que se alinharam com a oposição, evitou não só que o PMDB desgarrasse da base governista como consolidou a aliança em torno da candidatura petista no ano que vem. O comportamento de Lula não poderia ser diferente (p. 36).

Há uma menção de reconhecimento à capacidade de negociação do então presidente da República, à popularidade

inabalada e o apoio da sociedade à sua gestão pela *Veja* de 24 de junho, em matéria de Otávio Cabral e Diego Escosteguy: *Dono de uma biografia comovente e de uma popularidade acachapante, Lula não parece preocupado com arranhões em sua imagem pessoal* (p. 60).

Ao contrário, em relação ao senador José Sarney, o desfavorecimento através das acusações é uma constante. Ele é considerado o símbolo das forças mais retrógradas do país por Otávio Cabral na mesma semana em 01 de julho: *Político há mais tempo em atividade no país, Sarney entronizou-se agora como símbolo do patrimonialismo, coronelismo e clientelismo que dominam a vida pública brasileira desde tempos imemoriais* (p. 78).

Mas há também favorabilidade indireta e direta considerando-o um alvo fácil das denúncias graças ao currículo de desmandos no Maranhão. A atenuação das faltas do senador dá-se em virtude da importância do seu cargo, do fato de seu partido ser parte dos aliados, do perigo que representa para o governo perder a presidência da Casa para um opositor, e não propriamente, se trata de defesa ao político. Seus erros não são negados; só há um alerta sobre a amenização dos adversários e da “mídia nativa” em relação à sua ficha envergonhada. A coluna *A Semana, da Carta Capital de 08 de julho*, destaca: *Sua permanência era considerada indispensável para garantir a tal governabilidade, razão das seguidas defesas do maranhense feitas pelo presidente Lula. Entre os restos espalhados pelo chão, o discurso pela ética na política* (p. 22).

A jornalista Menezes também da *Carta Capital*, em 01 de julho, avalia que apear Sarney representava, naquele momento, colocar no lugar o tucano Marconi Perillo (PSDB-GO), ou seja, entregar a liderança do Senado às vésperas das eleições era tudo que não interessava ao governo. *Reside aí, além de uma retribuição*

à postura de Sarney durante o episódio chamado mensalão, a defesa de Lula ao presidente do Congresso (p. 30).

Coube ao senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), entretanto, o exemplo mais favorável a Sarney, publicado na *Carta Capital* de 26 de agosto, quando discursou enaltecendo-o como o dono de uma biografia, homem democrático, sempre cordial, civilizado, respeitoso e injustiçado.

O PMDB é o partido que mais recebe acusações, os enquadramentos o responsabilizam pelo fisiologismo imperante no Senado, pelo apetite insaciável pelos cargos, por chantagem ao governo, por retaliações aos seus próprios membros. A metralhadora da *Veja*, em 05 de agosto – Otávio Cabral e Diego Escosteguy - dirige acusações diretas à legenda do PMDB, levando-o de roldão junto às inúmeras descomposturas:

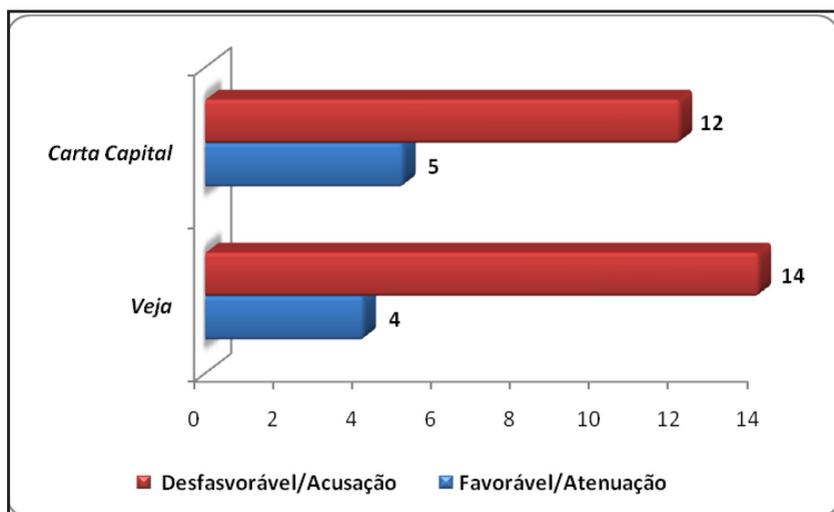
Como um câncer em processo de metástase, o partido é o abrigo seguro desse jeito peculiar de fazer política, desses grupos que continuam espalhados pela máquina do estado empenhados exclusivamente em girar a roda do fisiologismo e da corrupção (p. 64).

Temer minimiza a situação, em entrevista ao jornalista Cabral, na *Veja* de 22 de abril, advogando que a crise ética atinge uma minoria no Parlamento. Atenua a gravidade da situação ao considerar “equivocos de A, B ou C” contra “o comportamento correto da maioria dos parlamentares” (p. 21).

Eis o gráfico que expõe a medição dos atributos observados nas categorias de *Julgamento ético* e *Causas* que provocaram a crise do Senado, constantes nas reportagens das publicações:

Quantidade de matérias por atributos de enquadramentos – *Carta Capital* e *Veja*

Gráfico -2



Fonte: Dados da autora

A leitura do gráfico 2 exhibe a dominação dos atributos desfavoráveis e a avaliação negativa atinente às categorias do julgamento dos desvios éticos e das causas provenientes dos *frames* observados. Entre as 12 edições analisadas da *Carta Capital*, 5 ou 41,67% das menções aos envolvidos no escândalo foram-lhes atenuadas ou parcialmente favorecidas. Quanto à *Veja*, dos 14 números estudados, 4 ou 28,57% amenizou as acusações.

A POLARIZAÇÃO DAS CRÍTICAS

No que tange à polarização das publicações semanais, a cobertura da revista da Editora Abril carrega mais no tom da crítica e julgamento ético da instituição, dos suspeitos e das práticas políticas consideradas repugnantes, as quais são analisadas, algumas vezes, desconsiderando o contexto histórico, a pertinência de certas

características envelhecidas no cenário sociopolítico nacional e a própria estratificação social.¹⁷⁸

Mais que a *Veja*, a *Carta Capital* caracteriza-se por provocar a análise da dinâmica política. Incentiva o cidadão a conscientizar-se de seu valor enquanto eleitor, do direito à crítica e à participação na esfera pública em um tom mais didático que conspirativo. O sociólogo, Emir Sader, na edição de 12 de agosto, ensina que para polir a face feia da governabilidade só aumentando o grau de consciência do eleitor, o que livrará o Brasil dos coronéis. Sentencia que “ou a cabeça do eleitor muda ou o nível dos eleitos não vai melhorar nunca” (p. 29) O estilo da *Veja* é mais explosivo e denunciante, persegue o furo jornalístico.

Mino Carta nomeia a chamada grande imprensa de “mídia nativa” e os proprietários dos meios de comunicação de “barões da mídia”. Tal postura traduz mais independência, inclusive pela escolha e justificativa pública de apoio a um partido antes das eleições.

A *Veja* busca remexer as mazelas das instituições e dos políticos, mais ainda do PT, mais ainda de Lula, arrogando à pessoa do ex-presidente a pecha de dominador, destruidor da própria biografia, pragmático e antiético. Em número muito menor são expostos os senadores da oposição, o que traduz que a publicação igualou-se no que acusa os adversários, ou seja, não disfarçou a partidarização.

Considerando-se que os fatos denunciados são verídicos, alguns senadores (as) até afrontavam o público afirmando que “aqui não tem ninguém santo” ou a “ética morreu”, assim o sentimento de desforra, facilitado por recursos humorísticos, é mais propiciado aos leitores nas reportagens da *Veja* pelo seu tom mais mordaz e irreverente.

Faz-se pertinente analisar a polarização das revistas semanais a partir de um evento em particular – a defesa de Sarney. Em

178 - Ex. o ataque à defesa de Sarney como sendo um homem incomum.

junho de 2009, Lula reafirmou a declaração do próprio senador de que “não era um homem comum para ser julgado dessa forma”, emitindo um parecer de que o senador merecia um “tratamento diferenciado pela sua biografia”. A atitude política de Lula ascendeu uma tempestade moralista nas páginas da *Veja* recorrente ao artigo 5º da Constituição que determina a igualdade de todos perante a lei.

O comentário diz respeito à reportagem da *Veja* no exemplar de 24 de junho, cobertura que mereceu a capa evocando a igualdade estabelecida constitucionalmente. Os enquadramentos assinalados pelos jornalistas do veículo foram reclamativos em favor do cumprimento do artigo e contra a declaração do presidente Lula. Desconsiderar o contexto histórico, a diferenciação de classes e da representação política dos legisladores e cidadãos comuns não é um *frame* neutro ou inocente. A revista guarda a intenção de atingir o primeiro gestor do país, integrante de um partido contrário à preferência do título editorial.

No próximo agosto, Sérgio Guerra, o então presidente do PSDB, discursou em plenário protegendo o colega, detentor de todas as acusações de nepotismo, patrimonialismo e padrinho dos ex-diretores também suspeitos de improbidade administrativa: “Tenho muita estima pelo presidente Sarney, ele deu várias lições aos brasileiros, merece uma boa imagem do país”. Os elogios do opositor foram desconhecidos pela *Veja*, isto porque o PSDB havia fechado um acordo com o PMDB para salvar da cassação um dos seus membros em troca do apoio a Sarney.

O fenômeno de Mídia Hostil – *The Hostile Phenomenon* (HMP) – surge somente na *Carta Capital* referente à defesa ou ataque a Sarney e ao apoio da “mídia nativa” à oposição.

Mino Carta reclama, em editorial de 15 de julho, da escolha unânime de José Sarney como o Judas da vez,

Ninguém, na área midiática, queixou-se quando ele foi nomeado pela ditadura governador biônico, ou

quando assumiu a presidência da Arena, ou quando comandou a rejeição da emenda das Diretas Já etc. [...] Por que malhá-lo agora? Porque, e tão somente, está com Lula no apoio à candidatura anti-Serra (p. 22).

As reportagens da *Veja* estão muito concentradas na seção *Brasil* e bem menos no espaço editorial; fora daí, o assunto do escândalo aparece, apenas uma vez, na coluna do editor especial, *Roberto Pompeu de Toledo*; uma entrevista nas “páginas amarelas” e duas frases na seção *Panorama – Veja Essa*. A distribuição da análise da crise política é menos concentrada na *Carta Capital*, as matérias e comentários estão presentes nas sessões *Seu País*, *A Semana*, no *Editorial* e na coluna *Rosa dos Ventos*. O espaço de cartas de leitores tem peso igual para ambas.

Em retomada à discussão, no que diz respeito às respostas para as questões propostas para a análise das categorias e seus atributos dos enquadramentos, a primeira questão aponta, de maneira abrangente, para uma forma de julgar os envolvidos, voltada a enquadramentos negativos: de que forma as narrativas jornalísticas das revistas *Carta Capital* e *Veja* julgam os desvios éticos praticados pelos atores políticos no período do escândalo do Senado?

A crítica moralizadora dos jornalistas identificou as ilicitudes ou irregularidades administrativas, como as mordomias, fraudes, usurpação ou abuso de poder e uso indevido do erário público no âmbito político. Os itens aparecem sob a rubrica do descrédito no país e pessimismo relativo a melhorias das práticas professadas. Práticas essas que não se revelam novas em nossa história.

Outra característica também mostrada pelas matérias, consequência dos conflitos políticos, é a perda de credibilidade e reputação, naturais de revelações de improbidades políticas e administrativas, da desaprovação pública e do desgaste provocado pela mediatização instantânea das denúncias dos envolvidos.

Na segunda questão, as causas gerais e específicas foram enquadradas sob o signo histórico, modeladas de acordo com nossas condutas socioculturais e políticas herdadas dos colonizadores portugueses: como os veículos impressos pesquisados enquadram as causas do escândalo do Senado?

Os profissionais da imprensa expõem a “mediocridade e baixa capacidade ética dos congressistas” deduzidas das atitudes divulgadas pelas denúncias ocorridas durante o período em que persistiu a crise na mídia. A simbiose nociva entre os grupos de interesse, senadores e servidores aparece como uma causa destruidora dos princípios éticos considerando que as duas correntes parecem unir-se na intenção de lesar o bem comum.

Quanto às causas específicas, as coberturas narraram o rescaldo da competição pela presidência do Senado, vingança insinuada pelo PMDB ao senador Tião Viana (PT) vencido por José Sarney (PMDB). Ademais, uma disputa interna também contribuiu para a eclosão da crise. Duas equipes de funcionários cobiçavam administrar o milionário orçamento anual de R\$ 2,7 bilhões disponível para a instituição. De um lado, a “elite técnica” formada pelos concursados em postos de comando é que estariam por trás das denúncias contra Agaciel Maia; do outro, a turma dos que entraram “pela janela”, os “agaciboys”, sem concurso público e insatisfeitos com o diretor-geral.

Conforme os enquadramentos das revistas *Carta Capital* e *Veja*, esses pacotes explosivos teriam promovido as denúncias dos atos administrativos secretos engendrados por Maia e o presidente do Senado. Os destaques foram divulgados de maneira detalhada, resultado de matérias investigativas que levaram às revelações ilícitas da família Sarney e sua exprobração pública e à posterior queda do diretor do Senado. Os equívocos constituem quebra de normas estabelecidas pelo Código de Ética do próprio Senado e da Carta Maior, a Constituição de 1988.

A pesquisa quer saber também de que maneira os jornalistas que cobriram o escândalo político do Senado selecionaram as consequências da crise senatorial de 2009. O repórter investigativo da *Carta Capital*, Leandro Fortes, traz uma narração das mais contundentes e reveladoras em termos das consequências do escândalo expondo as vísceras do Parlamento. Lastima que a instituição não possa mais ser vista como um bom exemplo que exige uma casa de leis, em virtude da desmoralização atual, o que resultou na incapacidade de se impor.

A imprensa, assim, coloca-se no lugar do cidadão comum que acompanha as notícias e daí, percebe o Congresso como “um antro de vagabundos” interessados em trabalhar pouco, desfrutar de mordomias e “locupletar-se à custa do contribuinte”.

O articulista Cláudio Abramo, em artigo para a *Carta Capital*, também coopera com os saldos do escândalo político midiático a partir da interpretação da qualidade moral dos dirigentes partidários, elegendo-os como filtros de membros do Legislativo no intuito de afastar os “desclassificados”, “aventureiros e patifes”. Mas não é isso que acontece.

Os eventos ofensivos aos brasileiros podem, conforme editorial da *Veja* de 12 de agosto, acabar com a imagem do Parlamento como pavor dos tiranos. Para Otávio Cabral na semanal de 25 de março, a imagem do Senado “é péssima” com o agravante de não divisar nenhuma perspectiva de mudança (p. 67).

Outra questão é: como e quem apresenta as sugestões para minimizar os problemas salientados pelo escândalo pesquisado? Os atores políticos, os veículos impressos *Carta Capital* e *Veja*, legisladores e os especialistas que apresentaram algumas saídas o fazem, em princípio, com o fito de contribuir com a modernização dos métodos de gerir o Estado. Da parte dos políticos, soa como as costumeiras promessas ou revanches aos adversários por um lado; por outro, a proteção à classe exige a tática do silêncio a certas arbitrariedades.

Os repórteres assinalam em diversas situações narradas, a dramatização do desejo de moralizar as práticas na arena política, a exigência da ética pelas legendas que atacam umas às outras em nome da moralidade e criticam acidamente os adversários pelo papel hipócrita de guardião da ética. Contudo, esse discurso moralizante é tratado como demagógico. Segue-se mesmo é o jogo político em cujo tabuleiro interessa marcar as posições de destaque nas comissões, a sobrevivência política ou as negociações cujos frutos beneficiem os empreendimentos particulares.

Todos os agentes apresentam medidas consideradas urgentes para o Senado sair do “fundo do poço da ética”. As alternativas demandam a tomada de consciência e vontade política para promover a recuperação ética no Congresso Nacional e o clamor pela transparência, sempre num tom de discordância aos modelos professados no presente.

Interessa a esta obra comparar as coberturas das publicações *Carta Capital* e *Veja* sobre os episódios críticos, observando a polarização concernente, se favorável ou não aos envolvidos no escândalo do Senado e o nível de atenuação ou acusação (atributos) no julgamento dos desvios éticos e causas da crise, enquadrados pelos jornalistas.

Pelo observado, em sua maioria, os enquadramentos aparecem de forma acusatória e desfavorável ao Senado, aos senadores, ex-diretores, à cultura política, ao senador José Sarney e ao presidente Lula.

A imputação à cultura e a história da formação do Brasil surge para atenuar a culpa dos atores como se eles não fizessem parte da mesma massa que forma o contexto social. A responsabilização à população em geral é descrita *en passant*: “O povo tem memória curta e não cobra o resultado das denúncias”.¹⁷⁹

179 - Depoimento de Cristina Sanson (RJ) à *Veja*.

Partindo-se da premissa de que as razões do escândalo do Senado são de ordem ética (privada) dos indivíduos que representam os brasileiros no Congresso Nacional e de ordem moral (pública), enquanto representa a conduta coletiva do país, a polarização não se mostra intensa na análise textual das reportagens que cobriram os eventos atinentes. É compreensível que as duas revistas não façam concessões aos erros que significam descumprimentos às leis e códigos que regem as instituições e os servidores públicos. Entretanto, há sim diferenças, visto os contrastes na política editorial dos veículos. Seguem antes as semelhanças.

As duas publicações encontram-se em diversos pontos, a exemplo de considerar o grupo principal de parlamentares do PMDB como “tropa de choque”, a serviço dos interesses privados e do desejo de manutenção no poder.

As coberturas manifestam-se contra os desmandos e julgam tais desvios com rigor mesmo que seja de maneira diferente. A crise passa a ser do interesse de todos, uma vez que os eleitores e leitores vêm sendo lesados, o que provoca ações vigilantes do Quarto Poder atribuído ao jornalismo e a própria missão social e ética dos jornalistas – informar a verdade que se espera. Ilustram os exemplos de enquadramentos do desinteresse dos parlamentares pela causa pública, a imagem de Brasília como ilha da fantasia, a baixa reputação do Senado como “antro de vagabundos”, o temor da opinião pública, a fiscalização dos negócios do governo etc.

Ainda outros pontos que unem as reportagens: a interpretação de ficcionalidade às frágeis defesas de Sarney negando os fatos e a degradação do Congresso diante da falta de honestidade, pudor, decoro e espírito público. A valorização do voto seria a solução mais viável apresentada pelas revistas para banir os maus políticos preservando a democracia.

Os enquadramentos da certeza da impunidade, do célebre “jeitinho brasileiro” praticado nas várias classes, da indignação

popular frente ao comportamento dos parlamentares e da leniência em relação aos valores morais conectam as enfermidades éticas no cenário político às raízes históricas e socioculturais dadas.

As duas revistas também reconheceram a responsabilidade pela desmoralização do Congresso Nacional ao presidente anterior Renan Calheiros, aos ex-secretários, ex-diretores da Casa e ao atual gestor, José Sarney.

As narrativas mantiveram um bom nível de apuração, mas nenhuma das revistas apresentou a palavra dos dois principais envolvidos: o senador Sarney e o presidente Lula. Apenas a *Carta Capital* entrevistou o líder do (PMDB) no Senado, Renan Calheiros.

Em vários momentos, as revistas *Veja* e *Carta Capital* assumiram a posição de um cidadão, ator político protagonista¹⁸⁰ que luta e aspira por um Brasil mais equitativo; pode-se constatar essa postura através dos enquadramentos pouco controvertidos. Ambas as publicações apontam para uma tendência consensual quanto aos conteúdos, visto a natureza pouco antagônica das origens desse escândalo político midiático; a polarização mostrou-se menos intensa nos níveis de atenuação e acusação frente às responsabilidades dos envolvidos na crise política durante a cobertura do noticiário.

As controvérsias surgem no nível das linhas editoriais justificadas pelas escolhas partidárias divergentes. A *Veja*, contra o governo petista, com textos mais sarcásticos, irônicos e acusativos. A *Carta Capital*, mais analítica e embasada na necessidade de manter a governabilidade.

180 - Esta ideia da imprensa como ator protagonista é bastante discutida inclusive por Mattos (1993) e Soares(2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética é uma constante na contemporaneidade, seu tema permeia várias frentes e assuntos como a ética pessoal, profissional, a ética social, política, privada, dos direitos humanos, a ética ambiental, médica; aquela voltada ao mundo acadêmico, a ética da comunicação, incluindo a mídia e o jornalismo. Ainda discute-se a ética do futuro, pela qual temos responsabilidade geracional. Há muitas variantes, por conseguinte, não se acaba nesta simples lista.

Há outra questão a considerar: a globalização e o desejo de progresso de qualquer modo, com o fito de melhorar a vida da população, têm perdido o fascínio em virtude do efeito contrário, um *gap* cada vez maior das diferenças entre os cidadãos dos países politicamente fortes, centrais e ricos e os outros frágeis e periféricos. Com isso, a ética deixou de ser vista como uma “questão abstrata e passou a constar da lista das mais caras exigências públicas contemporâneas” (GARRAFA, 2006, p. 32).

Apesar de tão propalada nos dias de hoje, pode traduzir, ao contrário, a sua ausência, a deformação de valores espirituais e sociais, a descrença absoluta nas sociedades contemporâneas. A discussão está presente nas academias, entretanto, não com tanto vigor. Benetti (2003, p. 1) confessa que o valor da ética jornalística é ensinado aos alunos, a credibilidade é repassada como o maior bem de um veículo (e de um profissional). No entanto, em algum

lugar do caminho, “a ética e a credibilidade tornaram-se velhinhas simpáticas, mas ultrapassadas – para alguns, inclusive um estorvo”.

Retomando o objetivo maior desta obra, dedicou-se aqui à observação e compreensão da maneira como o jornalismo e os jornalistas brasileiros narraram, descreveram e interpretaram, sob o prisma ético, o escândalo do Senado, no ano de 2009, retratado pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*.

A cobertura completa atravessa o período de 18 de março a 26 de agosto de 2009, composta do estudo recortado de 26 exemplares (12 da *Carta Capital* e 14 da *Veja*) escritos pelos jornalistas das revistas estudadas. Definidas as unidades de registro, estabeleceram-se as categorias de análise a partir da assiduidade de enquadramentos das descomposturas dos agentes políticos. Dessa forma, tornou-se imprescindível investigar de que maneira os veículos impressos julgam tais equívocos éticos, selecionam as causas, as consequências e a forma como foram apresentadas as sugestões de medidas para minimizar os problemas apresentados pela crise política.

Este trabalho de análise demandou uma atenta reflexão sobre os conceitos de ética, moral, deontologia, enquadramento e escândalo político. Um mergulho nas origens históricas, socioculturais, antropológicas e religiosas do país e do jornalismo, as quais desenharam as noções éticas brasileiras; o vínculo entre a ética e o jornalismo no terreno democrático e a especificidade de uma ética jornalística. Uma panorâmica sobre o tratado dos deveres jornalísticos e a formação ética nos cursos universitários. Foi abordada a interseção entre a ética e os postulados da doutrina estratégica profissional, a objetividade, a verdade/veracidade. Também, mostramos as influências dos intervenientes organizacionais no processo de produção das notícias e no exercício ético nas redações, apreciados pelas teorias do jornalismo.

O referencial teórico, naturalmente, é um orientador de conhecimentos aplicado às necessidades da pesquisa que funciona como um mapa de percurso para assessorar a parte empírica. Alguns temas-chaves tratados como nucleares nas discussões das temáticas apresentadas na fundamentação, inicialmente, foram pensadas como objetivos específicos: as raízes históricas das noções éticas brasileiras; os códigos deontológicos e a formação ética universitária; os consagrados valores jornalísticos e os intervenientes ao seu cumprimento ético.

No entanto, optou-se por destacar objetivos que representassem uma produção pessoal. Os “diálogos” do primeiro capítulo com os diversos autores são tratados como contribuições necessárias para aumentar a compreensão das análises apresentadas nos capítulos seguintes.

Da observação dos rastros da história, das raízes políticas, socioculturais, antropológicas e religiosas formadoras das noções éticas praticadas no jornalismo brasileiro depreende-se, a partir das teses dos estudiosos, que devemos, na contemporaneidade, o teor das práticas nesses setores aos colonizadores. Os teóricos vinculam a dominação portuguesa, tradicionalmente patrimonialista e patriarcal, ao retardamento da indústria, do capitalismo e a inexistência da Revolução Burguesa na Península Ibérica. Pode-se aplicar o mesmo raciocínio para a frustração da economia racional, o atraso na educação, na implantação da imprensa e na indistinção entre o público e o privado nas práticas políticas, graças à ampliação do Estado em direção à família.

Dessa maneira, a gênese dos acontecimentos, historicamente dada, vai determinar as noções éticas brasileiras e os modos políticos e sociais professados, inclusive a personalidade na ordem social e institucional. O “jeitinho brasileiro” usa positivamente o tom afetivo para minimizar a “dureza” da lei; também seu

discurso é aplicado, negativamente, para favorecer a corrupção e a impunidade. As formas burocráticas, ao contrário, seguem o tom impessoal da lei, igualando os cidadãos de forma geral. É possível, por conseguinte, afirmar que há rastros do passado histórico no nosso viver político atual. É natural que essas raízes éticas sejam identificadas nas linhas noticiosas. Diz-se possível, porque estamos tratando com estudos de outros pesquisadores.

Portanto, cabe ressaltar que esta obra não permite asseverar que tal herança seja diretamente aplicada à prática jornalística. Há dois itens contraditórios a considerar nesta questão: a) é sabido que o teor subjetivo, a cultura, crenças, preconceitos e visões de mundo dos jornalistas influenciam as escolhas das notícias e o processo de formação dos enquadramentos; b) a cultura do campo jornalístico é internacionalizada, notadamente provinda dos Estados Unidos, portanto, diferente da cultura da nossa população.

No entanto, não se pode afirmar que os jornalistas assimilem prontamente, nas coberturas políticas, aqui representadas pelo escândalo do Senado, seus juízos de valor baseados na experiência de um brasileiro. Parece mais sensato que o profissional cubra-se do “ritual estratégico” no exercício diário de informar ao público e assuma os traços essencialmente nacionais na ética privada. Também não se pode assegurar a inexistência de marcas herdadas das noções éticas brasileiras nas páginas pesquisadas, porém não existem constatações científicas que determinem uma assimilação direta dos costumes brasileiros e das tradições históricas e sociopolíticas nos enquadramentos, até porque há outras interferências de ordem organizacional e um padrão comportamental que a imprensa segue através de suas ideologias e políticas de editoria.

Do segundo capítulo em diante recorreu-se à deontologia do campo e à uma visão da formação ética nas escolas universitárias

de jornalismo no país. A partir da problematização da conveniência dos códigos deontológicos dentro da característica brasileira do distanciamento entre as regras e a prática social, Bucci (2000) leva-nos a concluir que tal conteúdo teórico mostra que por um lado, conhecer as lições da deontologia contribui para a formação crítica e ética do jornalista. O mercado por outro lado, o prepara tecnicamente. Entretanto, o código pronto (importado de outra cultura) não será seguido fielmente. O que se pode assimilar desta lição é que os repórteres serão mais bem educados, profissionalmente, se os códigos forem parte viva da cultura local.

Levando em conta que, conforme Bucci (2003), princípios, valores e condutas do jornalismo se fixam mais pelos costumes do que pelas normas, permite-se deduzir que a prática jornalística, embora assimile traços subjetivos de seus autores, está mais voltada a atender aos ditames organizacionais. Esses, segundo Breed (1993), chamam mais a atenção nas redações do que os ideais éticos ou crenças pessoais. Tais elementos ligados às empresas de comunicação vão ajudar a responder como os jornalistas narram e interpretam os eventos políticos sob o prisma da ética. Essa é a colaboração do item para este livro.

Da análise da formação ética nos cursos de jornalismo infere-se alguns pontos: 1) a existência de uma dicotomia pedagógica entre o ensino da teoria (humanista) afastado da prática real (tecnicista). O tema é observado além Brasil, o que configura uma tendência no meio e um prejuízo no aprendizado dos estudantes de jornalismo; 2) apesar da luta para manter o prestígio dos cursos, a área tem sofrido derrotas a exemplo da decisão judicial que revogou a exigência da formação universitária específica para o trabalho jornalístico; 3) embora haja muitas possibilidades da disciplina, há poucos fóruns específicos de discussão e quase nenhum periódico voltado exclusivamente ao tema da ética.

O estudo de Christofolletti (2010) sobre a formação deontológica e profissional nos 100 cursos universitários mais antigos do país oferece algumas conclusões importantes sobre os currículos: 1) existe uma “opacidade” dos conteúdos oferecidos nas disciplinas; 2) o fato de 40% dos cursos ofertarem matérias de cariz ético com apenas dois créditos, fragiliza a formação ético-profissional; 3) há evidências de um ensino de ética jornalística “frágil, disperso e confuso conceitualmente” nas faculdades e universidades analisadas; 4) a pesquisa mostra que a diversidade dos títulos disponíveis revela um discurso mais “normatizador e prescritivista” do que reflexivo.

Ademais, há também a constatação de que apesar da sociedade interessar-se por ética nos anos 1980, pós-ditadura, as escolas passaram a desprezar o tema deixando entender que a ética “é irrelevante na formação profissional dos jornalistas” (GENTILLI, 2001, p. 1). Todas essas considerações a respeito das escolhas pedagógicas e posturas diante da formação do futuro jornalista geram implicações na conduta profissional refletidas na maneira como os repórteres vão narrar as informações para o público.

A constatação das investigações dos autores citados, quanto à insuficiência de conteúdo e desleixo desse específico e imprescindível ensino nas universidades, leva-nos a deduzir que tais falhas podem ser consideradas algumas das causas da pouca aplicação dos preceitos éticos por parte dos jornalistas ao executarem suas funções.

Uma conclusão importante a que se chega desta investigação é que os preceitos, hábitos e condutas éticas só se desenvolvem em ambiente democrático, visto que viceja a liberdade de imprensa e expressão. Grandes pensadores desde a Antiguidade centralizam a questão da política e da ética no bem comum.

Na contemporaneidade, Habermas concentra-se no consenso comunicativo, na validade das normas a partir do assentimento e na participação geral rumo a um acordo. O ideal proposto é familiar ao preceito ético jornalístico da pluralidade de vozes.

Em continuidade ao tema do mérito público, a verdade enquanto valor jornalístico é preservada, no sentido do compromisso fundamental do profissional midiático com a veracidade no relato dos fatos, todavia admite-se que existem, sim, fatos verazes de acordo com os princípios de cada veículo. Não que os meios se pautem na mentira, ao contrário, devem primeiro proporcionar condições para que seus próprios preceitos sejam seguidos para dar o exemplo ético.

Voltando ao objetivo deste livro de investigar a interseção da ética com a verdade/veracidade no jornalismo, a conclusão aproxima-se mais da reflexão de Gomes (1993) quando relativiza a verdade jornalística, estimando que as notícias serão sempre verdades ou falsidades-para-alguém, visto que a avaliação ocorre sob um olhar em perspectiva.

O relativismo da verdade reflete-se na objetividade. Acompanhando as teorias expostas nesta pesquisa, deduz-se a dificuldade de estabelecer a imparcialidade no relato dos fatos, visto à impossibilidade de se estabelecer um consenso, uma verdade universal, uma interpretação única, num universo de verdades outras em culturas diversas.

No aprofundamento de uma análise de conteúdos e conhecendo como funciona o processo de produção das notícias, conclui-se o que todos já sabem, a objetividade é inatingível, mesmo assim as instituições jornalísticas persistem nela pela razão do preceito fazer parte da promessa ética aos leitores; trata-se de ser justo com quem dialoga.

Independente de se confirmar a imprescindibilidade da aplicação dos princípios éticos no fazer jornalístico, há de se considerar os intervenientes que modelam a produção das notícias e podem dificultar o exercício ético.

Algumas teorias do jornalismo fornecem componentes que vão embasar a discussão em torno dessas interferências. Através da Teoria da Ação Política a imprensa recebe informações influenciadas pela ideologia política dominante. O que se pode inferir do confronto dessa teoria com a ética é a uma distorção deontológica e democrática, por assim dizer, em prejuízo do direito cidadão. Primeiro, há descumprimento das práticas jornalísticas voltadas aos interesses dos cidadãos no quesito divulgação “desinteressada” das notícias, uma vez subordinadas ao jogo econômico; segundo, constata-se a apropriação do exercício jornalístico por outros grupos da sociedade para exercer seu poder, afetando negativamente também o processo democrático.

A Teoria da Ação Pessoal ou Teoria do *Gatekeeper* subordina a escalação dos acontecimentos que serão notícias, ao olhar subjetivo do jornalista, ou seja, vai depender dos juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*, segundo White (1993).

As teorias organizacionais expõem as imposições da política editorial como a procura incessante das notícias, imediatismo que pretere a objetividade. Considerem-se também as condições precarizadas de trabalho; a diminuição dos recursos humanos, a pressão do *deadline*, os baixos salários nas redações e a dependência do setor publicitário. E mais, a falta de regulamentação do profissional, a resistência à formação de conselhos de comunicação, em resumo, toda a fragilidade a que está exposta a classe, novamente vem ajudar na compreensão de como os profissionais cobrem eticamente eventos políticos. Isso

quer dizer que os fatos nos induzem a considerar que a realidade apresentada pelos teóricos do jornalismo influencia na postura ética dos profissionais.

As teorias construcionistas explicam a escolha das notícias a partir do prestígio das fontes (*primary definers*). Nesta abordagem, os *media* têm papel secundário na produção das notícias, eles apenas reproduzem os interesses da classe dirigente.

Inserem-se também nas considerações finais a discussão sobre a Economia Política da Comunicação (EPC), que se fez proposital nesta obra, na medida em que também expõe as interposições econômicas na produção e circulação das notícias, gerando escolhas ou enquadramentos que dão publicidade aos interesses de grupos em detrimento de outros. Tais inconvenientes podem deturpar a postura ética nas práticas jornalísticas e a democratização da informação.

Dessa maneira, já que o processo produtivo confere poucas condições de diversificar os depoimentos e enriquecer os pontos de vista sobre um evento, tudo leva a crer que a ética jornalística é atingida. Não existe, pois, divulgação “desinteressada” do noticiário frente às subordinações expostas. Em suma, a discussão das teorias do jornalismo apresenta interferências na produção das notícias que podem dificultar o cumprimento dos códigos éticos.

Conclui-se sobre a resistência ao Conselho de Comunicação Social (CCS) uma demonstração de má vontade à sua efetivação por parte do patronato, enquanto que para os trabalhadores, para a população e a própria comunicação pode constituir-se em um órgão de proteção e garantia cidadã. Por outro lado, o órgão também pode atuar, conforme Dines (2008), como instrumento e estatuto regulador e autorregulador no que concerne à assunção de responsabilidades, reconhecimento de erros e aceitação de julgamentos, quando necessário, de difícil aceitação do corpo profissional no meio midiático.

Para atender aos objetivos e questões do livro foi preciso, naturalmente, averiguar as origens da convulsão estudada, o que possibilitou confirmar, partindo da Teoria Social do Escândalo Político de Thompson (2002), que a crise do Senado trata-se de um escândalo político midiático, desde quando compõe acontecimentos transgressores de ordem moral e financeira que provocaram desaprovação pública. E mais, afetaram a política de confiança, atingindo a cota de reputação dos personagens envolvidos. Os canais midiáticos desvelaram atos de corrupção ora ocultados. Os conceitos de escândalo político e suas particularidades, além de auxiliarem no entendimento da forma como os repórteres da *Carta Capital* e *Veja* interpretaram os acontecimentos políticos, também contribuíram para detectar causas e consequências que caracterizaram a crise.

Investigar a atribuição do nível de favorecimento/desfavorecimento aos envolvidos na crise, no exame das coberturas sobre o escândalo político, publicadas pelas revistas escolhidas, foi um dos propósitos do livro. A análise presente mediu, qualitativamente, o juízo crítico dirigido à instituição do Senado, aos senadores, principalmente José Sarney, ex-diretores da Casa, ao governo na pessoa do presidente da República, partidos políticos e a cultura nacional.

Os jornalistas abordaram as revelações com uma frequência maior de acusações ao presidente do Senado, José Sarney, julgando eticamente as irregularidades imputadas ao senador. Ocorrência facilmente entendida pela representação do cargo e pelas denúncias já existentes em torno da sua família em nível local, no Maranhão e, nacional, em Brasília. A sua imagem é associada às forças mais conservadoras e anacrônicas do país.

Da pouca atenuação às críticas concedidas aos envolvidos no escândalo, esta foi dada um pouco mais pela semanal dirigida

por Mino Carta do que pela *Veja*, explicada pelas escolhas editoriais e políticas. O fato não implica dizer que não haja senso crítico ou cobranças nas reportagens, o papel de agente fiscalizador é cumprido, sem dúvidas; só não desfavoreceu com tanto rigor. O julgamento basilar das duas revistas abrange o desrespeito ao Congresso Nacional, o império do patrimonialismo e o desrespeito ao eleitor.

O então presidente Lula foi desfavorecido com mais intensidade pela revista *Veja*. No auge do escândalo, os jornalistas mudaram o ponto nevrálgico das atenções da organização de uma estrutura administrativa clandestina, criada por Sarney desde 1995, para responsabilizá-lo pelos acontecimentos na instituição e pelo constrangimento imposto ao partido e aos senadores petistas na operação “Salvar Sarney”. A Lula foi cobrada a bandeira da ética, uma marca de sua atuação política. A cobertura densamente opinativa da *Veja* evidenciou uma atitude agressiva contra o presidente. Quando não o recrimina pela crise, a narrativa procura acusá-lo de alimentar as mazelas históricas, mais que o próprio senador Sarney, gestor e realmente responsável pelo escândalo. Quando defende o senador, é por conveniência do PSDB.

O deslocamento da responsabilidade transparece interesses político-partidários da revista *Veja* que, associada à oposição, quer “sangrar o governo petista”. Naquele contexto, começa a ser construído, ao invés da punição aos envolvidos no escândalo do Senado, outro jogo político visando à criação de componentes viáveis ao *impeachment*, possibilidade aventada pela oposição, para deslocar, sim, o presidente.

Os jornalistas também imputaram a culpa do escândalo e das mazelas políticas à cultura nacional, ficando a cargo do “jeitinho brasileiro” a responsabilidade pelo julgamento recriminatório do comportamento antiético na seara política. Alguns enquadramentos responsabilizaram o povo brasileiro pelo

consentimento às irregularidades e erros dos legisladores. Brasília simboliza o oportunismo e o avesso da moralidade.

Percebe-se então uma inversão de valores que a cobertura descreve, ou seja, o procedimento moral dos indivíduos ou suas atitudes, independente da atuação profissional do sujeito na sociedade, é que vai contribuir para a formação cultural, e não o contrário. Os componentes que formam a cultura de um país não são entes abstratos, nem autônomos para assumirem, isoladamente, responsabilidades pelos hábitos e condutas assimiladas pela população. Admitir que o “patrimonialismo”, como problema histórico seja difícil de mudar, usar o “jeitinho brasileiro” de forma oportunista para abrandar as denúncias ou mesmo justificar os desvios éticos em função da cultura brasileira são equívocos que estão no imaginário do povo brasileiro, e enquadrados, subliminarmente, nas coberturas do escândalo do Senado. Os jornalistas selecionaram algumas declarações de atores políticos, citadas na obra, que demonstram, sob o aspecto ético, a interpretação do encargo imputado às causas históricas e sociais formadoras das noções éticas nacionais. Ou seja, deixam transparecer que a leniência geral exime as atitudes públicas da responsabilidade pelas práticas políticas reclamadas, porém perpetuadas.

O PMDB, partido do presidente do Senado, foi a agremiação política mais acusada pelos enquadramentos das duas revistas estudadas por dominar as negociações e barganhas, formação das comissões e por acolher um quadro de políticos “fichas-sujas”.

Na estimativa dos atributos das categorias dos enquadramentos, a *Veja* “bateu” mais e atenuou menos por razões ideológicas; a *Carta Capital*, por seu turno, favoreceu mais e acusou menos. A revista não fugiu às críticas, contudo, poupou como pode, a figura do presidente Lula.

O fato da *Veja* ter enfatizado mais o conjunto de denúncias que responde pela expressão de escândalo do Senado confere-se, repetindo, pela particularidade de suas escolhas ideológicas e partidárias. Enquanto a *Carta Capital* é declaradamente pró-Lula e mais PT que outros partidos; a *Veja* é contra-Lula e atende pelas siglas oposicionistas PSDB e DEM. Assim, a descoberta da administração paralela e clandestina, produtora dos “atos secretos” de nomeações no Senado, o império do segredo e do fisiologismo são minimizados pela revista. Em contrapartida, a semanal vigiava e julgava, com palavras condenatórias, as ações políticas passadas e presentes do presidente da República e do PT.

Pela mesma razão a *Carta Capital* minimizou as condenações. As defesas a Sarney feitas por Lula foram justificadas como única opção para sustentar a governabilidade e manter-se solidário a quem o apoiou anteriormente. As arbitrariedades de que o presidente do Senado era acusado foram tratadas, algumas vezes, como “questões de estado”; dizendo mais, mesmo sendo constatadas as denúncias, sua renúncia era vista como um risco maior para o governo.

As coberturas políticas mostram que, em ambos os lados, há momentos de atenuação ao procedimento do presidente do Senado. Do lado governista porque precisava manter o poder e o apoio do maior partido do país; do lado oposicionista, para assegurar um acordo com o PMDB para salvar o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) arrolado no escândalo.

Quanto à polarização dos textos publicados pelos jornalistas das revistas, os contrastes mostram-se mais no que concerne à política editorial das publicações do que propriamente à narração dos fatos políticos. O combate e o julgamento negativo das atitudes ilícitas foram intensos em todas as reportagens, guardadas as marcas ideológicas das publicações.

Nota-se a intenção de cada um dos veículos de priorizar algumas declarações mais que outras indicando parcialidade. A diferença marcante no terreno da polarização foi a postura da *Veja* de supervalorizar a culpa reservada ao presidente da República e ao PT. Ambas narram e descrevem fatos verazes com toques interpretativos diferentes ao sabor da linha editorial. A diversidade é permitida pela liberdade de expressão e saudável para o processo jornalístico e democrático.

A *Carta Capital* alivia as incriminações em função dos posicionamentos do próprio governo e do presidente Lula. Também analisa a funcionalidade do governo, o risco das perdas em favor da oposição e a verdade dos jogos políticos. A revista observa questões estruturais como a resignação popular e a responsabilização do povo brasileiro na aceitação das irregularidades. Admite que a política tem suas regras próprias e compara o Senado à sociedade que elegeu seus membros. Um é o reflexo do outro.

A *Veja* usa repetidamente, o recurso do temor à ditadura ao aproximar as consequências do conflito político à ameaça da tomada do poder e perdas no processo democrático.

A *Carta Capital* discute a postura dos meios de comunicação, o papel da oposição; temas jornalísticos, como a objetividade, o dever de publicar a verdade factual, a partidarização da mídia, a ética jornalística, o servilismo do jornalista e a liberdade de expressão.

À *Veja* coube selecionar o *frame* da ilegalidade da posse de meios de comunicação entre políticos.¹⁸¹ Evidenciada a perigosa

181 - Há 256 parlamentares ligados à posse de meios de comunicação (2009). Consulta atual ao site <http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos>, contata-se que no Brasil, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. O Projeto Donos da Mídia cruzou dados da Agência Nacional de Telecomunicações. O maior percentual (54,24%) pertence a prefeitos; o menor, a senadores (7,38%). O DEM é o maior partido proprietário (58,33%). A Bahia é o 3º maior estado onde políticos se associam aos meios.

consequência da manipulação dos conteúdos noticiados em favor dos interesses dos donos e, claro, em detrimento da verdade falseada ao cidadão. O exemplo tomado é o do império das comunicações de posse da família Sarney no Maranhão.

Não cabe a esta obra analisar a ética da política ou dos políticos, o estudo quer compreender como o jornalismo narrou eticamente o escândalo do Senado. Quando a imprensa constrói os enquadramentos constantes dessas coberturas analisadas, em verdade o faz de um ponto de vista ético mais amplo que inclui a visão social, política, jornalística e editorial dos veículos, cujos interesses estão subjacentes às respectivas ideologias. Lembrando, a *Carta Capital* selecionou a citação do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a qual expressa que a ética genérica morreu, a seleção marca uma posição crítica do jornalismo político da revista *Carta Capital* apesar da sua postura editorial ligada ao governo petista. Em suma, o repórter faz um alerta à opinião pública, à sociedade brasileira sobre as consequências da ausência da ética.

Realizou-se uma contextualização política onde se desenrolaram os fatos, base da ocorrência do escândalo, oferecendo ao leitor um retrato das motivações que detonaram a crise política no Senado. O panorama dos veículos impressos demonstra a importância dos títulos escolhidos no mercado editorial brasileiro.

Os jornalistas abordaram as descobertas dos atos ilícitos, sob a visão ética, manifestando sua desaprovação de maneira negativa e, sob censura, através das manchetes e textos editoriais humilhantes e ainda por intermédio das fontes. O exame dos enquadramentos indicou, de uma forma geral, que o jornalismo político narrou os eventos sob o julgo da desmoralização e pessimismo, este último no que concerne à aplicação de medidas punitivas aos envolvidos. As coberturas avaliam as ações e declarações dos legisladores de maneira sofrível, à base da repulsa, indignação e reprimendas.

Particularmente, quanto à categoria ou questão que perscruta sobre a maneira como as estórias jornalísticas das revistas pesquisadas julgam os desvios éticos dos legisladores, durante o escândalo do Senado, assinala enquadramentos de descrédito, ilegitimidade e desconfiança em relação às práticas e aos atores políticos no Brasil.

O julgamento do descrédito dominador é debitado, em algumas situações, às raízes da cultura brasileira. As reações dos jornalistas e dos leitores ou opinião pública quanto ao deslocamento de fatos ocultos para o palco, demonstram também repugnância, revolta e intolerância frente à continuidade dos malfeitos e da corrupção existentes no país.

As acusações trazem à tona, através das narrações jornalísticas, o eixo central da crise senatorial: a indiferenciação entre o público e o privado. É recorrente a afirmação dos repórteres de que insatisfações ocasionais dos atores políticos têm a ver com interesses particulares recusados ou o desvelamento das benesses e não com a defesa da moralidade pública.

Outra categoria ancora-se nas causas do conflito político; quer entender a maneira como os veículos semanais as enquadraram. As matérias apontaram causas historicamente dadas que desenham os modos de fazer política na contemporaneidade. A maioria delas apresenta um país com posturas arcaicas no seu proceder democrático. Os jornalistas associam as razões da eclosão do escândalo a uma herança sociopolítica e histórica, matriz das primeiras noções éticas assimiladas pelos habitantes, as quais teceram, todavia não de forma total, as condutas praticadas na arena social e política. Também os congressistas atribuem peso significativo às causas históricas, as quais contribuíram para o aparecimento de mais um escândalo. As origens dos estilos políticos nacionais são detectadas no Brasil antiquado, atitudes pouco encontradas nos países considerados desenvolvidos do

ponto de vista do combate à corrupção.

Os modos patrimonialistas, a burocracia impeditora das punições e as “doenças” mais graves, o fisiologismo, nepotismo, o clientelismo acrescidos da cumplicidade dos congressistas são os enquadramentos mais acionados pelos jornalistas das duas revistas no que respeita às causas do escândalo do Senado ou dos “atos secretos”. Os *frames* são aplicados de maneira a mobilizar os brasileiros e envergonhar os autores das ações deletérias ao patrimônio público.

As consequências do escândalo foram também questionadas. A desmoralização narrada pelo jornalismo político atinge, além da reputação da instituição Senado República, a imagem dos parlamentares e a própria função pública. A avaliação no geral é negativa e acusatória em relação aos hábitos equivocados dos senadores. A decadência do Senado é demonstrada pelos profissionais da mídia a partir do termômetro do desinteresse pelas demandas públicas e a perda do senso republicano pelos agentes políticos, num ambiente descrito como ruim, sem transparência, com muitas benesses e pouca produção. Assim a imprensa usa o instrumental ético para censurar os envolvidos na crise política.

Os itens mais temidos e retratados na categoria das consequências são os prejuízos às instituições e ao processo democrático; o descrédito na política, nos políticos e na esperança de um país mais civilizado.

Mais uma importante reflexão apontada neste livro interessou-se em problematizar a categoria: como e quem apresenta contribuições ou sugestões para minimizar os problemas salientados por esse específico escândalo. As recomendações abrangeram sugestões educativas, mais transparência, a extinção de privilégios e irregularidades administrativas, chegando à valorização da ética e do voto como arma contra os maus políticos. A temática de análise dos *frames* de contribuições mostrou a maneira como

os periódicos estudados, os legisladores, os especialistas e leitores tentaram dirimir os malfeitos descobertos durante a crise.

Foi observado, pois, o nível de comprometimento dos profissionais da imprensa, a participação enquanto parcela interessada da população e a avaliação de sua própria intenção de exercer o Quarto Poder, papel de missionário ou “juiz social”, vigia do poder público em defesa dos cidadãos. De forma particular, a política de edição de cada veículo determina a tendenciosidade de acordo com as ondas do jogo político, ou seja, o apoio a um envolvido no escândalo pode aparecer e desaparecer conforme os acordos costurados nos bastidores do Senado e a “simpatia” do veículo a um partido.

Os jornalistas descrevem o oferecimento de sugestões dos congressistas de forma condicional, ou seja, as propostas de limpeza ética são modestas e submetidas a interesses particulares. Aquelas raras apresentadas não foram cumpridas, fato que corrobora o retrato do descaso pela coisa pública.

A escolha dos especialistas obedece às regras do enquadramento jornalístico, pois em qualquer notícia eles são selecionados para dizer o que a publicação pensa e para dar maior legitimidade e credibilidade à questão vinculada. Não por acaso, nenhuma fonte ou discurso são neutros.

A forma como as narrativas enquadraram a avaliação dos leitores sobre as posturas éticas na arena política tem peso menor. Primeiro as fontes mais consideradas são os estudiosos das Ciências Políticas, História, Sociologia ou os postos de comando no interior dos cleros políticos; depois, o cidadão comum, ocasionalmente entrevistado. Este opina o mais das vezes de maneira revoltada, em depoimentos inconformados com o desregramento na invasão do público pelo privado, sugerindo largamente o corte dos privilégios no setor. A participação é requerida assim como o combate ao

segredo e a aspiração pelo seu contrário: a transparência dos atos públicos. A punição aos causadores dos escândalos é das maiores reclamações feitas pelos leitores.

Os veículos analisados informaram ao público o que ocorria por trás das cortinas do palco do Congresso Nacional, seguindo cada um sua linha editorial. A exposição detalhada dos *frames* destaca-se pela maneira crítica e contributiva, fruto da missão vigilante do poder assumido pelos jornalistas.

No comparativo das categorias percebidas nas reportagens, o exame mostrou que a temática do julgamento ético dos desvios dos congressistas traçado pelos jornalistas alcançou a marca máxima de 100% no número de edições examinadas das duas revistas. Os enquadramentos interpretam os eventos e declarações de maneira a chamar atenção para a opacidade deliberada dos fatos. O segredo, como arma do poder é descrito tal como uma ferramenta constante nos negócios públicos, tanto que dá nome à crise ora pesquisada: o escândalo dos “atos secretos”. Na contagem das outras categorias, a *Veja* mostrou um percentual maior que a *Carta Capital* na exposição de causas, sugestões e consequências para o escândalo político estudado.

Demonstrou-se que a objetividade, a imparcialidade ou a neutralidade, tão presentes nas discussões éticas, jornalísticas e democráticas, não se sustentam quando as análises textuais dos veículos de comunicação são aprofundadas. A probabilidade da parcialidade presente nos enquadramentos não ocorrer de forma consciente no trabalho jornalístico, de os relatos serem ideológicos não por tendenciosidade, mas por serem produzidos a partir de uma limitada “matriz ideológica”, tema discutido no primeiro capítulo, leva à conclusões da considerável influência humana na escolha das notícias. Esta é dependente de juízos de valor baseados na vivência do jornalista, núcleo defendido pela teoria do *gatekeeper*.

Considerando-se o diálogo exposto com os estudiosos, que a cultura é um dos locais onde acontece o enquadramento, entendido como “esquema interpretativo”, e que os jornalistas processam sentidos socialmente compartilhados, apreende-se também que os conteúdos político, sociocultural, religioso e antropológicamente herdados, os quais concorreram para a formação das matrizes éticas de uma nação, imprimem, de certa forma, suas marcas na escritura jornalística.

Compreende-se, que a maneira dos jornalistas narrarem o escândalo, sob o aspecto ético, foi dividida, influenciada, por isso limitada. Refletiu por um lado o respectivo contexto social, histórico, ético e político dos profissionais brasileiros; por outro, as regras organizacionais, a política editorial dos veículos e o espaço social em que o noticiário é gerado por mediação das forças econômicas e dos próprios interesses do jogo político também são refletidos.

A notícia não é “desinteressada” porque seu processo de produção não é desinteressado. A realidade, pois, define um espaço diminuto no palco midiático para as performances éticas, sobretudo em fases de escândalos políticos. O jornalismo e os jornalistas ofereceram às audiências um retrato contemporâneo de como a mídia trata a ética, um retrato revelado sob fortes influências contrárias aos postulados escritos.

Se a produção e circulação das notícias estão comprometidas com outros interesses que não seja o público, se a autonomia do jornalista é relativa em relação ao controle econômico, se as empresas de comunicação dificultam a adoção dos preceitos éticos pelos profissionais de acordo com o aporte teórico que vem subsidiar estas considerações finais, a recepção e a democratização da informação estão frontalmente prejudicadas. Entretanto, por mais que o estabelecimento da ética possa parecer utópico e

dificultado, os jornalistas devem provocar as condições de seu plausível exercício, não deixando de ser um ideal a perseguir.

Sua indispensabilidade nasce do direito do cidadão à informação plena, princípio presente em declarações, constituições e códigos deontológicos.

Há alguns componentes do exercício midiático que podem se transformar em ferramentas na luta de reconciliação com a utopia ética. O jornalismo diário é um caminho para o conhecimento, é um construtor da história, da liberdade e da verdade. Como diz Restrepo (2007), há dois tipos de utopia: a que nos serve como desculpa para nossos medos, covardias, preconceitos ou preguiça, ou a utopia de nossa surpresa diante da grandeza que também para nós é possível.

Cabe às empresas de comunicação e aos jornalistas, que um dia juraram respeitar os postulados éticos, terem coragem de exercitá-los, apesar das dificuldades reais surgidas nas interpretações de eventos políticos, na defesa dos desprovidos de voz e na construção dos acessos à participação geral semeados em terreno democrático. Os compromissos da imprensa passam pelo esforço dos profissionais com o melhor de si mesmos e as elevadas expectativas da sociedade, afinal a mídia é um digestor da informação dirigida ao público.

Oportunamente, queremos esclarecer que os resultados apresentados limitam-se aos itens estudados e critérios estabelecidos, ao período, evento e à editoria política das publicações semanais escolhidas para estudo.

O tema mais falado do período era o escândalo do Senado. A *Carta Capital* destacou seis capas que falam direta ou indiretamente sobre o assunto, destas, três com a foto do presidente do Senado, José Sarney, acompanhado ou sozinho. A *Veja*, apesar do tom mais crítico ao governo, retratou apenas duas capas sobre o assunto durante o período.

Entre as contribuições reveladas por este título apontam-se as de ordem histórica e social já que se investigou um determinado escândalo político, num determinado tempo moral da sociedade brasileira. A apreciação dos enquadramentos nas reportagens, das escolhas editoriais, da exposição das notícias, em suma, da apreciação do processo de produção do jornalismo político de revistas semanais pode constituir-se em um subsídio para outras pesquisas. Outro aporte que esta leitura pode acrescentar diz respeito ao esclarecimento da associação entre o poder econômico, os procedimentos da construção do noticiário e o cumprimento dos princípios deontológicos.

O tema não se esgota, naturalmente há muito mais a examinar. Este livro é uma semente que pode provocar outros trabalhos no âmbito midiático, a exemplo do uso dos recursos humorísticos como crítica estratégica no contexto ético ou aprofundar a pesquisa sobre a maneira como os profissionais refletem a ética jornalística, ou a ética cidadã, nos enquadramentos noticiosos que vão influenciar o pensamento de milhões de leitores, sobretudo, em períodos conflituosos da cena política.

Estudos também podem ser desenvolvidos na área das metodologias de análise do jornalismo político de revista, bem como análises sobre a história e atuação de periódicos semanais de informação para refletir e melhor compreender o processo de partidização dessas publicações e seu desempenho no arcabouço político nacional.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRIL. **Estrutura corporativa**. 2009. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/estrutura/estrutura-10.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

ACOELHAR-SE. In: HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p.27.

ADACHI, Vanessa. Editora Abril. **Observatório de Imprensa**, São Paulo, n. 379, 05 maio 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>>

ALBERTI, Verena. O riso, as paixões e as faculdades da alma. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 18., 1994, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1994.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Fátia (Org). **Mídia, representação e democracia**. [S.I.] Editora Hucitec, 2011. ISBN: 9788579700316.

_____. As três faces do Quarto Poder. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 18., 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: COMPÓS, 2009. p.1-13.

ALMANSA MARTÍNEZ, Ana. Estudio sobre los códigos deontológicos de los gabinetes de comunicación. In: VILLEGAS, Juan Carlos Suárez. **La ética de la comunicación a comienzo del siglo XXI**: libro de actas I Congreso Internacional de Ética da La Comunicación. Sevilla: Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, 2011. Disponível em: <<http://monitorando.files.wordpress.com/2011/04/libro-actas-congreso-etica-comunicacion.pdf>>.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 26-50.

ANER – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS. **Circulação**. 2009. Disponível em: <<http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>>.

ANJ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Dia da Imprensa**. 2008. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/agenda/eventos-anj/datas-comemorativas/dia-da-imprensa/?searchterm=dia%20da%20imprensa>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

APROVADO regimento interno do Conselho de Comunicação da Bahia. 2012. Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/tag/conselho-de-comunicacao./>>

ARANGUREN, José Luis L. **Ética e política**: doutrinas e problemas -8. Tradução de Wanda Figueiredo. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1967.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2. ed. Tradução de Edson Bibi. Bauru, SP: Edipro, 2007.

ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. 2. ed. Bauru, SP: Edipro, 2007.

AVOENGAS. In: HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Editora, 1975. p. 167.

BAHIA, Ana Lúcia Alves; RIGUEIRA, Marina Rigueira Carlos e. A ética e o ensino de jornalismo. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 8, jan./jun.de 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/mediacao/article/view/289>>. Acesso em 29 de out/2011.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. 4.ed. Ver. e amp. São Paulo: Ática – Básica Universitária, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Governance and Development**. The International Bank for Reconstruction and Development / THE WORLD BANK. Washington, D.C., 1992.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Iara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 2.ed. Ver. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARREIROS, Tomás Eon; AMOROSO, Danilo. Jornalismo estrábico: Veja e Carta Capital na cobertura do “Escândalo do Mensalão”. **Perspectivas de la Comunicación**, v. 1, n. 1, p. 120-131, 2008. Disponível em: <www.perspectivasdelacomunicación.cl/revista_1.../parte2_11.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georges; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, Georges. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-36.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georges. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-36.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber**: um perfil intelectual. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BAUER, Martin. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, Georges. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 189-217.

BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da Revista Veja. In: ENCONTRO DA COMPOS, 16., 2007. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Compós, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_238.pdf>. Acesso em: 22 set 2007.

_____. **Ética? Mim não falar sua língua**. Observatório da Imprensa. 08 jan. 2003. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/fd08012003.htm>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
BERTRAND, Claude-jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: Edusc, 1999.

BLÁZQUEZ, Niceto. **Ética y Medios de Comunicación**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994. p. 111-113. Publicado por Javier Darío Restrepo em jul. 2010. Disponível em [http://www.fnpi.org/consultorio-etico/consultorio/?tx_weccdiscussion\[show_cat\]=101](http://www.fnpi.org/consultorio-etico/consultorio/?tx_weccdiscussion[show_cat]=101). Acesso em: jan. 2012.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. **Teoria geral da política:** a Filosofia Política e as lições dos clássicos. Tradução de Daniel Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000b.

BONIN, Robson. **Líder tucano acusa Sarney de quebra de decoro ao Conselho de Ética.** 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1212159-5601,00.html>>.

BOURDIEU, Pierre. A Gênese dos conceitos de *habitus* de *campo*. In: _____. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Questions de sociologie.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BOZI, Alba Livia Tallon. Charges: o riso como contestação na imprensa. In: ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 4., 2006, São Luis. **Anais...** São Luís: REDEALCAR, 2006. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2007.

BRAJNOVIC, Luka. **Deontologia periodística.** 2.ed. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. **A ética e a informação:** o jornalista como profissional e o jornalista como pessoa. [2009]. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução n. 20, de 1993.** Institui o código de ética e decoro parlamentar. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=115307>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Regimento Interno:** Resolução n. 83, de 1970. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/regs/RegInternoSF_Vol1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BREED, Warren. **Controlo social na redação**: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 153-166.

BROTTO, Marcio Eduardo. **Cultura Política**: críticas, expressões e influências. Universidade Unigranrio - Revista ComUniGranrio, (2009). Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/comunigranrio/article/viewFile/701/556>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CABRAL, Otávio; ESCOSTEGUY, Diego. À sombra da constituição. **Veja**, São Paulo, 24 jun. 2009, n. 2118, p. 59-65.

CABRAL, Otávio; OLTRAMARI, Alexandre; ECOSTEGUY, Diego. A farra é deles. A conta é nossa. **Veja**, São Paulo, 01 de abril de 2009, n. 2106.

CABRAL, Otávio. O PT assombra o planalto. **Veja**, São Paulo, 15 jun. 2005. n. 24, p. 52-63.

_____. O senado perde a compostura. **Veja**. São Paulo, 18 março 2009, n. 2104, p.78-79.

_____. Hora de fazer a faxina. **Veja**. São Paulo, 01 jul 2009, n.211, p.78.

CANCIAN, Renato. **Burocracia**: Max Weber e o significado de “burocracia” e autoridade política: a tradição, o carisma e as leis. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/burocracia-max-weber-e-o-significado-de-burocracia.htm> e <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/autoridade-politica-a-tradicao-o-carisma-e-as-leis.htm>>. Acesso em: 22 out. 2013.

CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. 2.ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARVALHO, Aloysio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luis Guilherme Pontes. **Apontamentos para a história da imprensa da Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 31-51.

CARTA CAPITAL. Acesso a midiakit. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por neumaugusta@gmail.com em 13 mar. 2012.

CARTA, Mino. Como remar contra a corrente. **Carta Capital**. São Paulo, 27 maio 2009, n. 547, p. 12-13. Especial 15 anos.

CARTA, Mino. Conselho confiável? Para quem? **Carta Capital**, 25 jul. 2012, n. 707, p. 25. Seção A semana.

_____. O otimismo e a luz da razão. **Carta Capital**, n. 1, p. 9, 1994.

_____. Casa Grande e Senzala Sempre. **Carta Capital**, 06 maio 2009, n. 544, p.18

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3.ed. Ver. São Paulo: Summus, 2007. (Novas buscas em comunicação, v. 44).

CHARÃO, Cristina. **Confecom aprova resolução pró-diploma de Jornalismo e pede nova Lei de Imprensa**. 2009. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/blogconfecom/confecom-aprova-resolucao-pro-diploma-de-jornalismo-e-pede-nova-lei-de-imprensa/> Acesso em 10 Out/11.

CHONG Dennis; DRUCKMAN James N. A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. **Journal of Communication**, Evanston, IL, n. 57, p. 99-118, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Como se ensina ética profissional? Pedagogias, metodologias e tecnologias adotadas por professores de jornalismo no Brasil. In: FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 13., Recife. **Anais...** Recife: FNPJ, 2010.

_____. Confecom pode provocar novo código de ética. **Objetos**: Observatório da Ética Jornalística. 2009. Disponível em: <<http://objethos.wordpress.com/2009/10/26/confecom-pode-provocar-novo-codigo-de-etica/>>.

_____. Ensino de Deontologia jornalística: um olhar sobre os currículos dos cem cursos mais antigos do país. **Líbero**: revista acadêmica. São Paulo, v. 3, n. 26, dez. 2010.

_____. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Formação ético-profissional: presença e evolução nos currículos de um curso de Jornalismo. In: FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 12., Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: FNPJ, 2009.

_____. **Por um sistema deontológico no jornalismo**. 2011. Disponível em: <<http://objethos.wordpress.com>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 14, abr. 2001.

CONFECOM - CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO. 2009, Brasília. Caderno de Propostas Aprovadas. Brasília: Ministério das Comunicações, 2010.

CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 33., 2008, São Paulo. **Teses aprovadas**. São Paulo: FENAJ, 2008. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/congressos.php>>.

COSTA, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981 (Fontes do Pensamento, v. 2).

COUTO, Nadia Regia Almeida. **Educação, imprensa e modernização**: um estudo Histórico da formação do jornalista no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2007. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000030/000030F7.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. Prefácio. In: BARBOSA, Lúvia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAMÉ, Luiza. **Abert critica Conselho de Comunicação Social da Bahia**. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/abert-critica-conselho-de-comunicacao-social-da-bahia-3647270#ixzz24bYgMO4u>>

D'ESPÍNDOLA, Vanilson Souza. **Ética e educação**. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/18627/1/Etica_e_Educacao/pagina1.html>. Acesso em: 04 maio 2011.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em Ciências Humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

DE SÃO LUÍS a Brasília, por conta do Senado. **Congresso em Foco**. Mar. 2009. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol>>

com.br/noticias/memoria/de-sao-luis-a-brasilia-por-conta-do-senado/>. Acesso em: 12 ago. 2012.

DIAS, Mauricio. Próprios da mãe-joana. **Carta Capital**, São Paulo, 01 abr. 2009. Coluna Rosa dos Ventos, p. 38. n. 539.

_____. A oposição infla a candidata Dilma. **Carta Capital**, São Paulo, 15 jul. 2009. Coluna Rosa dos Ventos, n. 554, p. 36.

DINES, Alberto. Constituição violada: Sequestraram o Conselho de Comunicação Social. **Observatório de Imprensa**. n. 447, mar. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/sequestraram_o_conselho_de_comunicacao_social>. Acesso em: 20 jun. 2012.

EDY, Jill A.; MEIRICK, Patrick C. Wanted, Dead or Alive: Media Frames, Frame Adoption, and Support for the War in Afghanistan. **Journal of Communication**, Norman, OK, v. 57, n. 1, p. 119-141, mar. 2007. ISSN 0021- 9916.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58. Dec. 1993.

ESCÂNDALO dos atos secretos do Senado. [entre 2004 e 2012]. Disponível em: <http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=707:escandalo-dos-atos-secretos-do-senado&catid=34:sala-dos-escandalos&Itemid=53>. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 04 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: maio 2011.

_____. **Em defesa da Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em: <www.fenaj.org.br/.../as_propostas_dos_jornalistas>. Acesso em: 21 out. 2011.

_____. **Programa nacional de estímulo à qualidade da formação em jornalismo** Brasília (DF), 2008. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2008.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.

_____. **A formação universitária do jornalismo**. Florianópolis: Cátedra UFSC; Fenaj, 2002.

_____. **Programa nacional de estímulo à qualidade da formação profissional dos jornalistas**. Vila Velha: Fenaj, 1997.

_____. **Em defesa da profissão de jornalista**. Brasília, 2001. Nota oficial da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/diploma/defesa.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. In: FÉLIX, Moacir (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Tese 17. **Um Código de Ética para o jornalismo brasileiro**. Criação de Código de Ética para o Jornalismo Brasileiro, como um dos instrumentos da sociedade brasileira, visando garantir a produção da notícia como um bem público e uma ferramenta que contribua para a democratização da comunicação em nosso país. 2009. Disponível em: <www.fenaj.org.br/mobicom/ata_xvii_enjac.doc>. Acesso em: out. 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação**: São Paulo: Publifolha, 2001.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.

FORTES, Leandro. De olho em Liliput. **Carta Capital**, 13 maio 2009, n.545, p.26.

FREUD, Sigmund. Humor. In: _____. **Novas Conferências introdutórias sobre a Psicanálise e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1978. v. 21. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.

GARCIA, Sidnei José. **O Código de Ética Odontológica e suas infrações**: um estudo sobre os processos ético-profissionais dos cirurgiões dentistas do estado de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GARRAFA, Volnei. Ética aplicada, exclusão social e educação no contexto dos países do hemisfério sul. In: SEGRE Marco. **A questão ética e a saúde humana**. São Paulo: Atheneu, 2006. p. 31-37.

GASPARIAN, Taís. **Herança da ditadura**: um entulho a menos. Entrevistador: Mino Carta, São Paulo, n. 545, seção A Semana, maio 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t196-03.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GENTILLI, Victor. Lei, ética e deontologia. **Observatório de Imprensa**, v. 16, n. 667, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da010820011.htm>>. Acesso em: 04 maio 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v. 35, n. 2, mar./abr. p. 57-63, 1995.

GÓIS, Fábio. Justiça manda Senado devolver milhões em hora extra. **Congresso em foco**. Fev. 2012. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/servidores-do-senado-devem-r-57-milhoes-em-horas-extras.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

GOMES, Wilson. Audiosfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: Edufba, 2009. p. 175-222.

_____. Ética em tempos pós-modernos: cultura contemporânea e o problema da fundação da normatividade moral. **Revista Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, n. 31-32, 1994.

_____. Fato e interesse: o fato jornalístico como problema. **Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, v. 2, n. 26, jul.dez. 1991.

_____. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004. (Coleção Comunicação).

_____. Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico. **Revista Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, n. 29, p. 62-83, 1993.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação)

GRAMACHO, Wladimir et al. A cabeça do jornalista: opiniões e valores políticos dos jornalistas no Brasil. **Comunicação & política**, v. 27, n. 3, p. 13-042, 2009. Disponível em: <http://umontreal.academia.edu/DanielMarcelino/Papers/645761/A_Cabeca_do_jornalista_opinioes_e_valores_politicos_dos_jornalistas_no_Brasil>. Acesso em: 03 dez. 2011.

GROSS, Kimberly; BREWER, Paul R. Sore Losers: News Frames, Policy Debates, and Emotions. **The Harvard International Journal of Press/Politics**, winter2007, v.12, n. 1, p. 122-133.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Cascais-Portugal: Príncipe Ed. Reimpressão, 2010.

GUERRA, Josenildo Luiz. **A objetividade no jornalismo**. 1998. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

HABERMAS, Jurgem. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2.ed. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 84: Estudos Alemães).

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler – UGF. 4 ed. revista e complementada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1.

HACKETT, Robert. **Declínio de um paradigma?** A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p.101-133.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos mídia. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p.224-248.

HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o humanismo. In: _____. **Marcas do caminho**. Tradução de Ernildo Stein. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HERSCOVITZ. Heloísa. **Análise de conteúdo em jornalismo: uma receita para sair do gueto metodológico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 3., 2005. Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUBBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Traduzido da 3ª edição publicada em 1959 pela Monthly Review Press, Nova York, EUA.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/_13042004sintese2003html.shtm>

JANOVITCH, Paula Ester. **Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana 1900-1911**. São Paulo: Alameda, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In BAUER, Martin W.; GASKELL, Georges. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-113.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2008.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A moral profissional e a ética jornalística**. [2009]. Disponível em: <<http://objethos.wordpress.com/artigos/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2206/1844>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. **A formação dos jornalistas, o currículo das escolas e os erros de jovens e antigos jornalistas**. Disponível em www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/artigos.html. Acesso em 20 abr/11.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997. (Coleção Novas buscas em Comunicação, v. 54).

KINDER, Donald. Curmudgeonly Advice. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, Mar. 2007.

LAGE, Nilson. A tecnologia e a ética da modernidade. In: PERUZZO, Cecília M. Krohlin; KUNSCH, Margarida M. K. **Transformações da comunicação: ética e técnicas**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UEFES, Prefeitura Municipal de Vitória, 1995. (Coleção Intercom de Comunicação, n. 3). LEVY, Edna G.

Inconsciente coletivo. [200-]. Disponível em: <http://jogodeareia.com.br/psicologia-analitica/inconsciente-coletivo>

LIMA VAZ, Henrique C. de. **Escritos de Filosofia IV**. Introdução Ética Filosófica 1. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUMPEMPROLETARIADO. In: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Houaiss eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Versão monousuário 2009.3

LUMPESINAR. In: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Houaiss eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Versão monousuário 2009.3

MACCIOCCHI, Maria-Antionietta. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul./dez. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINO, Luiz. Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. **LÍBERO**, v. 9, n. 17, p. 21-29, jun. 2006. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/libero/article/viewFile/6100/5561>>. Acesso em: 06 out. 2011.

_____. A ética como discurso estratégico no campo jornalístico. **Líbero**: revista acadêmica / Programa de Pós-Graduação. São Paulo, v. 3, n. 26, dez. 2010.

MARTINS, José de Souza. Prefácio à quinta edição. In: FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006. Disponível em: <<http://www.scribd>>.

com/doc/43599306/A-revolucao-burguesa-no-Brasil-ensaio-de-interpretacao-sociologica-Florestan-Fernandes-prefacio-de-Jose-de-Souza-Martins-5-ed-Sao-Paulo-Globo>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MATOS, Heloíza. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MATTOS, Sérgio. **Imparcialidade é mito**: reflexões. Lauro de Freitas: UNIBAHIA, 2001. (Coleção Saber & Fazer).

_____. **O contexto midiático**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2.ed. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, 12).

McCOMBS, Maxwell et al. Candidate images in Spanish elections: Second-level agenda-setting effects. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, v. 74, n. 4, Winter, p. 703-717, 1997.

McCOMBS, M.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no jornalismo**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-filosofia-paulo-freire.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

_____. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-62, abr./jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=6>>. Acesso em: 07 out. 2011.

MELO, José Marques de. **Jornalismo e universidade**: uma longa história de conflitos. *Jornal da ABI*, 2000. Especial 90 Anos.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3.ed. Ver. e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **História Social da Imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. **Os primórdios do ensino de jornalismo**. ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2. Anais. Florianópolis, 2004.

_____. **Comunicação e modernidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

MENDES, Vannildo. Agnelo agora admite que já esteve com Cachoeira. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,agnelo-agora-admite-que--ja-estteve-com-cachoeira-,860467,0.htm>>

MENEZES, Cynara. O dono do senado – brasileira – José Sarney? Errado. Quem manda de verdade é Renan Calheiros. **Carta Capital**, São Paulo, 08 abril 2009, n. 540, p. 22-27.

_____. Veia de ficcionista. **Carta Capital**. São Paulo, 24 jun. 2009, n. 551, p. 28-33.

MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. 2.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Globo, 2008. (Série Livros de Valor).

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de

acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 35-51. (Comunicação & Linguagem).

MONTENEGRO, Carol. **O inconsciente coletivo**. 2009. Disponível em: <<http://teoriadetudo.wordpress.com/2009/03/19/o-inconsciente-coletivo/>>. news/view/vanessa_adachi>. Acesso em: 7 fev. 2012.

MOSCO, Vincent. Overview of the Political Economy of Communication. **The Political of Economy of Comunication**. 2.ed. Canadá: SAGE Publications, 2009. Capítulo I, p. 1-20.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação, n. 21).

NÃO é preciso diploma para ser jornalista no Brasil, decide a Justiça. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 10 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2003-jan-10/nao-preciso-diploma-jornalista-brasil>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

NASH, Laura. **Ética nas Empresas: guia prático para soluções de problemas éticos nas empresas**. São Paulo: Makron Books, 2001.

NUZZI, Erasmo de Freitas. **História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero: edição comemorativa do cinquentenário**. 2.ed.São Paulo: Agil Gráfica 2000.

OLMO López, Agustín. **Referentes deontológicos y autorreguladores en la información en una televisión pública**. El ejemplo de rtva. In VILLEGAS, Juan Carlos Suárez. **La ética de la comunicación a comienzo del siglo XXI: libro de actas I Congreso Internacional de Ética da La Comunicación**. Sevilla: Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, 2011. p. 637. Disponível em: <<http://monitorando.files.wordpress.com/2011/04/libro-actas-congreso-etica-comunicacion.pdf>>.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC Rio,

2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos Maiores Mestres através da História**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2004. p.73-104.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999. v. 1.

PRÊMIO PULITZER. In: Wikipédia. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9mio_Pulitzer>. Acesso em: 09 ago. 2012.

PROJETO EXCELÊNCIAS. Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas, 2009. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/@casa.php?pr=1&casa=0>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

QUALIDADE sem diploma. **Veja**. São Paulo, 24 jun. 2009. n. 2118, p. 12.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Lisboa: Planeta, 1996.

RAPOSO, Egídio G. V. **A ética da convicção versus a ética da responsabilidade**. Disponível em: <<http://egidiovaz.wordpress.com/2007/02/06/a-etica-da-conviccao-versus-a-etica-da-responsabilidade/>>. Acesso em: 10 out. 2009.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. São Paulo: Loyola, 1994. 2v.

RESTREPO, Javier Darío. O jornalismo e a utopia ética. **Observatório da Imprensa**, n. 446, 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-jornalismo-e-a-utopia-etica>>. Acesso em: 06 out. 2010.

RISÉRIO, Antonio. Autoestima reconquistada. **Carta Capital**, São Paulo, 7 dez 2011, n. 676, p.72-76.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Nacional, 1977.

RIZZO, Alana. Pivô dos atos secretos, Agaciel Maia é investigado por ocupação ilegal no DF. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 18 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pivo-dos-atos-secretos-agaciel-maia-e-investigado-por-ocupacao-ilegal-no-df,850223,0.htm>>

RIBEIRO, Carlos. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <neumaugusta@yahoo.com.br> entre 15 e 27 dez. 2011.

RIBEIRO, Renato Janine. Entrevista. **Revista e-Curriculum**. n. 54, maio/jul. 2006. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:stlJFmjBGQIJ:www.renatojanine.pro.br/Entrevistas/revistaE_54.html+%C2%B4%22etica+da+responsabilidade%22&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 08 out. 2010.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes: síntese teórica de um saber militante. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006. São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP/Assis, 2006. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%20TICA/LIDIANE%20SOARES%20RODRIGUES.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.

ROSA, Mário. **A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

ROSEN, Jay. **Para além da objectividade**. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção A obra prima de cada autor). Título original francês: *Du contrat Social* (1762).

ROSSI, Clóvis: **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos, n. 15).

SAINT-Pierre, Héctor. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

SALAZAR, Ricardo. **El decálogo de Restrepo**. 2010. Disponível em: <<http://impreso.milenio.com/node/8874199>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SBPJor – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. **Quem somos**. 2008. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/sbpjor/?page_id=83>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SENADO não sabia nem quantos diretores tem. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1903200905.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SCHLESINGER, Philip. **Os jornalistas e a sua máquina do tempo**. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993. p. 177-190.

SCHÜLTZ, Ricardo. **Word histories**. 2009. Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-hist.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

SEGURADO, Rosemary; MARTINHO, Silvana Gobbi. **Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura**: as enquetes na blogosfera e

a agenda de debates na ciberpolítica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2010. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/35.../henrique-parra.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2012.

SERRA, Sonia. Vertentes da economia política da comunicação e jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 67-83. (Coleção Fazer jornalismo).

SILVA, Vevila Junqueira da. **O Escândalo do mensalão em revistas semanais**: uma análise de enquadramento. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2008.

_____. **Mídia e corrupção: considerações sobre como os veículos de comunicação se relacionam com o poder**. LABORE - Laboratório de Estudos Contemporâneos. POLÊM!CA - Revista Eletrônica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em [http://www.polemica.uerj.br/8\(3\)/artigos/contemp_2.pdf](http://www.polemica.uerj.br/8(3)/artigos/contemp_2.pdf). Acesso em 03 out/2011.

SILVEIRA, Dyonisio. **Revolução contra a imprensa**. Cataguazes, MG: Spínola e Fusco Editores, 1932. 197p.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006b.

_____. **Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2006**. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MSoares_T002.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2012.

SODRÉ, Muniz. Existe consciência ética na imprensa? In: PAIVA, Raquel (Org). **Ética, cidadania, e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Nelson Wernerck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 91-100. (Comunicação & Linguagem).

SOUZA FILHO, Gelson. **Adesão ao jornalismo de revista**. 2004. In: Jornalismo online: guia teórico e prático: Disponível em http://gelson_filho.sites.uol.com.br/jornalismorevista.html. Acesso em: 03 abr. 2009.

SZWAKO, José Eduardo León. A noção de *campo* em Bourdieu: premissas weberianas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003. Campinas, SP. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/.../index.php? Acesso em: 03 out. 2011.

TAVARES, Michele da Silva. **FHC e os escândalos políticos: os “modos de dizer” de Veja e IstoÉ sobre as crises personalizadas**. 2011. 330f. Dissertação (Mestrado Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. O ensino de jornalismo perante os desafios da transição tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 7., 2004. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: FNPJ, 2004. Disponível em: <www.fnpj.org.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 167-176. (Comunicação & Linguagem).

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 74 a 90. (Comunicação & Linguagem).

_____. What is news? Telling stories. **Journal of Communication** v. 26, n. 4, p. 93-97, Dec. 1976. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/119639926/abstract>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

_____. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 258-262. Reedição de: TUCHMAN, Gaye. Telling Stories. **Journal of Communication**, v. 26, n. 4, 1976.

_____. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. 5.ed. revista e corrigida por Ernest Tugendhat e reorganizada por Ernildo Stein. Tradução do grupo de doutorandos do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. Revisão e organização da tradução de Ernildo Stein. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

VALLONE, Robert. P.; ROSS, Lee; LEPPER, Mark. R. The hostile media phenomenon: Biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 49, n. 3, p. 577- 585, 1985.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell’Anna. 30.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VEJA. **Mídia-kit**. 2003. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/idade/publiabril/midiakit_2003/defaultfr.html>

VICENTE, Enrique Ríos. O jornalismo na América Latina. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Lisboa: Planeta, 1996. p. 515-563.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

VILLEGAS, Juan Carlos Suárez. **La ética de lacomunicación a comienzodelsiglo XXI**: libro de actas I Congreso Internacional de Ética da La Comunicación. Sevilla: Universidad de Sevilla, Facultad de Comunicación, 2011. Disponível em: <<http://monitorando.files.wordpress.com/2011/04/libro-actas-congreso-etica-comunicacion.pdf>>.

WEBER, Luiz Alberto. Na cozinha da CPI. **Carta Capital**, São Paulo, n. 352, 27 jul. 2005. p. 18-24.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção A obra-prima de cada autor)

_____. **Ciência e política**: duas vocações. 2.ed. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção A obra-prima de cada autor).

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 142-151. (Coleção Comunicação & Linguagem).

WORLD BANK. **Governance and Development**. Washington, D.C., 1992.

YIN, Robert K. **Case Study Research**: design and methods. Tradução e síntese de Ricardo Lopes Pinto. Adaptação de Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em: 27 maio 2012

Esta obra é fruto de uma pesquisa em que se observou o modo como o jornalismo brasileiro narrou, descreveu e interpretou, sob o aspecto ético, os eventos políticos que redundaram no Escândalo do Senado ou Escândalo dos Atos Secretos, retratado na plataforma impressa das revistas semanais Carta Capital e Veja no ano de 2009. A partir dos enquadramentos das descomposturas dos agentes políticos, investigou-se como os jornalistas das revistas julgaram tais equívocos éticos, selecionaram as causas, as consequências e as sugestões para minimizar os problemas apresentados pela crise política. Os resultados revelam, de uma forma geral, que os profissionais da mídia narraram os eventos em volta do escândalo sob o julgo da desmoralização e pessimismo. As coberturas avaliam as ações e declarações dos legisladores de maneira sofrível, à base da repulsa, indignação, desconfiança e reprimendas. As implicações mais apontadas são os prejuízos às instituições, ao processo democrático, à reputação do Congresso Nacional, dos envolvidos e o descrédito do público na política. Entre as contribuições reveladas por este título apontam-se as de ordem histórica e social já que se pesquisou um determinado escândalo político, num determinado tempo moral da sociedade brasileira. Reforça a apreciação do processo de produção do jornalismo político de revistas semanais; ajuda a esclarecer a associação entre o poder econômico, os procedimentos da construção do noticiário e o cumprimento dos princípios deontológicos. Embora o estabelecimento da ética possa parecer utópico ou difícil, os jornalistas devem provocar as condições de seu plausível exercício, não deixando de ser um ideal a perseguir.



ISBN 978-85-5971-056-4

